

A Defesa Nacional



JUNHO
1948

NÚMERO
409

Coronel RENATO BAPTISTA NUNES, Diretor-Presidente
Ten.-Cel. ALBERTO RIBEIRO PAZ, Diretor-Secretário
Major BELARMINO NEVES GALVÃO, Diretor-Gerente
1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA, Auxiliar

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXIV	BRASIL — RIO DE JANEIRO, JUNHO DE 1948	N. 409
-----------	--	--------

SUMARIO

	Pág.
EDITORIAL.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
A Engenharia nas missões de combate — Cel. Renato Baptista Nunes, da Reserva.....	7
Os guerrilheiros na guerra moderna — Ten.-Cel. A. Castro Nascimento.....	11
A Artilharia na D. B. — Major J. F. Moreira Couto.....	19
O Concurso de admissão à E. E. M. — O Regimento de Cavalaria a Cavallo no ataque — Major Paulo Enéas.....	49
A Engenharia de combate e as comunicações — Major Napoleão Nobre.....	59
Marchas e Transportes — Major Omar Emir Chaves.....	63
Importância do Serviço de Transporte Aéreo Militar — Major Jayme Alves de Lemos (Tradução).....	65
Possibilidades de fogo das unidades de artilharia constituídas à base de baterias a 4 e a 6 peças (Cont.) — Cap. Nilton Freixinho.....	67
Algumas palavras sobre organização de pistas hípias — Cap. A. Franco Ferreira.....	79
Desembarque e defesa de costas — Tradução do 1º Ten. Diógenes Vieira Silva.....	85
Lança-Rojão (Bazuca) — 2º Ten. Gustavo Lisboa Braga.....	93
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
A energia e a segurança nacional — Trad. do Cel. Renato Baptista Nunes..	103
O Pan-americanismo no quadro geral da civilização ocidental — Cel. J. B. Magalhães.....	111
Efeitos de projetos de arma de fogo no equino — Trad. do 1º Ten. Diógenes Vieira Silva.....	123
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Como se venceu a guerra na Europa e no Pacífico — Para a defesa comum — Trad. do Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz.....	125
O problema histórico-político de Belice — Major Jayme Alves de Lemos..	135
OPINIÕES	
A Lei de Promoções — Cel. Djalma Dias Ribeiro.....	139
Seleção e Classificação — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	151
Um Exército Nacional — Major Caio Miranda.....	155
O Exército concorre para o desajustamento social? — Cap. Rui Alencar Nogueira.....	161
Serviço Especial — Cap. Germano Seidl Vidal.....	165
DIVERSOS	
Os antigos já diziam — Cel. X.....	169
Conselhos aos Tenentes de Cavalaria — Major Paulo Enéas.....	171
Questões do concurso de admissão à E. E. M. em 1947 : — línguas estrangeiras ; geografia ; história ; organização do terreno..	173
Noticiário & Legislação.....	177
Notícias Militares.....	185
Publicações recebidas.....	191

EDITORIAL

Quebraremos hoje a praxe, que vínhamos seguindo, de dedicar o nosso editorial à evocação de fatos históricos ou acontecimentos ligados a datas marcantes do mês em transcurso.

Pelos Estatutos que regulam o funcionamento da nossa Cooperativa e que, portanto, regem a vida da Revista, esta "além dos assuntos gerais da Redação, só publicará trabalhos que interessem à defesa nacional".

E', pois, a assunto do mais puro interesse da defesa nacional que pretendemos consagrar o editorial dêste mês de junho do ano de 1948.

A guerra que passou — não se cansam de afirmar escritores militares abalizados — graças aos aperfeiçoamentos alcançados pela técnica, além das modificações impostas à tática, favoreceu o aparecimento de novas concepções referentes à segurança dos povos, com reflexos acentuados sobre a forma de encarar e resolver os problemas da defesa nacional.

O General Marshall, no seu Relatório apresentado ao findar-se a guerra na Europa, emitiu os conceitos abaixo :

... "Provavelmente, pela última vez na história das guerras a vastidão dos oceanos tenha constituído fator vital para a defesa."

... "A técnica aplicada à guerra trouxe os Estados Unidos, seus lares e suas fábricas, para a linha de frente dos conflitos mundiais."

... "Não mais podemos admitir a defesa do hemisfério como base satisfatória para a nossa segurança. Temos que nos interessar agora pela paz do mundo inteiro. E a paz só pode ser mantida pelo forte."

... "As guerras no século XX travam-se com a totalidade dos recursos econômicos, científicos e humanos de nações inteiras. Todo o campo especializado dos conhecimentos humanos entra em jogo. A guerra moderna depende das aptidões e dos conhecimentos de cada indivíduo."

... "É óbvio que uma nova guerra poderá começar com um ataque relâmpago visando alcançar-nos desprevenidos. Esse ataque se processará à velocidade supersônica de projetis foguetes, seguidos de perto por forças de assalto que procurarão aproveitar as vantagens do momento crítico inicial."

... "Podemos estar certos de que a próxima guerra, se houver, será ainda mais total do que a presente. Sua natureza será tal que, uma vez começada, só terminará como esta está terminando: com a destruição total do vencido."

Evidentemente tivemos uma profunda evolução nessas concepções.

Onde, porém, poderemos estudar as bases dessa evolução? Onde iremos encontrar a doutrina sadia que nos permitirá conduzir a bom termo uma guerra moderna travada nas condições acima vaticinadas?

Uma resposta única nos ocorre: nos Manuais Técnicos e de Campanha, codificados pelos Estados-Maiores e editados sob o seu controle.

Para difundir a doutrina de guerra e orientar sãbiamente a instrução, o Exército Norte-Americano possui, presentemente, em edições que atingem a milhões de exemplares, mais de 300 Manuais de Campanha e 3.000 Manuais Técnicos.

Nesse sentido que temos nós feito até agora como parte que somos, por força de compromissos internacionais, do Exército Continental?

Para uso da F.E.B. realizamos traduções ligeiras de cerca de 100 Manuais, cujas edições lançadas a título provisório, encontram-se, agora, praticamente esgotadas.

Essas edições, embora tendo prestado inestimável serviço, precisavam ser revistas e adaptadas ao grau de desenvolvimento de nossa cultura profissional. Possuíamos métodos próprios consagrados e uma nomenclatura já bem aceita, os quais não podiam deixar de ser considerados.

Mas... a guerra terminou há mais de três anos e o nosso esforço nesse espaço de tempo pôde resumir-se na publicação definitiva de, apenas, pouco mais de 10 Manuais, entre os quais, infelizmente, não se encontram os três básicos e fundamentais intitulados: "Instrução Militar" (C 21-5), "A Instrução no Exército" (C 21-250) e "Arbitragem" (C 105-5).

Temos de convir que foi muito pouco o que se realizou. Em marcha assim tão lenta uma nova evolução, por certo, se processará antes que venham a lume as edições tão esperadas, às quais, se terá então reservado o papel dos famosos Cavaleiros de Ofenbach...

Por tudo isso, dirigimos daqui aos Chefes do Exército um apêlo angustioso no sentido de que, com urgência, baixem determinações visando afastar as resistências, suprir as deficiências, atribuir, enfim, ao problema a importância que êle tem, para que, dentro em breve, possamos dispôr em abundância dos Manuais tão necessários.

E êsse apêlo não é só nosso porque, sob a forma de solicitações para que a "Defesa Nacional" edite os Manuais já referidos, nós o vimos recebendo, assídua e insistentemente, da mocidade militar que deseja manter atualizados seus conhecimentos profissionais e que trabalha pelo Exército nas Escolas, nos Estados-Maiores, nos Corpos de Tropa, nas Guarnições do Norte, do Centro e do Sul do País.

Encaminhando o apêlo na forma por que aqui o fazemos, não temos a menor dúvida de estarmos propugnando, patriôticamente, pelo sagrado interesse da defesa nacional.

... "Não mais podemos admitir a defesa do hemisfério como base satisfatória para a nossa segurança. Temos que nos interessar agora pela paz do mundo inteiro. E a paz só pode ser mantida pelo forte."

... "As guerras no século XX travam-se com a totalidade dos recursos econômicos, científicos e humanos de nações inteiras. Todo o campo especializado dos conhecimentos humanos entra em jogo. A guerra moderna depende das aptidões e dos conhecimentos de cada indivíduo."

... "É óbvio que uma nova guerra poderá começar com um ataque relâmpago visando alcançar-nos desprevenidos. Esse ataque se processará à velocidade supersônica de projéteis foguetes, seguidos de perto por forças de assalto que procurarão aproveitar as vantagens do momento crítico inicial."

... "Podemos estar certos de que a próxima guerra, se houver, será ainda mais total do que a presente. Sua natureza será tal que, uma vez começada, só terminará como esta está terminando: com a destruição total do vencido."

Evidentemente tivemos uma profunda evolução nessas concepções.

Onde, porém, poderemos estudar as bases dessa evolução? Onde iremos encontrar a doutrina sadia que nos permitirá conduzir a bom termo uma guerra moderna travada nas condições acima vaticinadas?

Uma resposta única nos ocorre: nos Manuais Técnicos e de Campanha, codificados pelos Estados-Maiores e editados sob o seu controle.

Para difundir a doutrina de guerra e orientar sãbiamente a instrução, o Exército Norte-Americano possui, presentemente, em edições que atingem a milhões de exemplares, mais de 300 Manuais de Campanha e 3.000 Manuais Técnicos.

Nesse sentido que temos nós feito até agora como parte que somos, por força de compromissos internacionais, do Exército Continental?

Para uso da F.E.B. realizamos traduções ligeiras de cerca de 100 Manuais, cujas edições lançadas a título provisório, encontram-se, agora, praticamente esgotadas.

Essas edições, embora tendo prestado inestimável serviço, precisavam ser revistas e adaptadas ao grau de desenvolvimento de nossa cultura profissional. Possuíamos métodos próprios consagrados e uma nomenclatura já bem aceita, os quais não podiam deixar de ser considerados.

Mas... a guerra terminou há mais de três anos e o nosso esforço nesse espaço de tempo pôde resumir-se na publicação definitiva de, apenas, pouco mais de 10 Manuais, entre os quais, infelizmente, não se encontram os três básicos e fundamentais intitulados: "Instrução Militar" (C 21-5), "A Instrução no Exército" (C 21-250) e "Arbitragem" (C 105-5).

Temos de convir que foi muito pouco o que se realizou. Em marcha assim tão lenta uma nova evolução, por certo, se processará antes que venham a lume as edições tão esperadas, às quais, se terá então reservado o papel dos famosos Cavaleiros de Ofenbach...

Por tudo isso, dirigimos daqui aos Chefes do Exército um apêlo angustioso no sentido de que, com urgência, baixem determinações visando afastar as resistências, suprir as deficiências, atribuir, enfim, ao problema a importância que êle tem, para que, dentro em breve, possamos dispôr em abundância dos Manuais tão necessários.

E êsse apêlo não é só nosso porque, sob a forma de solicitações para que a "Defesa Nacional" edite os Manuais já referidos, nós o vimos recebendo, assídua e insistentemente, da mocidade militar que deseja manter atualizados seus conhecimentos profissionais e que trabalha pelo Exército nas Escolas, nos Estados-Maiores, nos Corpos de Tropa, nas Guarnições do Norte, do Centro e do Sul do País.

Encaminhando o apêlo na forma por que aqui o fazemos, não temos a menor dúvida de estarmos propugnando, patrioticamente, pelo sagrado interêsse da defesa nacional.

A ENGENHARIA NAS MISSÕES DE COMBATE

Coronel R. B. NUNES
Da Reserva

As considerações que se seguem foram sugeridas pela leitura do artigo que, sob a mesma epígrafe, um distinto oficial superior da Engenharia publicou no número de maio desta revista.

É coisa sabida que a Engenharia, embora cognominada a "arma do trabalho", coopera com as demais armas, sobretudo com a Infantaria, às quais avoia encarregando-se dos trabalhos que exigem instrução e apetrechamento especializados, em todas as circunstâncias do campo de batalha, e executando as missões que lhe são próprias.

Participa dos mesmos riscos, das mesmas fadigas, dos mesmos louros na vitória, e da mesma desgraça na derrota. Coopera nas vanguardas, para organizar sumariamente certos pontos de aferramento no terreno em benefício delas, se obrigadas a refluir, e garantir a posse desses pontos, quando julgados necessários ao prosseguimento das operações, em proveito dos grossos, como bases de partida; nos ataques a localidades, para encarregar-se de certas destruições, ou para executar trabalhos que as ponham rapidamente em estado de defesa; na exploração do êxito, para recompor as vias de comunicação, depois melhoradas pelos escalões seguintes; nas manobras em retirada, ou na retirada pura e simples, para executar destruições, criar obstáculos e organizar certos pontos capitais do terreno, onde fôr prevista uma parada, etc. Enfim, em todas as circunstâncias, para reparar, cons-

truir ou conservar a rede de comunicações da zona de ação da G.U. a que pertencer.

Sem nos referirmos aos trabalhos especificamente próprios da Engenharia, — organização prévia de posições defensivas, pontes de todos os tipos, etc., — a experiência da penúltima grande guerra demonstrou à evidência que para os trabalhos de comunicações nunca houve tropas de Engenharia de sobra. Que diremos hoje, quando o poder de destruição dos explosivos e dos meios modernos decuplicou?

A Engenharia, quando bem compreendida e respeitada pelo comando os princípios do seu emprego tático, tem inúmeras oportunidades de cooperar com as demais armas, sem perda de sua personalidade e sem interferir nos domínios que não lhe são próprios. As duas últimas grandes guerras são pródigas em exemplos de seu emprego lógico, e por isso mesmo coroado de êxito, e do seu emprego inadequado, ao qual não faltou a sanção do fracasso (*).

É fato incontestável que uma das lições colhidas nas últimas grandes guerras, é a necessidade, cada vez maior, da especialização das funções, mesmo dentro das armas, como consequência, de um lado, da multiplicação e da complexidade dos petrechos de combate, e de outro, do tempo exíguo de que se dispõe para transformar um civil bisonho num soldado hábil. Isto que se verificou nas armas essencialmente combatentes, é também uma verdade para a Engenharia,

(*) Citados pelo Cel. Baillis no seu livro "Emploi Tactique du Génie", Paris, 1930, no que respeita à guerra de 1914-1918.

"arma do trabalho especializado", da qual já se destacaram as unidades de Transmissões, hoje com individualidade bem definida.

Não se deve depreender daí que o soldado de Engenharia, sapador, pontoneiro ou telegrafista, esteja dispensado de saber empunhar uma arma e dela servir-se (a pistola, o mosquetão, o F.M., a metralhadora, a granada de mão, o morteiro), nos momentos de emergência, nos momentos de crise, quando é preciso lançar mão de todos os recursos disponíveis a fim de enfrentar o inopinado, e evitar mal maior. É lógico. E nem se compreenderia que vivessem na zona de operações homens sem essa instrução básica do soldado. Isto é indispensável até aos próprios homens dos Serviços que, como os soldados da Engenharia, devem saber defender-se em marcha, no estacionamento ou nos locais de serviço, quando lhes faltar a proteção da Infantaria, mormente hoje, em que as forças paraquedistas podem criar situações críticas e inesperadas.

Daí, porém, a concluir-se e prescrever-se nos regulamentos táticos que o soldado de Engenharia deve ser também um soldado de Infantaria, e que as tropas de Engenharia precisam estar *perfeitamente* treinadas no emprego do armamento e na tática de infantaria, vai um exagero perigoso, e tanto mais perigoso quanto já existe a tendência para esquecer que as "reservas de trabalho especializado" são tão indispensáveis quanto as reservas de combate, não sendo raros os casos em que certos chefes, não sabendo ou não tendo o que fazer da Engenharia, empregam-na como Infantaria precária e mal armada.

Foi em presença desses exemplos, à luz da experiência colhida na guerra de 1914-1918, que os regulamentos franceses frisaram com insistência que a Engenharia deve poder combater, mas em casos excepcionais, que não devem ser exigidos em princípio absoluto, de

vez que ela não é perfeitamente instruída e apetrechada para tal fim.

Esses casos excepcionais são citados e nêles incluídos os "golpes de mão", e em todos eles vê-se que prepondera a *ação defensiva, momentânea, de objetivo limitado*, e parece-nos que mais não se deve exigir de uma tropa de Engenharia.

Esta é, a nosso ver, a sã doutrina baseada na experiência e no bom senso. Não vemos por que abandonarmos a doutrina francesa pela americana. Certamente, teremos muito que aprender com o Exército americano, notadamente no que respeita ao *senso de execução*, por exemplo.

Por certo, seria ideal, como diz o distinto autor do artigo que comentamos, poder comandar: "Companhia de Engenharia, em forma como companhia de Infantaria!" Mas, nesse caso, porque também não comandar: "Regimento de Cavalaria, ou Grupo de Artilharia, em forma como Infantaria?!". Não, evidentemente; a guerra é obra essencialmente de *cooperação*, e quem diz *cooperação*, diz *especialização e repartição das funções*. E quando todos forem capazes de executar bem e em tempo útil o que lhe compete fazer, parece que não se pode exigir mais.

Por isso, não acompanhamos o Ten.-Cel. Dziuban (*) quando diz que: "...na instrução do Btl. de Engenharia, um mais alto grau de proficiência deve ser atingido no preparo para cumprimento das missões de combate do que das de trabalho, por isso que, enquanto as deficiências no treinamento nestas *acarretarão apenas um menor rendimento na sua execução* (o grifo é nosso), o que poderá ser corrigido por um controle maior, sem prejuízos mais sérios, a unidade insuficientemente preparada naquelas, quer individualmente, quer no conjunto, poderá não somente ser dizimada nos seus efetivos, como também, falhar intei-

(*) Citado pelo Ten.-Cel. Ribeiro Paz, em seu artigo.

meios e unidade de missão. Há entre copiar e adaptar a mesma diferença existente entre decorar e compreender. Uma tropa atinge o maior grau de eficiência quando é capaz de obedecer e executar as ordens do comando com a mesma presteza, segurança e perfeição

com que uma orquestra obedece à batuta do regente. Ora, a nenhum diretor de orquestra acudiu a idéia de reforçar a gama de violinos com trombonistas, nem a pancadaria com flautistas. "Chacun à sa place". Daí nasceu a harmonia e a virtuosidade.



Ferragens São Pedro Ltda.
IMPORTADORES

FERRAGENS
FERRAMENTAS
TINTAS

AV. PRES. VARGAS N.º 716
DEP. R. DOS ANDRADAS, 109
FONES: 43-2630 - 43-5206

DEP. 43-9834
Officinas especializadas na execução de quaisquer tipos de chaves
e concertos de fechaduras Yale, tipo Yale, e para automóveis
— RIO DE JANEIRO —

VENDA DE LIVROS

Todo o oficial que não tem outra aspiração que as glórias e os espinhos da carreira que com entusiasmo na juventude abraçou, deve procurar manter-se em dia com a sua evolução.

Atrazar-se é viver desambientado; a desambientação traz o desânimo, a descrença...

Mantenha-se em forma lendo a única revista especialmente militar do Brasil e adquirindo os livros particularmente escolhidos editados por esta Cooperativa e os quais ela lhe oferece com tôdas as facilidades.

OS GUERRILHEIROS NA GUERRA MODERNA

Ten.-Cel. A. CASTRO NASCIMENTO, do E.M.E.

"As operações de guerrilheiros são levadas a efeito por pequenas forças independentes ou semi-independentes, operando contra um inimigo superior." (F.M. — 100-6).

Data da antiguidade o emprêgo das guerrilhas contra os exércitos invasores.

As guerrilhas foram utilizadas nas guerras da Espanha contra Napoleão e também na Rússia em 1812.

Presentemente vemos nos comentários dos jornais a ação dos guerrilheiros na Grécia, dando trabalho às forças regulares de seu país.

Na China, na Rússia e na Sérvia foram sempre utilizados com eficiência.

As guerrilhas são úteis quando as circunstâncias, notadamente de terreno, e o espírito do povo, favorecem. Quando o povo tem uma alma ardente e combativa, é tenaz e possui um elevado amor à Pátria, capaz de todos os sacrifícios, são elas um instrumento subsidiário das operações que pode prestar relevantíssimos serviços. Na guerra passada foram empregados os guerrilheiros sob a forma de partisans, quer na França, na Itália, na Rússia e no Pacífico, com reais proveitos para o conjunto das operações dos aliados, nos Teatros Europeu e do Pacífico.

Não se pode compreender a guerra moderna sem o emprêgo dos guerrilheiros, principalmente em países de fraca densidade de população e com extensas fronteiras secas, fáceis de serem infiltrados por elementos para aquele fim.

Em país inimigo teremos que contar com a hostilidade da população civil e os guerrilheiros organizados, como aconteceu na Rússia, na Itália e na França contra os exércitos alemães.

O jornal russo Ogonyok publicou recentemente um mapa secreto alemão, que caiu em poder do exército soviético.

O documento pertencia ao Q.-G. de uma unidade alemã encarregada de proteger as vias de comunicação e o reaprovisionamento nas zonas de etapas.

Numerosas marcas espalhadas sobre o mapa indicavam as zonas de atividades guerrilheiras em agosto de 1943. Neste mês, os partisans deram 719 combates aos alemães, atacaram 831 guarnições inimigas, cortaram suas linhas telefônicas e telegráficas em 70 pontos diferentes, eliminaram 17 funcionários civis, destruíram 82 pontes e dinamitaram as linhas principais do sistema ferroviário alemão em 6.000 locais distintos.

Em agosto de 1943, os partisans lançaram ataques em massa contra as comunicações; as linhas férreas alemãs foram dinamitadas em 120.800 locais.

A ação contra o sistema ferroviário inimigo, realizada pelas forças irregulares da Rússia Branca, causou uma redução de 40 % nos transportes alemães durante os meses de agosto e setembro de 1943.

Os russos, favorecidos pela vastidão de seu território, pelas florestas e bosques imensos que o recobrem ou pelo espírito e volume de sua população, têm-na empregado em grande escala, desde Pedro, o Grande, que as recomendou e delas fez bom uso.

Em 1812 foram o tormento de Napoleão invasor e notadamente durante a sua retirada tão triste.

Os russos organizam-nas e procuram fazê-lo à moderna, dotando-as de armas automáticas, comandos, rádios, meios de transporte, equipamento especial e viveres de reserva.

"A guerra é realidade — realidade das mais graves na vida dum povo".

"A guerra total, que não abrange somente as forças armadas, mas se prende também à vida imediata e à alma de cada membro dos povos beligerantes".

"A guerra total não visa apenas o exército, mas também as populações civis".

Dentro dessa ordem de idéias, não é possível separar o soldado do cidadão que fica na zona do Interior labutando nas fábricas, nos hospitais, na lavoura, nas usinas, nos gabinetes, nos laboratórios, etc., pois que, todos lutam da mesma forma e estão expostos aos mesmos perigos.

Quando da invasão de um inimigo em solo pátrio, todos se reúnem para expulsá-lo e causar-lhe o maior número de baixas, empregando todos os meios em ação, como fizeram os franceses, italianos e russos, que se organizaram para esse fim.

As operações de guerrilheiros são conduzidas com o fim de inquietar ou retardar forças maiores, causando-lhes perdas por meio de escaramuças, destruindo as transmissões, ou fazendo incursões nas linhas de comunicação e reaprovisionamento do inimigo.

AS GUERRILHAS NA UNIÃO SOVIÉTICA

Imagina-se o desespero dos militares germânicos quando se inteiravam de que seus acampamentos de "tanks" eram assaltados durante a noite por jinetes soviéticos, que ninguém sabia de onde surgiam em veloz galope, e que, fazendo molinetes com os sabres, decepavam cabeças, semeando o pânico e desconcertando os soldados nazistas com ordens dadas em língua alemã.

Segundo o Cap. Kounakoff, antigo oficial do exército do Tzar, "a guerra de guerrilhas soviéticas não

surgiu espontaneamente, organizou-se com muita antecipação. Tudo estava preparado — os homens, as mulheres, os jovens, suas armas, seu adestramento e sua moral".

AS GUERRILHAS NA CHINA

Na China, desde 1930, se exercita em larga escala a guerrilha. Os princípios estabelecidos pelos chins, para sustentar tão longa luta, são os seguintes:

- I — Quando o inimigo avança nos retiramos.
- II — Quando o inimigo faz alto e acampa o hostilizamos.
- III — Quando o inimigo demonstra querer evitar o combate o atacamos.
- IV — Quando o inimigo retira o perseguimos.

Os resultados práticos alcançados pelas guerrilhas chinesas, foram extraordinários.

O depoimento de um soldado chinês, do 4º Exército, diz: "começamos praticamente sem uniformes. Mas nos últimos anos temos conseguido uniformes novos, e despojando o inimigo de seus materiais, armamo-nos com rifles novos e metralhadoras modernas".

AS GUERRILHAS NA IUGOSLÁVIA

Em 1941, aparecem na Iugoslávia as guerrilhas dirigidas pelo Marechal Tito, que teve de fazer frente a três inimigos: as tropas invasoras de Hitler, os croatas de Pavelich e "chetruks" de Milhai-lovich.

O mais importante das guerrilhas na Iugoslávia, do ponto de vista militar, é que lutaram sôzinhos na defesa da pátria e que puderam transformar-se em exército. Em 1943, Tito tinha sob suas ordens cerca de 150.000 patriotas com os quais organizou dez divisões.

A INSTRUÇÃO DE GUERRILHAS NA GRÁ-BRETANHA E NOS ESTADOS UNIDOS

A experiência dos voluntários ingleses e lánques que, nas Brigadas Internacionais combateram

ao lado do povo espanhol, foi agora cuidadosamente aproveitada.

Os veteranos da guerra civil espanhola ensinavam os voluntários da Guarda Metropolitana, além do manejo das armas modernas, os truques da guerra de guerrilhas, isto é, como decapitar motociclistas colocando arames transversalmente nas estradas, como arrojar granadas sobre colunas de soldados e como incendiar tanques.

Os norte-americanos também prepararam equipes de guerrilheiros que foram utilíssimos na campanha do Pacífico.

AS GUERRILHAS NA FRANÇA — OS "MAQUIS"

Organizada a resistência sob a dominação nazista, a partir de 1942 as forças germânicas e as milícias de Vichy estiveram sempre em xeque, culminando com a reconquista de Paris.

AS GUERRILHAS NA ESPANHA

O povo espanhol detém uma gloriosa tradição de guerrilhas. O exército de Napoleão conheceu o peso das astúcias e do destemor dos guerrilheiros espanhóis.

Em 1936 milhares de guerrilheiros se levantaram contra Franco. Na Andaluzia, Badajoz, Cáceres, Asturias, pequenos grupos de patriotas se refugiavam nas montanhas quando as cidades dessas províncias caíam em poder do inimigo. Pouco a pouco os núcleos aumentavam e eram beneficiados com a chegada de especialistas.

AS GUERRILHAS E SUA COMPOSIÇÃO

No conjunto das forças em operações, os grupos de guerrilheiros se apresentam como inestimáveis colaboradores e auxiliares do exército regular, cuja ação facilitam destruindo os meios do inimigo e criando em torno deste um constante estado de sobresalto que desespera e deprime.

Não são os guerrilheiros que decidem a guerra na batalha final, mas sim os exércitos regulares. Ambos os elementos devem lutar

na defesa de uma nação invadida.

As guerrilhas atuais se constituem com os homens, as mulheres e as crianças das zonas invadidas, isto é, a população civil em armas na retaguarda inimiga, mas também com elementos do exército designados especialmente para esta classe de luta e com as unidades regulares que muitas vezes são cercadas.

As operações de guerrilheiros são conduzidas com o fim de inquietar ou retardar forças maiores, causando perdas por meio de escaramuças, destruindo as transmissões, ou fazendo incursões nas linhas de comunicações e reaprovisionamento do inimigo.

Na conduta das operações de guerrilheiros, a mobilidade, a iniciativa e confiança das tropas empregadas são mais importantes do que o seu valor numérico. Em geral, os melhores resultados são obtidos pelo emprego de numerosos pequenos destacamentos, sob as ordens de chefes subordinados capazes, diligentes, valentes e dotados de alto valor moral, todos operando sob a direção de um experimentado comandante superior.

Um ativo e organizado plano de contra-reconhecimento derrota os destacamentos de reconhecimento do inimigo.

AS GUERRILHAS E AS FORÇAS MORAIS

As forças morais adquirem uma singular importância na luta dos guerrilheiros, cujos grupos agem isoladamente, tendo o inimigo pelos quatro lados.

Esta particularidade os distingue das unidades regulares que combatem em dispositivos determinados de antemão, com tropas amigas enquadrando-as e comunicações e transmissões assegurando a coesão.

No grupo de guerrilhas a vigilância se extingue no momento da partida, e ainda quando o chefe tem lei para castigar os indisciplinados, a ação combativa dos guerrilheiros está em relação direta com sua moral e sua vontade de vencer.

AS AÇÕES DE GUERRILHAS

Nas ações de guerrilhas podem ser seguidos os seguintes conselhos:

- Visar as vias de comunicação, nas transmissões, nos recursos e na moral do inimigo;
- Buscar o momento oportuno de destruí-los e aproveitá-lo, uma vez chegado;
- Retirar-se quando o inimigo ataca;
- Atacar quando o inimigo se retira;
- Só atacar de surpresa e com superioridade de meios.

Em 1941 o rádio de Moscou transmitia várias vezes por dia o seguinte aviso:

"Quanto mais depressa destruas o inimigo menor será o perigo de que ele te possa destruir. Se não podes destruí-lo por um meio corrente, busca outro, inventa-o. Retira-te se necessário, mas fica atrás das linhas do inimigo para acossá-lo e hostilizá-lo até que o destruas.

Se alguma vez te encontrares lutando sozinho, não esqueças que teus camaradas estão lutando por ti, talvez da mesma forma, em outro lugar".

O objetivo das guerrilhas na retaguarda inimiga é a destruição do adversário, por meio de fustigamento constante, disparando de sítios invisíveis, contra as suas colunas, atacando os seus destacamentos isolados, exterminando oficiais e soldados adversários, tornando-lhes impossível o repouso. Os guerrilheiros planejam e executam audazes golpes de mão contra os estados-maiores e quartéis-generais do adversário, estações ferroviárias, centrais de transmissões, aeródromos, garagens e depósitos.

As guerrilhas desarticulam o sistema de comunicações do inimigo destruindo e obstruindo vias férreas, dinamitando pontes e estradas, minando os cursos d'água navegáveis e inutilizando ou apoderecendo-se dos seus meios de transporte. Interceptam mensagens e

confundem o inimigo com informes falsos propalados em suas próprias linhas.

Na distribuição do material de guerra e da economia inimiga, os guerrilheiros se apoderam de carros de combate, armas e munições ou os deixam inservíveis; apossam-se de cavalos, autos, tratores; incendiam as fábricas e depósitos. Atuam sobre o moral do inimigo infundindo o pânico, espalhando o terror e mantendo um continuo estado de alarma. Fomentam atos de sabotagem, provocando o corte de luz e da água, se apossando dos rebanhos que encontrarem.

ORGANIZAÇÃO E O ARMAMENTO

Para ser chefe de guerrilhas é necessário reunir qualidades de caudilho. Valor pessoal, energia indomável, físico que desconheça a fadiga, faculdade de decisão, audácia, sabedoria em administrar justiça, são aptidões imprescindíveis para conservar a confiança de seus homens e assegurar estrita obediência.

A cavalaria, parece-nos, que deve ser a arma soberana da guerrilha, muito embora, evidentemente, na emboscada, no ataque à passagem de comboios e em muitas outras circunstâncias, os grupos de guerrilheiros apeados possam prestar — e tenham prestado — relevantes serviços.

A verdadeira guerrilha ofensiva, não para atuação de momento, mas para fazer a guerra prolongada, convem ser constituída por cavaleiros dispondo ou não de automóveis.

Sejam a cavalo, sejam a pé, ciclistas ou até auto-metralhadoras (para missões de momento).

O verdadeiro grupo de guerrilheiros, deve ter como efetivo máximo uns 30 homens.

É pois de prever que o grupo eventualmente tenha por chefe um graduado. Quando por falta de ligação ou direção superior se formarem espontaneamente grupos isolados, atuando por vontade própria, deve ter por chefe um patriota ardente, um reservista, que tome, em circunstâncias muito particula-

res da guerra, a direção dum grupo de guerrilheiros.

— Os homens e animais devem ser escolhidos e novos; os homens devem ter a idade até 40 anos, os cavalos de 8 a 10 anos. Os homens de preferência atiradores especiais. Os cavalos escuros.

— Os homens devem tratar bem as populações, em particular as mulheres e as crianças.

— O grupo deve viver quanto possível da "ração de reserva" e da exploração dos recursos locais.

— Guardar segredo absoluto dos movimentos que só devem ser conhecidos do chefe e do subchefe, até os últimos momentos.

— Evitar trazer papéis de importância; destruí-los caso seja apanhado; é preferível queimá-los ou até, em situação desesperada, engulir-los.

— Os homens devem orientar-se constantemente, voltar-se de vez em quando para trás, e deve-se-lhes dar instruções de orientação diurna e noturna.

— Escolher para estafeta os mais desembaraçados.

— Enviar mais de um, por itinerários diferentes, se a comunicação é importante.

— Estacionar em pontos isolados: bosques, moinhos abandonados, etc. e nunca em povoações ou próximo de caminhos de grande trânsito.

— Escolher o local de estacionamento de dia e ocupá-lo de noite ou ao crepúsculo. A falta de outro meio combinar, quando necessário, um ponto secreto, onde se deixe a correspondência da retaguarda para a frente e, ainda assim, cifrada. A cifra a usar pode ter por base a equivalência de palavras.

— Usar despachos simples.

— Deixar sempre um guarda ao estacionamento. Dormir vestido.

— Atacar sempre, até na defesa.

— Sujeitar os espões e traidores à lei de guerra.

— Equipamento: o mais reduzido possível. No verão e no inverno dispor de boas camisas e uma manta, pois, será preciso dor-

mir freqüentemente ao relento; curativo individual.

ARMAMENTO

O armamento usado pelos guerrilheiros é especial. Quando se trata de grupos de homens disfarçados, nas cidades ou em pontos importantes, usa-se o individual: fuzil ou mosquetão, com 100 tiros por homem, granadas de mão defensivas e incendiárias, pistola ou revólver 45 e submetralhadoras. Frações maiores podem usar a metralhadora .30 ou .50.

Em certas operações de maior vulto deve haver o concurso da artilharia móvel e da aviação.

Todos os homens devem usar os disfarces individuais e os do terreno, uma vez que o sucesso repousa na surpresa.

A munição deve ser poupada e todo o material capturado ao inimigo, utilizado ao máximo.

MARCHA

2 a 4 homens a uns 100 metros do grosso do grupo; eventualmente um ou dois nos flancos e mais excepcionalmente na retaguarda. Utilizar caminhos isolados, cuidado ao transpor as cristas, povoados, etc.; as mulheres e as crianças, dedicadas à causa, podem prestar bons serviços na segurança.

COMBATE DOS GUERRILHEIROS

Os pequenos grupos de guerrilheiros não travam combates táticos, senão em circunstâncias excepcionais. Suas ações se limitam correntemente a encontro com forças inimigas isoladas ou separadas do grosso, em terreno escolhido pelos guerrilheiros e assegurada previamente a superioridade de meios sobre o adversário. Evitar-se-á toda prorrogação da luta que enseje o jogo de reservas inimigas. Ademais, é preciso ter em conta que o objetivo mais importante é a destruição do inimigo e que não interessa a conquista do terreno, que não poderia ser mantido, quando se opera em zona ocupada pelo adversário.

Quando, porém, os guerrilheiros têm tarefa em coordenação com o exército regular de acordo com os seus meios e efetivos, combatem nas condições táticas estabelecidas para a Infantaria e a Cavalaria.

Para a execução dos atos de guerrilhas é indispensável uma meditada proteção que varia em relação com as características de cada ato.

O homem isolado que realiza uma missão busca sua proteção na própria escolha do momento para agir — a solidão, o silêncio, a noite. Em geral, porém, as medidas de proteção se estendem antes, durante e depois da ação. Pode suceder que quem esteja encarregado de proteger qualquer dessas fases da ação se veja obrigado a atrair sobre si a atenção das patrulhas inimigas que poderiam descobrir seus camaradas.

Em todos os casos, na previsão de uma retirada fracionada, o chefe fixa pontos de reunião num local a cerca de 500 metros do ponto atacado, e até itinerários, de modo que um grupo de guerrilheiros, ao retirar-se, não sirva de obstáculo à direção dos fogos de outros grupos, nem sirva de guia para a localização dos demais grupos.

A astúcia, a oportunidade e o inesperado ataque, são as regras fundamentais. Atacar, fazer a ruptura do combate, retirar para atacar mais adiante.

De preferência mostrar alguns homens ou fazer alguns tiros num ponto e cair a fundo noutro.

Quando o inimigo, por sua vez, utiliza o processo de guerrilhas com mais forte razão os grupos de guerrilheiros são necessários, pois, a guerra contra o bando só deve fazer-se com o grupo caça-bando.

Como princípio um "Caça-bando" deve ser encarregado de bater ou perseguir sempre o mesmo bando. Efetivo: 20 a 30 homens, normalmente.

A DESTRUIÇÃO DOS RECURSOS, DAS TRANSMISSÕES E DAS COMUNICAÇÕES DO INIMIGO

Para deter automóveis nas estradas pode-se utilizar troncos de árvores, cabos, vidros em ponta e

densamente disseminados. Para destruir motores basta colocar no carburador ou no depósito de gasolina, areia, esmeril, sal, açúcar. Das vias férreas é sempre possível cortar os trilhos, subtrair dormentes, o que produzirá descarrilamentos e, portanto, demora na marcha das composições inimigas. Podem ser empregados cabos grossos estendidos obliquamente na estrada para deter veículos; as motocicletas, por esse processo, se desviam para um lado da via, onde se recolhe a máquina e faz o motociclista prisioneiro, sem que os que vêm mais atrás o percebam.

As ações contra as centrais de transmissões de rádio, telegrafia ou telefone exigem um planejamento prévio e constituem verdadeiros golpes de mão.

Na destruição de armas de guerra é recomendável retirar as peças principais das mesmas.

CONCLUSÃO

O fato essencial, central, do último conflito, diz o General de Lattre de Tassigny, em sua magistral conferência proferida na Escola de Estado-Maior Francesa, é o caráter total, poder-se-ia dizer integral, da guerra moderna.

"Mas a guerra não se tornou total somente pela cooperação do esforço de todos; é total também porque estendeu o perigo de guerra a toda a superfície dos países beligerantes. Ontem, a motorização e o avião, amanhã os foguetes e as forças aéreo-terrestres aumentam o raio de ação dos meios militares além das antigas "frentes" e de suas retaguardas imediatas, e até os pontos mais longínquos do território nacional, que podem ser destruídos ou ocupados pelo inimigo. Dessa maneira, todo o habitante se torna uma vítima possível e todo homem válido um combatente em potencial."

"Participação geral no esforço de guerra, participação geral no perigo de guerra, participação eventual de todos na luta armada ou clandestina."

"A mobilização propriamente militar correspondente à luta ar-

mada necessita o acionamento de toda a Nação. Compreende hoje, de um lado, a mobilização dos exércitos emanados da Nação e encarregados de empunhar as armas destinadas a obter ou colhêr a decisão e, de outro lado, colocar toda a população em estado de defesa, quer para protegê-la contra todos os perigos, quer para permitir-lhe participar do combate ou da resistência, em caso de invasão", como fizeram os russos contra os alemães.

"Pode-se deduzir da noção de mobilização total que uma parte importante da população será utilizada, durante a guerra, no setor civil, produção ou administração. Esses "reservistas" a título civil só participarão da luta armada na defesa local, em caso de invasão. Sua instrução militar poderia, então, ser mais sumária, devendo-se, entretanto, impôr-lhes novas obrigações de ordem civil."

É o caso dos reservistas que são empregados nas usinas, fábricas, laboratórios, engenhos, fazendas, obras públicas, hospitais, meios de transporte, etc., que se deverão preparar para a luta de guerrilhas no caso de invasão do nosso território.

"A auto-defesa deverá realizar perenemente: a "proteção", isto é, a guarda de pontos sensíveis, e em caso de ataque, sua defesa "imediata", aguardando, se for necessário, a intervenção das forças móveis poderosamente armadas.

Em caso de invasão, a auto-defesa deverá iniciar a organização da resistência interior, mediante a constituição de redes de arame farpado e de guerrilheiros."

A guerrilhas assumem na guerra moderna, papel muito importante. Devemos estudá-las e preparar o seu emprego, mediante um plano nacional.

Deve ser incorporada a guerrilha à doutrina de guerra, como bem prevê o R.-100-5.

Devemos resolver a preparação das operações de guerrilheiros, preparando as nossas reservas não instruídas, com um Serviço Pré-Militar, em que as Reservas deverão ser organizadas, enquadradas e instruídas segundo o plano local, a fim de participar da vigilância,

proteção de pontos sensíveis, da D. C. A., da extinção dos incêndios, da salvação dos feridos, bem como da defesa imediata desses pontos sensíveis.

Deve haver uma relação entre o Comando militar e as Autoridades civis.

Para solucionar o problema da instrução das populações civis para as guerrilhas, sugerimos a disseminação de Centros de Instrução em todas as localidades, a fim de prepararem aqueles que são dispensados do Serviço Militar em tempo de paz.

É indispensável dar a toda a população civil (homens, mulheres e crianças) noções teóricas e práticas essenciais para a sua defesa e das regiões em que vive. Por exemplo: tiro, armamento, disfarce, serviço em campanha, marchas em grupos, etc.

Cumprir-se preparar a população para agir contra o inimigo que aparece pelo ar, por terra ou por mar.

Um país como o nosso que se presta às incursões por terra, mar e ar, com vasta extensão territorial e imensa fronteira seca, deve se precaver e preparar para defender o colosso que nos legaram os nossos avós.

Não é possível haver paz num mundo onde impera a ambição e o ódio.

Ainda e sempre o lema: "Si Vis Pacem Para Bellum".

Obras Consultadas:

O Fenômeno Militar Russo — do Cel. J. B. Magalhães.

Combate de Ruas e Guerrilhas — (Estudos) — do Exmo. Sr. General de Divisão Odílio Denys.

Reflexões sobre a Guerra Moderna — do Major Jayme Ribeiro da Graça.

R. S. C. — Operações — F. M.-100-5.

A Defesa Nacional — N. 402, de novembro-dezembro de 1947.

A Defesa Nacional — de março de 1945.

Military Review — N. 11, de fevereiro de 1948.

A Guerra Total — do General Ludendorff.

ARTILHARIA DA D. B.

Maj. J. F. MOREIRA COUTO.

A) ORGANIZAÇÃO

1) O canhão.

O material da Artilharia Blindada é o canhão M7, capaz de desempenhar tôdas as missões normalmente confiadas à artilharia motorizada de calibre idêntico. Blindado, muito móvel e de fácil manobra, está apto a prestar apoio eficiente e ininterrupto às unidades de carros e apresenta as seguintes características especiais:

a) montado em reparo autopropulsado, de grande mobilidade tática, tem o tubo dirigido no sentido da marcha; assim, a peça pode atirar logo que o veículo pare;

pois os serventes estão protegidos contra o fogo de armas portáteis e automáticas e podem defender-se de aviões que võem baixo;

c) graças à sua mobilidade e à dotação de munição anticarro que possui, a Artilharia Blindada pode opor-se a ataques diretos de carros inimigos; não deve, entretanto, salvo situação de emergência, empenhar-se com eles em combate aproximado;

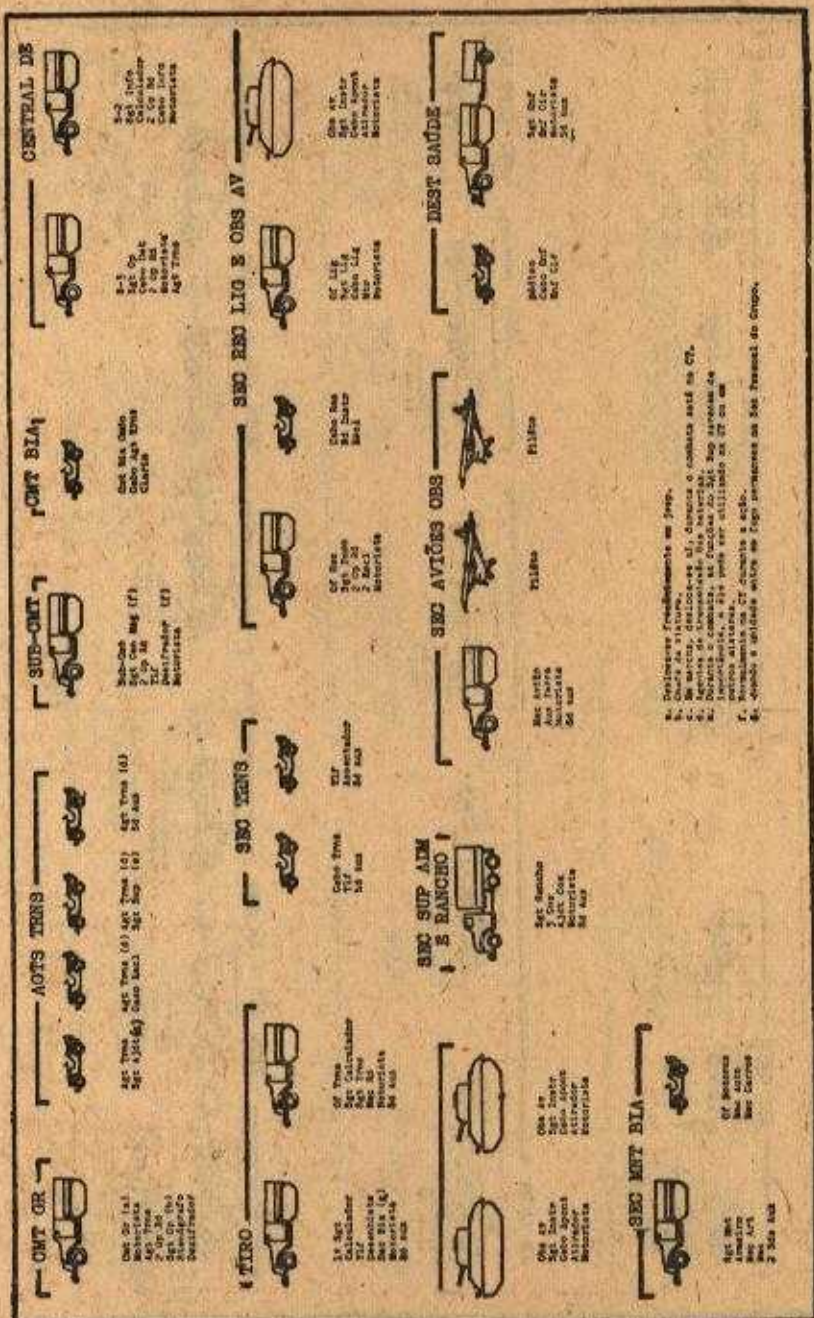
d) o material dispõe dum campo de tiro horizontal de 700° e tem seu alcance máximo reduzido, em virtude de restrito campo de tiro vertical, a 10 km apenas, em coincidência com o extremo limite do emprêgo eficaz mencionado na sua tabela de tiro.



Fig. 1

b) o reparo é blindado, transporta uma metralhadora antiaérea e armas portáteis para defesa da guarnição. A peça pode ocupar posição junto às primeiras linhas,

O M7 foi substituído modernamente pelo M37, montado em chassis de carro leve M24, que pesa 20 ton. e dispõe de melhor blindagem. Nesse modelo o canhão



350 GAZ



Motorista
30 km/h



Motorista



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

350 GAZ



Set 300 km
Motorista

Fig. 5

11 e 12) que, coordenados pelo oficial de ligação junto ao Cmt. GT ou de Btl., tornam possível a adaptação dos fogos às conveniê-

cias da unidade apoiada (figura 13).

4) *Munição transportada. Capacidade de remuniamento.*

Bia :

6 peças \times 69t + 6 reb 1 ton \times 39t = 648t
 Sec Mun: 2 viat meia lagarta \times 66t = 132t
 2 reb 1 ton \times 39t = 78t

Grupo :

3 Bias \times 858t = 2574t
 Trem { 9 cam 2.5 ton \times 93t = 837t
 Mun. { 9 reb 1 ton \times 39t = 351t

858t

3762t, ou 1.045 UF.

Capacidade de remuniamento: 1818t, ou 0.505 UF.

(com 13 cam 2.5 ton e reb 1 ton eleva-se a 1 UF)

5) A AD/DB.

A AD/DB compreende três GAB de 105 mm. O Cmt. AD, um Coronel, tem, na DB como na DI, uma dupla função:

- comanda toda a artilharia, orgânica ou de reforço, de que disponha a DB para determinada operação;
- faz parte do EM especial do Cmt. DB, onde funciona como consultor técnico em todos os assuntos que digam respeito à artilharia.

Além das atribuições normais a todo Cmt. AD, as seguintes, oriundas do aspecto peculiar do combate no âmbito duma Divisão Blindada, merecem menção especial:

- coordena a observação na artilharia com as redes de alarme antiaéreo e anticarro estabelecidas;

— organiza os fogos da AD e de todas as unidades de carros, antiaéreas e anticarro, que tenham recebido missão secundária como artilharia;

— dirige o emprego dos aviões de observação da artilharia e coordena sua atuação com a da aviação de combate.

O Cmt. AD é servido por um EM e uma Bia. Cmdo., com missões idênticas às dos mesmos elementos da AD/DI e que constituem, na DB, nos casos de emprego centralizado, um comando de agrupamento disponível.

6) Possibilidades de fogo da AD/DB.

Partindo da bateria, unidade de tiro elementar, são as seguintes as possibilidades de fogo da AD/DB não reforçada:

	Área batida	Frente batida	
		Pessoal	Carros
Bia. 105 de seis peças.....	1.5 ha	300 m	150 m
Gz. 105..... (Bias em alça única).....	6 ha (300 m \times 200 m)	900 m	450 m
(Bias com alças escaloadas de 100 m).....	10.5 ha (300 m \times 350 m)	—	—
AD/DB orgânica..... (Três Gz. 105).....	31.5 ha (900 m \times 350 m)	2.700 m	1.350 m

Como se vê, pelo fato de ser cada bateria constituída de seis peças, as possibilidades dum Grupo de Artilharia Blindada de 105 mm igualam as do Grupo de 155 motorizado da DI.

7) Possibilidade de reforço.

A AD/DB dispõe, no que se refere a organização, das mesmas facilidades que tem uma AD/DI para enquadrar reforços; e os princípios a obedecer naquela para a absorção de unidades provenientes

da reserva geral devem ser aqui também observados. No entanto, embora seja evidente a necessidade, na DB, dum material de grande alcance, capaz de encarregar-se dos fogos longínquos e de contra-bateria, o emprego que geralmente é feito dessa GU, em região diversa daquela em que a maior massa de meios é concentrada pelo Comando, a penetração profunda que realiza no dispositivo inimigo, as condições de terreno muitas vezes impedem, na maioria dos ca-



Fig. 7



Fig. 8

sos, a atribuição de reforços de artilharia à DB. Nas operações centralizadas, porém, ou em situações especiais (terreno difícil, emprego de minas em larga escala pelo inimigo) os carros e os "tanks" destróiers, inutilizáveis temporariamente na sua missão principal, são normalmente empregados em reforço à artilharia, desde que tenha havido tempo suficiente para

que o Comando preparasse tal intervenção, proporcionando a essas unidades créditos de munição que as habilitem à execução de missões secundárias sem tocar nos projéteis que transportam para as missões primárias.

O preparo da intervenção de artilharia motorizada, carros e "tanks" destróiers em reforço à AD (e também de AAAé tornada porven-



Fig. 11



Fig. 12

tura inativa em presença de ação aérea inimiga praticamente nula) encerra problema técnico delicado, que precisa ser resolvido de antemão (Military Review, agosto, 1945, pág. 33).

Inversamente, a AD duma DB em reserva poderá, por decisão do Comando, ser chamada a reforçar a artilharia motorizada duma DI, ou a ACEX; em tais casos a constituição dum agrupamento sob o comando do próprio Cmt. AD/DB

muito desenvolvida em deslocamentos rápidos, na execução de missões de tiro sem carta ou fotocarta, no bater objetivos largamente intervalados, em concentrar fogos partindo de dados topográficos muito sumários e na confecção expedita duma PTO. Seus quadros devem estar de tal modo treinados que possam instantaneamente discernir o grau de precisão que determinada manobra comporta e adaptarem-se a ela

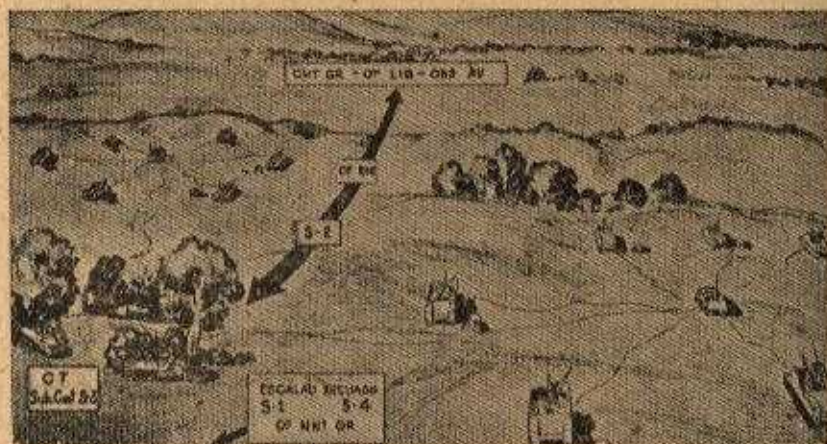


Fig. 13

aplainará muitas dificuldades, tornando fácil a retirada do material quando surgir oportunidade para o emprego da DB.

B) ASPECTOS PARTICULARES DO EMPREGO DA AD/DB

8) Instrução.

A Artilharia Blindada, além de estar preparada para todas as missões que possam caber às unidades motorizadas, precisa receber treinamento especial em operações de apoio a unidades de carros ou infantaria blindada em ação descentralizada, como na exploração do êxito ou em operações de reconhecimento. Isso exige instrução

sempre com a justeza máxima compatível com o tempo que houve para a preparação.

9) Característica geral das missões da AD.

A missão essencial da AD/DB é a de apoiar continuamente as unidades blindadas, atuando contra os órgãos de fogo que impedem o seu avanço. Durante o evoluir duma operação ela poderá ter de apoiar uma vanguarda ou uma força de cobertura, cobrir a reunião e o desenvolvimento do grosso, executar uma preparação, apoiar um ataque e deslocar-se sem interromper o apoio. No decurso dessas intervenções, poderá ser levada a atirar em qualquer direção a fim de opor-se a ameaça nos flancos



Fig. 14

O Grupo desdobrado no terreno

ou vinda de trás e a cobrir a reunião de carros que se reabastecem, se remuniciam, se reorganizam, retraem após uma operação fracassada, ou são recuperados quando indisponíveis.

10) Centralização e descentralização.

No emprego da Artilharia Blindada, como no de qualquer outra artilharia, a preocupação de centralizar a fim de poder manobrar fogos e obter densidade máxima nos pontos críticos para a ação existe sempre no espírito do Cmt. AD. O sucesso da operação da DB, cujo emprego em massa é preconizado, está, de certo modo, na dependência dessa possibilidade.

Inversamente, porém, a idéia dominante do Cmt. DB é a de explorar rapidamente o sucesso obtido, proporcionar-se espaço para lançar os elementos ligeiros de que dispõe; a montagem duma operação centralizada é, para ele, uma contingência a que se tem de submeter a fim de romper uma frente e reconquistar ampla liberdade de manobra. Por isso conser-

va-se sempre a DB, desde o início da ação centralizada, disposta já em grupamentos capazes de atuação independente, preparada para oportuna descentralização. E quando ela sobrevém, chegará o momento em que o Cmt. AD não poderá mais centralizar seus meios, em virtude da mobilidade da ação dos carros, das grandes distâncias vencidas, da largura das frentes de atuação, das dificuldades do terreno e da observação, da insuficiência dos meios de transmissão; precisa então destacar unidades que acompanhem os grupamentos, com as quais, no entanto, mantêm-se em ligação constante, tendo sempre em vista a centralização futura.

11) Organização da AD/DB para o combate.

Nas operações centralizadas o Cmt. AD conserva o comando de toda sua artilharia, ou de parte dela, atribuindo-lhe missões de apoio direto ou de ação de conjunto. Nas ações descentralizadas, a adição de grupos aos GT é normal; as unidades que porventura

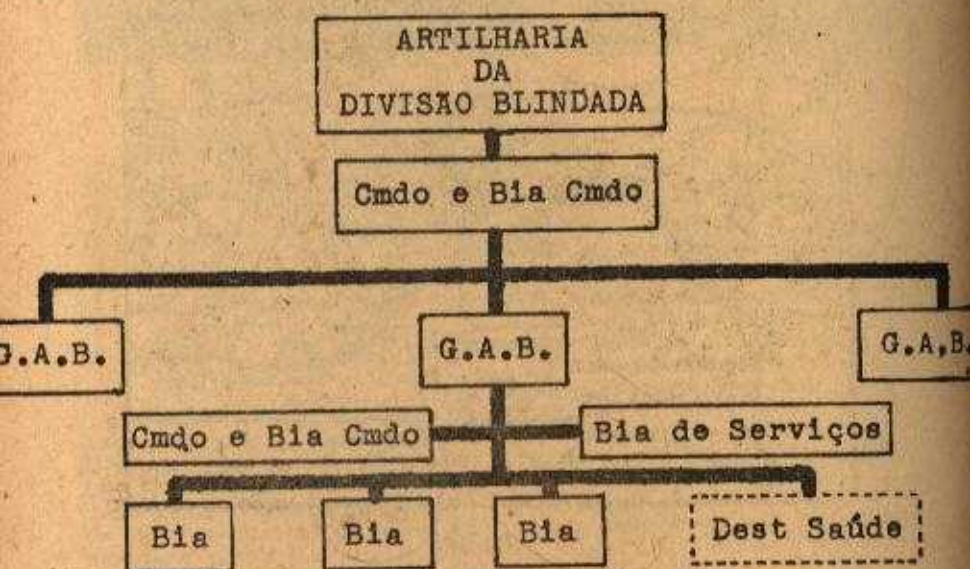


Fig. 15

restem serão colocadas em ação de conjunto. A atribuição de missão tática a um grupamento de forças pode envolver também a designação de artilharia orgânica que dele deva fazer parte. A organização temporária em agrupamentos de grupos com missões idênticas, orgânicos ou de reforço, é usual na DB como na DI. A idéia diretriz na organização da AD/DB para o combate deve ser a de proporcionar apoio com densidade máxima nas regiões críticas para a manobra da GU.

12) Transmissões.

O uso de meios de transmissão rádio é corrente na DB; no de-

curso da ação, as mensagens são todas autenticadas, para eliminar possível interferência do inimigo.

Os grupos descentralizados nos GT conservam-se sempre em ligação com a AD, prevendo a centralização. Durante operações de movimento, até as guarnições dos aviões de observação colaboram para conservar a ligação. A rede terra-ar da AD (PC/AD — PC dos Grupos — Aviões de observação) fornece ao Cmt. AD um canal comum para a artilharia, utilizável para o comando em caso de emergência e uma rede de alarme contra carros dada pelos aviões.

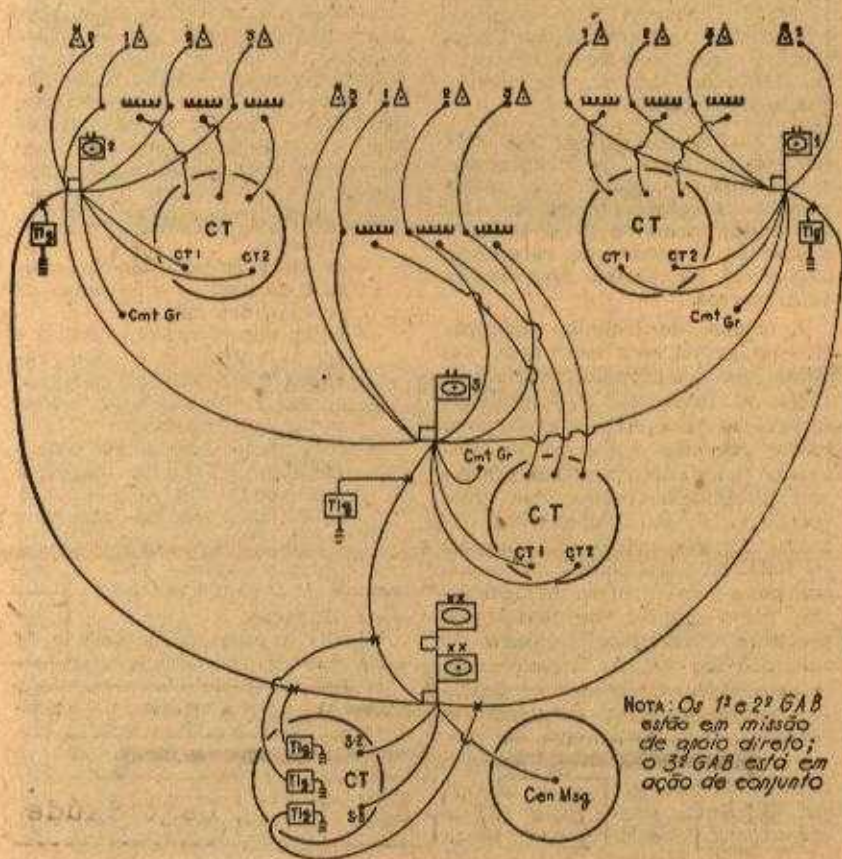


Fig. 16

Em operações centralizadas, quando o tempo de parada previsto o autorize, o fio poderá ser estendido.

13) Topografia.

Os prazos considerados necessários para a preparação topográfica são os mesmos que se levam em conta na artilharia motorizada: três horas para organizar uma PTT de grupo, uma hora para confeccionar uma PTO e seis horas para a realização duma trama topográfica coerente em toda a frente de atuação da AD. A rapidez das operações na DB obriga o largo emprego da PTO. O prosseguimento imediato dos trabalhos topográficos para passar da PTO à PTT é normal, bem como a transmissão às baterias dos dados obtidos, para permitir a execução das PTT de Bta., que facilitem a descentralização.

As turmas do grupo encarregam-se, em regra, do levantamento da zona dos objetivos e da conexão; às baterias cabe levantar a posição normal e a de troca, e distâncias a pontos de referência utilizáveis na defesa aproximada contracarros.

A origem do trabalho topográfico no grupo será arbitrária, um ponto de coordenadas tiradas de carta ou fotocarta, ou elementos fornecidos pela AD, a qual pode tornar coerente a topografia realizada pelas unidades subordinadas designando coordenadas arbitrarias para um alvo auxiliar comum, ou fornecendo dados, reais ou fictícios, para pontos nas zonas ocupadas pelos grupos. A localização, pelos grupos, dos pontos que precisam determinar partindo do alvo auxiliar da AD tomado como origem para as medidas de ângulos, reduz os erros possíveis na confecção das pranchetas de tiro. A considerar também que, quando o trabalho dos grupos se origina em elementos dados pela AD, a organização topográfica assim criada já nasce coerente, eliminando-se, pois, o prazo destinado a coordenação posterior.

14) Coordenação da Artilharia com as outras armas.

Princípio básico.

O princípio básico do emprego do grupamento infantaria-carros-artilharia pode ser assim expresso:

Os carros e a infantaria reforçada com canhões anticarro, protegem-se reciprocamente, pela observação e pelo fogo; a artilharia dispõe-se e observa, em condições de intervir a tempo para apoiar uns e outros (Fig. 17).

15) Missões da Artilharia.

Toda a artilharia disponível deve intervir, no ataque, em proveito do elemento, infantaria ou carros, encarregado da ação principal; a maior parte dela precisa estar em condições de se concentrar onde quer que seja necessário durante a ação. Os carros, cujo emprego, afinal, é sempre o objetivo de toda operação à base de infantaria, necessitam, quando entram em linha, o desencadeamento de fogos de apoio, previstos ou não, a fim de (Fig. 18):

- cobrir o desenvolvimento do grosso;
- proteger as posições de espera e de partida e as zonas de reunião dos carros;
- bater organizações inimigas e armas anticarro, os observatórios e a artilharia adversa;
- apoiar continuamente o atacante que avança;
- cobrir com fumígenos observatórios e armas anticarro inimigas;
- desarticular contra-ataques e cobrir flancos ameaçados.

16) Coordenação com o comando da unidade apoiada.

a) Ligação.

Os PC da unidade apoiada e do Cmt. Agr Ap Dir devem estar justapostos no início duma operação ofensiva, para facilitar a montagem da manobra. No decurso duma ação realizada inicialmente à base de infantaria, o PC da unidade apoiada é forçado a se deslocar primeiro; quando são os carros os primeiros elementos do ataque é, ao contrário, o PC da artilharia que se verá obrigado a avançar antes. A localização dos

PC junto a uma estrada atenua esse inconveniente: a ligação com a artilharia constituindo responsabilidade mútua dos dois comandos interessados, devem ambos, por isso, envidar esforços para torná-la fácil.

De qualquer modo, a ligação pessoal do Cmt. Agr com o comandante da unidade apoiada deve ser estabelecida, principalmente na fase de preparo da operação e em momentos de crise, quando a manobra montada previamente



Fig. 17



Fig. 18

está sujeita a alterações; o oficial de ligação também se desloca com a sua turma para o PC da unidade apoiada o mais cedo possível.

Os observadores avançados, atuando em carros, a pé, ou em viaturas de meia lagarta, têm sua ação coordenada pelo Cmt. Agr. em pessoa ou por intermédio do seu oficial de ligação, que o representa, quando ausente, junto ao comando interessado; mas os deslocamentos do Cmt. Agr. devem ser sempre conhecidos do comandante da unidade apoiada, do Cmt. GT e dos seus comandados.

Essa ligação com a unidade apoiada deve ser dobrada por outra a estabelecer sempre com o Cmt. GT, junto ao qual fica destacado, em permanência, um oficial de ligação. Além disso o Cmt. GT poderá solicitar, quando julgar necessária, a presença do Cmt. Agr. no seu PC.

b) Organização dos planos de fogos.

A confecção dos planos de fogos pelo comandante de cada batalhão de carros ou de infantaria em trabalho conjunto com o Cmt. Agr. ou com o oficial de ligação, permite à artilharia ajustar-se integralmente à manobra projetada.

17) *Emprego em apoio às ações da D. B.*

a) Organização.

A organização da DB, destinada a proporcionar-lhe flexibilidade máxima, prevê a reunião dos seus elementos básicos em GT constituídos. Mas a plenitude da sua potência é atingida quando ela é empregada como um GT único. É uma GU apropriada para penetrações profundas, exploração e perseguição; empregada defensivamente, constitui eficiente reserva móvel, cobre uma retirada e presta-se para ações retardadoras muito eficientes.

b) Princípios básicos de emprego.

Os carros devem ser empregados em massa. Sua atuação caracteriza-se por uma série de marteladas violentas sobre objetivos sucessivos, seguidas da ocupação de cada um deles, combinando o fogo e o movimento; qualquer que seja o valor ou a natureza da força que ataca, um escalão de apoio fixa o inimigo pelo fogo, enquanto o escalão de ataque se encarrega da ação principal, podendo ainda estabelecer um escalão de apoio próprio. Num GT, a massa da artilharia e das armas pesadas constituirão normalmente o escalão de apoio, mas poderão ocorrer situações que exijam dosagem de meios de fogo no escalão de ataque (Fig. 19).



Fig. 19

16) Apoio a uma ação infantaria-carros.

A infantaria e os carros completam-se no ataque, mas não dispensam nem diminuem a exigência de apoio de artilharia (14). Ao preparar-se para intervir numa operação em que ambas cooperem, precisa o comando da artilharia saber qual o elemento de primeira linha: enquanto a infantaria vai à frente, os objetivos são mais próximos, e toda artilharia disponível, mesmo a motorizada, estará em condições de participar do ataque. Os meios de observação a empregar devem merecer também cuidado especial, visto como a di-

aos elementos de artilharia motorizada que porventura coopere no ataque. O Cmt. Agr precisa abarcar toda a frente e os flancos com os meios de observação disponíveis, podendo apelar até para os seus aviões de observação para preencher lacunas.

O uso de fumígenos no apoio às ações de carros é freqüente na Artilharia Blindada; são empregados principalmente para cegar observatórios; cobrir o retraimento dos carros; indicar linhas atingidas, limites entre unidades, objetivos; proteger a retirada de minas, quando tenha de ser feita de dia (Fig. 20); cegar carros inimigos



Fig. 20

reção do fogo em apoio aos carros tem normalmente por base o emprego de observadores avançados. No mínimo um observador avançado deve acompanhar cada batalhão (infantaria ou carros) das primeiras linhas, e todas as vagas de carros devem dispor deles; é comum haver mesmo um por companhia de primeiro escalão. Para atender a essas necessidades, todos os oficiais do GAB, praticamente, estão em condições de operar como observadores avançados, e carros do BCC devem ser fornecidos

ou seus canhões anticarros (Figura 21) e indicar à aviação de ataque objetivos, ou o limite posterior dum bombardeio (Fig. 22).

Como quer que se desenrole uma ação combinada infantaria-carros, à artilharia caberá, além das missões fumígenas acima assinaladas e dos fogos contra objetivos inopinados (pela eficiência dos quais se medirá, afinal, a eficiência do apoio), fogos previstos de neutralização de armas automáticas e anticarro, de contrabateria e de proteção à retirada de minas; a



Fig. 21



Fig. 22

investida final dos carros, desligados da infantaria, sobre os seus objetivos, será eficientemente protegida por uma concentração em tiro de tempo, que impedirá qualquer ação contra eles das armas anticarro adversas. O plano de fogos deverá ajustar-se à missão que a infantaria desempenha no ataque, e será suficientemente flexível para permitir o apoio à arma encarregada da ação principal no momento, infantaria ou carros. Visará principalmente

impedir que o inimigo separe os blindados dos elementos a pé que os acompanham.

19) Apoio a uma ação à base de carros.

Os carros raramente atacam desligados da infantaria. Uma ação dessa natureza poderá no entanto ser aconselhável contra um inimigo estabelecido defensivamente numa frente muito larga, ou fracamente dotado de defesa anticarro. O apoio de artilharia as-

me aspectos distintos conforme fase do ataque considerada:

a) Deslocamento dos carros das zonas de reunião para a posição de espera.

Durante esta fase o fogo da artilharia inimiga constitui o maior perigo para os carros, que devem ser protegidos pela contrabateria encadeada pela artilharia do escalão superior, ou, na falta desta, até mesmo pela artilharia de apoio direto.

b) Passagem da posição de espera à posição de partida.

Os fogos de contrabateria conservam a princípio toda sua importância; quando os carros se aproximam das primeiras linhas, a neutralização das armas anticarro do inimigo torna-se capital; os fogos preparados de toda artilharia disponível concentram-se nas zonas suspeitas de abrigarem armas adversas; os observadores e os aviões de observação mantêm-se em constante atividade a fim de manobrar o fogo sobre as armas que se revelem em ação. Se houver necessidade de abrir passagem para os carros em campos minados, ter-se-á de montar operação especial que ocasionará problemas correlatos para a artilharia de apoio.

c) Ataque. Defesa de contra-ataques.

Antes do ataque a artilharia poderá ser chamada a realizar uma preparação, que baterá especialmente a artilharia inimiga, as zonas de reunião dos blindados adversos, observatórios e contraencostas suspeitas. Quando parte o ataque, é preciso neutralizar as zonas propícias para a colocação de armas anticarro, e atacar imediatamente as que os observadores vierem a localizar com precisão. A arremetida final dos carros contra o objetivo será eficientemente coberta por tiro de tempo, suspenso logo que a infantaria substitui os carros, que se retraem e reorganizam, protegidos por fogos de neutralização de armas anticarro manobrados pelos observadores avançados da artilharia. Alcançado o objetivo, fogos defensivos são ajustados, e a artilharia

prepara-se para se concentrar sobre os caminhamentos naturais de contra-ataque do inimigo.

d) Reorganização.

Os carros são muito vulneráveis quando se reorganizam, ou se reúnem para receber suprimentos; devem ser então protegidos por infantaria e armas anticarro e apoiados pela artilharia em condições de ser empregada em massa. A contrabateria assume particular importância nessa fase.

e) Recuperação de indisponíveis.

A artilharia deve organizar um plano de apoio flexível, compreendendo contrabateria, neutralização de armas automáticas, e missões fumígenas, destinado a proteger o pessoal que trabalha na recuperação de veículos desmantelados em ação.

20) Apoio a uma ação à base de infantaria.

Uma operação dessa natureza impõe-se quando se tem de forçar a transposição dum rio, atravessar um campo minado, montar uma operação de flanco contra armas anticarro perigosas, ou quando se tiver de atuar em região imprópria para o emprego de carros.

A intervenção da artilharia assumirá o mesmo aspecto que tem no apoio à infantaria duma DI. Os observadores avançados utilizarão um tipo qualquer de veículo dotado de rádio, ou atuarão a pé, a fim de não se exporem ao fogo certo do inimigo nos carros de combate de que dispõem; o uso da rede de transmissões da infantaria facilitará sua ação. Em qualquer caso, os fogos da artilharia visarão neutralizar as armas automáticas ou anticarro inimigas, proteger o levantamento de minas e calar as baterias inimigas.

21) Travessia de campos minados.

A abertura de passagens em campos minados bem defendidos é tarefa que requer o emprego de armas combinadas: infantaria, engenharia, carros e "tanks" destróiers, artilharia. Torna-se necessário neutralizar, durante a operação, as armas automáticas e a ar-

tilharia inimiga, e proteger com fumígenos, de dia, o levantamento de minas.

A artilharia não deve tentar abrir brechas nos campos de minas pelo fogo: as minas só detonam por impacto direto, e só se conseguiria assim revolver o terreno, criando futuros problemas de tráfego e tornando difícil a posterior remoção das minas.

Quando a limpeza do campo fôr realizada por tropa a pé, a artilharia atacará as baterias inimigas capazes de atuar contra ela e as armas de infantaria que defendem o obstáculo; poderá também realizar um enjaulamento da zona em que vai ser aberta a passagem, atirando nos flancos da penetração. Os carros e os "tanks" destróiers, disponíveis nessa ocasião, poderão reforçar a artilharia.

Se forem empregados carros com limpadores de minas ou serpentes demolidoras para a abertura de passagens, a artilharia, além de realizar a contrabateria, concentrar-se-á especialmente nas armas anticarro inimigas em condições de impedirem a operação.

Abertas as passagens, é estabelecida uma cabeça de ponte constituída de infantaria, reforçada logo por armas anticarro, "tanks" destróiers e alguma artilharia, que a transformam numa cabeça de ponte anticarro, suficientemente ampla para permitir a manobra de blindados; passam então os carros e o resto da artilharia, e a operação é retomada à base de elementos motomecanizados.

22) Aproveitamento do êxito e perseguição.

Ao ser empregada numa brecha aberta no dispositivo defensivo inimigo, a DB estará a braços com um ataque inicial, seguido de operações descentralizadas altamente móveis. O emprêgo da artilharia seguirá, em tal caso, as normas prescritas anteriormente para o ataque.

23) Emprêgo na defensiva.

Uma DB poderá ser chamada a organizar e ocupar, por período curto, uma posição defensiva. Articular-se-á então constituindo uma força de fixação e uma reserva móvel poderosa destinada principalmente a contra-ataques. O plano de fogos da artilharia não apresenta características especiais: assemelha-se ao da AD duma DI em operação idêntica. Os contra-ataques de carros serão em regra precedidos duma forte preparação de artilharia e apoiados como qualquer ataque de blindados; o reagrupamento dos carros após a operação, ou o seu retrainimento, se fracassarem, devem ser protegidos por todos os meios disponíveis da AD.

24) Manobra em retirada.

Nas ações retardadoras, as retaguardas são largamente dotadas de blindados sempre que possível. Valendo-se da sua mobilidade, esses elementos atuam ofensivamente contra as forças inimigas, aproveitando-se de todas as oportunidades para penetrar profundamente no dispositivo inimigo, cor-

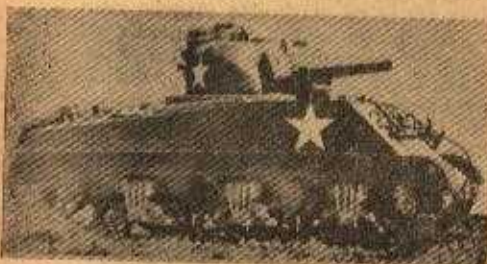


Fig. 23

Carro médio M4 A3 (canhão de 75 mm)

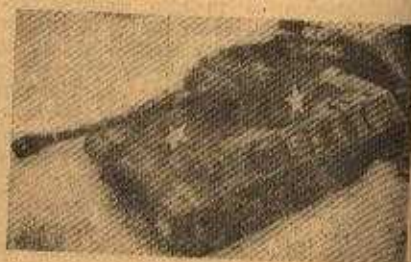


Fig. 24

"Tank" destróier M36 (canhão de 90 mm)

tando a sua linha de comunicações. A artilharia é geralmente descentralizada em apoio aos elementos empenhados, cabendo-lhe particularmente cobrir a instalação de campos minados e opor-se à sua remoção pelo inimigo.

CC), que poderá ser utilizada por um grupo como fogo adicional. Essas unidades não estão habilitadas a instalar observatórios afastados do material, nem a conduzir o tiro como artilharia: no desempenho de suas missões pri-



Fig. 25

Entrada rápida em posição

25) *Coordenação com a artilharia motorizada de reforço e com os carros e "tanks" destróiers utilizados como artilharia.*

Em operações centralizadas a AD/DB poderá receber reforço de artilharia motorizada ou de carros e "tanks" destróiers dispensados das suas missões primárias. O emprego desse material sofre algumas restrições, que precisam ser estudadas em cada caso.

a) Carros e "tanks" destróiers.

A unidade de emprego de carros ou "tanks" destróiers em reforço à artilharia é a Cia. (12 TD ou 15

márias são às vezes levadas a realizar tiro indireto, com observação axial, de canhão isolado ou mesmo de pelotão, postando-se o observador de sorte a poder, a um tempo, comandar diretamente a unidade e observar o tiro. Não estão, no entanto, em condições de aplicar processos de regulação mais complicados. Embora saibam utilizar o observador avançado quando atuam em reforço à artilharia, a lentidão com que executam o tiro observado contraindica o seu emprego no ataque a objetivos inopinados que não possam ser batidos por eficácia imediata. Devem ser

pois utilizados, de preferência, na execução de tiros preparados sobre zona, desencadeados por horário ou a pedido do grupo reforçado; o fogo da Cia., com os Pel. atirando em alça única, pode cobrir uma área de 200 m x 200 m. As correções a utilizar serão as obtidas pela preparação experimental exclusivamente.

A artilharia reforçada cabe fornecer aos carros ou TD os objetivos a bater, a duração do tiro e o número de projetis a empregar na missão; não lhes deve distribuir objetivos exclusivos, pois, eles podem ser chamados a qualquer momento para suas missões primárias, e o grupo terá, então, de tomar à sua conta a totalidade dos fogos.

Os carros e os TDAP não estão presos à limitação de 1.000^m da zona de ação; podem realizar com

as torres um giro de 360° em 15 segundos; os TD rebocados, porém, só dispõem dum campo de tiro horizontal de 800^m. O alcance útil desses materiais permite sua cooperação eficiente nas missões de artilharia:

- o canhão de 90 mm dos TD pode realizar tiro indireto eficaz até 18 km, e presta-se para fogos de inquietação na zona de retaguarda inimiga; sua alta velocidade inicial proporciona, em terreno favorável, o ricochete de projetis dotados de espoleta com retardo até 7.000 m, ocasionando arrebrandamento no ar muito eficientes contra pessoal;
- a peça de 75 mm dos carros médios tem seu alcance máximo limitado pelo mecanismo de elevação a 11 km, e é



Fig. 26

Posição preparada com tempo suficiente

eficaz a essa distância; as características da sua trajetória autorizam que se faça dela emprêgo idêntico ao preconizado acima para os TD.

Essas unidades não podem passar instantaneamente à execução duma missão secundária; precisam ser assistidas pelo Cmt. do grupo que reforçam no preparo da operação conjunta. Inicialmente, uma mudança de funções é necessária: o Cmt. Pel. irá ser Cmt. LF; os motoristas passarão a municiadores; os metralhadores dos carros e os ajudantes de motorista dos TD irão desempenhar funções de

do pessoal necessário à sua atuação como artilharia; além disso, a instrução destinada a habilitá-las para o desempenho das missões secundárias só começa quando seus elementos atingiram alto grau de eficiência na execução das missões primárias.

As posições a ocupar devem ser escolhidas em reconhecimento conjunto do Cmt. Gr. com o Cmt. Cia. CC ou TD, nas vizinhanças da posição do grupo, atendendo à eventualidade da retirada repentina do reforço; a trajetória tensa dos canhões dos carros e dos TD obrigam-nos a se disporem a dis-



Fig. 27

Bateria organizada para defender-se em qualquer direção

cabo de tiro ou de telefonistas. O problema para o Cmt. Pel. é o de habilitar-se, com um oficial e cerca de 30 praças, a executar quase a mesma tarefa que a bateria executa com 80 homens aproximadamente. Na Cia. é preciso igualmente desviar das atividades normais pessoal capaz de desempenhar as funções de CV, CH, telefonistas e calculadores, e organizar uma turma topográfica de seis homens para o levantamento das posições. As unidades de carros e de TD são equipadas com aparelhamento de CT, mas os quadros de efetivos não prevêem reforço

tâncias da massa cobridora duas a quatro vezes maiores que as que convém ao obuseiro de 105, e o sópro e o clarão que acompanham o disparo exigem maiores cuidados no disfarce das peças. Em compensação, os carros, submetidos a contrabateria inimiga, podem fechar as tórreres e prosseguir no cumprimento da missão, atitude que tem muitas vezes iludido o inimigo, levando-o a suspender o fogo por julgar-se enganado na localização do objetivo.

O levantamento da zona dos objetivos e o trabalho de conexão são feitos pela artilharia; as uni-

dades de carros ou de TD encarregam-se da topografia das posições, inclusive do estabelecimento duma DR amarrada às referências dadas pelo grupo. O Cmt. Gr terá o cuidado de fornecer os elementos do ponto de vigilância ou do alvo auxiliar o mais cedo possível ao oficial dos blindados que vai regular o tiro, a fim de acelerar o funcionamento da sua central.

A munição concedida para missões secundárias será trazida pela Cia. Serv. do BCC (Cia. Cmdo. do BTD) e estocada nas posições, dando que se tenha previsto com suficiente antecedência o seu provimento; caso contrário, caberá ao grupo trazê-la com o seu Trem Mun. ou ao Comando conceder reforço de transporte para esse mister.

A cadência de tiro máxima permitida nos canhões dos carros e dos TD é superior à que se pode manter na artilharia (20 tiros por peça em um minuto nos canhões 75 dos carros e sete nos de 90 mm dos TD, contra quatro apenas no obuseiro de 105 mm). Num minuto de fogo ininterrupto as 45 bocas de fogo dum BCC poderiam

concentrar num objetivo 5.5 toneladas de munição, enquanto que toda a A.D.B. (três GO 105 de 18 peças) arremessaria, no mesmo espaço de tempo, pouco mais de três toneladas.

O estabelecimento da ligação com a unidade apoiada cabe, naturalmente, ao grupo; o elemento de reforço fica responsável pelo envio dum seu representante para junto do comando da artilharia. A localização da CT da Cia. ao alcance da voz do S-3 do grupo simplificará o problema. O telefone será o meio de transmissão normal. Uma boa solução consistirá em ter um dos cinco telefones da Cia. ligado diretamente à CT do Gr; um segundo ficará numa terminal na CT da Cia., ligado a outro instalado no carro de cada Cmt. Pel., que repetirá os comandos, ou deixará que sejam ouvidos pelas peças no sistema interfone ligado em série (Fig. 28).

O rádio será recurso de emergência, e não constituirá problema para os carros, dotados de aparelhos do mesmo tipo dos usados no GAB. Em caso de reforço do grupo por uma Cia. TD, dotada de

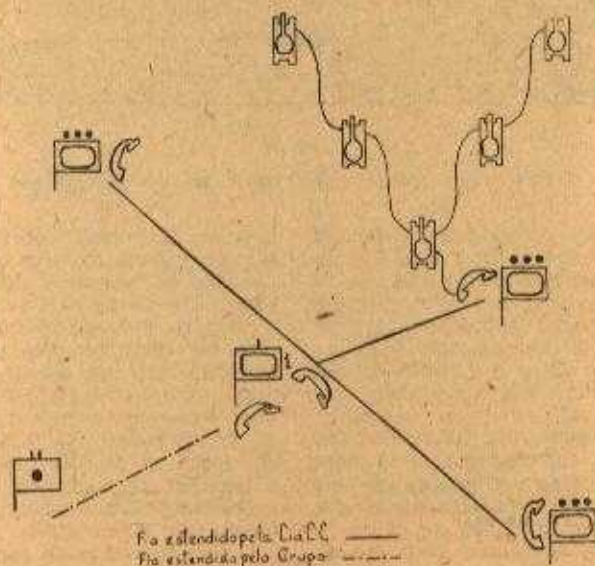


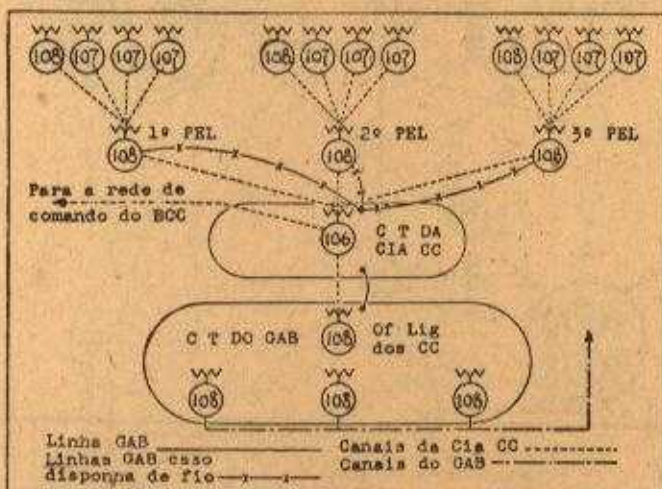
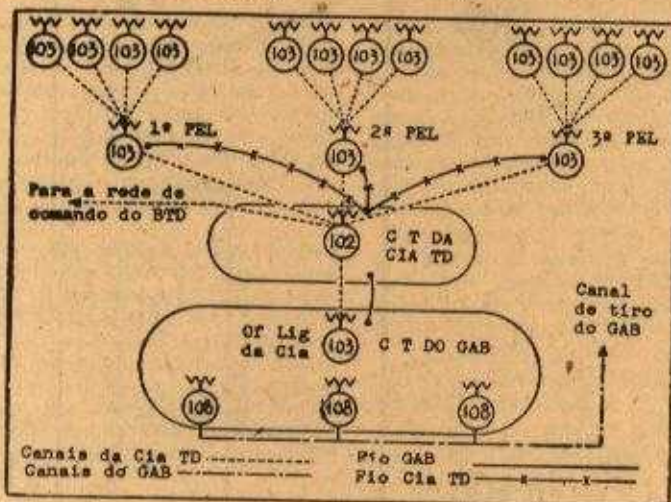
Fig. 28

aparelhos de tipo diverso, ela destacará para a CT da artilharia um oficial de ligação com um RAD 103, o qual conservará contacto com a Cia. para dobrar a ligação telefônica. Ao receber ordem para retomar sua missão principal, o Cmt. Btl. alertará pelo rádio os Cmts. Cia., que recolherão os telefones (também o fio, se houver tempo), informarão os Comandantes dos grupos que reforçam, e se deslocarão sem mais delongas.

b) Artilharia Motorizada.

A Artilharia Motorizada apresenta características que devem ser consideradas no seu emprego em reforço à Artilharia Blindada:

- é desprovida de blindagem e não dispõe de armas automáticas para defesa da guarnição;
- tem menor mobilidade tática;
- seu material rádio difere do que é usado nas unidades da DB.



Figs. 29 e 30

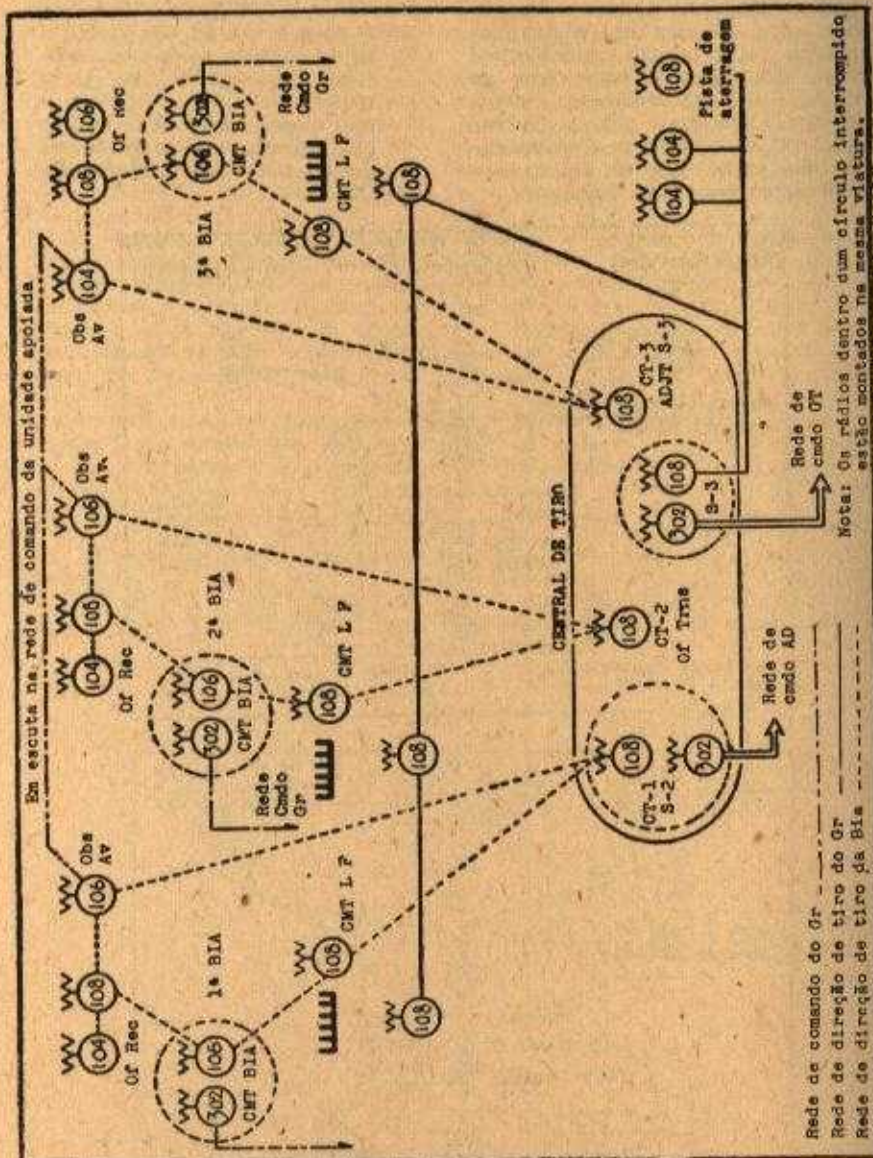


Fig. 31

Essas particularidades obrigam a utilizá-la com certa reserva em reforço à ação dos blindados; a oportunidade do seu emprego dependerá da missão da DB, das distâncias que tenham de ser percorridas na operação e do terreno em que ela se vai desenrolar. Decidido o seu emprego pelo Comando, um trabalho de coordenação impõe-se, especialmente no que se refere à observação e às transmissões.

A observação da unidade motorizada em apoio às ações da DB funcionará principalmente à base de observadores avançados, os quais precisarão atuar em carros do BCC quando tiverem de apoiar ação blindada, operando a pé ou nas viaturas orgânicas do GO, quando agirem em proveito da infantaria.

A questão das ligações e das transmissões é a mais séria. Uma solução simples consistirá em localizar as duas CT em proximidade imediata: postos os dois grupos na prancheta de tiro, um ou outro poderá ajustar o tiro sob a direção de qualquer observador avançado, desde que os necessários elementos possam ser trans-

mitidos à voz duma central para a outra.

Quando as CT não puderem ser localizadas no mesmo local, será preciso enviar um oficial de ligação da artilharia motorizada para a CT do grupo reforçado, onde manterá ligação direta com a sua central.

Os dois grupos poderão dispor de canais comuns de transmissão rádio. Esses canais superpostos podem ser usados quando disponíveis, mas a operação necessária para o seu emprego não é simples: será preciso mudar a concessão dos canais e a retificação do aparelho para esse fim demanda tempo. Quando tiver de ser usado esse processo, impõe-se uma verificação dos aparelhos no alcance máximo antes de usá-los em combate.

Normalmente, porém, o grupo de reforço só operará nos canais que lhe foram distribuídos; o grupo blindado disporá da rede da figura 31 para a direção do tiro.

— Missão de tiro conduzida pelos observadores avançados da artilharia motorizada.

O oficial de ligação dispõe dum RAD 102 (dois receptores):

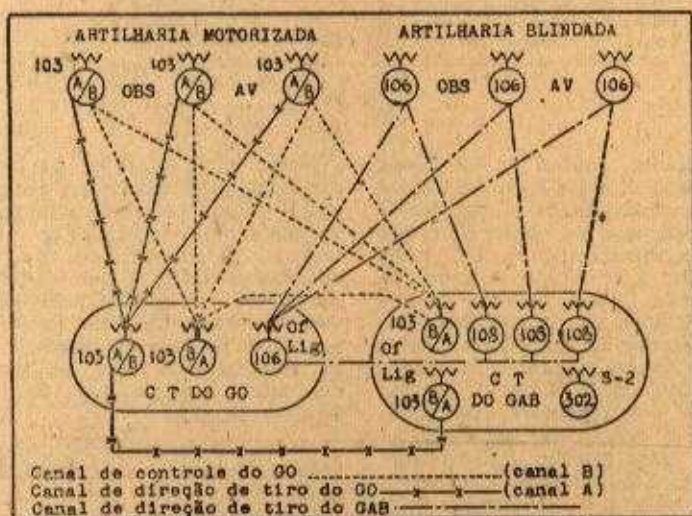


Fig. 32

Neste caso, o rádio do oficial de ligação e os dos observadores avançados do GO trabalharão no canal de controle do grupo motorizado. Os observadores do GO enviarão missões de tiro ao oficial de ligação, que transmitirá a missão ao S-3 da artilharia blindada, a qual a distribuirá a um dos grupos.

Se a missão for dada ao GAB, a regulação será feita utilizando o rádio do oficial de ligação.

tro receptor do oficial de ligação nesse mesmo canal. Terminada a missão de tiro, o observador e o oficial de ligação voltam ao canal de controle do grupo. Se as duas unidades tiverem de bater o objetivo, o grupo que regulou o tiro enviará ao outro os elementos corrigidos.

O oficial de ligação do GO dispõe de dois RAD 103 (um receptor e um transmissor, dois canais cada um (Fig. 33).

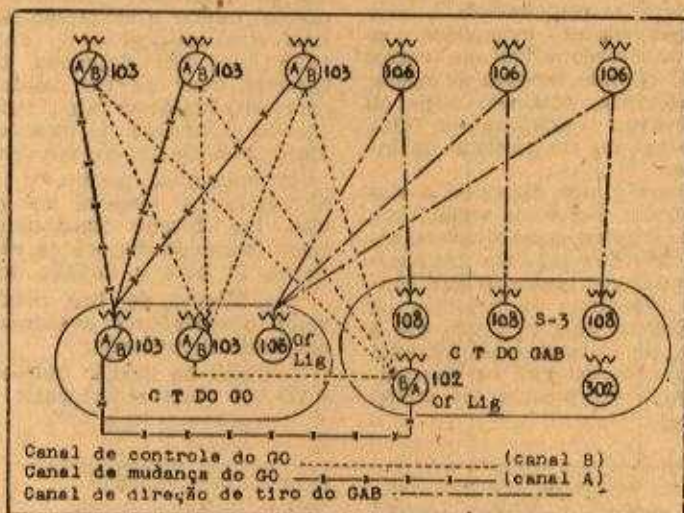


Fig. 33

Se, porém, couber ao GO, será empregado o rádio-base da CT do grupo motorizado. O oficial de ligação ordenará ao observador que se ligue diretamente à CT, indicando-lhe a mudança de canal, se necessária. O S-3 do GO ouve a transmissão e alerta imediatamente o operador do rádio-base, transmitindo aos calculadores as observações iniciais. O oficial de ligação põe um dos receptores no canal em que a missão vai ser executada. Se, nesse ínterim, outro observador do GO indica novo objetivo, o GAB poderá se encarregar dele, mandando que o observador use o canal duma outra bateria do GO, e colocando o transmissor e o ou-

Nesse caso, o oficial de ligação dispõe de dois canais em cada rádio, e poderá por consequência ouvir nas duas frequências ao mesmo tempo. As missões de tiro executadas pelo GO e pelo GAB poderão ser conduzidas pelos observadores da artilharia motorizada usando o processo já descrito com as modificações que se tornam evidentes, impostas pela mudança da aparelhagem.

— Missão de tiro conduzida pelos observadores da artilharia blindada.

Um rádio do GAB será enviado para a CT do GO, que o usará para executar missões dadas pe-

los observadores do GAB, operando normalmente no canal usado pela CT do GAB. Quando o S-3 da Artilharia Blindada distribui ao GO missão anunciada por um dos seus observadores, transmite-a diretamente ao rádio enviado para o grupo de reforço, ordenando-lhe, se necessário, a utilização dum outro canal. Daí por diante os entendimentos se farão entre o observador do GAB e a CT do GO, voltando o rádio à frequência original assim que estiver terminada a missão.

— Uso da rede telefônica.

Sempre que possível, a rede rádio acima descrita é dobrada por um circuito com apropriação estabelecido entre as Cen Trns dos dois grupos. Um circuito e uma ligação com volta pela terra são instalados nas duas CT, destinando-se esta última à direção do tiro, e reservado o outro às demais transmissões.

— Deslocamentos no decurso da manobra.

No caso dum agrupamento constituído por um GO e um GAB, quando se desloca o GAB, os seus observadores avançados conservam-se em ligação com o rádio instalado na CT do GO, a qual fica encarregada de todas as missões. Sendo o GO que se tenha de deslocar, seus observadores avançados acionarão, de maneira idêntica, os fogos do GAB em posição.

— Reforço da Artilharia Motorizada pela Artilharia Blindada.

Quando é um Grupo Blindado que reforça um GO, invertem-se as posições dos oficiais de ligação e dos aparelhos de rádio, mas o processo geral a seguir é o mesmo.

26) Conclusão.

Potência e flexibilidade são as qualidades essenciais da Artilharia Blindada, concretizada, a primeira, pela concentração oportuna da to-

talidade do fogo disponível no ponto desejado, e a segunda pela adaptação sempre perfeita à evolução freqüente de situações que caracteriza o combate da Divisão Blindada. Os meios com que foi equipada permitem-lhe a satisfação dessas necessidades. Cabe ao Cmt. AD, organizando-a para o combate e repartindo missões, extrair do aparelhamento técnico, em cada caso, o rendimento máximo compatível com a sua dotação material.

Fontes: FM 6-105 Armored Division Artillery.

C & S C Tank Destroyer Units, 10 Oct 45.

F A S Armored Artillery and Tanks and Tank Destroyer reinforcing.

Artillery Fire, conf, June 45.

APÊNDICE

Correspondência entre os aparelhos de rádio norte-americanos e brasileiros

SCR	RAD
536.....	100
300.....	101
608.....	102
610.....	103
510.....	104
511.....	105
508.....	106
538.....	107
528.....	108
284.....	200
12E3.....	201
193.....	300
343.....	301
506.....	302
AV40-19RC.....	303
299-399.....	400

Um Capitão de Infantaria deve saber fortificação...

— "Representando-se todas as funções do Capitão de Infantaria, ou no teatro de uma campanha, ou no de uma Praça será impossível que inteiramente as satisfaça, se desta não souber as partes e daquela ignorar as obras."

— "Como nem sempre pode marchar um Engenheiro com um Batalhão ou destacamento, faz-se preciso não só ao serviço do Príncipe, mas ainda á hora de hum Official de Infantaria, ter aquella luz da Fortificação que baste para que nos casos referidos (o autor enumerou-os antes) e outros semelhantes excuse a assistência de engenheiros."

(Do "Capitão de Infantaria Portuguez", de André Ribeiro Couto — 1751.)

O Concurso de Admissão à Escola de Estado-Maior (*)

PROBLEMAS TÁTICOS CORRESPONDENTES

Maj. PAULO ENÉAS F. DA SILVA.

5) O REGIMENTO DE CAVALARIA A CAVALO NO ATAQUE

Vejamos os ensinamentos a ressaltar:

1. O ataque do R.C. se caracteriza, sobretudo, pela surpresa e brutalidade na execução.

2. Os reconhecimentos, mesmo sumários, são indispensáveis.

3. As ordens, em princípio, verbais dadas as condições de rapidez das operações.

4. A melhor direção para atacar é a que mais compromete o dispositivo inimigo e melhor responde às exigências da missão.

* *

Fixados os ensinamentos, passemos ao Tema.

A) O Tema:

(Ver em anexo: Tema n. 5)

B) Uma solução:

ESTUDO DOS FATORES

1. Estudo da Situação Geral; conclusões.

— Da leitura do primeiro item, podemos concluir:

(1) Coube a iniciativa aos Vermelhos. O êxito conseguido deve, a todo custo, ser mantido. Qualquer perda de tempo vai permitir

ao inimigo uma reorganização, a retomada, enfim, da liberdade de ação.

— Do item segundo podemos concluir:

(2) A rapidez com que a D.C. se aprofundou ao sul do Rio JACARÉ PEPIRA se justifica no quadro geral das operações. As resistências encontradas, esparsas, são, de fato, as que o inimigo, batido mais acima, poderia apresentar.

(3) A cabeça de ponte mantida pela Divisão é uma consequência natural das necessidades de ação na jornada seguinte. É uma questão de segurança.

2. Estudo da Situação Particular:

— Do exame desta parte do tema podemos concluir:

(4) A articulação da Divisão responde às questões de segurança e de rapidez das operações.

(5) O fato do Reg. de Rec. estar, no momento, representando a Seg. Afastada da D.C. é normal. Após ter dado as informações que pôde colher, aferrou-se ao inimigo, ao longo de um corte, e assim, representa um elemento da segurança.

(*) Continuação dos ns. de fevereiro, março, abril e maio. Conclui neste número. (Nota da Redação).

— Da análise do item B, podemos concluir :

(6) A rapidez com que o General Comandante da D.C. decidiu, em face de poucas informações, dadas pelo seu Reg. de Rec., é uma coisa natural no âmbito dessa grande unidade. A situação, de aproveitamento do êxito, justifica toda ousadia. Mesmo que a decisão não traga um completo êxito, a D.C. terá desempenhado o papel de alertar as forças mais importantes que vem no seu encalço, quanto ao que é o inimigo à sua frente.

(7) A idéia de levar elementos até o Rio TIETÊ, vem da própria missão dada à Divisão, isto é, tudo tende para o corte desse rio.

(8) A ordem de ataque dada, na forma por que vemos, é uma norma de ação da Cavalaria. Mesmo neste escalão, de grande unidade, as ordens verbais, acompanhadas de calco bastante elucidativo são a melhor forma de solucionar rapidamente o problema.

3. *Estudo da Missão: conclusões.*

— De que se trata ?

— Atacar segundo a direção de....., de modo a conquistar, sucessivamente e (ver croquis).

— Atingido esses objetivos, ficar em condições de lançar elementos sobre as passagens do Tietê.

— Partir nesse ataque, 15 minutos antes do principal, realizado pela Divisão.

— Analisando esses termos da missão podemos concluir :

(9) Onde realizar o esforço da operação ? somente o terreno nos dirá, após termos estudado como se acha instalado o dispositivo do inimigo.

(10) Será possível conquistar, de uma só vez, os objetivos ? ou se torna necessário parar interdiariamente entre eles ? é o terreno também quem nos dirá.

(11) Tendo que partir um pouco antes do outro ataque, qual o

reflexo sobre o nosso ? o estudo do inimigo, aliado ao do terreno, nos dirá.

(12) Para poder levar elementos até o TIETÊ, logo que conquistados os objetivos, é necessário fazer a previsão de que meios disso se encarregarão. Natureza e valor. Em que direções ? o terreno nos dirá.

(13) Para que o dispositivo esteja realizado na B.P. daquela hora, impõe-se que se chegue ali um pouco antes, pelo menos $\frac{1}{2}$ hora.

4. *Estudo do fator Inimigo: conclusões.*

— Os elementos em contacto com o nosso Reg. de Reconhecimento :

a) Quem é e o que faz ?

Tropa de Cavalaria, no valor de 2 R.C., com alguma Art.

Instalada, há pouco tempo, atrás de um rio que não constitue obstáculo à sua transposição (ver características), numa frente da ordem de 15 km. Maior densidade de ocupação ao longo do eixo : JAÚ — FAZ. SOFIA — EST. CAMPOS SALES.

b) O que pode fazer ?

— manter-se nas atuais posições e oferecer resistência ao nosso ataque ;

— furtar-se ao combate, seja de dia, seja à noite, nesta última hipótese, a mais favorável a ele e mais prejudicial ao Regimento, pois subtende que resistiu até o fim de jornada.

— passar à ofensiva, menos provável, mas em todo caso possível, mesmo que seja o desaferamento.

O estudo do terreno e de seu dispositivo nos dirá onde pode oferecer mais resistência. Caso fuja para o sul, onde pode se agarrar mais facilmente.

— A tropa de DOIS CÔRREGOS :

a) Quem é e o que faz ?

— Trata-se de tropa no valor de 1 R.C. e alguma Art., que defende essa localidade.

b) O que pode fazer ?

Na pior hipótese, terá de se deslocar na direção das forças que defendem a passagem da nossa D.C. Mas neste caso, oferecerão mais perigo, ou antes, perigo, aos elementos do ataque principal. Não há pois que temer quanto a elas para o nosso ataque.

— A coluna de Inf. e Art. que foi vista desde a manhã de D. mais 1, com a testa em Est. RODRIGUES ALVES ?

O que pode fazer ? somente em fins desta jornada poderá chegar ao corte do Rio TIETÊ. Não constitui pois perigo às ações, nesta jornada, por parte do nosso Regimento.

— Dêste estudo podemos concluir :

(14) A impressão sobre essas forças inimigas :

— As forças de DOIS CÔRREGOS não constituem perigo às ações do Regimento. Idem quanto à coluna que foi vista em Est. RODRIGUES ALVES.

— É preciso estudar bem o terreno e o dispositivo do inimigo em contacto, para deduzir de onde é mais forte ou onde é mais fácil passar, caso ele se tenha mantido nas atuais posições.

5. O estudo do terreno : conclusões.

a) O terreno com relação à Missão :

— O plano de Ataque :

No estabelecimento dêste plano temos que considerar :

— O plano de conquista do terreno ;

— O plano de progressão ; e,

— O plano dos fogos do ataque.

Vejamos pois cada um deles :

— O PLANO DE CONQUISTA DO TERRENO :

— Conquista do Objetivo 01 : (ver croquis n. 2 anexo).

— Distância da base de partida : da ordem de 1.500 a 1.600 m.

— Situação do objetivo : no fundo do compartimento C1, que en-

quadra as cabeceiras dos pequenos arroios de FAZ. GUANABARA e FAZ. MORUNGAVA.

— Acesso ao fundo dêsse compartimento :

— Progressão mais fácil segundo o eixo 1, que conduz através de uma crista contínua até FAZ. GUANABARA.

— Progressão mais dificultada segundo o eixo 2, pois cruza o arroio de FAZ. MORUNGAVA antes de chegar ao objetivo.

— É possível acompanhar as duas ações simultaneamente.

— Depois de transposto o RIB. AVE-MARIA, é preciso primeiro tomar pé nos pequenos movimentos de terreno M e M1, que constituem o primeiro degrau para acesso a 01. Eles representam o objetivo intermediário no ataque do Regimento.

— Segurança dessa progressão :

As forças inimigas, que se articularam mais densamente ao longo do eixo JAÚ — FAZ. SÓFIA, uma vez o ataque do Regimento desembouque, podem agir segundo as direções definidas pelos eixos 5 e 6 (ver croquis). É necessário, pois, cobrir o esforço segundo o eixo 1, mais fácil, com um elemento que progrida segundo o eixo 2, com essa tarefa. Atingido 01, este último elemento deverá cobrir o grosso do Regimento na direção da seta 6.

De tudo isso podemos concluir :

(15) Para conquista de 01 :

esforço segundo a seta 1
cobertura segundo 2
objetivo intermediário
MM1
atingido 01, cobrir-se face a 6.

— Conquista de 02.

Poderá ser mediante novo ataque ou por simples progressão caso o inimigo tenha sido destruído no primeiro. Na primeira hipótese teremos que considerar :

— Distância de 01 para 02 : cerca de 2 km.

— Situação do 02 : na entrada do compartimento C2, em posição justamente oposta ao primeiro

compartimento C1, que situava o objetivo no segundo. Então, neste segundo caso, desce-se para o objetivo, em contrário do outro, que se subia para ele.

— Como se apresenta o terreno para “descer” para o objetivo?

— a seta 3 possibilita prosseguir, com continuidade, o esforço anterior, trazido no eixo 1.

— a seta 4, caracteriza a possibilidade de progressão cobrindo o flanco E, no eixo 3.

— Para se pular de 01 para 02, tem-se que parar, intermediariamente, no divisor de águas entre os rios AVE-MARIA e TIETÊ, a crista AB, que dá vistas e fogos sobre compartimento C2.

— Segurança da progressão:

Atingido 02, é preciso cobrir a direção de 7.

Do estudo podemos concluir:

(16) Para conquista de 02:

— esforço segundo o eixo 3, coberto segundo o eixo 4.

— atingido 02, cobertura segundo eixo 7.

— O PLANO DE PROGRESSÃO NO ATAQUE:

a) Ocupação da Base de Partida:

Sabemos que deve ser feito de dia; dispositivo pronto às 14 hs.

— Como se apresenta o terreno? (ver croquis 2).

— a crista topográfica EF constitui a “parede” a transpor para se chegar a BP, segundo os eixos 8 e 9.

— terreno descoberto e perfeitamente visto dos observatórios da margem sul, de cota 600 (esporão NNE de FAZ. BARRO BRANCO, sobretudo, no flanco E do compartimento C1, situação de grande vantagem para quem quiser ver — observatório lateral).

— Necessidade de se “apagar” as vistas e fogos do inimigo enquanto a nossa tropa cerra sobre a BP.

— Cerca de 1.500 m entre a crista topográfica e a BP, da ordem

de $\frac{1}{2}$ hora de progressão para quem desce. Dispositivo então tomado ao norte da crista EF, no máximo às 13 horas, levando-se em conta a margem de segurança das ajustagens após a chegada.

— A região de FAZ. MILHA, se presta bem como ponto de primeiro destino para essa reunião.

b) O ritmo da progressão:

— Para conquista de MM1: simultaneamente nos dois eixos 1 e 2; é possível coordenar as ações nesses eixos e acompanhar as possibilidades do inimigo segundo a direção 5, que exigem essas ações simultâneas.

— Parada em MM1: somente o tempo necessário para os reajustamentos da tropa e apoio de fogos, que acompanharam aquela; mudança de observatórios para a Art. de EF para MM1.

— Partida de MM1 para 01: ainda simultaneamente segundo os eixos citados, em face das mesmas possibilidades de intervenção do inimigo no flanco E.

— Parada em 01: Mais demonstrada; trata-se agora de mudar as posições de bta., que apoiou o ataque a este objetivo, dado que o limite útil de alcance já está praticamente atingido (da ordem de 6 km). Pausa da ordem de 1 a 2 horas. Se o inimigo aí foi submergido, prosseguimento sobre 02 mediante simples movimento.

— O PLANO DE FOGOS DO ATAQUE:

a) Antes do ataque:

Para tomada do dispositivo na BP, ou antes, para que esta seja alcançada e ultrapassada:

Preparação da ordem de $\frac{1}{2}$ hora, visando neutralizar as a.a. do inimigo da margem sul e garantir, assim, a chegada dos meios ao pé da obra.

b) Durante o ataque:

— Para conquista de MM1:

— Necessidade de descentralizar os meios de fogos, parte para o apoio segundo o eixo 1 e parte para o 2. Maior dosagem no primeiro.

— Possibilidade da Artilharia acompanhar a progressão segundo os 2 eixos e intervir, seja num, seja noutro, segundo as necessidades de apoio.

— Necessidade de prever a protecção dessa Arma, no flanco E., em face das possibilidades do inimigo no eixo 5.

— Para conquista de 01 :

— Necessidade de se ajustar os fogos para manutenção do terreno conquistado. Cobertura de fogos segundo o eixo 6. Prever, se for o caso, os fogos para conquista de 02.

* *

— O TERRENO quanto às possibilidades do inimigo :

— Possibilidades de intervenção : ver croquis n. 2.

— Em vista d'ele podemos concluir :

(17) cobertura segundo os eixos indicados no calco. Necessidade de esforço segundo o eixo 1, fugindo de perto a essas possibilidades.

6. O Estudo dos Meios : Conclusões :

a) Disponibilidades :

4 Esq. de Fuz.

1 Esq. de Mtrs. e Petrechos Pesados.

Elementos em contacto do Reg. Rec. da D.C.

b) Possibilidades de ataque :

Base de 300 a 400 m por Esq., conforme article 2 a 3 Pelotões em primeiro escalão.

O R.C. com 3 Esqs. em primeiro escalão pode cobrir uma frente de 1.500 a 1.800 m.

c) Necessidades a atender :

— Na direcção do esforço : maior dosagem : menos na de cobertura.

— Para conquista de MM1 :

— No eixo de esforço, cerca de 600 a 800 m de terreno a cobrir no objetivo. Valor de 2 Esqs. de Fuz. ou uma Ala.

— No secundário, de cobertura : da ordem de 500 m, o que equivale a 1 Esq., evidentemente reforçado, principalmente em metra-

lhadoras para apoio de sua progressão.

Podemos concluir :

(18) Dispositivo para conquista de MM1 : (ver esquema abaixo) :

— Para conquista de 01 :

— A cavaleiro do eixo de esforço, apresenta-se, de interessante, a região de FAZ. GUANABARA, região da ordem de 800 m, ou seja ainda 2 Esqs.

— no outro flanco, uma longa garupa, que morre em FAZ. GUANABARA, extensa, mas que não precisa ser totalmente ocupada. É uma região de simples cobertura do ataque, especialmente contra a direcção 6. Um Esq. reforçado poderá se incumbir da tarefa.

Temos então para conclusão :

(19) é possível manter o mesmo dispositivo anterior.

— Apoio de fogos :

— Artilharia : como lembrança.

— Armas. automáticas (mtrs., morts., etc.) :

— Dosagem :

— No eixo do esforço : o Esq. de Petrechos, menos 1 Sec. de Mtrs.

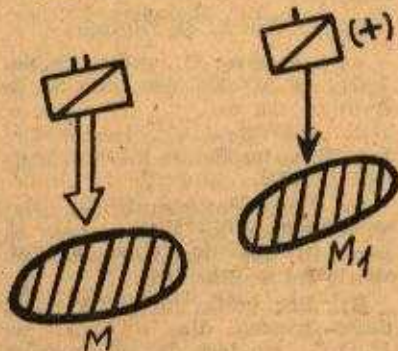
— No eixo secundário : o reforço da secção acima citada.

— Reservas do Regimento :

1 ala (menos 1 Esq. de Fuz.).

* *

C) A ORDEM DO ATAQUE : (Ver em anexo.)



TEMA N. 5

O REGIMENTO DE CAVALARIA
A CAVALO NO ATAQUE

Carta de São Paulo 1/100.000
(Fls. de JAÚ e BOTUCATU) e
de JAÚ, 1/50.000.

I — SITUAÇÃO GERAL

— Forças Vermelhas, do norte, após vários dias de luta, conseguem quebrar o sistema defensivo dos Azuis ao longo do Rio JACARE PEPIRA e se lançam para o sul procurando desbaratar as forças contrárias que puderam escapar àquele desastre.

— A 1ª D.C. Vermelha, lançada no aproveitamento do êxito na direção geral de BOCAINA — JAÚ — BARRA BONITA, após vencer várias resistências ao longo desse eixo, atinge, em fins de jornada do dia D, o corte do Rio JAÚ, mantendo a cabeça de ponte necessária para a D + 1 prosseguir sobre seu objetivo final — o corte do Rio TIETÊ.

II — SITUAÇÃO PARTICULAR

A) No dia D + 1, por volta das 9 (nove) horas, a 1ª D.C. está assim articulada:

1) *Segurança afastada*, a cargo do Regimento de Reconhecimento, em contacto com o inimigo ao longo do RIB. AVE-MARIA, desde a região de FAZ. SOBRADO (8 km SW de JAÚ) até a de EST. BANHARÃO.

2) *O Grosso da Divisão:*

— a 1ª Bda: C., reforçada por 1 Gr. de Art. 75, nas orlas SE de JAÚ.

— a 2ª Bda. C., com 1 Gr. Art. 75, na região de FAZ. S. MARIA LUIZA.

3) Demais elementos, nas orlas N. da cidade de JAÚ, exceto os serviços, que não ultrapassaram para o sul do Rio JAÚ.

B) Por volta das 11,00 horas desse mesmo dia, o Cmt. da 1ª D.C., em face das informações

recebidas do seu Regimento de Reconhecimento, foi até à frente de contacto e, depois do exame pessoal da situação, decidiu:

1) Romper as resistências inimigas ainda na tarde de D + 1 e chegar, pelo menos, à transversal da via férrea, lançando os elementos até o Rio TIETÊ.

2) Agir, para isso, com toda a rapidez e potência possíveis.

C) Em consequência da DECISÃO tomada pelo General, seu Estado-Maior elaborou a Ordem de Ataque respectiva, cujo extrato, no que interessa se segue:

- | | |
|---------------------|-----------------------------|
| 1) Idéia de manobra | } Ver croquis
anexo n. 1 |
| 2) Dispositivos | |
| 3) Objetivos | |

4) Condições de execução do ataque:

a) Hora H: 14,30 (a confirmar);

b) O ataque a cargo da 1ª Bda. C. desembocará a H — 15".

D) *Informações Complementares:*

1) *Sobre o Inimigo:*

a) *Em contacto com o Reg. de Rec.:*

— Trata-se de uma tropa de Cavalaria, no valor de 2 R.C. reforçados e dispondo de alguma Art. 75.

— A maior densidade de ocupação está ao longo do eixo JAÚ — FAZ. FERRAZ — EST. CAMPOS SALES.

— Até o momento não foram identificados engenhos blindados.

b) *Outras forças:*

— DOIS CÔRREGOS está defendida por tropas no valor de 1 R.C. e 1 Gr. de Art.

— Em fins de jornada de D, foram assinaladas reuniões de tropas de todas as Armas em S. MA-NOEL DO PARAISO.

— Na manhã de hoje (D + 1), uma coluna de Inf. e Art. se deslocava para o N., do eixo S. MA-NOEL DO PARAISO — BARRA BONITA, com a testa na altura de EST. RODRIGUES ALVES.

2) *Sobre o terreno:*

a) O Rib. AVE-MARIA é largo, com 15 metros, tem de fundo, em média, 0,70 a 1 m. Sua corrente é fraca.

b) Os movimentos do terreno ao sul do Rib. AVE-MARIA são, em geral, descobertos, exceto nas ravinas onde há alguma vegetação.

3) *Sobre o tempo:*

— Amanhece às 06,00 horas e anoitece às 18,30 horas.

A ORDEM DE ATAQUE DO REGIMENTO

1ª Bda. C.

7º R.C.

N. 1

P.C. em FAZ. MILHA, dia D mais 1, às 12,30 horas.

ORDEN DE ATAQUE N. 1

(Confirma instruções verbais)

1. O inimigo em nossa frente não está em condições de resistir ao nosso ataque. É de se temer ações no flanco E., particularmente nas direções de... (ver croquis).

A 2ª Bda. C. atacará a E., no eixo... (ver croquis).

2. Nosso Regimento vai conquistar 01 e 02, segundo a direção de... (ver croquis). Deverá levar elementos até o Rio TIETÊ.

3. *Execução do ataque:*

a) Dispositivo, direções de ataque, objetivos: ver croquis.

b) *Plano de fogos:*

(1) Artilharia: como lembrança.

(2) *Outras armas:*

— Esq. Petrechos Pesados (menos 1 secção de mtrs.) em apoio à 2ª Ala.

— Secção de Mtrs./Esq. Petrs., em reforço ao 1º Esq./1ª Ala.

— Morteiros 81: em reforço à ação da 2ª Ala.

c) *Previsões para conquista de 02:*

(1) Direções de ataque: ver croquis.

(2) Dispositivo: em princípio o mesmo.

(3) Execução do ataque: mediante ordem.

x. (1) Tomada do dispositivo na BP: a coberto da crista EF (ver croquis).

(2) A BP será transposta simultaneamente, pelos dois grupos de ataque.

(3) Parada em MM1 e partida para 01: independente de ordem.

4. Ver ordem administrativa em anexo.

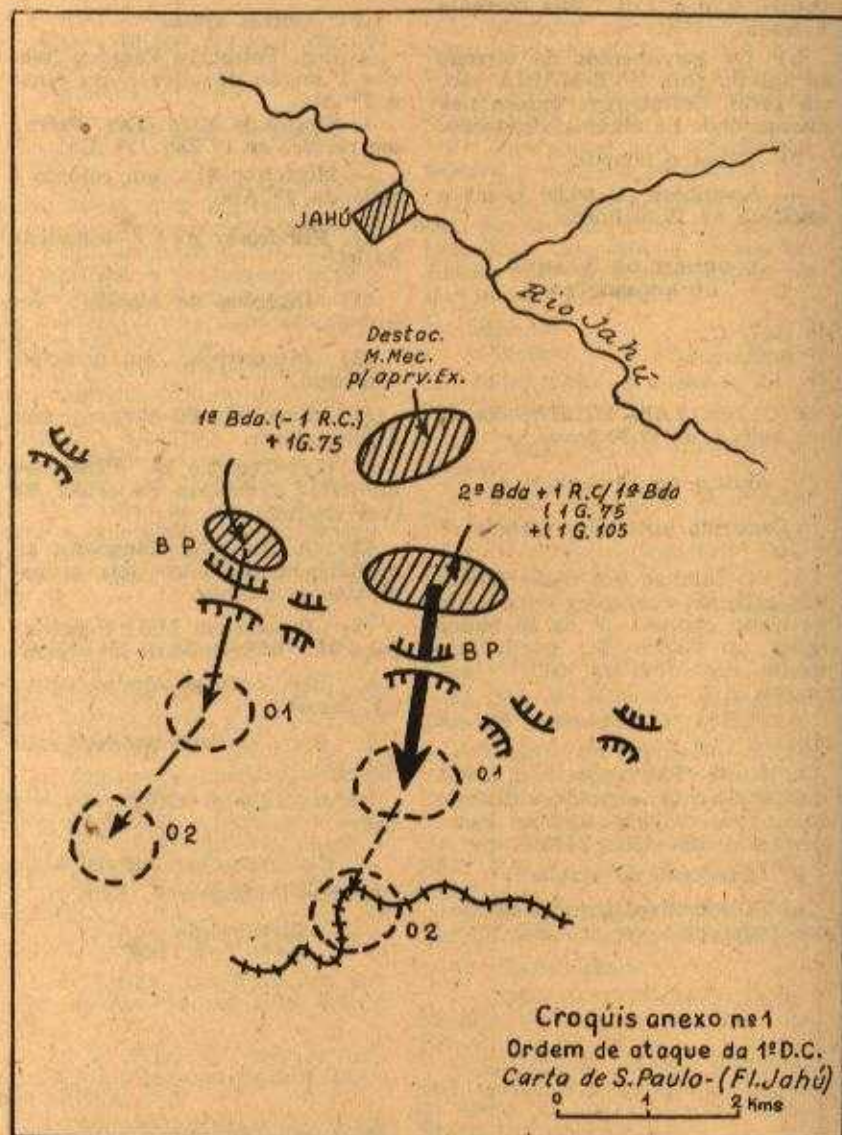
5. P.C. e Observatórios: ver croquis.

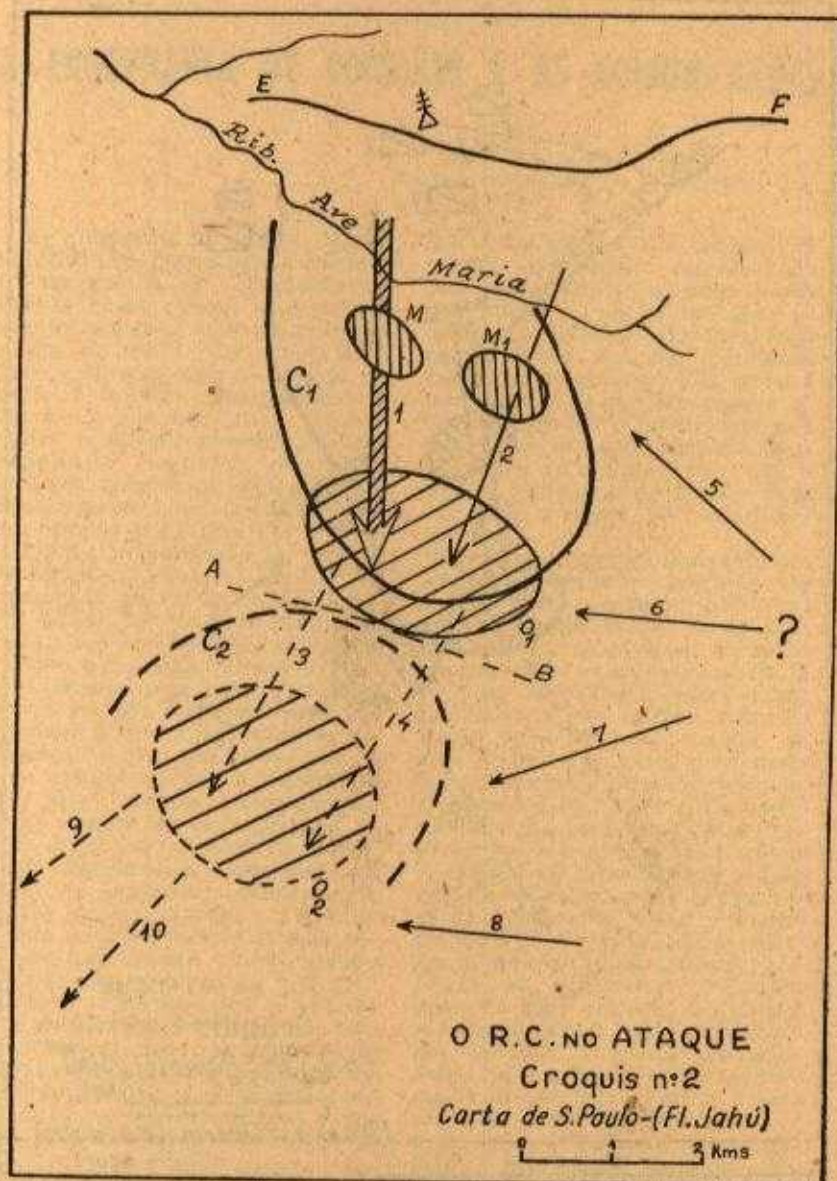
Rêdes rádio e telefônicas: em anexo.

Cel. P., Cmt. do 7º R.C.

Confere: Major W. S/3.

Distribuição: A.





A ENGENHARIA DE COMBATE E AS COMUNICAÇÕES

Major NAPOLEAO NOBRE,

Instrutor da Escola de Estado-Maior

As numerosas atividades desenvolvidas pela engenharia durante a última guerra, em circunstâncias muitas vezes difíceis e decisivas, granjearam para os engenheiros os títulos de glória que cabem com justiça àqueles que combatem de perto o inimigo. Ao terminar a guerra, a obscura "arma do trabalho" se havia convertido em "engenharia de combate", denominação que traduz um conceito verdadeiramente novo de sua atuação nos campos de batalha.

Em artigo publicado na "Revue de Défense Nationale", da França, número de agosto de 1946, o General Jaubert faz um interessante estudo sobre essa evolução. Observa ele que, como consequência das formas tomadas pela guerra, a importância relativa das missões da engenharia sofreu uma profunda modificação e que, sem abandonar as suas antigas missões, a engenharia de hoje aparece essencialmente como a arma das comunicações.

O artigo se desenvolve numa longa argumentação, que nos leva senão a concordar inteiramente com a idéia, pelo menos, a admitir o fato como expressão duma tendência que merece o nosso estudo e meditação.

Desde as surpreendentes vitórias dos alemães em 1940, foi dito frequentemente que a motorização veio restabelecer a importância do movimento e dar às operações ofensivas uma amplitude nunca vista. Em 1942, o Tenente-Coronel Paul W. Thompson acentuava que o desenvolvimento do motor, pelas possibilidades novas de largos deslocamentos e de rápida concentração, rivalizava com o próprio desenvolvimento das armas de fogo em sua

influência sobre a arte militar. A guerra relâmpago, caracterizada pela exploração ao máximo dessas possibilidades, punha em ação as modernas divisões blindadas, cuja agressividade deixava perplexos muitos observadores. Mas, não era tanto o choque que preocupava os defensores e sim a rapidez com que este podia ser desencadeado. Supunha-se, com certa razão, que o motor, transportando o fogo cada vez mais à frente, se tornara invencível.

Passada a surpresa dos primeiros embates, procurou-se um meio de defesa contra a ação dos novos engenhos. Descobriu-se, desde logo, que o motor sobre rodas ou sobre lagartas tinha os seus pontos fracos, as suas servidões. Dentre estas, ressaltava a sua estreita subordinação ao terreno, à estrada, de cujo estado e natureza dependiam a sua velocidade e a sua eficiência. O obstáculo artificial e a destruição das vias de comunicações se tornaram meios seguros para restringir a mobilidade e neutralizar a ação das forças motorizadas e mecanizadas. Porém, os novos meios de ataque e de defesa acabaram, como era de esperar, sendo utilizados por ambos os adversários. E assim apareceu para o chefe, em toda a sua magnitude, o duplo problema: por um lado, aumentar as facilidades de movimento das suas forças, a fim de lhes permitir o máximo de poder combativo e, por outro lado, dificultar e mesmo impedir o movimento das forças inimigas para reduzir a sua capacidade de combate.

A solução desse problema tornou-se então a principal missão da engenharia, tal como é expressa

nos regulamentos norte-americanos desde essa época. Argumenta, porém, o General Jaubert que o aumento considerável do número de veículos, inclusive veículos pesados de combate, requer uma rede de estradas densa, rica e sobretudo de excelente viabilidade, desde as zonas de retaguarda até as proximidades da frente, numa extensão de centenas de quilômetros. E conclui que é tal a enormidade e complexidade do problema das comunicações que absorve todas as atividades de uma arma especial, arma que é naturalmente a engenharia.

Do ponto de vista brasileiro, esse conceito apresenta particular interesse, em face das possibilidades de uma guerra futura na qual o Brasil tenha de tomar parte.

A possibilidade de participação numa guerra extracontinental não é mais para nós uma vaga conjectura. Nessa eventualidade, a motorização aparece em toda a sua plenitude, tal como é apreciada pelo General Jaubert.

Considerando, por outro lado, uma guerra continental, vemos que o problema das comunicações se torna verdadeiramente crucial. É bem flagrante, nos prováveis teatros de operações, a deficiência de estradas e pontes em quantidade e com capacidade para suportar o número e o peso dos modernos veículos de combate. Parece pueril admitirmos que uma guerra na América do Sul, em que o Brasil tenha de tomar parte, será feita exclusivamente com materiais anacrônicos. A vastidão natural dos teatros convida a uma guerra de movimento, na qual a motorização terá um papel saliente e uma influência decisiva. A escassez de combustível poderá limitar o emprego dos veículos a motor, o que constitui sem dúvida um fator a levar em conta. Mas, como o petróleo brasileiro é uma realidade em vias de exploração intensiva, não será demais considerarmos a motorização em larga escala o caso normal nas nossas forças.

Como consequência, o problema das comunicações poderá revestir-se de aspectos extremamente graves. De fato, o movimento

através dos grandes espaços vazios, se pode constituir uma vantagem tática ou estratégica, apresenta, na sua execução, dificuldades desanimadoras. Nas imensas coxilhas do Rio Grande do Sul, tivemos ocasião de observar uma pequena coluna de 16 viaturas a motor, de diversos tipos, se alongar a uma profundidade de mais de 10 quilômetros devido às péssimas condições da estrada. Que rendimento se poderá obter de novos meios de transportes terrestres, dispondo-se de tão poucas estradas, nas quais a velocidade média de marcha só em pequenos trechos vai além de 15 quilômetros por hora?

As necessidades naturais decorrentes da precariedade da rede de estradas, em densidade e em capacidade de tráfego, se somam as resultantes da própria usura da guerra, em particular da ação do inimigo aéreo. Se nos teatros de operações europeus se admite que a solução do problema requer uma arma especial, bem se pode imaginar o quanto a nossa engenharia, numa guerra continental, será soliditada e absorvida nas missões de comunicações.

A se concretizar a doutrina sugerida pelo artigo do General Jaubert, a quem caberiam as outras missões que não as ligadas às comunicações?

É fato observado que o emprego de novas técnicas, aparecidas durante a guerra, inicialmente é atribuído à engenharia, passando depois, quando o desenvolvimento dessas técnicas se torna incompatível com os meios da engenharia, a ser atribuição de outras armas. Como exemplo, temos o uso de agentes químicos, que durante a guerra de 1914-18 era encargo da engenharia e hoje é missão das tropas químicas. As transmissões, que pertenciam à engenharia, constituem nos exércitos modernos uma arma à parte; no Brasil mesmo, a separação das transmissões já existe virtualmente e não tardará em se transformar numa realidade.

O aparecimento da mina teve uma grande repercussão sobre o emprego da engenharia. O General Jaubert cita, a propósito, as

palavras de um humorista, glorioso combatente na Itália e na França: "A engenharia estava nos bastidores; uma *tellermine*, explodindo, fê-la saltar à cena." Durante a guerra, todas as armas receberam instrução de minas, mas a engenharia cabiam as missões de maior vulto, senão as mais perigosas. Até o presente, permanece vago o limite de atribuições entre a engenharia e outras tropas de primeiro escalão no tocante à colocação ou à remoção de minas, principalmente em período de operações ativas. Os retardos que as minas colocadas nas estradas ou itinerários causam ao movimento do inimigo e as facilidades que a sua remoção determina para o nosso movimento, constituem um aspecto particular do problema de comunicações e criam, por conseguinte, uma missão essencialmente de engenharia.

De modo análogo, a transposição de cursos d'água, uma das gloriosas tradições dos engenheiros, constitui em última análise um problema de comunicações, apenas com características especiais.

A evolução natural das técnicas novas criadas pela guerra têm, em muitos casos, desobstruído a engenharia de missões que se incorporam às tarefas de outras ou de todas as armas. Há, entretanto, algumas que, pelo grau de complexidade que podem assumir em certas circunstâncias, se tornam uma sobrecarga de que a engenharia nunca se pôde livrar. É o caso dos trabalhos de organização do terreno. Hoje se admite o princípio de que cada tropa organiza o terreno que deve defender. Contudo, toda vez que a defensiva se generaliza, as necessidades do movimento na zona de combate diminuem e a engenharia é chamada a executar tarefas que podiam caber a outras armas. Abordando esse aspecto particular, o General Jaubert cita o período defensivo da campanha da Alsácia — no inverno de 1944-45 — no qual as outras armas não, sabiam mais trabalhar para a sua própria proteção e nem mesmo para a sua camuflagem.

É possível que algum dia o serviço de engenharia, transformado talvez em serviço de instalações e equipamento, absorva tarefas que, pelo grau de técnica, ultrapassam a capacidade das diversas armas e liberte ao mesmo tempo a engenharia de combate de certas missões subsidiárias. Assim, o emprêgo dessa engenharia, baseado exclusivamente nas missões de comunicações, se tornaria de uma simplicidade extrema, quer se tratasse de criar ou remover obstáculos ao movimento, quer se visasse manter em boas condições de viabilidade certas estradas ou itinerários, quer se tivesse por objetivo dar ou restaurar a continuidade das comunicações, interrompidas pela existência dum obstáculo natural ou decorrente da ação do inimigo.

A uniformização das unidades básicas de engenharia seria uma vantagem que dêsse modo se poderia obter. A continuidade das tarefas seria mantida pela possibilidade de substituição de unidades empenhadas nas comunicações de combate, por outras retiradas dos trabalhos de comunicações de retaguarda e vice-versa. As unidades de engenharia dos diversos escalões seriam, no dizer do General Jaubert, intercambiáveis, sem nenhuma quebra apreciável do rendimento de suas tarefas. A variação da dosagem do material de reforço, em qualidade e quantidade, atenderia às necessidades da engenharia dos diversos escalões ou das missões que a ela fossem atribuídas.

O pensamento militar moderno põe em destaque a importância da fase de preparação, em confronto com a de execução propriamente dita. A maior facilidade no preparo da engenharia, em tempo de paz, redundaria, além do mais, numa grande economia de tempo e de dinheiro.

No período de agitação das idéias em torno das formas prováveis da guerra do futuro, parece oportuno meditar sobre esse aspecto das concepções modernas impostas pela motorização.

MARCHAS E TRANSPORTES

Major OMAR EMIR CHAVES,
Instrutor Adjunto da E.E.M.

Dois são os modos que podemos empregar para o deslocamento de tropas, consideradas as condições técnicas e táticas do movimento.

Assim sendo, poderemos fazê-lo, seja levando a tropa a pé, seja transportando-a, pela utilização de meios especiais a tal fim destinados.

Um primeiro processo em que as unidades deslocam-se a pé ou com os seus próprios meios, as disposições regulamentares designam-no de Marchas. De maneira genérica, porém, o termo é empregado para designar o deslocamento de qualquer tropa que o faz com os seus próprios meios orgânicos, embora o movimento se efetue totalmente sobre veículos.

O evoluir da técnica industrial e o aproveitamento de novos padrões materiais trouxeram tais metamorfoses na organização de todas as "armas" e até certo ponto na Infantaria, que as unidades básicas, táticas e operativas, sofreram verdadeiras revoluções nos seus elementos constitutivos.

A motorização dos exércitos exigiu um ritmo mais acelerado para a guerra e conseqüentemente para as ações da Infantaria, de maneira que a própria tradição do "pé de poeira" teve de render-se ao imperativo das necessidades do combate, para quase transfigurar-se pelo emprego de meios automóveis nos serviços e nos seus elementos orgânicos de proteção.

Assim como a organização das "armas" sofreu profundas mutações, assim também o conceito da palavra *marcha* evoluiu no sentido

de poder enfrentar a generalização do emprego do motor.

Para melhor esclarecer e como exemplo, citaremos o RI tipo 1 (idêntico à organização americana de 1945):

— deslocando-se por escalões, poderá fazê-lo todo motorizado apenas com as viaturas orgânicas; se o fizer com os Btls. a pé e as demais subunidades nos transportes orgânicos, isto é, em uma coluna e dois grupamentos, terá realizado em qualquer dos dois casos uma "marcha".

Toda vez porém que para o deslocamento empregamos meios de transporte extra-orgânicos, em reforço, estamos em presença de um "transporte" de tropas, conforme preceitua a terminologia militar em uso (Infantry School — Training Bulletin n. 1 — Chapter 2 — Jan./1945), tomada diretamente de publicações norte-americanas que norteiam as regras em vigor no nosso Exército.

Como exemplo, podemos ainda citar o nosso RI tipo 1: — desde que o Cmt. do RI disponha de um reforço de 85 viaturas de 2 1/2 toneladas, poderá deslocar-se em única coluna toda motorizada e nesse caso não realizou uma *marcha* e sim um *transporte* e assim um segundo processo.

Os transportes de tropas são de três naturezas e podemos classificá-los em:

- Terrestres — Motorizados
- Ferroviários
- Aéreos
- Sobre água — Marítimos
- Fluviais

Os "transportes" motorizados realizam-se pelo emprêgo de viaturas automóveis que reforçando os meios orgânicos das unidades de qualquer "arma", permitem, em via de regra, o deslocamento em um só escalão ou coluna, de todo o pessoal. Este deslocamento, feito normalmente sobre estradas, tem o seu maior ou menor rendimento condicionado às características de tráfego do itinerário a percorrer, ao tipo das viaturas empregadas, às condições atmosféricas e ao grau de segurança em que o movimento é realizado.

O "transporte" ferroviário, que se efetua embarcando pessoal e material em composição de estrada de ferro, realiza-se sobre trilhos. É de grande rendimento, tendo em vista a capacidade possível de cada trem. Os efetivos transportáveis, são função da rede ferroviária da região, das condições técnicas e gabaritos da mesma rede, da natureza e disponibilidades em vagões e locomotivas, mas sobretudo, das medidas de segurança adotadas, tendo em vista a grande vulnerabilidade das estradas de ferro e comboios à ação da aviação inimiga e à sabotagem dos elementos da 5ª coluna e de pára-quedistas especialmente lançados.

"Transporte" aéreo ou tropas "aero-transportadas", segundo o uso da nossa terminologia militar, caracteriza-se pelo emprêgo de aeronaves para o deslocamento, levando todo o pessoal, bem como o material julgado essencial, previamente selecionado, compatível com as possibilidades dos aviões empregados e a situação tática, desde que não se trate de unidades especialmente organizadas para esse fim.

O "transporte" aéreo, de grande rendimento em tempo, é de fraco rendimento em quantidade dos meios transportados. No primeiro caso, a velocidade alcançada pelo avião e a possibilidade de cruzar o espaço aéreo em qualquer direção, permite uma rapidez ex-

trema; no segundo, a pequena capacidade disponível reduz de muito a tonelagem e o volume permitidos.

Este processo de transporte, dado porém o contínuo evoluir da aviação, está sujeito, num futuro próximo, a aumentar a sua capacidade.

Além das qualidades já referidas, podemos dizer que o rendimento no transporte está subordinado:

— aos campos de pouso existentes e instalações, às condições atmosféricas que representam papel tirânico e às medidas de segurança tomadas contra o inimigo aéreo e terrestre.

O "transporte" sobre água é o que se realiza em embarcações, conduzindo todo o pessoal e material. É um processo de "transporte" de grande rendimento; no entanto, pela sua especialização, exige condições especiais de emprêgo.

Como o ferroviário, é um processo de transporte estratégico por excelência.

O seu uso acha-se fatidicamente subordinado à localização geográfica das operações e o seu rendimento condicionado à viabilidade do itinerário navegável, aos tipos de embarcações empregadas, às possibilidades das instalações portuárias e ao plano de segurança estabelecido, particularmente o *aero-naval*.

Além dos processos citados, muitas formas mistas de deslocamentos podem ser empregadas, bastando para isso que sejam feitas combinações das "marchas" com os diferentes processos de "transportes" e entre eles.

Assim pois, para a solução do problema deslocamento da tropa, a escolha do processo fica subordinada à situação tática vivida, aos efetivos e organização das unidades a transportar, à urgência para o seu emprêgo, às condições físicas e morais da tropa, às disponibilidades, conveniência e capacidade dos diferentes meios de transporte.

"A superioridade hierárquica é tanto mais forte, real e acatada quanto mais se estriba na superioridade moral, intelectual, profissional e afetiva."
— CEL. CORREIA LIMA.

Importância do Serviço de Transporte Aéreo Militar

Tenente MARIO ARAUJO ROJAS
(Da Aviação Venezuelana)

Tradução do Major JAYME ALVES DE LEMOS.

(O presente trabalho é publicado em homenagem às forças armadas da Venezuela e foi extraído da "Revista de las Fuerzas Armadas", de dezembro de 1947 — Nota do tradutor).

Dos ramos da aviação militar talvez a que tenha merecido menos propaganda e menos realce seja o Transporte Aéreo Militar. Mas qual não será sua importância, quando países como os Estados Unidos mantêm em tempo de paz quase o mesmo serviço que durante a guerra.

Devido à rapidez com que se executam as operações na guerra moderna, as tropas de todas as armas têm que estar completas e perfeitamente equipadas e aprovisionadas; como o transporte de toda essa impedimenta por terra seria lento e custoso, o recurso do transporte aéreo vem a ser uma solução bastante aceitável deste problema.

Um exemplo palpável se viu no momento crítico da campanha da Alemanha, no que se chamou a retirada das Ardenas. O Exército alemão em um desesperado esforço para reconquistar a iniciativa, lançou quase a totalidade de seus efetivos em um ponto relativamente fraco da frente anglo-americana. Conseguiu recalcar as forças aliadas e lhes infligir consideráveis perdas de vida e material; necessitando-se de um reforço rápido e poderoso, foi este proporcionado justamente pelo Comando de Transporte Aéreo das Nações Aliadas. Milhares de soldados e de material de guerra foram levados aqueles pontos em um prazo não maior de 48 horas, quando qualquer outro meio utilizado levaria semanas. O piloto de trans-

porte de guerra moderna vem a ser algo semelhante ao remuniador no grupo de infantaria; arrisca sua vida com o objetivo de salvar a de seus companheiros e praticamente não tem meio algum de defender-se de uma agressão inimiga. Abnegação, valor, paciência e perícia são suas principais qualidades e um perfeito sentido do dever e compenetração no cumprimento da missão devem ser a sua meta principal.

Em países como o nosso, que têm regiões de todas as características geográficas concebíveis, serras, montanhas, altiplanos, planícies e selvas, devido à dificuldade de transporte terrestre, o transporte militar aéreo vem solucionar um velho e delicado problema. A preocupação dos oficiais superiores das Forças Aéreas, compenetrados, não somente nos problemas relativos à Arma, como também, como bons patriotas, preocupados das necessidades nacionais, foi elaborar um programa de transporte aéreo cujas rotas cobrem quase a totalidade de nosso país. Mesmo as guarnições mais longínquas, as quais contam com os meios mais precários para poder receber um avião, estão incluídas no programa.

O Serviço de Transporte das Forças Aéreas não só abrange o ramo de transporte de tropa, que taticamente é de grande importância, como também presta à Nação toda a sorte de serviços, como seja: o transporte de medicamentos, alimentos e tudo aquilo

que redunde em bem comum da Pátria e da Instituição Armada.

Exemplo frisante pudemos ver no caso das passadas eleições. Pilotos do Exército e aviões do Exército se prestarem, abnegadamente, a levar o material necessário às mais afastadas regiões do país, para a boa marcha de tão importante ato cívico. Este serviço já entrou em funcionamento e é feito quinzenalmente, mas o Despacho da Defesa Nacional considera que, se as necessidades assim o exigem, poderá fazer-se mais freqüente, já que o único desejo

por parte dos pilotos e pessoal das Forças Aéreas é servir ao país em tudo o que for possível e estiver ao seu alcance.

Um seleto grupo de pilotos foi cuidadosamente exercitado nesse serviço, porque há campos de aviação em Venezuela, especialmente na região do Sul do Estado Bolívar, em que o piloto necessita de uma perícia e de um temperamento a toda a prova. Conta ainda esse serviço com material moderno recentemente adquirido, o que lhe dá 90 % de segurança.



PARA VIVER TRANQUILO: *Seguro de vida.* PARA SEGURO DE VIDA:

PREVIDÊNCIA do SUL

COMPANHIA DOCAS DE SANTOS

Contadoria

Demonstração da conta "Lucros e Perdas" em 31 de dezembro de 1947

DEBITO		CREDITO	
a Custeio do tráfego....	222.902.347,70	de Renda bruta do tráfego	269.813.785,40
a Despesas gerais.....	2.607.251,10	de Renda de títulos.....	701.183,90
a Departamento médico.	1.284.277,00	de Juros e descontos....	609.620,00
a Almoxarifado, produção e despesas.....	1.591.629,20		
a Juros de debêntures...	7.927.087,00		
a Impostos e taxas considerados indevidos...	296.439,60		
a Contribuições e doativos.....	863.929,10		
a Pecúlios aos empregados da Companhia...	176.000,00		
a Pensões.....	164.432,00		
a Dividendos e juros prescritos.....	1.734,40		
a Títulos de renda.....	2.000,00		
a Arredondamento de frações da unidade monetária.....	0,20		
a Fundo de amortização.	639.538,60		
a Dividendos a pagar....	12.800.000,00		
a Fundo de emergência.	19.887.922,10		
Soma do Débito.. Cr\$	271.124.588,80	Soma do Crédito.. Cr\$	271.124.588,80

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1947 — (Ass.) Guilherme Guinle, Diretor Presidente — Otávio P. dos Santos, Diretor Tesoureiro — Carlos Guinle, Diretor Secretário — Oscar Weinschenck, Diretor Gerente.

(Ass.) Fernando Machado Tôres, Chefe da Contadoria. — Reg. no C.R.C. sob n. 1.483 (Guarda-livros).

Possibilidades de fogo das unidades de Art. Constituídas à base de baterias a 4 e a 6 peças (*)

Cap. NILTON FREIXINHO
Inst. da E. E. M.

CAPÍTULO III

CONCLUSÕES

Do exposto nos Capítulos I e II podemos concluir as seguintes vantagens das unidades de artilharia com Bias, a seis peças sobre as congêneres de Bia. a quatro peças.

1º) Quanto às áreas cobertas :

Para o material 75 mm não houve mudança por ter o feixe normal conservado a mesma amplitude.

Para o material 105 mm — obus, podemos comparar as áreas máximas batidas :

BIA a 4 peças		BIA a 6 peças	
BIA	100 = 1,5 Ha	BIA	100 = 2 Ha
150		200	
GRUPO	350 = 7 Ha	GRUPO	350 = 8,75 Ha
200		250	

Houve, portanto, um aumento de 0,5 Ha para a Bia. e de 1,75 Ha para o tiro de grupo.

(*) Continuação do número de maio.

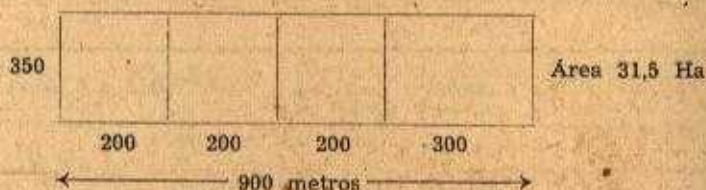
Analisemos o material 155 mm — obus

BIA a 4 peças		BIA a 6 peças	
350	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">BIA</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">100</div>	350	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">BIA</div> <div style="display: inline-block; vertical-align: middle;">100</div>
	250 = 2,5 Ha		300 = 3 Ha
350	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">GRUPO</div>	350	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; display: inline-block;">GRUPO</div>
	300 = 10,5 Ha		350 = 12,25 Ha

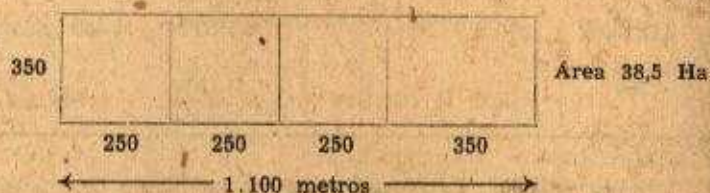
Houve, portanto, um aumento de 0,5 Ha para a Bia. e de 1,75 Ha para o tiro com o Grupo 155 mm.

Vejamos como se reflete isto na A. D.

AD — TIPO I (GRUPOS COM BIAS. A 6 PEÇAS)



AD — TIPO I (GRUPOS COM BIAS. a 6 PEÇAS)



Há, portanto, um acréscimo de 200 metros na frente batida e de 7 Ha na área batida por AD.

2º) Quanto às Barragens Fixas

— Para o material 75 mm não houve mudança na frente ótima e frente máxima de barragem.

— Para os materiais 105 e 155 mm houve acréscimo na frente de barragem, como podemos constatar, comparando os dois elementos.

BIA a 4 peças	BIA a 6 peças
---------------	---------------

MATERIAL 105 — OBUS

FRENTE ÓTIMA	100 m	FRENTE ÓTIMA	150 m
FRENTE MÁXIMA	200 m	FRENTE MÁXIMA	300 m

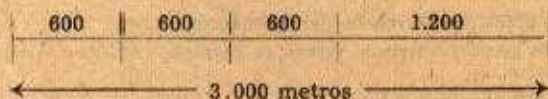
MATERIAL 155

FRENTE ÓTIMA	200 m	FRENTE ÓTIMA	250 m
FRENTE MÁXIMA	400 m	FRENTE MÁXIMA	500 m

Portanto, houve para a frente máxima de barragem um aumento de 300 metros para os Grupos 105 e 155 mm.

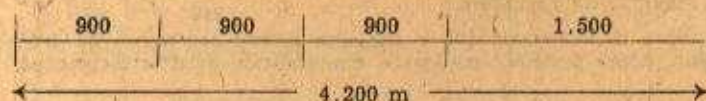
Vejamos como isto reflete na AD

AD — TIPO II (GRUPOS COM BIAS. A 4 PEÇAS)



AD — TIPO I (GRUPOS COM BIAS. A 6 PEÇAS)

FRENTE MÁXIMA DE BARRAGEM



Isto é, mais 1.200 metros de barragem fixa.

QUADRO N. 5

ÁREAS COBERTAS — MATERIAL 105 — M 2 — OBUS

	UNIDADE	ÁREA BATIDA	FEIXE A ADOTAR	ESCALONAMENTO DE ALÇAS
BATERIA A 4 (QUATRO) PEÇAS	Bateria	75 × 100 100 × 100 150 × 100	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
	Grupo	150 × 150 170 × 200 200 × 200	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
		150 × 250 170 × 250 200 × 250	Convergente Médio Normal	Escal. — 50 m Escal. — 50 m Escal. — 50 m
		150 × 350 170 × 350 200 × 350	Convergente Médio Normal	Escal. — 100 m Escal. — 100 m Escal. — 100 m
	2 Grupos	250 × 300 (1)	Normal	Alça do centro
		200 × 250 (2)	Normal	Alça do centro
	3 Grupos (3)	400 × 400 (1)	Normal	Alça do centro
		350 × 300	Normal	Alça do centro

OBSERVAÇÕES

- (1) Sem o emprego de correções de regimagem.
- (2) No caso dos grupos usarem as correções normais e atuarem dentro dos limites de transporte.
- (3) Sendo um 155.

QUADRO N. 5-A

POSSIBILIDADES DE FOGO PARA AS UNIDADES
CONSTITUIDAS POR BATERIAS A QUATRO PEÇAS

ÁREAS MÁXIMAS COBERTAS (1)

	CALIBRE	BATERIA	GRUPO	2 GRUPOS		3 GRUPOS
				(2)	(3)	
Alça do centro	75 mm	120 × 100 1,2 Ha	150 × 200 3 Ha			
	105 mm	150 × 100 1,5 Ha	200 × 200 4 Ha	250 × 200 7,5 Ha	200 × 350 5 Ha	400 × 200 10,5 Ha
	155 mm	250 × 100 2,5 Ha	300 × 200 6 Ha	400 × 200 12 Ha	350 × 250	
Alças escalonadas de 100 m	75 mm		150 × 300 4,5 Ha	NOTAS (1) Considerando-se o emprêgo do feixe normal. (2) Sem o emprêgo de correções de regimam e de escalonamento. (3) No caso dos grupos cessarem as correções normais e a tirarem dentro dos limites do transporte.		
	105 mm		200 × 350 7 Ha			
	155 mm		300 × 350 10,5 Ha			

ÁREAS COBERTAS — MATERIAL 155 — OBUS

BATERIA A 4 (QUATRO) PEÇAS	UNIDADE	ÁREA BATIDA	FEIXE A ADOTAR	ESCALONAMENTO DE ALÇAS
	Bateria	100 × 100 150 × 100 250 × 100	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
	Grupo	160 × 150 220 × 200 300 × 200	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
		160 × 250 220 × 250 300 × 250	Convergente Médio Normal	Escal. — 50 m Escal. — 50 m Escal. — 50 m
		160 × 350 220 × 350 300 × 350	Convergente Médio Normal	Escal. — 100 m Escal. — 100 m Escal. — 100 m
	2 Grupos (3)	400 × 300 (1) 350 × 250 (2)	Feixe normal	Alça do centro
	3 Grupos (3)	400 × 400 (1) 350 × 300 (2)	Normal	Alça do centro

OBSERVAÇÕES

- (1) Sem o emprego de correções de regimagem.
- (2) No caso dos grupos usarem as correções normais e atirarem dentro do limite de transporte.
- (3) Atirando no centro do objetivo.

QUADRO N. 7

POSSIBILIDADES DE FOGO DO 75 MM

Áreas cobertas

BATERIA DE 4 OU 6 PEÇAS	UNIDADE	ÁREA BATIDA	FEIXE A ADOTAR	ESCALONAMENTO DE ALÇAS
	Bateria	50 × 100 75 × 100 120 × 100	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
	Grupo	100 × 150 120 × 200 150 × 200	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
		100 × 250 120 × 250 150 × 250	Convergente Médio Normal	Alça escalonada de 50 metros
		100 × 300 120 × 300 150 × 300	Convergente Médio Normal	Alça escalonada de 100 metros

QUADRO N. 8

CORRESPONDENCIA ENTRE DIMENSÕES A BATER
E AS UNIDADES A EMPREGAR

(Unidades de Art. com Bias. a 4 peças)

CALIBRE	UNIDADE QUE ATIRA	ÁREA COBERTA LARGURA × PROF.
75 mm	Bia	De 50 × 100 a 120 × 100
	Grupo	De 100 × 150 a 150 × 300
105 mm	Bia	De 75 × 100 a 150 × 100
	Grupo	De 150 × 150 a 200 × 350
	2 Grupos (1)	De 200 × 250 a 250 × 300
	3 Grupos (1) (2)	De 350 × 300 a 400 × 400
155 mm	Bia	De 100 × 100 a 400 × 400
	Grupo	De 150 × 150 a 300 × 350
	2 Grupos (1)	De 350 × 250 a 400 × 300

OBSERVAÇÕES

(1) Atrando no centro do objetivo.

(2) Sendo um 155.

QUADRO N. 14

ÁREAS COBERTAS — MATERIAL 105 — OBUS

	UNIDADE	ÁREA BATIDA	FEIXE A ADOTAR	ESCALONA- MENTO DE ALÇAS
BATERIA A SEIS (6) PEÇAS	Bateria	75 × 100 125 × 100 200 × 100	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
	Grupo	150 × 150 200 × 200 250 × 300	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
		150 × 250 200 × 250 250 × 250	Convergente Médio Normal	Escal. — 50 m Escal. — 50 m Escal. — 50 m
		150 × 350 200 × 350 250 × 350	Convergente Médio Normal	Escal. — 100 m Escal. — 100 m Escal. — 100 m
	2 Grupos			
	3 Grupos			

QUADRO N. 15

ÁREAS COBERTAS — MATERIAL 155 — OBUS

	UNIDADE	ÁREA BATIDA	FEIXE A ADOTAR	ESCALONA- MENTO DE ALÇAS
BATERIA A SEIS (6) PEÇAS	Bateria	100 × 100 175 × 100 300 × 100	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
	Grupo	160 × 150 245 × 200 350 × 200	Convergente Médio Normal	Alça do centro Alça do centro Alça do centro
		160 × 250 245 × 250 350 × 250	Convergente Médio Normal	Escal. — 50 m Escal. — 50 m Escal. — 50 m
		160 × 350 245 × 350 350 × 350	Convergente Médio Normal	Escal. — 100 m Escal. — 100 m Escal. — 100 m
	2 Grupos			
	3 Grupos			

POSSIBILIDADES DE FOGO PARA UNIDADES CONSTITUIDAS POR BATERIAS A 6 PEÇAS ⁽¹⁾I — ÁREAS MÁXIMAS COBERTAS ⁽²⁾

	CALIBRE	BATERIA	ODORO	2 GRUPOS	3 GRUPOS
Alça do Centro do Objeto	105 mm	200×100 2 Ha	250×200 5 Ha		
	155 mm	300×100 3 Ha	350×200 7 Ha		
Alças escalonadas de 100 m	105 mm	—	250×350		
	155 mm	—	350×350 12 Ha		

OBSERVAÇÕES

- (1) As Baterias 75 mm a seis peças possuem a mesma possibilidade das Btas. 75 mm a quatro peças no que se refere às áreas cobertas.
- (2) Considerando o emprego do feixe normal.

II — FRENTE MÁXIMA BATIDA POR UMA BATERIA NA BARRAGEM FIXA

CALIBRE	75 mm	105 mm	155 mm
c/pessoal	200 m	300 m	500 m
c/carros	100 m	150 m	250 m

QUADRO N. 16-A

CORRESPONDÊNCIA ENTRE DIMENSÕES A BATER
E AS UNIDADES A EMPREGAR

(unidades de art. com Bias. a 6 peças)

CALIBRE	UNIDADE QUE ATIRA	ÁREA COBERTA LARGURA × PROF.
75 mm	= mesmos valores que os atribuídos para as unidades à base de bias. de quatro peças.	
105 mm	Bia.	De 75 × 100 a 200 × 100
	Grupo	De 150 × 150 a 250 × 350
	2 Grupos (1)	
	3 Grupos (1)	
155 mm	Bia.	De 100 × 100 a 300 × 100
	Grupo	De 150 × 150
	2 Grupos (1)	
	3 Grupos (1)	

OBSERVAÇÃO

(1) Atirando no centro do objetivo.

QUADRO N. 17

QUADRO DAS CONCENTRAÇÕES

Realização da neutralização de tropas sumariamente abrigadas ou desabrigadas, para as unidades constituídas de Bateria a seis peças

75 mm				105 mm				155 mm						
Dimensões a bater		Unidade que atira	Consumo — Tiros	Duração Eficácia Minutos	Dimensões a bater		Unidade que atira	Consumo — Tiros	Duração Eficácia Minutos	Dimensões a bater		Unidade que atira	Consumo — Tiros	Duração Eficácia Minutos
					Metros	Ha				Metros	Ha			
50 × 100	0,5	Bia.	18	1	75 × 100	0,75	Bia.	12	1	100 × 100	1	Bia.	12	1
75 × 100	0,75	Bia.	24	1	125 × 100	1,25	Bia.	18	1	175 × 100	1,75	Bia.	18	2
120 × 100	1,2	Bia.	36	1	200 × 100	2	Bia.	36	2	300 × 100	3	Bia.	36	3
100 × 150	1,5	Grupo	54	1	150 × 150	2,25	Grupo	36	1	180 × 150	2,4	Grupo	24	1
120 × 200	2,4	Grupo	72	1	200 × 200	4	Grupo	72	2	245 × 200	4,9	Grupo	54	2
150 × 200	3	Grupo	108	1	250 × 200	5	Grupo	72	2	350 × 200	7	Grupo	72	3
100 × 250	2,5	Grupo	90	1	150 × 250	3,7	Grupo	54	2	180 × 250	4	Grupo	36	1
120 × 250	3	Grupo	108	1	200 × 250	5	Grupo	72	2	245 × 250	6,1	Grupo	54	2
150 × 250	3,75	Grupo	126	2	250 × 250	6,2	Grupo	90	2	350 × 250	8,75	Grupo	90	3
100 × 300	3	Grupo	108	1	150 × 350	5,2	Grupo	90	2	180 × 350	5,6	Grupo	54	2
120 × 300	3,6	Grupo	126	2	200 × 350	7	Grupo	108	2	245 × 350	8,5	Grupo	90	3
150 × 300	4,5	Grupo	144	2	250 × 350	8,7	Grupo	126	2	350 × 350	12,25	Grupo	108	3

Algumas Palavras sobre Organização de Pistas Hípicas

Cap. A. FRANCO FERREIRA (*)

A organização de pistas, tendo em vista o nobre esporte hípico, obedece certas regras e condições conseqüentes de um método a ser adotado e oriundas de acurada observação por parte de quem dela se incumba, coisa aliás que não admira, se tivermos presente que esse gênero de trabalho nada mais é que uma modalidade das diferentes instruções militares, que sempre devem ser preparadas com método e cuidado, de molde a fornecerem o cenário necessário e indispensável ao objetivo que quisermos obter.

O método que vamos lembrar para a organização das nossas pistas de hipismo é, justamente, o mesmo que adotariamos para a preparação dos nossos exercícios militares em geral e consiste em:

1º) propor a questão, isto é, examinar o que queremos fazer, qual o nosso objetivo a atingir ou ainda em outras palavras, o que queremos ensinar ou praticar;

2º) examinar os meios de que dispomos, em particular o terreno que se nos depara, observado nas dificuldades e vantagens que apresenta, em vista do objetivo que desejamos atingir;

3º) fazer um detalhado inventário de tudo quanto nos falta no terreno, para obtermos o "ambiente" necessário e indispensável à impressão que queremos obter;

4º) providenciar na adaptação, criação, enfim, na obtenção do que nos falta para a consecução desse ambiente.

Por outro lado, convém termos muito presente, ainda:

— o valor equestre do instruído;

- o estado do treinamento da cavallhada;
- o grau já atingido nas instruções anteriores;
- as condições de execução do percurso que escolhemos.

Pois sabemos de sobra que os resultados de tudo quanto se relaciona com esporte, depende sempre de uma adaptação muscular que não se obtém instantaneamente, e sim, por um cuidadoso e ritmado treinamento que impõe uma seqüência lógica, cuja desobediência importa em desastres mais ou menos graves.

E, se atentarmos que no caso do hipismo, dois elementos vivos há a fazer essa adaptação muscular, temos dito tudo quanto poderíamos lembrar a respeito do valor do método.

Vejamos agora, que espécie de pistas hípicas são estas, que tanto cuidado e tantas preocupações nos despertam.

Nós não vamos tratar aqui da organização de pistas de concurso, onde um cavalo excepcional, porém especialista, muitas vezes portador de males incuráveis, como uma "fluxão periódica" ou uma manqueira ocultada por uma injeção de cocaína, durante um minuto ou menos, faz doze ou quinze transposições assombrosas, espetaculares, verdadeiro sucesso de circo. Também não trataremos das pistas de corrida ou de "steeple", pois que a engenharia, melhor que nós, está habilitada a construí-las impecáveis.

O que queremos é a pista de exterior, a pista do cavalo de guerra e do cavaleiro de fibra, a pista de caça, misto de resistência, veloci-

(*) O presente artigo foi escrito em 9 de fevereiro de 1938 (Nota da Redação).

dade, audácia, coragem e destreza, a pista longa de 8, 8 ou mais quilômetros, onde o cavalo perfeito, num esforço continuado de 15, 20 e, muitas vezes, mais minutos, atravessa terrenos os mais variados, semeados de obstáculos, cheios de aspectos às vezes assustadores, dando conta, enfim, da sua manobabilidade, obedecendo instantaneamente às solicitações do cavaleiro, da sua destreza, saltando aqui, grupando em seguida seus músculos para distendê-los mais adiante num esforço de sensação, a pista em que tudo é inédito para o cavaleiro, em que tudo é sensação e novidade, onde ele sente o "instinto" do seu cavalo (já que lhe não devemos atribuir consciência), onde valoriza sua montada.

Na preparação dessas pistas temos que encarar:

- 1º) a distância do percurso;
- 2º) a intensidade que queremos emprestar ao mesmo;
- 3º) o modo por que será o mesmo feito pelos concorrentes;
- 4º) e, como em tudo quanto se relaciona com esportes,
 - a continuidade,
 - a alternância no gênero de obstáculos,
 - a gradação a dar no exercício,
 - a atração a despertar,
 - as medidas de disciplina.

Examinemos cada um desses elementos em separado.

A extensão do percurso é sem dúvida um dos elementos de maior importância, senão de capital, principalmente quando se trata de percursos individuais em que a classificação dos concorrentes depende do tempo gasto em percorrê-lo.

Deve ser muito cuidadosamente medida, percorrida pelo encarregado da sua escolha, de modo que os resultados nêles obtidos, sejam a justa expressão da verdade, em relação ao esforço dispendido pelo animal ou ao seu estado de treinamento. É fácil imaginar o desapontamento de um cavaleiro que, cioso do valor do seu cavalo, sabendo-o em ótimo estado de treinamento, não lograsse uma classificação compensadora numa com-

petição, porque o percurso não estivesse convenientemente medido, dando margem a um resultado completamente desconcertante, e em nada condizente com o esforço, às vezes grande, que o cavaleiro em questão e seu cavalo fizeram.

Nos percursos coletivos, essa questão da extensão do percurso influi apenas sob o ponto de vista da gradação da série de exercícios encarados.

A intensidade do percurso é dada:

- pelo número de obstáculos nêles contidos;
- pela natureza do terreno atravessado entre um obstáculo e outro;
- pelo tempo em que deverá ser feito o percurso, função da velocidade que queremos emprestar à competição;
- eventualmente, modifica extraordinariamente a intensidade de um percurso, o mau tempo.

Esses quatro elementos, cuidadosamente combinados, dosam a intensidade dos nossos percursos, dentro de uma série deles.

O modo por que será feito o percurso, constitui fator importante na escolha de uma pista. Enquanto um percurso individual, isto é, feito por um concorrente de cada vez, comporta passagens obrigatórias para um cavaleiro, obstáculos de pequena frente, corredores mais ou menos apertados, os percursos coletivos, especialmente as "caçadas", não seriam bem escolhidos e bem preparados, se não apresentassem obstáculos que permitissem, pelo menos, a abordagem em 4, 5 ou 6 pontos, mesmo que nesses pontos de utilização, houvesse diferenças de dificuldades, resultantes do próprio aspecto ou condições naturais do obstáculo, o que vai constituir motivos de justas alegrias e orgulhos, quando não o fossem de desapontamentos, ou digamos claramente, de momentâneas indecisões.

Dez, doze, até quinze metros, são frentes mínimas para obstáculos de percursos coletivos, quando tivermos a pretensão de havê-los pre-

parado para serem transpostos por todos os concorrentes.

Finalmente, comparando os nossos exercícios de exterior a verdadeiras lições de educação física, cujas sessões de estudo seriam representadas pelos exercícios preparatórios de flexionamento feitos no picadeiro, temos portanto, ao organizar as nossas pistas, que observar as medidas tendentes a assegurar aquelas características, a continuidade, a alternância, a gradação, a atração e a disciplina do exercício considerado.

A continuidade do exercício é obtida pela escolha de passagens ou construção de obstáculos que resistam à passagem de todos os concorrentes, apesar dos estragos que os mesmos possam causar. Taludes de barro ou de terra bem socada, valas de bordas suficientemente fortes e resistentes, rampas para descer, em terreno arenoso, para subir, em terreno barrento, são, em linhas gerais, os que se devem escolher, de preferência, entre os obstáculos naturais. Por outro lado, e como em exercícios de exterior ou em percursos de caça não podemos contar apenas com obstáculos naturais, é preciso também, que na construção desses outros, levemos em conta essa desejada resistência aos embates. Barras grossas de bambu gigante, de embaúba ou até mesmo de eucaliptos, sólidamente amarradas em esteios mais ou menos profundamente enterrados no solo, são muito mais recomendáveis que finas hastes, leyes e flexíveis, mal seguras em suportes frágeis, dando todo conjunto impressão de fragilidade.

O cavalo é um animal de grande rapidez de decisão, e assim é que, em percebendo na sua frente um obstáculo, na verdadeira acepção da palavra, ele decide transpô-lo com cuidado e a se empregar com eficiência, mas, se ele vê na sua frente um tramado aparentemente fraco, uma valeta mal definida ou um simples montículo de terra, o cavalo de exterior, o cavalo de guerra, o verdadeiro cavalo, pensará na sua irracionalidade inteligente: não vou desperdiçar as minhas forças naquela "porcaria", e

decide: vou passar aquilo... e, às vezes "aquilo" não cede, e eis o acidente.

Claro está que não foram banidos do nosso programa, os obstáculos de aparência frágil, de pouca "impressão", mas estes devem ser reservados para o fim de um período de caça, ou de exterior, quando nossos cavalos estão rotinados em saltar tudo quanto lhe surge à frente. Então, será uma grande sensação saltar até uma cerca de arame que tivéssemos tido o cuidado de marcar o fio superior com uma tábua ou um bambu suficientemente visível a uma certa distância.

Depende ainda da habilidade de quem organiza o percurso, a transformação de obstáculos naturais ou artificiais pouco "saltáveis", em outros tantos de sólida aparência e melhor impressionabilidade. Assim, por exemplo, um fôssco de bordas frouxas, pode, e, de preferência, deverá ser transformado em "oxer" mais largo do que alto, apenas com o trabalho de fixarmos uma vara em cada borda; uma vala seca que não tivemos tempo de aprofundar convenientemente, fica melhor se transformarmô-la num "AA", com uma vara atravessada no meio, a uns 80 cm ou um metro de altura; um rio (vala cheia d'água) que desejamos seja transposto, ficará mais saltável, se tiver na borda de partida uma sebe inclinada, mesmo bem baixinha; um talude ainda não completamente consolidado, terá sua existência prolongada, se tiver uma barra grossa fixada na parte superior; uma banquetta que se esboroa, terá mais longa duração se tiver, antes dela, uma sebe, ou depois dela, uma barra; uma rampa a subir ou a descer, torna-se mais forte se fizermos uma valeta de uns 80 cm a 1 metro de largo, na base; e, uma simples barra a saltar, torna-se muito mais "apetitosa", se tiver na base um rôlo de ramagens, ou se for colocada sobre uma linha de "ficus", de capim elefante ou de touceiras de capim cidró.

A alternância é conseguida pela criteriosa escolha de terrenos que ofereçam oportunidades de saltos, ora em largura, ora em altura, ora

em profundidade e, suas combinações inteligente e cuidadosamente escolhidas, a fim de obtermos as duas características que se seguem.

A *gradação do exercício* considerado consiste na escolha e disposição de obstáculos de forma tal a exigir um crescente de esforços do cavaleiro e do cavalo, até um *ponto máximo* — o obstáculo do dia —, para depois ir diminuindo em intensidade até o final, que nos percursos individuais, principalmente, deve ser precedido de uma verdadeira "volta à calma". Nos percursos coletivos, a reunião conseqüente, os rápidos comentários das sensações, a volta em conjunto aos locais das estrebarias, constituem a "volta à calma" desejada.

Aliás, os percursos coletivos de um determinado período, não terão nunca o mesmo grau de intensidade em dificuldade que poderão apresentar os percursos individuais do mesmo período.

A *atração do exercício* é obtida pelo imprevisto no aparecimento dos obstáculos, no segredo da sua preparação, no conjunto da naturalidade, saltabilidade e respeitabilidade que apresentam os obstáculos.

Um fôssco escolhido e colocado logo depois da travessia de um terreno coberto, por exemplo, tem outro "sabor" do que se fôsse escolhido no meio de campo raso, onde o cavalo e cavaleiro teriam tempo de sobra para vê-lo de longe, e de longe se *apertarem*... mesmo que seja para cair; uma barreira fixa, subtilmente colocada numa curva obrigatória, é cem vezes mais sensacional do que saltada num simples corredor de saltos; um "bullfinch", um "exer de campo", uma combinação de valas, "brooks" e "openditches" são obstáculos que, pela sua aparência rústica, pela sua naturalidade, impressionam muito mais que as simples varas e suas combinações desmontáveis dos concursos híficos. Em todo caso, essas pequenas "ursadas" na apresentação e combinação dos obstáculos, mas sempre orientadas numa sã técnica e na constante preocupação de fazer percursos respeitáveis

porém saltáveis, não de constituir os comentários obrigatórios das conversas de cassino, nos intervalos de tempo entre os diferentes percursos, e quanto salto espetacular, quanta coisa interessante, quanta "fanfarronada" não havemos de ouvir... e de contar nesses momentos.

A *disciplina no percurso* ainda será, em parte, fruto da disposição dos obstáculos e da escolha do percurso. Um balisamento bem feito evitará as idas e vindas de "erradas" tão desagradáveis para um concorrente, um paraflanco, canaliza melhor o cavaleiro sobre os obstáculos e, nos percursos coletivos, a frente utilizável dos obstáculos será, talvez, o principal fator da disciplina que nunca será apreciável, se estes se apresentarem esmirrados, apertados, obrigando os concorrentes a se desenvolverem em profundidade, convidando os retardatários a atalhar e a "se esquecer" de alguns saltos.

Será grandemente recomendável que o organizador de um percurso de exterior, depois de tê-lo escolhido, o percorra em toda sua extensão, seja para examinar o efeito de certo obstáculo, seja, principalmente, para verificar o estado de "piso", destocando, assinalando ou tapando algum buraco de tatu, enfim tomando tôdas as precauções para evitar todo e qualquer acidente fora da linha dos obstáculos, que geralmente são mais perigosos e de mais graves conseqüências que os provenientes dos saltos propriamente.

Depois de termos uma pista cuidadosamente organizada dentro do nosso método, fruto exclusivo de observação e de adaptação, acerquemo-nos dos nossos cavalos cujas qualidades serão, especialmente, calma, docilidade e generosidade, qualidades morais para obtermos um cavalo confortável, de andaduras definidas, bem equilibrado, perfeitamente maneável e sobretudo destro nos seus movimentos e, depois de havermos transposto uns vinte a trinta obstáculos, depois de havermos galopado uns quinze a vinte minutos, senão mais, diremos com orgulho: "que cavalo agradável...".



UNIVERSAL

CRONOGRÁFO

REGISTRA COM PRECISÃO ATÉ UM QUINTO DE SEGUNDO
A DURAÇÃO, A VELOCIDADE, A DISTÂNCIA, ETC...

UNIVERSAL

Genève

RELOGIOS E CRONOGRAFOS DE PRECISÃO

DESEMBARQUES E DEFESA DAS COSTAS

Vice-Almirante LEMONNIER, em "Revue de Défense Nationale".

Trad. do 1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA
(Aluno do C.O.R.).

O desembarque! Dois anos rapidamente passados foram suficientes para desvanecer a magia dessa palavra que manteve em suspenso durante tantos meses o espírito de milhões de franceses, repartido entre a esperança e também a inquietude, pois será justo se reconhecer que os franceses da Metrópole, ignorando a amplitude dos preparativos aliados, deveriam se achar impressionados pela força e os meios disponíveis do inimigo que ocupava seu território, bem como toldados pela orgulhosa confiança de seu comando. Todo mundo sabia que em nossas costas, os trabalhadores da Todt reunindo sua grande prática a efetivos consideráveis — 64 divisões, mais de um milhão de combatentes — eram mantidos em posição a fim de deter a provável invasão.

Desembarcar! A palavra não exprime mais do que os pensamentos dos franceses de além-mar, durante meses ansiosos pela libertação de sua Pátria, ou aqueles dos aliados que compreendendo muito bem a necessidade da invasão, porém, não desejando um insucesso, pesavam todos os riscos.

Somente em agosto de 1943, na Conferência de Quebec, foi tomada a firme decisão de criar a segunda frente, e somente na primavera de 1944, quando a situação geral tomava um rumo favorável, a guerra submarina se encontrava debelada, a aviação de caça alemã dizimada, e as forças russas em franca ofensiva, que o Comandante Supremo Aliado, tendo reunido ao

pé da obra meios colossais, se achou completamente confiante no sucesso da empresa.

Os desembarques foram bem sucedidos. Tão bem sucedidos, que no espírito de muitos, se fixou a idéia de que um desembarque, hoje em dia, é uma coisa fácil. O sucesso prodigioso de todos os desembarques americanos no Pacífico, tentados a enormes distâncias das bases de partida, sobre ilhas protegidas pela natureza e defendidas por um inimigo obstinado, contribuiu para tornar mais sólida tal opinião. O cinema mostrou-nos de maneira clara algumas cenas edificantes sobre o acúmulo de meios que se fizeram necessários e sobre as dificuldades que freqüentemente aguardavam os "Fuzileiros" quando eles punham o pé em terra, mas, como finalmente o sucesso era o coroamento de todas as tentativas feitas e apresentadas, nunca a dúvida leva o espectador a pensar em um fracasso. Para ele, a tática dos desembarques conduz sempre ao sucesso infalível. Deveremos nós, concluir de maneira assim tão definitiva? Seria nos enganar gravemente.

I — LIÇÕES DE ONTEM

A recordação dos erros de doutrina do período anterior à guerra devem nos levar à prudência. Não nos esqueçamos que, baseados no lamentável fracasso dos Dardanelos, todos os técnicos do mundo concluíram em definitivo pela pu-

silanimidade das esquadras nas investidas contra o litoral, enquanto esta guerra, na sua segunda fase, sobre a maioria das frentes, não foi mais do que uma sucessão de desembarques maravilhosamente bem sucedidos.

Sem dúvida, "vinte iníquos vasos de ferro", como escrevia Winston Churchill em sua obra "A Guerra Mundial" falando das minas turcas, algumas velhas baterias e um pequeno número de infantantes conseguiram colocar em xeque, na primavera de 1915, uma força aliada tendo no mínimo 300 navios de guerra, dentre os quais 60 encouraçados e cruzadores, e um corpo de desembarque de 100 mil homens. Tal lição deveria ser aprendida, mas as causas do desastre deveriam ser analisadas.

Quando se deseja tirar ensinamentos da guerra, não se deve julgar somente com o que sucede, mas sim com o que poderia acontecer: porque houvera, em 1914, uma emenda no Marne, acabou-se, no País, por se convencer que o milagre era indispensável, quando a lição do Marne, bem compreendida, teria nos prevenido contra maio de 1940. A lição dos Dardanelos foi também mal interpretada.

Com todos os documentos em mão, tendo tido ocasião de fazer um estudo aprofundado dessa expedição por mim assistida, e da qual guardei recordações muito vivas, pude demonstrar, em um trabalho aparecido em 1939, que a empresa, estrategicamente perfeita, deveria ter sido coroada de sucesso, e que seria imprudente concluirmos com a condenação daquelas operações. "Devemos, escrevia eu, à luz das memórias do almirante Keyes, rever nossas impressões e nossos juízos da campanha dos Dardanelos e admitir uma vez por todas que, bem conduzidas, a empresa que se transformou em um vale de misérias seria encaminhada para o caminho da fortuna".

E eu observava os perigos dessas conclusões tardias que se batizavam

"os ensinamentos da guerra". "A pretensão de prever, no domínio tático, se inspirando nas experiências de um passado mesmo que seja recente, é tanto imprudente quanto o desprezo desses mesmos acontecimentos. As táticas evoluem em ritmo acelerado, sob a influência do aperfeiçoamento contínuo dos materiais de guerra e o aparecimento freqüente de novos procedimentos de combate, se bem que as teorias herejes às vezes em dias muito próximos vêm a ser perfeitamente ortodoxas". "Lembremo-nos, por exemplo, que o general Joffre, em setembro de 1914, não desejava a preço algum adotar, nos exércitos em operações, os abrigos fortificados; que três meses mais tarde, ele determinava não somente a utilização desses abrigos, como também a transformação de todas as frentes em verdadeiros campos entrencheados; que em 1918, as linhas consideradas em 1917 como invioláveis, foram em grandes extensões desbaratadas aos primeiros assaltos, e que por fim hoje em dia voltou a fortificação a ter sua primitiva importância, ao se declarar intransponíveis as linhas Maginot e Siegfried".

Nós temos em seguida, por esse motivo, importantes modificações de doutrina. No domínio tático, é mais importante nos preocuparmos dos progressos técnicos que raciocinarmos sobre o passado.

* *

Demais, é necessário se fazer justiça aos técnicos militares do após-guerra: sem dúvida eles estavam errados acreditando ainda, baseados em um exemplo já distante, que uma força naval não podia atacar uma costa defendida por campos de minas e baterias costeiras. Eles esqueciam que a artilharia naval tinha progredido e que novos meios de desembarque tinham surgido, mas em compensação raciocinavam muito bem denunciando os novos riscos devidos ao desenvolvimento das frotas submarinas e ao aparecimento da aviação. E pode ser que os con-

selhos de guerra estivessem bem avisados conformando-se com as doutrinas prudentes da época!

Em seguida aos acontecimentos de Namsos, o Primeiro Ministro britânico declarava: "E' realmente um terrível problema, tentar manobrar um corpo expedicionário quando o inimigo possui o domínio do Ar!" Falando assim, o Sr. Chamberlain nada mais fazia senão confirmar uma verdade expressa inúmeras vezes nos anos precedentes. E' verdadeiramente instrutivo constatar que, desde o início das hostilidades, o Alto Comando de ambos os contendores é brutalmente obrigado a encarar vastas operações de desembarques, quando nenhum dos exércitos se encontrava preparado para as mesmas.

Improvisados com meios de fortuna ridiculamente insuficientes, todos os desembarques tentados no primeiro período da guerra terminaram fracassados. Possivelmente será provado que os Alemães não possuíam meios navais na escala desejada, tendo assim razão em não tentar a travessia da Mancha em 1940. Eles aprenderam em seguida, às suas custas, na África, quanto custa sustentar uma operação em ultra-mar, quando não se possui o domínio naval. Do lado aliado, a campanha da Grécia termina com um lamentável fiasco, e a tentativa aliada em Dieppe se transforma em sangrento revés.

* *

O ensinamento de um fracasso pode ser às vezes mais proveitoso que o de uma vitória. O Comando Aliado soube tirar corretamente as lições táticas do desastre de Dieppe. Ele teve a audácia de concluir que se o desembarque de uma divisão na costa francesa se revelará impossível, o de um exército deveria ser bem sucedido, e, tendo fixado seu alvo, assenta admiravelmente o problema da preparação dos grandes desembarques. Foi resolvido colocar em execução novos métodos de desembarque, depois de criar forças de assalto, colocando em ação

tôdas as imensas possibilidades industriais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha: 70 mil engenhos de desembarque foram construídos.

Durante os preparativos, foi necessário manter um esforço colossal para dar cabo da ameaça submarina, adquirir o domínio do ar, equipar e treinar os exércitos de invasão. Era um plano de três anos. Será de mau gosto deixar que se acredite hoje em dia que a empresa podia ter sido tentada mais cedo e com menores gastos. O Alto Comando Aliado raciocinou certo: êle não quis arriscar a nenhum preço um fracasso, e muitos se esquecem hoje em dia, talvez com muita facilidade, que o desembarque na Normândia não foi tão fácil como se imagina.

Houve momentos de flutuação: uma parte das tropas esteve a ponto de reembarcar; carros anfíbios que deviam descer à terra por seus próprios meios, sossobram. Um vento violento do nordeste se elevou e transformando-se em tormenta soprou durante dois dias. A empresa esteve à margem do fracasso, porém, os Aliados tinham podido acumular tais meios que puderam sustar êsse grave contratempo e os fracassos locais produzidos.

Crê-se também na França que o desembarque em Provença foi uma simples formalidade. Nós que vivemos durante os meses de preparação diante das cartas da nossa Côte d'Azur, onde estavam marcadas tôdas as baterias inimigas, todos os fortins das praias, tôdas as obras da infantaria, a posição das reservas, nós podemos afirmar que a operação não se apresentava com tanta certeza de uma fácil vitória. Sem dúvida o sucesso foi grandemente facilitado pelo desmoroamento da frente da Normândia produzido por essa ocasião. Existiam portanto, em 15 de agosto, 70 mil alemães na costa, as defesas se encontravam firmes, e as forças de desembarque não eram tão numerosas: elas não atingiam mais que três divisões nos primeiros dias e oito ao fim.

Em Saint-Tropez, em Saint-Maxime e em Cavalaire o assalto foi bem sucedido. Ao contrário, o desembarque em Saint-Raphael ao meio-dia fracassa; e os marinheiros que permanecem durante dias bombardeando as baterias costeiras verificam que a frente marítima estava resistente. O sítio de Toulon foi uma das mais duras batalhas que conheceu nosso Exército. Foram necessários potentes ataques conjugados marítimos, aéreos e terrestres para romper as defesas de Hyères e da encosta do Gapeau: inúmeros soldados franceses tombaram sob os pinheirais das cercanias de Toulon! Se a praça capitulou rapidamente, foi que nossas tropas estavam furiosas e possuídas de um arrôjo irresistível. Mas a península de Cepet, chave da baía, não se rende senão depois de oito dias de bombardeios incessantes da frota, da aviação e mesmo da artilharia de terra.

Substima-se na França o valor estratégico do desembarque da Provença, e isso é desagradável, pois nessa operação que foram engajadas as maiores forças francesas de terra, mar e ar: elas representavam mais de metade das forças participantes.

O fulminante avanço do Exército do General de Lattre, atingindo em marchas forçadas as encostas do Rhône, contribui bastante para dar início à retirada geral das tropas alemãs do solo francês e arrasta a desorganização total do Alto Comando inimigo. Muitas centenas de milhares de alemães foram assim surpreendidos. Uma parte se encerra nas bolsas do Atlântico, mas a maioria, batida pelas F.F.I., não tarda a se render. Uma tal capitulação nos vingou dos desastres de 1940. Sim, o inimigo foi batido, esmagado, e tudo graças ao sucesso total dos desembarques. Ele não estava, porém, ao pé dos seus recursos. Os Aliados rapidamente encontraram resistência na linha dos Vosges, em Lorraine e no norte das Ardenas, frente esta que não pôde ser desbaratada senão depois de cinco meses de duras batalhas.

Sim, despreza-se muito a importância da ação militar que liberta em poucas semanas a quase totalidade da França, poupando a nosso país novos e imensos desastres materiais e impede à Alemanha de colocar em posição sobre nosso solo novas armas que saíam diariamente de milhares de arsenais subterrâneos e com as quais eles ainda esperavam corrigir a situação.

Esses prodigiosos resultados, não devemos mais esquecê-lo, foram devidos não somente à atuação de nossos Exércitos, mas também à maravilhosa organização que permitiu aos Fuzileiros Aliados alimentar, apesar das destruições dos portos, os Exércitos que combatiam no continente, reclamando sem cessar mais viveres, combustíveis e munições. Um desembarque não consiste somente em colocar em terra uma primeira vaga de assalto; é necessário que cheguem reforços, é preciso que se estabeleça uma fantástica corrente constante de material para o aprovisionamento das tropas que se encontram em terra, empenhadas nos combates.

E' bom lembrar alguns números. Eles são sugestivos.

Em Normândia:

Foram desembarcados:

- no primeiro dia: 5 divisões com seu material;
- ao 10º dia: 500.000 homens;
- ao 25º dia: 1.500.000 homens, 340.000 veículos, 750.000 toneladas de aprovisionamentos;
- ao 100º dia: 2.200.000 homens, 450.000 veículos e 4 milhões de toneladas de aprovisionamentos.

Em Provença:

- no 1º dia: 3 divisões;
- ao 20º dia: 350.000 homens, 60.000 veículos e 300.000 toneladas de aprovisionamentos.

Esses espantosos resultados mostram qual foi a escala, verdadeiramente gigantesca, dos desembarques da Libertação!

II — REFLEXÕES SOBRE O FUTURO

Fugiria às finalidades deste artigo se tirasse conclusões de ordem tática dos desembarques passados. Aliás, disso me guardarei bem, após ter denunciado aqui mesmo os perigos de tais conclusões. No entanto, parece-me interessante, sublinhar nesta *Revista*, à luz dos grandes acontecimentos da guerra, o lugar que presentemente devem ocupar nas doutrinas militares, as questões dos desembarques e aquelas que lhe são intimamente ligadas, as de defesa de costa. Esse lugar continuará a ter grande importância, porque a extrema mobilidade dos meios de combate modernos conduzirá o comando, cada vez mais, a estender os teatros de operações e a procurar, por meio de grandes deslocamentos, em caso de necessidade por mar e por ar, vantajosos setores de ataque.

Por conseguinte, os desembarques são seguramente inevitáveis, porque as Nações não possuem todas suas fronteiras comuns! Para engajar suas forças, elas podem ser obrigadas a começar fazendo-as atravessar os Oceanos. Sem nos remontarmos às Cruzadas, podemos encontrar na História uma boa lista de expedições longínquas causadas exatamente por essa necessidade, e esta última guerra nos deu, por si só, um belo quadro de situações que não poderiam ser resolvidas senão com desembarques. Amanhã, o Exército Internacional das Nações Unidas, que compreenderá contingentes de todos os continentes, deverá em primeiro lugar encarar as operações de transporte e de desembarque. E o melhor revide às bombas atômicas, possivelmente, será o ataque e a ocupação das zonas em que são fabricadas e de onde são lançadas, e para tal esse Exército deverá estar preparado. Breve, os exércitos modernos devem permanecer preparados e treinados para executar transportes e desembarques, por mar e pelo ar, e sua missão é antes de mais nada garantir a segurança de seus países, para poder, caso seja preciso, se opor às

ofensivas que poderão lhe ameaçar, partidas das fronteiras marítimas como das terrestres, e também, com certeza ao mesmo tempo, do ar.

* *

Essa dupla capacidade não deve ser negligenciada na reorganização dos Exércitos, após-guerra. Inicialmente, ela supõe a posse de meios vultosos e apropriados, porque os meios, nós o vimos, não se improvisam. Um simples "comando" necessita de uma preparação minuciosa. A colocação em terra de um corpo expedicionário sobre uma costa defendida não pode ser considerada se não se puder assegurar o domínio marítimo e aéreo e se não se dispuser de forças terrestres verdadeiramente poderosas, para não se correr o risco de ser repellido para a água, ou cercado na praia em situação trágica, como aconteceu em Anzio em 1943 e em Suvla em 1915.

Um desembarque frustrado se transforma em desastre: não deve ser tentado se não se estiver seguro do êxito. O assaltante certamente tem a vantagem da ofensiva: ele pode escolher seu ponto de ataque, muito longe, se o desejar, do setor em que pretende travar a batalha. Ele pode ainda enganar, diminuir a surpresa. No entanto, a defesa também pode tirar vantagem da mobilidade dos meios modernos aéreos, navais e terrestres, para organizar suas forças de reserva, e o aparecimento de armas novas, bastante potentes e com grandes alcances, será possivelmente para seu benefício.

O momento da abordagem — sobre a praia se o ataque vier do mar — sobre o solo, se o desembarque for feito pelo ar — e notamos aqui o paralelismo entre os desembarques marítimos e aéreos — será sempre delicado, por pouco que o adversário tenha preparado suas defesas, e deveremos sempre esperar encontrar um inimigo alertado. Os oceanos, os mares — e mesmo os grandes cursos d'água — continuam a constituir sérios obstáculos para os exércitos modernos: para os transport, faz-se neces-

sária uma superioridade de meios não somente locais, como em todos os domínios, no mar, no ar e em terra. Finalmente, podemos concluir que uma expedição além-mar pode ser compensadora, mas que ela exige a utilização de grandes recursos; e, também, que um país aumenta consideravelmente sua segurança organizando com antecedência a defesa de suas costas.

* *

Outra conclusão: é necessário se ter desde os tempos de paz, uma doutrina. No momento, depois de inúmeras experiências da guerra, a doutrina está bem estabelecida.

Acreditava-se, antes da guerra, que a participação de elementos das três Forças Armadas nas operações — ou, empregando a expressão clássica — o caráter das operações combinadas, seria fonte de grandes dificuldades. Os grandes acontecimentos desta guerra, sobre esse ponto, esclareceram completamente a doutrina; adotou-se hoje em dia o hábito de trabalhar em comum, em equipe, e o chefe que não desejar se adaptar não mais será digno de comandar. A organização do comando, que na França nos incomodava tanto antes da guerra, já se acha completamente solucionada, e após a experiência da guerra, andaríamos errados se quiséssemos ainda discutir.

Aliás, os princípios são muito simples:

1º) — São os Governos que asseguram a direção suprema da guerra;

2º) — Tendo um Governo seus programas, um órgão militar de direção, o Conselho dos chefes de Estados-Maiores gerais — o *Combined Chief of Staff* como é chamado pelos Aliados — fixa os teatros de operações e reparte os meios;

3º) — Em cada um dos teatros, um único chefe, escolhido entre as três Forças Armadas, conforme a preponderância de meios e o caráter da operação. Esse chefe tem sob suas ordens os três comandan-

tes em chefe dos elementos de cada Força.

O Conselho dos chefes dos Estados-Maiores é uma criação da guerra. Não se pensava na França que um Conselho militar pudesse tomar decisões e acreditava-se na necessidade de um árbitro. Junto aos Aliados, aprendemos que o trabalho em Conselho era, ao contrário, bastante proveitoso, e mesmo que ele é o único possível em uma coalizão, havendo no entanto, a condição de que os Conselhos compreendam chefes competentes e responsáveis cada um em seu meio; porque, como escrevia, após a expedição dos Dardanelos, o almirante Wernys, "a opinião, sem a responsabilidade, perde quase todo o seu valor".

* *

Examinemos sumariamente este sistema de comando na organização dos desembarques e da defesa de costas. O chefe responsável pela preparação e execução do desembarque é o comandante em chefe do teatro onde ele tem lugar. E' um general das Forças Terrestres se a operação tem por finalidade colocar em terra um corpo expedicionário; é um marítimo ou um aviador, segundo a preponderância dos meios empregados, se a operação é limitada a uma diversão, ou a uma ocupação local ou momentânea.

Na França, em todos os tempos, discutiu-se acaloradamente para saber quem deveria comandar o campo, no momento do assalto. Muita tinta foi gasta para recordar as famosas discussões entre o almirante Duperré e o marechal De Bourmont, e muita filosofia se fez a esse respeito. O debate terminou: em um desembarque, o comandante das forças navais deve comandar a zona do assalto até que o corpo expedicionário esteja firmemente instalado no terreno e até que o risco dum reembarque imediato tenha desaparecido.

* *

Na defesa das costas, a organização do comando, a repartição

das missões e dos meios não é assim tão fácil. Uma costa se acha em um teatro de operações que tem um chefe. Este chefe é um general, se o recelo de um desembarque conduziu à previsão de um possante exército de reserva. E' um aviador, se o inimigo ameaça seriamente o teatro apenas por meios aéreos, é um marinheiro, se os ataques ao litoral parecem prováveis. Nesse caso, o mais lógico é ainda a inclusão da costa no teatro marítimo interessado.

A repartição, por esse comandante em chefe único, das missões e dos meios entre os três comandantes, terrestre, naval e aéreo, decorre, ela também, do bom senso; o chefe do exército comanda as forças terrestres de reserva, o chefe aéreo dispõe das forças que asseguram o domínio aéreo e dos bombardeiros estratégicos, e o chefe naval comanda os elementos ligados à luta marítima, como também as organizações litorâneas e os meios de defesa dos portos e bases navais. O comandante em chefe tem naturalmente plenos poderes para modificar a repartição dos meios segundo a evolução da situação.

Certos elementos poderão, por conseguinte, se encontrar, para emprego, sob as ordens de um chefe estranho à sua Força. Esta situação se tornará cada vez mais frequente, e o comandante deve estar preparado para enfrentá-la, mesmo nos escalões subalternos. Antigamente, o infante devia saber funcionar em união com a artilharia; hoje em dia é a ligação de todas as armas que deve ser íntima. O progresso exige em todos os domínios, civis e militares, cada vez mais a especialização e, como consequência, o hábito de "trabalhar em equipe". No domínio militar, torna-se necessária uma particular flexibilidade, para poder utilizar, com bom rendimento, nas circunstâncias as mais variadas, os elementos especializados, e às vezes em tarefas para as quais eles não foram essencialmente treinados. Os canhões da Art. A-Aé. foram utilizados com frequência

como anticarros; os aviadores navais combateram sobre terra firme; os radio-operadores, os sinaleiros e os cozinheiros muitas vezes fizeram o papel de fuzileiros! Cada Força Armada prepara seus elementos: no momento da ação, o chefe único as utiliza como achar mais conveniente.

Desejarei ainda observar que se confiarmos, na França, a preparação da defesa das costas à Marinha — a batalha contra o inimigo desembarcado competindo às autoridades do Exército — estaremos certos. A experiência da última guerra o demonstrou. O estabelecimento da defesa costeira, nêle incluído a organização das baterias de costa, as transmissões, o sistema de alerta e a defesa das bases, é uma das funções essenciais da Marinha. Por ter desconhecido esse caráter marítimo da defesa litorânea, a Wehrmacht cometeu graves erros que facilitaram o sucesso dos desembarques.

• •

Terminando, crelo interessante assinalar que a Marinha Francesa vem, como consequência da experiência da guerra em matéria de desembarques, reorganizando a especialidade de marinheiros-fuzileiros. Antes da guerra, os fuzileiros faziam parte das equipagens. Eles guarneciam as armas ligeiras de bordo, mas sua finalidade essencial era constituir o arcabouço das famosas companhias de desembarque, que tiveram, no correr dos séculos, tantas ocasiões de serem empregadas. A fórmula caducou, porque em tempo de guerra, os navios nas proximidades das praias, têm necessidade mais do que nunca de todo seu pessoal, e particularmente das guarnições das peças ligeiras que são todas antiaéreas. Com efeito, no decorrer destas duas últimas guerras, os marinheiros-fuzileiros foram desembarcados para constituir regimentos que combateram em terra, aliás, com bons resultados. Mas isso dependia de circunstâncias inteiramente especiais e as formações fo-

ram dissolvidas logo após o fim das hostilidades.

Era pois necessário reconstituir a especialidade dos marinheiros-fuzileiros, segundo moldes modernos. Poderíamos adotar a solução americana dos "Marines" que formam um corpo especial, destinado a fornecer as primeiras tropas de assalto nas operações anfíbias. O sistema aprovára, mas a nossa Marinha não tem efetivos suficientes para o adotar. Na França, compete ao Exército o fornecimento das tropas destinadas a combater em terra: o que o leva a dar, a algumas de suas divisões, um treinamento especial.

A Marinha não pode prever, para as operações terrestres, mais do que elementos especializados para golpes de mão sobre o litoral, embarcados como excedentes nos navios transporte, e também a serem utilizados, nas primeiras vagas de assalto, nos pontos em que a decisão à terra apresente dificuldades particulares do ponto de vista náutico. A finalidade essencial dos marinheiros-fuzileiros será assegu-

rar a parte marítima na fase de assalto do desembarque. Os marinheiros-fuzileiros constituirão, o que se denomina hoje em dia Marinha de assalto, eles fornecerão os especialistas indispensáveis para o desembarque do pessoal e do material sobre uma praia ou um ponto conquistado e semidestruído, e para a organização rápida das bases de emergência. Portanto, tirar-se-á partido, da melhor maneira, de sua experiência marítima e das qualidades combativas que são tradicionais nessa especialidade de elite.

Formar esses novos marinheiros-fuzileiros, os treinar, estudar e aperfeiçoar os meios de descer à terra, tal é a finalidade do *Centro Anfíbio da Marinha*, que vem de ser criado: nele será mantida a doutrina dos desembarques e ele se guardará de não esquecer a extraordinária experiência técnica adquirida durante a guerra, porque — é a conclusão deste estudo — as operações de desembarques e a defesa de costas não podem ser improvisadas.

Opinião de um grande brasileiro sobre o mate

Em interessantes declarações sobre a "ilex-mate", assim se expressou o Sr. General Cândido Rondon:

"— Posso afirmar que o mate é um excelente alimento de poupança, mais poderoso que o café e todos os similares vegetais.

Na travessia de Mato Grosso ao Amazonas, que durou nove meses a fio, realizada pela Expedição de 1909, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, empregámos diariamente o mate, não só pela facilidade da preparação da bebida, como porque o seu uso freqüente nos permitia resistir horas longas sem sentir a mínima necessidade de alimento.

Como chá é bebida suave, agradável ao paladar. Gelado é sumamente deletável.

Em minha casa o chá de mate substituiu o chá da Índia. E eu o prefiro a todas as bebidas exóticas. O meu nacionalismo, nesse particular, é radical.

Eu o aconselharia, de preferência, entre todas as bebidas excitantes, sobretudo as alcoólicas, como elemento precioso a ser adotado em todos os lares."

LANÇA-ROJÃO (BAZUCA)

MODELOS M9A1 E M1A1

Asp. GUSTAVO LISBOA BRAGA.

MODELO M9A1

Características:

Funcionamento: é uma arma acionada eletricamente.

Emprêgo: Empregada para lançar rojões de alto explosivo contra carros de combate e outros veículos blindados, contra fortificações ligeiras e contra pessoal abrigado.

Arma coletiva: necessita de atirador e municiador.

Trajectoria tensa, grande mobilidade de tiro, velocidade inicial de 79,5 m/seg.

Comprimento: 1,55 m.

Alcance útil: 300 jds. (270 m.).

Alcance de alça: 600 jds. (540 m.).

Alcance máximo: 700 jds. (630 m.).

Pode-se atirar a partir de 100 jardas, não havendo perigo para o atirador, em virtude dos estilhaços do rojão, só se projetarem para frente.

Diâmetro do tubo: 6,02 mm.

Peso do rojão: 1,6 kg.

Tempo de queima da carga de propulsão: 0,02 a 0,03 seg.

Descrição:

Tubo: seccionado, aberto e de alma lisa; consta de:

a) seção anterior — onde encontramos a proteção cônica contra o rastro do foguete, o encaixe da mola de engate, a alça de engate e os engrasadores.

b) seção posterior — onde encontramos o alojamento dos engrasadores, a mola de engate, o fio de reforço, o engate, a alça da ban-

doleira, o retém da granada e a guarnição.

Aparelho de pontaria: consta de suporte, setor das alças (0 a 600 jds.), seta-cursor, travessa articulada, lâmina de pontaria com olhal e vértice.

Mecanismo de disparo: consta do magneto, gatilho, registo de segurança, tubo com fio condutor, anel de contato com duas molas (bornes).

Apoio para o tiro: guarda-mato, punho e apoio propriamente dito.

Bandoleira: para o transporte.

Operações para o tiro:

O atirador monta o lança-rojão (bazuca), auxiliado pelo municiador e em seguida coloca-a no ombro direito. O municiador ao receber a ordem de carregar, opera da seguinte forma: coloca-se à direita e na altura do ombro do atirador:

a) trava a arma, colocando o registo de segurança em "SAFE" (segurança);

b) sempre empunhando o rojão com a mão esquerda, pelo tudo estabilizador e com a palma voltada para cima; com o dedo polegar na altura do olhal do grampo de segurança introduz o rojão até o encaixe da garra da tranqueta, prendendo-o assim;

c) sempre segurando o rojão com a mão esquerda, com o auxílio do dedo médio força o grampo de segurança e soltando a mão direita da cauda da tranqueta, retira-o e coloca-o no bolso;

d) volta a mão direita para comprimir a cauda da tranqueta e continua introduzindo o rojão até a turgência encaixar-se no seu alojamento (garra da tranqueta);

e) desenrola o fio da corrente elétrica positiva e faz a ligação em uma das molas de contato, dando uma ou duas voltas;

f) coloca-se ao lado direito do atirador, colocando o registo de segurança em "FIRE" (fogo) e dá duas pancadinhas no ombro do atirador, dizendo: Pronto ou Fogo.

Observações — O municionador auxilia o atirador na observação do tiro, e nunca deve passar por trás da arma, depois desta estar municionada e carregada. Caso seja suspenso o tiro, o municionador opera da seguinte forma para descarregar a arma:

- a) trava a arma;
- b) desliga o fio da mola de contato;
- c) coloca a mão direita na cauda da tranqueta comprimindo-a e com a palma da mão esquerda voltada para cima, puxa para fora o rojão, até a garra da tranqueta prender este pelo encaixe;
- d) soltando a mão direita da cauda da tranqueta, retira o gram-

po de segurança do bôlso e o introduz no olhal do mesmo;

e) com a mão direita volta a comprimir a cauda da tranqueta, enquanto a mão esquerda retira totalmente o rojão.

Tôdas estas operações são feitas, tendo-se sempre o cuidado de nunca soltar o rojão; pois este, quando sem o grampo de segurança, explodirá se cair da altura de 1 (um) metro.

Funcionamento:

O circuito elétrico do lança-rojão é constituído:

a) por um fio, que sai de um dos bornes do magneto e vai à mola de contato;

b) pelo corpo da arma, que funciona como retôrno de corrente.

Quando se introduz o rojão na arma e se liga o condutor que sai da espolêta elétrica à mola de contato, o circuito fica fechado.

Comprimindo-se a tecla do gatilho, a barra imantada (indutor) do magneto desloca-se por dentro da bobina, que funciona de induzido; as espiras desta, cortando as linhas de força do campo do imã dão origem a uma corrente elétrica induzida. A corrente assim gerada fará funcionar a espolêta elétrica, a qual queimando inflama

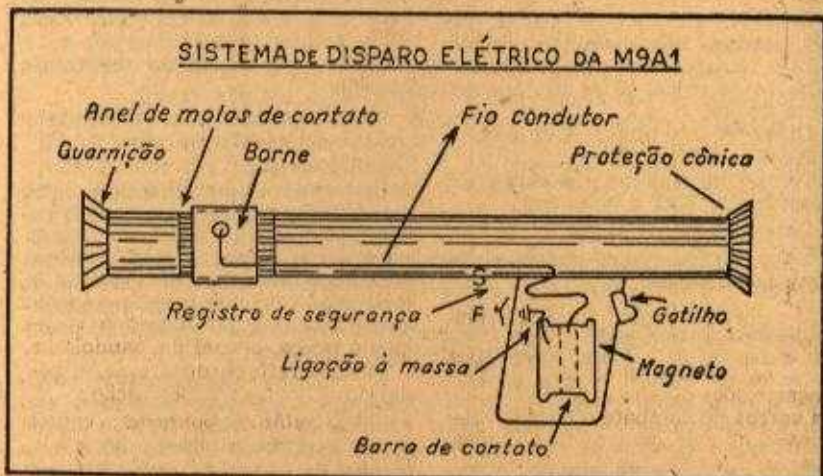


Fig. 1

os cinco (5) bastonetes de pólvora negra (carga de propulsão), dando partida ao rojão.

O registo de segurança da M9A1 consiste numa pequena lâmina, que se desloca num alojamento no punho; esta lâmina fica alternadamente em duas posições, ora para baixo em "F" (fire-fogo), ora para cima em "S" (safe-segurança).

O registo de segurança não impede que se acione o gatilho.

Quando se põe o registo de segurança em "S" (safe-segurança), os bornes do magneto ficam em curto e toda a corrente escoa por aí sem passar pela espolêta; pois encontrando um caminho mais curto, a corrente não vai para as molas de contato (bornes).

O esquema do circuito do lança-rojão M9A1, pode ser visto na figura que se segue:

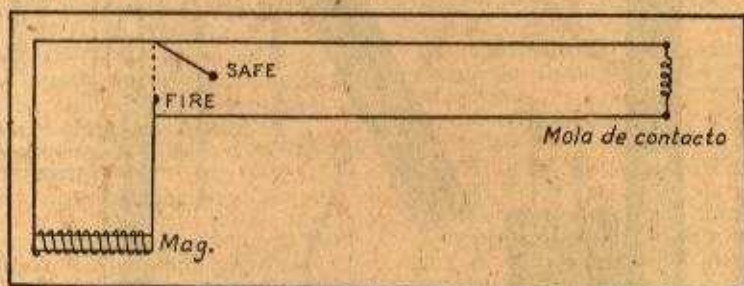


Fig. 2

Incidente de tiro:

Procedimento:

- acionar outra vez o gatilho;
- travar a arma;
- verificar o contato do fio nas molas;
- tentar novamente o tiro;
- tornar a travar a arma;
- retirar a cauda da granada;
- colocar o grampo de segurança;
- retirar completamente a granada.

MÓDELO MIA1

Características:

- Funcionamento: é uma arma acionada eletricamente.
- Emprego: empregada para lançar rojões de alto explosivo contra carros de combate e outros veículos blindados, contra fortificações ligeiras e contra pessoal abrigado.
- Arma coletiva: necessita de municiador e remuniciador.

— Trajetória tensa, grande mobilidade de tiro, velocidade inicial de 79,5 m/seg.

- Comprimento: 1,38 m.
- Peso: 6,00 kg.
- Alcance útil: 300 jds. (270 m.).
- Alcance de alça: 300 jds. (270 m.).
- Alcance máximo: 700 jds. (630 m.).
- Diâmetro do tubo: 6,02 mm.
- Peso do rojão: 1,6 kg.
- Tempo de queima da carga de propulsão: 0,02 a 0,03 seg.

Descrição (ver fig. 3 anexa).

— Tubo: longo, aberto e de alma lisa, nele temos o anteparo (tela cônica de arame), o anel de fixação do anteparo com o parafuso e porca, o anel da bandoleira, a telha, o reforço de arame, o retém da granada e a guarnição.

— Aparelho de pontaria: consta de duas miras, anterior e posterior, montadas do lado esquerdo do tubo; na mira anterior há 3 vértices de pontaria, para as dis-

tâncias de 100, 200 e 300 jardas (ver fig. 3 anexa).

— Mecanismo de disparo: que compreende:

a) no punho — guarda-mato, apoio do gatilho, gatilho e interruptores superior e inferior.

b) na coronha — quatro pilhas, sendo duas sobressalentes; duas lâmpadas de verificação, sendo uma sobressalente; o fundo da coronha possui uma aldraba, que mantém as pilhas em posição e completa o circuito elétrico.

c) Tubo com o fio condutor.

d) anel de contato com duas molas (bornes).

— Apoio para o tiro: Consta do punho, com duas talas présas ao apoio do gatilho e coronha.

— Bandoeira: para o transporte da bazuca.

Operações para o tiro:

a) O atirador verifica o circuito elétrico e as pilhas, acionando o gatilho, sem que o rojão esteja no tubo; a lâmpada deve acender. Enquanto o municador estiver introduzindo o rojão o atirador não poderá comprimir o gatilho, mas somente depois do "pronto";

b) O atirador toma uma das posições de tiro (de pé, de joelhos, sentado ou deitado);

c) O municador segura a granada pela cauda e a introduz no tubo, tendo para isso levantado o retém;

d) Assim que tiver introduzido a cabeça da granada, solta o retém e retira o grampo de segurança da espoleta;

e) Torna a levantar o retém e introduz cuidadosamente o rojão até que o retém se engraze em um entalhe nas empenagens da cauda;

f) O municador puxa a extremidade do fio de contato da empenagem e então liga a parte não isolada do fio numa das espirais da mola de contato;

g) O municador dá ao atirador o sinal de "pronto", batendo-lhe nas costas;

h) O atirador avalia a distância, regista-a no setor das alças, destrava a arma, faz a pontaria e aciona o gatilho.

Funcionamento (ver fig. anexa):

Quando o gatilho é comprimido fecha o circuito e a passagem da corrente elétrica através do rojão aciona uma estopilha elétrica no mesmo, que, por sua vez inflama a carga de propulsão. O escapamento para a retaguarda, dos gases da pólvora, através de um orifício, força o rojão para fora do tubo com uma velocidade inicial de cerca de 79,5 m/seg.

LANÇA ROJÃO M1A1

SISTEMA DE DISPARO ELETRICO

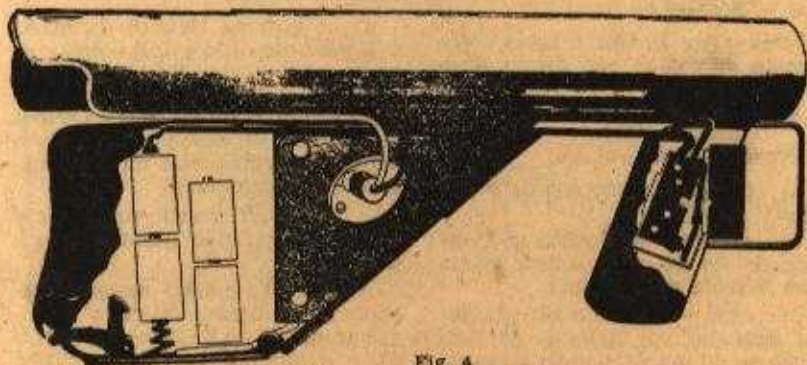


Fig. 4

*Desmontagem e montagem :***1 — Desmontagem :**

a) anteparo — desaparafusar o parafuso da braçadeira do anteparo e retirar este último ;

b) gatilho — desaparafusar os parafusos do suporte da bandoleira e retirá-lo ; desaparafusar os parafusos das placas de madeira do punho e retirá-las. Remover o contrapino, o eixo do gatilho e o gatilho. Romper a ligação soldada entre o fio e o apoio do contato inferior. Soltar o conduto do fio, das presilhas no lado esquerdo do apoio da coronha ;

c) bandoleira — desprender a bandoleira dos respectivos ganchos ;

d) tampa do verificador do circuito e lâmpada de controle — desatarrachar os parafusos da tampa do verificador de circuito. Retirar a tampa e romper a ligação soldada do fio. Retirar a lâmpada sobressalente e o suporte da lâmpada ;

e) coronha — abrir a aldraba no lado inferior da coronha e remover as pilhas. Retirar os parafusos da aldraba e removê-la. Romper a ligação soldada entre o fio e o apoio da coronha. Separar a coronha do seu apoio ;

f) tranqueta — calcar o corpo da tranqueta, retirar o contrapino e o eixo e por fim, retirar a mola da tranqueta ;

g) sistema elétrico — remover os fios e tubos condutores destes.

2 — Montagem :

Montar na ordem inversa, efetuando as soldas que foram quebradas.

*Incidente de tiro :***Procedimento :**

a) comprimir novamente o gatilho ;

b) verificar se a parte não isolada do fio de contato está ligada com a mola de contato ;

c) nega — as negas são em geral causadas por defeitos da munição ou do mecanismo de disparo.

Os defeitos do mecanismo de disparo, podem ser devidos às pilhas defeituosas ou gastas, ligações mal feitas ou peças quebradas ;

d) se ao acionar o gatilho a lâmpada não acende, deve-se substituir as pilhas e verificar novamente. Se a lâmpada continuar apagada, substituí-la. Uma lâmpada sobressalente é transportada ob a tampa do indicador de circuito ;

e) retirar as talas do punho e examinar os interruptores de contato do gatilho ; se a barra de contato estiver deformada, desentortá-la ;

f) verificar se a mola da pilha entra em contato com a mesma ;

g) retirar a tampa do indicador do circuito e verificar se os fios estão soltos ;

h) verificar se o fio está firmemente ligado ao contato da coronha ;

i) no caso de haver necessidade de retirar o rojão do lançador, procede-se da seguinte maneira : levanta-se a tranqueta da cauda e retira-se o rojão do tubo até que o pino de segurança possa ser novamente colocado no seu lugar ; uma vez colocado o pino de segurança, o municiador retira o rojão, enrola o fio de contato colocando-o no interior da empenagem e introduz o rojão no seu tubo de acondicionamento para ser inutilizado posteriormente no caso de não ser feito do lançador.

Diferenças principais entre a M9A1 e M1A1.

a) o sistema elétrico da M1A1 é à base de duas pilhas secas, ao passo que o da M9A1 funciona com um magneto ; isto traz vantagem para a M9A1, pois as pilhas têm tempo de duração limitado e sofrem as influências da temperatura e da humidade ;

b) a M9A1 possui um registro de segurança, que permite travar a arma ;

c) a M9A1 possui no seu aparelho de pontaria, um setor de alças graduado de 0 (zero) a 600 jardas ; enquanto a M1A1 possui

apenas 3 vértices de pontaria, para os alcances de 100, 200 e 300 jardas, sendo que para os alcances intermediários temos que calcular pela estimativa;

d) a M9A1 tem o tubo seccionado para o transporte, podendo-se engatar as duas secções; ao passo que o tubo da M1A1 é inteiriço;

e) na M9A1 o anteparo é substituído por uma proteção cônica;

f) a M9A1 é mais pesada e seu tubo é mais longo do que o da M1A1.

Munição (comum aos dois tipos):

a) Tipos: De guerra — Pintura verde-oliva, inscrições amarelas. Heat, alto explosivo anticarro.

De exercício — Pintura preta, inscrições brancas. Para treinamento.

b) Descrição — O rojão consiste de cabeça, tubo estabilizador e cauda com empenagem. A cabeça do rojão alto explosivo anticarro, contém uma carga de alto explosivo, enquanto que a cabeça do rojão de exercício é inerte. O tubo estabilizador é fechado por uma cavilha contendo a espoleta aparafusada na extremidade anterior. Um grampo de segurança passa através da cavilha e da espoleta, evitando que a espoleta entre em funcionamento enquanto estiver montado. O conjunto da cauda, preso à parte posterior do

tubo, consiste de um bico ao qual são soldados as empenagens. O tubo estabilizador contém a carga de propulsão e uma estopilha elétrica. Os fios da estopilha passam através do bico, o fio mais curto é soldado a uma empenagem, o mais longo tem a extremidade raspada e é chamado fio de contato. A espoleta montada na parte anterior do tubo estabilizador funciona pela ação de inércia quando o rojão alcança o objetivo.

Cuidados e precauções no manuseio da munição:

— Não expor os rojões ao sol, pois, estes são muito sensíveis à temperatura.

— Sem o grampo de segurança, a munição funciona ao menor choque.

— Na posição deitada o corpo do atirador deve estar em ângulo de pelo menos 45° com a direção de tiro, de modo a evitar ferimentos provocados pela descarga do rojão.

— Ao usar a bazuca é essencial que nenhuma pessoa, ou substâncias inflamáveis estejam diretamente atrás do lançador, dentro de uma distância de 6 metros.

— Não se deve permitir que um rojão permaneça, antes de se atirar, dentro de um lançador aquecido.

— As caixas contendo munição não devem ser jogadas, viradas, arrastadas ou deixadas cair.

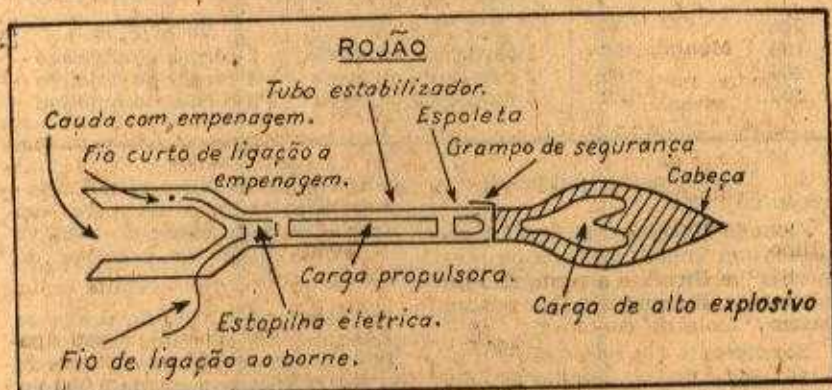


Fig. 5

— Os rojões devem ser protegidos contra a unidade e temperaturas extremas.

— A vedação à prova d'água dos recipientes de munição não deve ser rompida até que a munição vá ser usada.

— Nos rojões preparados para o tiro e não disparados, devem ser recolocados os pinos de segurança.

— Se um rojão não dispara e uma verificação demonstrar que o defeito não é do lançador, o pino de segurança será recolocado e o rojão pôsto de lado para ser inutilizado pelo pessoal competente.

— Os rojões não devem ser desmontados.

Efeitos :

O rojão H.E.A.T. produz efeitos contra diversos alvos, por exemplo :

a) Chapa blindada — Pode-se esperar uma penetração da blindagem encontrada na maioria dos carros de combate dentro de todo o seu alcance. Um buraco é aberto através da blindagem e partículas aquecidas de metal são projetadas em cone. Qualquer munição dentro d'êste cône geralmente explode;

b) Estruturas de aço — Produz efeito de fragmentação contra aço

fundido, e materiais tais como vigas armadas e trilhos de estradas de ferro. Produz grandes danos, provavelmente irreparáveis, a blocos de motor;

c) Alvenaria e madeira — Deve-se esperar penetração variando de várias polegadas até um pé, dependendo da qualidade da obra ou da madeira;

d) Os impactos com o solo nas alças abaixo de 390 jds. geralmente resultarão em ricochete e não em detonação. Em distâncias acima de 300 jds. o ângulo de incidência é suficientemente inclinado para provocar uma detonação parecida com a produzida pela granada de alto explosivo de 75 mm. No entanto, o impacto com um material muito mole, como lama, areia macia ou água não provocará a detonação do rojão.

Pontaria contra objetivo móvel (comum aos dois tipos) :

a) Deslocamento perpendicular à direção de tiro :

Tendo em vista a velocidade inicial da granada, a distância do objetivo e a velocidade do veículo, a pontaria deve ser feita de acôrdo com o quadro seguinte, esclarecido pela figura 6 anexa.

Distância		Velocidade do objetivo	
Jds.	M	10 M.P.H.	20 M.P.H.
100	90	1 corpo do objetivo	2 corpos do objetivo
200	180	2 corpos do objetivo	4 corpos do objetivo
300	270	3 corpos do objetivo	6 corpos do objetivo

b) Deslocamento oblíquo à direção de tiro :

Quando o objetivo se desloca segundo um ângulo de mais ou menos 45° a deriva a empregar será a metade da prevista no quadro acima.

Exemplos :

1º caso : Um carro que se desloca a 20 M.P.H. a uma distância

de 180 m (200 jds), o atirador deverá apontar a arma para um ponto situado à frente do objetivo e distante d'êste de 4 corpos do referido veículo.

2º caso : Se o veículo acima se deslocasse segundo um ângulo de mais ou menos 45° com a direção de tiro, a deriva seria de 2 corpos de objetivo à frente do alvo.

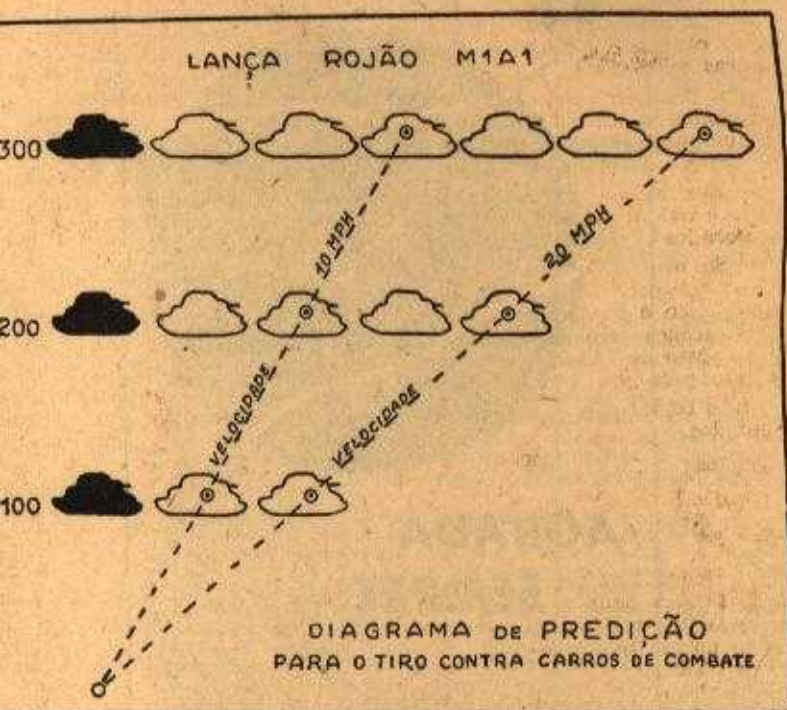


Fig. 6

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil

BANGU

Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

A ENERGIA E A SEGURANÇA NACIONAL

Coronel BOYER.

Trad. do Coronel RENATO BATISTA NUNES.

N. do T. — Transcrevemos, data venia, dos números de outubro e novembro da "Revue de Défense Nationale" este excelente estudo do Coronel Boyer sobre o potencial energético de um país, como índice de seu poder econômico e, conseqüentemente, do esforço de guerra de que será capaz, e até mesmo do grau de independência relativa, que decorre da relação entre o total da energia nacional produzida e a importada, por parecer-nos de suma importância e atualidade, no momento em que se debate o problema nascente do petróleo no Brasil.

Esse estudo, além de poder servir de norma para o que aos técnicos no assunto compete fazer em relação ao nosso país, serve também para precisar e definir melhor a relação existente entre a produção da energia industrial e a defesa nacional, noção que nos parece ainda suficientemente clara no espírito daqueles que vêm discutindo o problema do nosso petróleo, mais apegados a particularismos que embaraçam a visão do conjunto, e mais ou menos esquecidos de que a produção da energia não advém unicamente dessa fonte, ainda um tanto problemática, quando existem outras, igualmente nacionais, que esperam indefinidamente sua exploração e aproveitamento industrial.

Hesitamos entre a transcrição integral e a exposição de um resumo, mas nos decidimos pela primeira, a fim de não prejudicar o método e o encadeamento do estudo.

I

Os periódicos e os jornais, de certo tempo para cá, vêm-se preocupando com as questões referentes à energia, e, particularmente, com os balanços energéticos das diversas nações.

Em poucas linhas, e com o mínimo de algarismos compatíveis com um assunto tão técnico, vamos mostrar como a potência duma nação está ligada à energia de que ela dispõe, e como é possível medi-la e acompanhar-lhe a evolução, com o auxílio das informações periódicas reproduzidas pela imprensa e pelo rádio.

A UNIDADE DE ENERGIA

A energia é explorada sob múltiplas formas: carvão de pedra,

petróleo, hidro-eletricidade, lenha, moinhos de vento, tração animal, trabalho humano, etc... e há pouco tempo, energia nuclear.

Para medir a energia, utilizam-se diferentes unidades: a caloria, para as aplicações térmicas, o quilowatt-hora para a eletricidade, às vezes o cavalo-hora, etc. Pode-se passar de uma para outra pelas equivalências: o kwh vale 860 calorias, o cavalo-hora 0,736 kwh ou 630 calorias, etc.

Na época em que o carvão de pedra era a única energia industrial, os balanços se estabeleciam em toneladas de carvão, ou em quilos por habitante por ano. Assim é que, desde 1815, cada Inglês dispunha — em média — de 1.100 kg de carvão por ano; em 1870, um Francês dispunha de 400 kg e um Alemão, de 700. Em

1913, as quotas respectivas eram de 1.000 na França, 3.100 na Alemanha, 6.300 na Grã-Bretanha, 5.900 nos Estados Unidos. Essas simples proporções já medem nitidamente uma potência econômica e um esforço de guerra possível.

Atualmente, os balanços são de mais complicado estabelecimento, de vez que o petróleo, a hidro-eletricidade, e talvez a energia nuclear, entraram na fase industrial. Adota-se como unidade o "trilhão de grandes calorias" (abreviação t. C.). A título de exemplo, o consumo de energia na França, em 1938, foi:

Carvão de pedra — 75,1 t. C.

Hidro-eletricidade — 7.

Produtos do petróleo — 16,1.

Total de energia dita industrial: 98,2 t. C.

Total da energia sob formas secundárias: 13,3 t. C.

Total geral: 111,5 trilhões de calorias.

Observa-se, e isto é geral, em todos os países e todos os anos, que a parte da energia industrial ultrapassa de 80 %. Como primeira aproximação, pode-se desprezar as formas de energias secundárias, para as quais as informações são quase sempre difíceis de colher, e heterogêneas.

Em rigor, a própria energia hidro-elétrica que nunca representa mais de 6 a 8 % da energia industrial total, poderá ser conhecida com menos precisão que o carvão e o petróleo.

Desde já, pode-se igualmente notar, que a energia consumida não é forçosamente de origem nacional; pode ser, em parte, importada. No que concerne ao balanço francês acima, 58 % é de origem nacional, o resto, 41 %, é de importação: carvão, petróleo, etc. Essas proporções dão exatamente a medida da independência relativa do país.

O RENDIMENTO

Medidas preciosas, efetuadas em laboratórios, permitem determinar a energia teoricamente contida nos diversos combustíveis:

7.500 calorias por kg de certa hulha, 12.000 por kg de determinado "mazout".

O que importa, porém, é o rendimento prático que se pode obter. Assim é que, em igualdade de calorias, os bons e os maus carvões não dão o mesmo rendimento: numa central térmica, para vaporizar a mesma quantidade de água, é preciso 1 kg de carvão de 20 % de cinzas e de 7.500 calorias, ao passo que serão necessários 3 kg a 30 % de cinzas e 5.100 calorias, isto é, 15.000 calorias, donde, metade do rendimento.

Por outro lado, as fontes de energia achando-se frequentemente longe dos locais de utilização, há perdas devidas ao transporte, que podem ser de importância bem diferente: perdas em linha de eletricidade, carvão gasto pelas locomotivas que rebocam trens de carvão, transporte notavelmente econômico da energia nuclear...

Entim, as aplicações demandam muitas vezes uma energia manejável, como a eletricidade. Também os pedidos podem ultrapassar a produção hidráulica, e será necessário transformar uma parte da energia carvão em energia eletricidade térmica, o que importa numa perda de transformação.

Em resumo, há uma "refinação" da energia bruta extraída, com perdas diferentes, segundo os tratamentos empregados, que é preciso levar em conta no estabelecimento dos balanços, se quisermos que eles exprimam a realidade dos fatos.

AS EQUIVALÊNCIAS PRÁTICAS

Esta noção de rendimento conduz à adoção de equivalências práticas, embora estas difiram de um especialista para outro.

Por exemplo, as equivalências utilizadas no "plano Monnet", são as seguintes:

1 kwh para 0,7 kg de carvão;

1 tonelada de petróleo para 1,5 ton. de carvão;

1 m³ de gás natural para 1,2 kg de carvão.

Essas avaliações aproximam-se muito das medidas de energia "bruta". Favorecem os balanços franceses atenuando as diferenças que os separam dos balanços americanos e ingleses.

Em muitos documentos verifica-se o emprêgo das equivalências seguintes:

1 milhão de ton. de carvão de 7.500 c. para 1,1 trilhão de calorias;

1 milhão de ton. de carvão de 9.300 c. para 1,2 t. C.;

1 bilhão de kwh para 0,66 t. C.;

1 milhão de ton. de petróleo bruto, para 2,7 t. C.;

1 milhão de ton. de petróleo refinado, para 3,08 t. C.;

1 bilhão de m³ de gás natural, para 3,8 t. C.

Estas estimativas correspondem melhor às medidas de energia "refinada". Conduzem a conclusões mais severas para os balanços franceses, o que só nos pode levar a modificações eventuais agradáveis. Na ausência de indicações contrárias, utilizaremos, portanto, estas últimas.

Pode-se aplicá-la imediatamente à produção mundial, que é da ordem de 1.300 milhões de toneladas de carvão e 300 milhões de toneladas de petróleo por ano:

$$1.300 \times 1,1 = 1.430$$

$$300 \times 2,7 = 810$$

2.240 trilhões de calorias por ano.

Por comparação, os Estados Unidos, em 1945, consumiram carvão e petróleo no valor de 1.640 t. C., ou 73 % das disponibilidades mundiais.

O ESCRAVO MECANICO

Se é interessante conhecer a energia total de que um país dispõe, mais expressivo ainda é referir-la ao número de habitantes.

Em 1938, a França dispunha de 111,5 trilhões de calorias para 42 milhões de habitantes, ou 2,34 milhões de calorias por habitante, das quais 1,37 de origem nacional, e o restante de importação.

Alguém teve a idéia de comparar esta energia disponível ao trabalho que um escravo humano poderá produzir num ano. Avaliou-se que esse trabalho equivale a 150.000 calorias.

Cada Francês dispunha, portanto, em 1938, de pouco mais de 15 escravos mecânicos, dos quais 9 de origem nacional e 6 de importação.

A PRODUÇÃO E AS RESERVAS DE ENERGIA

Na avaliação das riquezas energéticas duma nação, há muitas vezes dois elementos a considerar: a produção e as reservas.

Com efeito, se certas formas de energia: quedas d'água, ventos, mares se reproduzem constantemente, embora de maneira irregular, outras, como o carvão de pedra, o petróleo, o urânio, são retirados de jazidas que se esgotam tanto mais rapidamente quanto a extração é mais ativa.

Há, todavia, para uma nação, a possibilidade de guardar temporariamente um suplemento de energia, aceitando um esgotamento relativo acelerado de suas reservas. Esse suplemento é geralmente limitado pelo equilíbrio demográfico das diferentes produções, e pelo equilíbrio industrial do país.

Parece, assim, que os Estados Unidos poupam suas reservas de petróleo, ao passo que a França aumenta a extração do seu carvão, na esperança de acelerar sua reconstrução.

Pareceu útil lembrar essas noções gerais, antes de passar ao exame das diferentes fontes de energia, que se classificam atualmente nesta ordem de importância: carvão, petróleo, hidro-eletricidade, energia nuclear, energias diversas.

A ENERGIA CARVÃO

O CARVÃO DE PEDRA

O carvão encontra-se em grandes quantidades, sob formas de poder calorífero variável: os melhores antracitos atingem 8.500 ca-

lorias por kg, e oscilam normalmente entre 8.300 e 8.000; os bons carvões vão de 7.500 a 7.000; os linbitos da Tchecoslováquia são de 4.400, e as qualidades normais variam de 3.000 a 2.500.

Quando se distilam os carvões, obtém-se coque, gás de iluminação, e diversos subprodutos. O coque metalúrgico tem o poder calorífico de 1.780 calorias por kg, e o gás de iluminação varia de 4.500 a 2.700 por metro cúbico.

Para os países grandes produtores de linbitos: Alemanha, Tchecoslováquia, França, Austria, Sardenha, é necessário fazer a conversão da produção de linbitos em toneladas de carvão equivalentes.

Assim, em 1938, a Alemanha extraiu 229 milhões de toneladas de carvão e 192 milhões de toneladas de linbitos equivalentes a 60 milhões de toneladas de carvão, elevando a produção total ao valor de 252 milhões de toneladas de carvão.

Certas divergências de estatísticas explicam-se pela ausência de conversão.

Energia em potencial, o carvão deve ser examinado sob dois pontos de vista: *reservas exploráveis e extração*, realizada ou realizável em função da situação demográfica e da profundidade permitida pelo equipamento industrial atual.

Como foi dito, a extração pode ser dirigida com grande latitude, e assim é que a França, apesar do seu "handicap" geral, pôde intensificar sua produção e, em maio de 1946, atingiu 107 % da de 1938, ao passo que nenhuma bacia da Europa ultrapassou 70 %.

AS RESERVAS DE CARVÃO

Atualmente, considera-se possível a exploração até 1.100 a 1.500 metros; as sondagens permitem, às vezes, reconhecimentos até 2.000 metros. É mister, portanto, contar com divergências de apreciações nas estatísticas.

As reservas mundiais são atualmente avaliadas em 8.150 bilhões de toneladas, e garantem mais de

6.000 anos de exploração na taxa média de 1.300 milhões de toneladas por ano, média relativamente estável dos últimos dez anos.

É, entretanto, possível, que essas reservas sejam superiores, dada a incerteza reinante relativamente a importantes regiões como a China, e sobre melhoramentos técnicos que permitam utilizar camadas mais profundas.

Três países totalizam mais de 80 % das reservas conhecidas: Estados Unidos, 52 %; Canadá, 16 %; China, 5,6 %. Cinco outros elevam o total a 99 %: Alemanha, 5,6 %; Rússia, 3,2 %; Grã-Bretanha, 2,5 %; Oceania, 2,3 %; Índia, 1 %.

Na Europa ocidental, a Alemanha vem à frente com 300 bilhões de toneladas, das quais 220 no Rhur; a Grã-Bretanha, com 200; a bacia da Silésia, que se tornou polonesa, com 100 a 150; a França não terá mais do que 19 a 20, metade do Norte e Passo de Calais, e metade no Mosela, representando o Sarre um complemento de 3 a 4 bilhões de toneladas.

Fora da Metrópole, há na União Francesa minas de antracito no Tonkin, carvão medíocre na Argélia (Bou Arfa e Kenadsa) (1), e carvão aceitável em Marrocos (Djédara).

As jazidas do Tonkin são, sem dúvida, importantes, proporcionalmente comparáveis às que foram inventariadas em Yunan. No Marrocos, acaba-se de identificar ao sul de Ksar es Souk, uma jazida de carvão gordo; enfim, parece existir uma jazida de meio bilhão de toneladas na Córsega, perto de Calvi.

Entretanto, é de admirar a desproporção existente entre a superfície da União Francesa, superior à dos Estados Unidos, compreendendo o território de Alaska, e os recursos de carvão correspondentes.

As reservas francesas representam 0.23 % das reservas mundiais, ao passo que a superfície da União corresponde a 7.35 % das terras emergidas. Proporcionalmente, por-

(1) Carvão, que contém enxofre.

tanto, deveríamos encontrar em nossos territórios 650 bilhões de toneladas de carvão. Será lamentável e muito perigoso que nosso domínio não seja submetido a rigorosa prospeção.

A PRODUÇÃO DO CARVÃO

A produção mundial pouco tem variado, globalmente, nestes vinte anos: tem-se mantido ao redor de 1.300 bilhões de toneladas por ano. Em ligeiro decréscimo do máximo, de 1929 a 1938, era ainda de 1.358 bilhões de toneladas em 1937. Durante o esforço de guerra, em virtude da paralisação de certas bacias, não ultrapassou 1.259, em 1943, dos quais 824, ou 63 %, em benefício dos Aliados, e 453, ou 34 %, para as potências do Eixo. Em 1944, os países não invadidos manifestaram um ligeiro aumento em relação a 1938, ao passo que os países invadidos viram decair sua produção.

Em 1938, último ano de produção normal, quatro grandes produtores forneciam mais de 70 % da extração mundial: Estados Unidos, 37,6 %; Grã-Bretanha, 17,7 %; Alemanha, 17,7 %; Rússia, 10,3 %; nove outros somaram entre si, 20 %: Japão, 4,1 %; França, 3,6 %; Polônia, 3 %; China, 2,9 %; Tchecoslováquia, 1,7 %; África do Sul, 1,2 %; Países-Baixos, 1 %; Austrália, 1 %; Canadá, 0,8 %.

Tentemos precisar a evolução de alguns grandes países: Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Alemanha e Rússia.

A produção dos Estados Unidos baixou de 39 %, de 1929 a 1938, passando de 580 milhões de toneladas a 355. Em 1944, atingiu a um máximo de 620, e depois caiu a 445 em 1946, representando apenas um ganho de 22 % em relação a 1938. A qualidade também baixou: a proporção de 14 % de antracito em 1929, caiu a 10 % em 1946.

A Grã-Bretanha está em baixa contínua: de 9 %, de 1913 a 1929;

de 12 %, de 1929 a 1938; de 6 % de 1938 a 1946. Passou de 287 milhões de toneladas em 1913 a 188 em 1946. Grande exportadora de cerca de 100 milhões de toneladas em 1913, de 50 em 1938, caiu a zero, e no fim do ano de 1946 teve um déficit de um milhão e meio de toneladas por mês.

Na França, a produção havia diminuído de 13 % de 1929 a 1938, passando de 55 milhões de toneladas a 47,6; mas, foi a única na Europa a ultrapassar em 1946, a produção de 1938, extraíndo cerca de 50 milhões de toneladas. Isto se fez, aliás, com certo prejuízo da qualidade, pois a parte dos linhtos aumentou ao mesmo tempo de 88 %.

A Alemanha aumentava continuamente a produção: de 13 %, de 1929 a 1938, passando de 255 milhões de toneladas a 289 (incluindo os linhtos por sua equivalência). Manteve naturalmente seu esforço durante a guerra, e parece ter extraído, em média, 263 milhões de toneladas por ano, nos limites de seu próprio território, não compreendidos os empréstimos feitos nos territórios ocupados. Depois de 1945, perdeu completamente a bacia da Silésia, transferida quase totalmente à Polônia. A produção de suas regiões ocidentais foi praticamente interrompida durante o primeiro semestre de 1945; a do segundo semestre foi de 38,8 milhões de toneladas. Em 1946, melhorou sensivelmente, com 107,6 milhões de toneladas (não compreendidas 2,6 em zona de ocupação russa), o que correspondeu a um restabelecimento de 52 %, em relação a 1938, nitidamente inferior ao esforço francês.

Quanto à Rússia, é difícil conhecer-lhe a produção em valor absoluto, porque a maior parte dos documentos fornecem porcentagens, e acaba-se por não saber mais em relação a quê. Deve ter extraído 137 milhões de toneladas em 1938; 150 em 1940; 171 em 1943; 40 em 1945. Estabeleceu um plano de 250 milhões de toneladas e de 920 milhões de metros cúbicos de gás,

por gaseificação subterrânea, para 1950 (2).

O ESGOTAMENTO DAS RESERVAS DE CARVÃO

Vimos que as reservas mundiais conhecidas garantem mais de 6.000 anos de exploração na taxa atual. Mas, a situação está longe de ser uniforme para os diferentes países; alguns, como a França, efetuam um grande esforço de extração, enquanto outros, como a China, deixam seus recursos quase inexplorados.

Se calcularmos o quociente das reservas pela produção, constata-se que os Estados Unidos podem continuar durante 1.000 anos, mais ou menos, o Canadá 100.000, a China 30.000, a Alemanha e a Rússia 1.800 anos, a Grã-Bretanha 750, a Austrália 12.000 e a França menos de 400.

É necessário, então, para o nosso país, procurar novas jazidas na União, ou explorar outras fontes de energia.

AS TROCAS DE CARVÃO

Antes de 1939, a Europa era ligeiramente excedentária, e as exportações americanas achavam-se em regressão. Em virtude da guerra, o equilíbrio rompeu-se e, em 1946, as trocas não se haviam ainda normalizado. A Europa ocidental está em déficit e, em julho de 1946, teve que importar 2.250.000 toneladas, das quais 1.500.000 dos Estados Unidos. Esta situação será certamente temporária.

Entretanto, no interior da Europa, produziu-se uma evolução importante: as exportações da Grã-Bretanha, que eram de 99.281.000 toneladas em 1913, caíram a 49.454.000 em 1938, e a zero em 1946, ao passo que as da

Alemanha se mantinham em 32.174.000 em 1913, em 32.510.000 em 1938. Num futuro próximo, é possível que as exportações da Alemanha e da Polónia ultrapassem esse valor.

A França continua a ser o maior importador mundial: 21 milhões de ton. em 1913; 31 em 1939; 21 em 1938; 36.5 em 1939. Pode importar somente 1.9 em 1944; 4.3 em 1945 e 9.6 em 1946, mas seus pedidos são, pelo menos, de 20 milhões de toneladas por ano.

A Itália é, também, grande importadora, variando suas necessidades de 10.8 milhões de toneladas em 1913, a 12 em 1938.

O BALANÇO CARBONIFERO

O carvão representa 60 % das fontes de energia mundial. Pode-se estabelecer um primeiro balanço mediante as informações contidas nos parágrafos precedentes.

Por exemplo, o exame da situação, bem conhecida, da França, em 1938, se resume assim:

Produção — 47.7 milhões de toneladas;

Importação (3) — 21.5 milhões de toneladas;

Consumo (4) — 67.8 milhões de toneladas.

Com o auxílio das equivalências, transformam-se essas quantidades em trilhões de calorías, depois em milhões de calorías por habitante e, enfim, em escravos mecânicos.

Resultado: em 1938, cada Francês utilizou 12 escravos-carvão, dos quais 8.4 nacionais e 3.6 de importação.

Os mesmos cálculos podem ser feitos para diferentes anos e diferentes países. Todavia, há um certo número de incertezas que dão às tabelas abaixo um valor susceptível de revisão, à medida que as dúvidas possam ser sanadas:

(2) Um metro cúbico de gás de 4.500 calorías é, pelo menos, praticamente equivalente a 0.6 kg de carvão de 7.500; então, 926 milhões de metros cúbicos de gás equivalem a 552.000 ton. de carvão.

(3) O excesso das exportações sobre as importações é susceptível de divergências nas estatísticas, provenientes dos carvões "em paiol" e das reexportações em trânsito.

(4) Considerada a variação dos stocks.

ESCRAVOS-CARVÃO POR HABITANTE	1815	1870	1913	1929	1938	1943	1944	1945	1946
<i>Estados Unidos</i>									
Necessários.....	—	—	41	31.2	19.8	—	29.7	29.2	22.5
Produzidos.....	—	—	43.3	—	19.8	—	33	30	23.4
<i>Grã-Bretanha</i>									
Necessários.....	—	—	36	43	29.3	30.2	30	29.4	30
Produzidos.....	8.5	—	55	47	37	34	31	32	30
<i>França</i>									
Necessários.....	—	—	13	14.6	14.3	—	5.2	7.2	10.7
Produzidos.....	—	1.5	9	9.8	8.4	—	4.9	6.4	8.9
<i>Alemanha</i>									
Necessários.....	—	—	18	14.7	20.4	—	—	4.9	11.5
Produzidos.....	—	6	22	18.5	23.9	—	—	4.9	12.8
<i>Rússia</i>									
Necessários.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Produzidos.....	—	—	—	—	5.7	7.2	—	1.4	—

Este primeiro quadro põe em evidência a situação desafoçada dos Estados Unidos e da Alemanha, o declínio da Grã-Bretanha e as dificuldades da França. Nêle se

encontra igualmente uma primeira indicação sobre o nível de vida, o "standing" dos países, susceptível, entretanto, de correções por influência dos recursos de petróleo.

MILHÕES DE ESCRAVOS	1815	1870	1913	1929	1938	1943	1944	1945	1946
<i>Estados Unidos</i>									
Disponíveis.....	—	—	270	146	90	—	88	—	125
<i>Grã-Bretanha</i>									
Disponíveis.....	—	—	665	307	380	77	—	25	0
<i>França</i>									
A importar.....	—	—	155	235	245	157	13	31	73
<i>Alemanha</i>									
Disponíveis.....	—	—	236	242	238	—	—	0	88

Este quadro revela melhor as trocas possíveis e as desejáveis. A França faltam anualmente 250 mi-

lhões de escravos-carvão, isto é, o que a Alemanha secundada pela Polônia, se fôr preciso, poderia for-

necer, de vez que a Grã-Bretanha não está mais em condições de exportar. Na falta da Alemanha, isto é, praticamente do Ruhr, resta somente o recurso longínquo dos Estados Unidos.

Se ficarmos na dependência de alguém para nossa subsistência de energia, teremos de escolher entre a Alemanha e os Estados Unidos, na totalidade ou repartidamente. O problema das divisas e o dos

transportes, serão função da escolha.

Este, o balanço da energia-carvão. A seguir, o balanço de outras formas de energia: petróleo, hidroeletricidade, energia nuclear, etc., e um balanço recapitulativo da situação energética da França.

(Continua)

A alma brasileira do "soldado desconhecido" de 1624:

"E aqui testificou o capitão Lourenço de Brito do negro Bastião, de que atrás fizemos menção, que se adeantou a todos, dizendo que a sua frecha não chegava tão longe como o pelouro dos arcabuzes, e assim lhe era necessário para empregar-a nos inimigos chegar-se mais perto deles, o que também fez em outros encontros.

E uma vez andando já com elles á espada, dizendo-lhe os nossos negros que se retirasse, respondeu: — "Não retira não, sipanta, sipanta" —, querendo dizer que não era tempo de retirar quando andavam já á espada, porque tinha experimentado dos holandeses que não tram tão dextros nesta arma como nas de fogo, e assim vindo á espada tinha já o pleito por vencido."

(Episódio da Guerra Holandesa.)

A 1001 Bôlsas e Modas

Variado sortimento de BÔLSAS DE CROCODILO e outros couros finos
Vestidos, Costumes, Casacos, Capas para chuva, Salas, Blusas, Calças, Slacks,
Pegnoirs, Jogos de lingerie.

Últimas criações a preços excepcionais

SOMBRINHAS — BIJOUTERIAS — ARTIGOS DE 1ª QUALIDADE

40 — RUA DA CARIOCA — 40

Telefone 22-4985

Rio de Janeiro

MOINHO SANTA CLARA S.A.

INDÚSTRIA DE TRIGO

OS MELHORES PRODUTOS

FARINHA DE TRIGO

FARELO E FARELINHO



LARGO DO TESOURO Nº16
2º Andar - Salas 20 a 26

C. POSTAL 1559-TEL 25648
— SÃO PAULO —

O Panamericanismo no Quadro Geral da Civilização Ocidental (*)

ANEXO

CALENDÁRIO DAS MANIFESTAÇÕES DO ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE AMERICANA

(*Justitia et pax osculatoe sunt*)

Organizado pelo Cel. J. B. MAGALHÃES, com elementos quase exclusivamente extraídos das conferências feitas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração do Dia Pan-Americano

- 1750 — (13 de janeiro) — O tratado de Madrid feito entre Portugal e Espanha, inspirado e redigido por Alexandre de Gusmão, brasileiro, secretário particular de D. João V e ministro do Ultramar, isenta as Américas, Portuguesa e Espanhola, das responsabilidades e consequências das guerras que possam haver entre aqueles dois Estados. Adota para ela um regime "de paz perpétua e espírito de vizinhança".
- Alexandre de Gusmão nas instruções dadas para a demarcação das fronteiras luso-espanholas na América, manda inscrever nos marcos que forem construídos a dísiva:
- "*Justitia et pax osculatoe sunt*"
- 1776 — Colônias britânicas do Norte, proclamam-se independentes formando uma confederação.
- 1777 — O tratado de Madrid, que fôra revogado em 1761, é revalidado pelo de Sto. Idelfonso, entre Portugal e Espanha.
- 1782 — John Guncy Adams — Declara ao encarregado de negociar a paz britânica com os Estados Unidos os princípios americanistas.
- 1786 — José Joaquim da Maia — Estudante brasileiro em Paris, procura entendimento com o Embaixador dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, para obter auxilio daquela nação em prol da independência do Brasil, apresentando como uma das suas razões, o fato da existência conti-

(*) Conclusão do n. de maio. (Nota da Redação).

mental que tornava os habitantes da América, "de alguma sorte compatriotas".

- 1789 — Adams — Em carta dirigida a Linvingstone, reafirma os princípios americanistas.
- 1795 — José Joaquim da Maia — Julgou chegado o momento de "transformar, com a ajuda da Providência, a América, unida por interesses comuns, em uma grande família de Irmãos".
- 1796 — Washington — Declara que "os países da Europa têm uma série de interesses primordiais sem relação alguma conosco ou têm, quando muito, relação muito remota".
- 1808 — Thomas Jefferson — Declara que há comunidade de interesses americanos com exclusão de toda influência européia neste continente.
- Desenvolve, mais tarde, essa idéa, proclamando a necessidade de uma cordial cooperação entre todas as nações americanas, para a formação de um sistema político e independente do europeu. Considera que o objetivo do patriotismo americano deve ser saber evitar na América os hábitos de guerra da Europa.
- 1810 — Juan Egana — Chileno — Proclamou: "No dia em que a América reunida em Congresso, falar ao resto da terra, sua voz se fará respeitar e será difícil opor-se às suas resoluções".
- San Martin — Argentino — Recomenda a união da América do Sul para "garantir suas aspirações de liberdade e independência".
- 1812 — Bolívar — Venezuelano — Faz um memorial, sugerindo a formação de uma confederação americana.
- 1813 — Artigas — Uruguaio — Declara: "Será considerado como um ato inimigo tudo quanto implique ameaça de sujeição ou de nova conquista das províncias do Prata ou de qualquer outra do continente americano".
- 1815 — Bolívar — Em sua célebre carta de Jamaica, insiste a favor da idéa de formar-se uma confederação americana.
- 1817 — Os revoltados brasileiros de Pernambuco incumbem Cruz Cabanga de obter, em nome de princípios americanos, o apoio de Jefferson, para a sua causa, que implica na independência do Brasil.
- 1818 — Bolívar — Em carta a Puyerradón, Presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, diz que proporá o estabelecimento de um "pacto americano" para que as nações da América formem um corpo político que a apresente ao mundo "com majestade e grandeza sem exemplo nas nações antigas".
- Jacinto Araujo Carneiro — Luso-brasileiro — Representando o Brasil na Europa, escreve a Vila Nova de Portugal, Ministro de D. João VI: "os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os americanos do Sul e mesmo do Norte".
- O'Higgins — Chileno — Lembra formar-se a Confederação latina da América para defender suas liberdades políticas e civis.
- 1819 — Rodrigo Pinto Guedes — Luso-brasileiro, depois Almirante e Barão do Prata — Sugere a criação de uma Liga Americana.
- 1820 — Jefferson — Americano do Norte — Em carta a William Short, diz que "fol-

garia de ver as esquadras do Brasil e dos Estados-Unidos navegando juntas como irmãs e seguindo o mesmo destino".

- Henry Clay — Americano do Norte, Presidente da Câmara dos Representantes, dos Estados-Unidos — Sugere a formação de uma *liga americana pela liberdade humana* (*Human Freedom League in América*) com todas as nações do Continente, da baía de Hudson ao Cabo Horn, do Atlântico ao Pacífico.

1821 — Bolívar — Propõe ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, o estabelecimento de um *pacto americano* em oposição à ameaça de reconquista espanhola, apoiada na Santa Alliança, e para proteger as nossas instituições republicanas.

- O Brasil (16 de Abril) embora ainda sob o governo de D. João VI, dá instruções ao seu representante no Rio da Prata, José Manoel de Figueiredo, para o reconhecimento da independência da Argentina e Chile, com acentuado espírito americano.

1822 — Silvestre Pinheiro — Brasileiro — Sugere a idéia de uma liga de nações das Américas sob a presidência dos Estados-Unidos.

- José Bonifácio — Brasileiro (30 de maio) — Em instruções dadas ao agente comercial e político do Brasil no Rio da Prata, recomenda que se façam ver "as utilidades incalculáveis que podiam resultar de fazerem aquêles governos uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil para se oporem com outros governos da América, aos cerebrinos manejos da política européia".

- O Barão Roussin (1 de maio) — Representante da França no Rio de Janeiro, informa ao seu governo que José Bonifácio é o principal promotor do "*systeme brésilien pur*" e que o objeto de "suas especulações políticas é a formação de uma confederação de todos os Estados livres da América".

— José Bonifácio (junho) — Declara a Rivadavia, Ministro do Exterior das Províncias Unidas do Rio da Prata, que "o Príncipe Regente não desejava nem podia adotar outro sistema que não fôsse o americanismo, por estar convencido de que o interesse de todos os governos da América, quaisquer que elles fossem, deveriam ser homogêneos, derivados todos de um mesmo princípio, que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa".

- O Barão Wenzel Mareshal (10 de agosto) — Representante da Áustria no Rio de Janeiro, assinala ao seu governo o *entusiasmo americano* de José Bonifácio.

— Gonçalves Cruz — Brasileiro (5 de outubro) — Escreve de Filadélfia a José Bonifácio, dizendo-lhe a acolhida simpática que a opinião pública americana dá às notícias sobre os acontecimentos da revolução da Independência do Brasil.

- José Bonifácio (13 de outubro) — Manda ao representante do Brasil no Rio da Prata instruções em que diz: "Aproveita esta notícia (a de que Portugal e Espanha combinam uma expedição militar contra o Brasil) para fazer ver prontamente aos Governos do Rio da Prata

- do quanto urge o apressarem-se a tratar de uma Federação com o Brasil, pois uma vez que a Espanha ofereça com efeito tropas a Portugal para vi-rem à América, não precisa ser grande político para perceber que o seu verdadeiro fim não é coo- perar com Portugal contra o Império do Brasil, mas, sim, tentarem com este motivo, um desembarque em qualquer das suas ex- colônias”.
- Gonçalo Cruz (17 de no- vembro) — Escreve de Filadélfia, lembrando que, se houver necessidade, se- rá fácil adquirir nos Es- tados Unidos navios de guerra e contratar oficiais de Marinha. Diz que se têm fabricado fragatas, brigues e canhoneiras pa- ra o México e Colômbia, sem nenhuma objecção do governo daquele país.
- Monroe — Americano do Norte (2 de dezembro), Presidente dos Estados Unidos — Em mensagem ao Congresso, declara que os Estados-Unidos consi- deravam não mais pode- rem as nações americanas ser colonizadas e que te- riam por ato a elles hostile a intervenção de qualquer potência européia com o fim de oprimir ou dirigir Estados cuja independên- cia haviam reconhecido.
- 1824 — Bolivar — Faz a convo- cação das nações ameri- canas para um Congresso a reunir-se no Panamá, onde via o centro natural do mundo, localização es- pontânea para sede de uma Capital política uni- versal.
- O Brasil — Por instruções (23 de janeiro) ao seu novo representante nos Estados Unidos, José Sil- vestre Rebelo, adere à doutrina de Monroe e su- gere a idéia de uma liga ofensiva e defensiva com o Império como parte do continente americano”.
- O Brasil — E’ o primeiro a reconhecer a indepen- dência do Paraguai.
- O Visconde de Cachoeira — Brasileiro (13 de julho) Ministro do Exterior — Manda fazer constar no Prata que a política bra- sileira era americana e pela independência de qualquer tutela européia”.
- O Brasil — Declara (31 janeiro), em instruções dadas ao seu representante para tratar de reconheci- mento de sua indepen- dência pelo Estados Uni- dos, que os seus interesses se acham em inteira con- cordância com os próprios princípios do governo da- quella nação.
- O Brasil — Em instruções dadas (30 de julho) ao seu representante no Prata declara: “a política do governo brasileiro é pró- priamente americana e tem por seu objeto prin- cipal a independência em relação a toda a espécie de tutela européia”.
- A Colômbia, as Provín- cias Unidas e o Chile — Por ocasião da recepção de missões diplomáticas de caráter permanente norte- americanas junto aos res- pectivos governos, mani- festam grande regosijo pe- la doutrina de Monroe, com que concordam.
- 1826 — Reune-se o Congresso de Panamá — Convocado por Bolivar em 1824, ao qual comparecem México, as nações da América Cen- tral, Perú e Colômbia, no- tando-se que Venezuela, Equador e Panamá ainda formavam um só estado com esta última. Não comparecem Chile, Repú- blicas do Prata, Brasil e Estados Unidos.

Tais ausências parecem resultar do fato do referido Congresso ter excedido do espírito americano, admitindo em seu seio a influência britânica porque, além do seu objetivo principal de salvaguarda da independência das nações americanas, trataria de questões políticas internas, como as relativas à escravatura.

Nesse congresso foram adotados o princípio de arbitragem e abolição do tráfico de escravos.

- O Brasil — Recebeu bem o oferecimento da Colômbia para intervir na guerra do Prata, porque "um negócio americano deve ajustar-se entre nações da América".
- Alguns norte-americanos mostram-se hostis ao congresso do Panamá, por motivos racistas, visto só concorrerem homens de raças inferiores.
- 1828 — O Dr. Filipe Aranda — Ex-Ministro do Exterior da República Argentina — Revela, em 1846, que a conclusão das negociações de paz, com o Império do Brasil, relativa a guerra do Prata foi acelerada para evitar que Lord Ponsonby em viagem para o Brasil, a chegar ao Rio de Janeiro, parecesse ter influido na solução.
- Clemente Pereira — Ministro do Exterior do Império — Declara então aos negociadores argentinos Generais Ramon Balcarce e Tomás Guido, que o referido tratado era "um primeiro anel de onde deveria partir algum dia a formidável cadeia de um sistema continental americano".
- 1829 — Em instruções dadas a Duarte Ponte Ribeiro para negociar, se possível, um tratado de Comércio

com o Perú, diz o Ministro do Exterior do Império, Marquês de Aracati, que esse tratado devia "fundamentar-se em princípios liberais, ou para melhor dizer, de política americana, a fim de se animarem cada vez mais as relações de amizade e boa vizinhança".

- 1830 — O General Tomás Guido — Representante da Argentina no Brasil — Informa ao seu governo, que o Império propusera a formação de "um vasto plano continental americano", semelhante ao que o General Bolívar tentara realizar com o congresso do Panamá.
- 1823 — Juan Dio Canedo — Do México — Percorre a América Latina, em nome do seu país, para tratar da convocação de um congresso continental.
- 1841 — Duarte da Ponte Ribeiro — Brasileiro — Lembra o mal que faz à América a falta de um sistema uniforme de política e de Direito Público Externo, próprio do Novo Mundo.
- 1847 — Reune-se em Lima, um Congresso Americano — A que comparecem Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Perú, em virtude da ameaça de intervenção da Espanha no Equador, com o fim de restaurar o governo deposto do general Juan José Flores. Faz-se um tratado de apoio mútuo, para a defesa da independência, soberania e integridade territorial, dos referidos países.
- O Brasil — Declara ao Perú que, no caso de concretizar-se a ameaça de invasão de forças sob o comando do Gen. Juan José Flores, "sua política será conforme os interesses americanos".

- 1856 — Reune-se, em Santiago do Chile, um Congresso Continental — No qual Chile, Equador e Perú, assinam um tratado de aliança e confederação.
- Assinam em Washington uma convenção — A Convenção de Washington — De mútuo apoio e proteção, Costa Rica, Salvador, Guatemala, México, Colômbia, Perú e Venezuela.
- 1857 — Costa Rica, Salvador, Guatemala, México, Colômbia, Perú e Venezuela — Assinam um tratado de mútuo apoio.
- 1864 — Reune-se, em Lima, um Congresso Americano — Por motivo da ocupação das ilhas Chinchas pela Espanha, fazendo-se entre Perú, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Venezuela uma convenção de aliança defensiva e de paz entre si, obrigando-se esses países a recorrerem a meios pacíficos para resolverem suas diferenças.
- O Brasil declara — Nessa ocasião, que o "engrandecimento dos Estados da América, em suas relações entre si e com as potências européas, podia resultar de um acôrdo entre os primeiros, em que se fixassem os princípios reguladores de suas relações internacionais e a prestarem-se mútuo auxílio quando porventura perigassem sua integridade e independência".
- A ação do representante do Brasil no Uruguai neste ano, mereceu mais tarde, do historiador argentino Dr. R. Carcano, a classificação de "*precursor da política pan-americana*" que setenta anos mais tarde "todos presidentes republicanos sacam de las posturas protocolares y tentativas espasmódicas y realizam en la convicción, el sentimiento y accion populares".
- 1866 — O Brasil — Protesta contra o Bombardeio de Valparaíso pela esquadra espanhola.
- Os Estados Unidos — Intervêm a favor do Chile.
- 1876 — D. Pedro II, Imperador do Brasil — Vai pessoalmente associar-se aos festejos comemorativos da independência dos Estados Unidos.
- 1877 — Reune-se, em Lima, um Congresso de Juristas Americanos — Com representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Perú, Venezuela. Fizeram-se um tratado de extradição e um para o estabelecimento de regras de direito internacional privado.
- 1882 — James G. Blain — Secretário de Estado, dos Estados Unidos — Convida as nações americanas para se reunirem em Congresso, em Washington, a fim de discutirem métodos de evitar a guerra entre si. Em virtude de alterações no governo dos Estados Unidos e da situação desfavorável criada pela guerra do Pacífico, a conferência foi adiada.
- 1883 — Reune-se, em Caracas, um Congresso Americano — Comemorativo do Centenário do Libertador, Simon Bolívar. Fizeram-se várias declarações sobre direito internacional.
- 1888 — Reunem-se, em Montevideu — Em conferência americana, Uruguai, Argentina, Chile, Perú, Paraguai, Bolívia, Brasil. Resultaram tratados de direito civil, comercial e penal, sobre direitos autorais, relativos a marcas e patentes, e para o exercício de profissões liberais.

- Bayard — Secretário de Estado, dos Estados Unidos — Convoca para o ano seguinte a Conferência Americana projetada para 1882.
- 1889 — (2 de outubro) — Reune-se em Washington a 1ª Conferência Internacional Americana, presidida pelo Secretário de Estado dos Estados-Unidos, James G. Blaine, a qual comparecem tôdas as nações livres da América, exceto S. Domingos, em "termos de absoluta igualdade". Daí resultaram: O Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, órgão coletor e difusor de informações americanas; A Decisão de se efetuarem periodicamente Conferências Internacionais Americanas, nas diversas Capitais dos Estados da América; Um Tratado de Arbitragem para certos conflitos; Acordos sobre tráfego ferroviário e marítimo; Medidas para facilitar o Comércio — Tais como uniformidade de documentos comerciais, direitos portuários, regulamentos sanitários, bancos interamericanos, patentes e marcas comerciais, liberdade de navegação em rios internacionais.
- Não consegue êxito a proposta de declaração sobre a eliminação de direito de conquista por efeitos de guerra.
- (27 de junho) — E' empregada pela 1ª vez a expressão — Pan-americana pelo jornal norte-americano "Post".
- 1890 — (14 de abril) — Encerra-se a 1ª Conferência Internacional Americana. É instalada a União Pan-Americana, que atuará por intermédio do Bureau In-
- ternacional, com sede permanente em Washington.
- 1895 — O Presidente Cleveland — Dos Estados-Unidos — Declara, a propósito do dissídio anglo-venezuelano, que todo ato de soberania britânica, além das fronteiras que lhe correspondem na América, encontrará tenaz oposição dos Estados Unidos..
- 1894 — (4 de junho) — Em reunião dos Representantes das nações Latino-Americanas em Washington — Deliberou-se, com o Secretário de Estado dos Estados-Unidos, estender a ação do Bureau Internacional Americano a todos os assuntos relacionados com a vida econômica e o desenvolvimento das nações. Foi criado um comitê executivo de cinco membros, entre os quais o Secretário de Estado dos Estados Unidos, como seu presidente.
- 1901 — (22 de outubro) — Reune-se a 2ª Conferência Internacional Americana, no México. Resultaram:
- adesão à Convenção de Haia em 1889;
- quatro tratados, seis convenções e várias recomendações, sobre assuntos jurídicos, econômicos e de cooperação intelectual, entre os quais: — regulamento para reclamações de dívidas, "copyright"; patentes e marcas comerciais; extradição de criminosos; troca de publicações científicas, oficiais, literárias e industriais; codificação das leis internacionais; aprendizagem profissional; direitos dos estrangeiros; tratado de arbitragem compulsória (subscrito por nove nações, etc.).

- 1791 — José Higino — do Brasil — Propôs e foi adotada a resolução de se proceder a codificação do Direito Internacional Americano.
- Reorganizou-se o Conselho Executivo, que passou a se denominar *Bureau Internacional Americano*, e foi criado um *Conselho Administrativo Geral*.
- 1902 — Em 31 de janeiro — Encerra-se a 2ª Conferência Internacional Americana.
- A França, Inglaterra e a Alemanha fazem pressão militar sobre a Venezuela para cobrar dívidas deste país a seus súditos. A pressão cessa por intervenção dos Estados Unidos.
- Drago (29 de dezembro) — Define, em nome da República Argentina, a doutrina relativa ao caso, que toma o seu nome, pela qual fica estabelecido para a América a inadmissibilidade da intervenção a mão armada para a cobrança de dívidas públicas.
- 1903 — Reune-se em New York um congresso alfandegário americano em obediência a uma deliberação da 2ª Conferência Internacional Americana.
- 1906 — (23 de julho a 27 de agosto) — Reune-se, no Rio de Janeiro, a 3ª Conferência Internacional Americana. Não comparecem Haiti e Venezuela. Elihu Root — Secretário de Estado dos Estados Unidos, exerce com Rio Branco a presidência honorária da Conferência. A presidência efetiva coube a Joaquim Nabuco, que declarou em discurso solene: "A consciência americana é o sentimento da nossa órbita especial, inteira-mente separada da europeia". Resultaram:
- melhoria das relações dos países latinos com os Estados Unidos, que haviam sido chocadas pela ação americana nos processos concernentes à abertura do Canal do Panamá;
- codificação do Direito Internacional Americano;
- aperfeiçoamento das convenções sobre os estatutos de naturalização, reclamações, de dívidas; patentes de comércio e "copy-right", etc.
- É criado um Conselho Diretor de cinco membros, no quadro do Conselho Administrativo Geral, do *Bureau Internacional Americano*;
- Essa conferência foi considerada por um internacionalista francês como preparatória da Conferência Mundial de Haia, de 1907.
- 1908 — Rio Branco — Manifesta-se sobre pan-americanismo dizendo: "quando já não fôr só questão de ocupar um porto, senão bloquear meio continente sobre dois oceanos, as coisas mudarão substancialmente, não só para a segurança, mas também para o prestígio e o conceito da nossa América".
- 1910 — (12 de junho a 30 de agosto) — Reune-se a 4ª Conferência Internacional Americana, em Buenos Aires. Não comparece Bolívia.
- Domicio da Gama — Delegado brasileiro, propõe que a conferência reconheça na doutrina de Monroe "um fator permanente de independência externa".

Resultaram: Quatro convenções sobre questões jurídicas, serviços marítimos, cooperação intelectual por troca de professores e estudantes, etc.

Adota-se a denominação Pan-Americana em vez de União das Repúblicas Americanas. O Bureau Internacional Americano, passa a chamar-se União Pan-Americana.

E' fixada a data da 5ª Conferência a realizar-se em Santiago do Chile, para 1914, a qual deixou de se efetuar em virtude dos acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial.

1914 — O Coronel House — Influente junto ao Governo dos Estados Unidos, prejeta um convênio interamericano de segurança ou assistência mútua".

— Theodoro Roosevelt — Diz, em Santiago do Chile, considerar "mais do que nunca que as nações americanas não podem admitir nem conquista nem colonização que a dissimule".

1916 — O Presidente Willson — Declara que, para não haver incerteza no *emprego do poder americano*, convém a união dos Estados da América para *garantia mútua de absoluta independência política e absoluta integridade territorial*.

1917 — O Governo do Uruguai — Declara que "tôda ameaça aos direitos de um país do continente deve ser considerada ameaça a todos e provocar, da parte destes, uma reação uniforme e comum".

Em virtude desse princípio não ficam sujeitos no Uruguai aos encargos de beligerância os países

da América em guerra com outros não continentais.

— Dr. Wenceslau Braz — Presidente do Brasil, fundamentando a declaração de guerra à Alemanha, declara: que o Brasil "*continua imprimindo à sua política externa uma forma prática de solidariedade continental, política que, por outra parte, foi também a do antigo regime, sempre que haja estado em causa qualquer das nações irmãs e amigas do continente americano*".

1920 — Marcos Fidel Suarez — Estadista colombiano, lança a sua doutrina, sobre a proteção da liberdade de imprensa da América.

1923 — (25 de março a 3 de maio) — Reune-se, em Santiago do Chile, a 5ª Conferência Internacional Americana. Não comparecem Bolívia, México e Perú. Abrindo-a, o Presidente Arturo Alessandre declara: "O pan-americanismo vai além do próprio ideal, é uma força dinâmica, eficaz, gerada pelo poder inevitável das causas geográficas, históricas e políticas, por fatores inteiramente reais, que convidam a uma ação comum".

Resultaram dessa Conferência quatro convenções e sessenta deliberações, entre as quais um tratado para evitar conflitos entre as nações americanas, a chamada *Convenção Gondra*.

E' reorganizada a União Pan-Americana — prevê-se a realização de uma série de conferências de caráter técnicos e especializados para se tratarem determinados problemas.

— Fletcher — Secretário de Estado dos Estados Unidos, opõe-se a que se considere a doutrina de Mon-

- roe declaração continental, com suas plenas consequências.
- Criam-se na *União Pan-Americana* quatro comissões permanentes para tratar de:
 - relações econômicas e comerciais;
 - trabalho;
 - higiene;
 - cooperação intelectual.
- 1928 — (16 de janeiro a 20 de fevereiro) — Reune-se em Havana, a 6ª *Conferência Internacional Americana*, a qual comparecem todos os países livres da América.
- Adotam-se 11 convenções, 62 resoluções e 4 acordos, concernentes a diversos assuntos, entre os quais: *Código de direito internacional americano*, estatuto dos estrangeiros, asilo, agentes consulares, pessoal diplomático, neutralidade marítima; guerra civil, aviação comercial.
- Alguns delegados acusam a política dos Estados Unidos de ser intervencionista na América.
- 1930 — (17 de maio) — O Conselho Diretor da *União Pan Americana* — institui o *Dia Pan-Americano* (14 de abril) em comemoração da reunião da 1ª *Conferência Internacional Americana* — e data da criação da *União Internacional das Repúblicas Americanas*, por sugestão do Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Silvino Gurgel do Amaral.
- O representante da Nicarágua sugere que todos os povos da América comemorassem mutuamente suas grandes datas e se congratulassem uns com os outros pelo aniversário da independência de cada um.
- 1931 — Celebra-se na *União Pan-Americana*, em Washington, pela primeira vez, o *Dia Pan-Americano* com a presença dos representantes das vinte e uma Repúblicas Americanas, em sessão solene do seu Conselho Diretor.
- O Ministro do Exterior, do Brasil, em seu relatório anual, declara: "Partes componentes deste grande todo aonde a natureza fez grande, só podemos ser pequenos, débeis e pouco respeitados, enquanto divididos".
- 1932 — Dezenove Repúblicas, por seus representantes em Washington, dirigem-se ao Paraguai e à Bolívia convidando-os a cessarem a guerra do Chaco.
- 1933 — Inicia-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a comemoração sistemática do *Dia Pan-Americano*, por sugestão do Sr. Léo Rowe, Diretor Geral da *União Pan-Americana*. A primeira conferência comemorativa foi feita pelo sócio e notável internacionalista Dr. Rodrigo Otávio.
- É assinado no Rio de Janeiro o pacto *Saavedra Lamas* de não agressão e conciliação entre o Brasil e a Argentina.
 - Franklin Delano Roosevelt — Declara na *União Pan-Americana* que "adotará a política do bom vizinho porque as qualidades deste são essenciais para o verdadeiro pan-americanismo: "respeito ao direito de outrem, sentimento mútuo com simpatia apreciação dos pontos de vistas alheios, escurpulosos cumprimentos dos deveres recíprocos".
 - Reune-se (26 de dezembro) — Em Montevideu, a 7ª *Conferência Interna-*

cional Americana, que adota o *pacto Saavedra Lamas*. Não comparece Costa Rica.

- Cordell Hull — Secretário de Estado dos Estados Unidos, faz em nome do Presidente Roosevelt uma declaração relativa ao início da *política do bom vizinho*.

Além do pacto Lamas, resultam dessa Conferência: Modificações e acréscimos no Código de Direito Internacional Americano sobre deveres e direitos dos Estados no que entende com extradição, asilo e nacionalidade; acôrdo sobre interdição da intervenção de um Estado em negócios externos e internos de outro.

Tratam-se ainda questões econômicas, comerciais e política-tarifárias, etc.

- 1934 — O Professor J. M. Perez — Da Colômbia, salienta na Liga das Nações, o inconveniente de sua falta de entendimento com a *União Pan-americana*.

- 1936 — Reune-se em Buenos Aires a *Conferência Internacional* para a consolidação da Paz.

— Franklin Delano Roosevelt — Declara que não se trata de "estabelecer aliança, partilhar despojos de guerra, repartir nações ou jogar com seres humanos como peões sobre um tabuleiro de xadrez".

- Oswaldo Aranha — Representante do Brasil, declara que sua nação considera *agravo próprio qualquer fato que possa ferir a soberania de uma nação continental*.

- 1938 — (9 a 27 de dezembro) — Reune-se, em Lima, a 8ª *Conferência Internacional Americana* a qual

comparecem todos os países e reafirmam sua solidariedade continental. Adotam a *Declaração de Princípios Americanos*, pelos quais, se a paz, a segurança e a integridade continental de qualquer dêles for ameaçada por atos de qualquer natureza, elas combinarão entre si as medidas aplicáveis ao caso. Estabelece-se o *método de consultas* entre os Ministros de Exterior para tratar desses casos.

Essa conferência representa uma tentativa para a organização da *unidade americana*, a qual, aceita em princípio, não logrou, no entanto, ainda adquirir cunho prático eficiente e sólido.

- Cordell Hull — Secretário de Estado dos Estados Unidos, declara que "não deve existir sombra de dúvida em parte alguma sobre a determinação das nações americanas de não permitirem a invasão, neste hemisfério, de forças armadas de qualquer potência ou aliança de potência".

- 1939 — (setembro) — Realiza-se a 1ª *Reunião de consulta dos Ministros do Exterior americanos*, no Panamá, para tratar da situação da América em face da guerra que irrompeu na Europa.

Delibera-se fazer uma *declaração geral de neutralidade* e fixar como limite da zona neutra americana uma faixa marítima até 300 milhas da costa.

- 1940 — Os Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas reunidos pela segunda vez, em Havana, consultam-se sobre o caso, cuja possibilidade surge, de serem transferidas colônias

de um país europeu na América, de um ocupante para outro. Resolve-se serem inadmissíveis tais transferências e que em tal hipótese às Repúblicas Americanas tomariam a si a administração das mesmas.

- 1942 — Em consequência da agressão japonesa a Pearl Harbour, reúnem-se pela terceira vez, no Rio de Janeiro, os Ministros do Exterior, em consulta sobre a conduta da América. Decide-se a ruptura de relações diplomáticas com os agressores.

O Brasil apoiou integralmente os Estados Unidos.

- 1945 — Reune-se na cidade do México, uma Conferência Internacional donde resulta a "Ata de Chapultepec".

- 1947 — Reunem-se no Rio de Janeiro os chanceleres de todas as Repúblicas da América — Resultam uma convenção sobre a unidade americana e o compromisso de medidas militares comuns. As instituições armadas da América, adquirem como dever principal, o preparo da defesa do Continente e, eventualmente sua entrada em ação conjugadamente. A guerra é proscrita do ambiente americano.

BANCO DO BRASIL S. A.

1808 — 1948

Sede — Rua 1º de Março n. 66 — Rio de Janeiro (DF)

TAXAS DE DEPÓSITOS

DEPÓSITOS SEM LIMITE	2 % a.a.
DEPÓSITOS POPULARES :	
Limite de Cr\$ 10.000,00	4 1/2 % "
DEPÓSITO LIMITADO :	
Limite de Cr\$ 50.000,00	4 % "
Limite de Cr\$ 100.000,00	3 % "
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO :	
Por 6 meses	4 % "
Por 12 meses	5 % "
COM RETIRADA MENSAL DE JUROS :	
Por 6 meses	3 1/2 % "
Por 12 meses	4 1/2 % "
DEPÓSITOS DE AVISO PRÉVIO :	
30 dias	3 1/2 % "
60 dias	4 % "
90 dias	4 1/2 % "

LETRAS A PRÊMIO (selo proporcional)

Condições idênticas às de depósitos a prazo fixo.

O Banco faz todas as operações do seu ramo — descontos, empréstimos em conta corrente, cobranças, transferências, etc. e mantém filiais ou correspondentes nas principais cidades do país ou do exterior, possuindo no Distrito Federal, além da Agência Central, na Rua 1º de Março n. 66, mais as seguintes :

Bandeira, Rua Mariz e Barros n. 44 — Botafogo, Rua Voluntários da Pátria n. 449 — Campo Grande, Rua Campo Grande n. 100 — Copacabana (em instalação), Avenida Nossa Senhora de Copacabana n. 1.292 — Glória, Rua do Catete n. 238-A — Madureira, Rua Carvalho de Souza n. 299 — Meier, Avenida Amaro Cavalcanti n. 95 — Ramos, Rua Leopoldina Rego n. 78 — São Cristóvão, Rua Figueira de Melo n. 380 (esquina da Rua S. Cristóvão) — Saúde, Rua do Livramento n. 63 — Tijuca, Rua Desembargador Isidro n. 4 — Tiradentes, Rua Visconde do Rio Branco n. 83 e Vila Isabel, Avenida 28 de Setembro n. 412-A.

Efeitos de Projéteis de Armas de Fogo no Equino

Pelo Ten.-Cel. ENRIQUE C. VOGELSANG.
("Revista de las Fuerzas Armadas" de outubro
— 1917 — Venezuela)

Trad. do 1º Ten. DIÓGENES VIEIRA SILVA
(Aluno do C.O.R.).

Poucos são os dados que possuímos na literatura médico-veterinária sobre o efeito dos projéteis de armas de fogo no equino.

Já em um dos primeiros livros sobre "Veterinária prática", de Carl W. Ammon, publicado em 1815 (*Vollständiges Handbuch der praktischen Pferdeartzneikunst*), encontramos um vasto capítulo sobre feridas por armas de fogo. No *Veterinary Journal*, Vol. XXVII, n. 162, surgiu o informe de uma comissão inglesa relativamente ao efeito dos projéteis de arma de fogo sobre o equino. Outra fonte de informações encontramos em artigo resumido no *Zeitschrift für Veterinärkunde*, 1 Jahrg, n. 3, 1889, de onde retiramos alguns dados. Informações mais recentes foram publicadas por Maleval, veterinário do corpo expedicionário espanhol em Casablanca, na *Revue Générale de Médecine Vétérinaire*.

ATITUDE DO EQUINO AO RECEBER UM IMPACTO DE BALA DE FUZIL

A trote e a galope, o sibilo de projéteis ao seu redor em nada preocupa o equino, bem como se estiver parado ou pastando tranquilamente. Se os projéteis atingem árvores ou a terra ao seu redor, alguns olham sem a mínima preocupação; outros, ao contrário, movem a cabeça em direção ao local atingido. Quando o projétil pega a pouca distância atrás do animal, há casos em que saltam à frente ou à retaguarda. Nossas experiên-

cias concordam com as observações feitas por Maleval.

Se os equinos se encontram em movimento, por exemplo, a galope, e recebem o impacto do projétil, geralmente não modificam seu movimento, tanto que o cavaleiro apenas nota que sua montada foi atingida, momentos após.

Maleval afirma que se o equino se achar descansando e receber um impacto, dará um salto à frente ou à retaguarda, como se tivesse recebido uma chicotada.

A comissão inglesa chega à conclusão de que um equino em estado de excitação pode ser sofreado, somente quando o projétil tocar o coração, cérebro ou ossos de seus membros. Feridas nos músculos, pulmões ou outros órgãos apenas são levadas em conta pelo animal atingido.

As quedas instantâneas são raras (segundo Maleval, somente por tiros na cabeça ou coração). Nós já observamos como um potro recebeu um projétil de Mauser (7 mm) na cara, tendo caído ao solo como se instantaneamente as pernas lhe faltassem, levantando-se a seguir dando um salto à frente, olhando quem havia disparado (a distância do atirador ao equino era de 30 metros). O impacto seguinte, na cabeça, na região gular, fez com que o animal caminhasse uns passos, parando novamente para receber um terceiro impacto na nuca, que o fez cair instantaneamente, para não mais se levantar.

Outro equino que se achava parado enquanto era limpo por um soldado, recebeu um impacto de Parabellum (aproximadamente a 80 metros). Ao ser atingido na cavidade torácica, entre a 7ª e 8ª costelas, com saída pelo espaço intercostal entre a 11ª e 12ª costelas, o animal olhou apenas para o lado atingido, percebendo o soldado que o equino havia sido atingido apenas pelo ruído produzido ao penetrar o projétil na cavidade. O equino não demonstrou modificação alguma, tendo sido conduzido à baia sem transtorno e nem demonstração de dor, tendo comido ao receber alimento. Após 7 dias, morreu de pleuresia serofibrosa, tendo-se observado, ao se proceder à autópsia, uma grande solução de continuidade em ambos pulmões, nos locais atravessados pelo projétil.

Outro equino, caminhando, recebeu um impacto de bala Mauser no codilho esquerdo. O projétil lhe atravessou o coração e saiu à mesma altura no codilho direito. O animal olhou para o lado em que havia penetrado o projétil e permaneceu pastando. Pelo local de saída do projétil se escapou um forte jato de sangue que durou dois minutos e o equino, dobrando as mãos, caiu ao solo, expirando em um minuto.

Outro animal recebeu um impacto no coração com saída do projétil pela região braquial. Deu um salto à frente, apoiando-se sobre três membros, apoiou-se em pouco tempo novamente no mem-

bro anterior direito e três minutos depois caiu adiante morto.

QUAL É O EFEITO DO PROJÉTEL

A ação do projétil pode ser perfurante ou dilacerante. Quanto menor o calibre, tanto mais simples a perfuração e menor a deformação dos tecidos. Tem-se que levar em conta também se o projétil mantém sua forma ou se a perde (por ter roçado anteriormente em outro local, tendo se desviado). Neste caso a dilaceração dos tecidos será maior. Se o projétil atravessou o coração, o equino permaneceu parado enquanto dura a saída de sangue dentro do pericárdio.

Quanto ao número de impactos que pode ser suportado pelo animal, temos somente uma observação: um equino foi atingido por 21 impactos de submetralhadora Thompson, permanecendo poucos momentos em pé, oscilando em seguida por instantes, para em seguida cair morto. Outro equino recebeu 14 impactos de projéteis de 7 mm, permanecendo em pé alguns instantes e caindo morto sem tentar saltar nem se mover.

Nossas observações foram feitas em animais que tínhamos de sacrificar e aos quais procuramos dar o mínimo de sofrimento possível; mas, ao mesmo tempo, já que tínhamos de tomar essas providências, procuramos tirar um pequeno proveito para os nossos conhecimentos.

ESQUADRIAS "PADRÃO" S. A.

SERRARIA E FABRICA DE ESQUADRIAS

Portas Compensadas — Madeiras em geral para Construções

SERRARIA SINPA

Em ROLANDIA

Norte do Paraná

AV. TIRADENTES, 1110

Caixa Postal 5.556

Telefones: 4-5010 e 4-5000

SÃO PAULO

Como se Venceu a Guerra na Europa e no Pacífico

PARA A DEFESA COMUM

Tradução autorizada do capítulo final do Relatório do General **GEORGE C. MARSHALL**, Chefe do E.M. do Exército dos Estados-Unidos, referente ao biênio 1943 a 1945

Tenente-Coronel **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, do E.M.E.

"Tendo em vista assumir a responsabilidade de proteger a Nação contra os inimigos externos o Exército precisa estender os seus planos para além do futuro imediato. A esse respeito, eu sinto que me cabem o dever e a responsabilidade de apresentar publicamente, neste momento, o meu conceito sobre o que, do ponto de vista militar, se deverá realizar para impedir uma nova catástrofe internacional.

Há muitos anos vêm os homens se preocupando com a segurança individual. As nações modernas têm feito estudos aprofundados e envidado esforços consideráveis no sentido do estabelecimento dum sistema de segurança social a favor daqueles que não se encontram suficientemente preparados ou capacitados para se defenderem. Mas a proteção efetiva, contra as calamidades que têm causado a morte de milhões de pessoas e a destruição de seus lares, jamais foi atingida.

Terminamos cada conflito sangrento com um sentimento de profunda repulsa por essa forma selvagem de comportamento humano e, não obstante, continuamos a confundir o estado de preparação bélica com as próprias causas da guerra e então deslizamos quase deliberadamente para outra catástrofe. Esse erro de discernimento foi, de há muito, definido por

Washington. Ele propôs confiar à Nação uma política que lhe assegurasse, por séculos, razoável garantia de segurança. O custo da recusa a essa orientação vem se refletindo no sacrifício de vidas e na acumulação de dívidas descomunais. Continuamos a não ser práticos. Temos desdenhado a dura realidade dos interesses mundiais. Temos sido puramente idealistas.

Devemos começar, penso eu, por corrigir a trágica incompreensão que se manifesta no julgamento de que uma política de segurança será uma política de guerra. A guerra foi definida por um povo que nela muito tem pensado: o alemão. Foi ele que iniciou a maioria das guerras dos últimos tempos. O soldado-filósofo alemão Clausewitz descreveu a guerra como uma forma especial e violenta de ação política. Frederico, da Prússia, que legou à Alemanha a vocação guerreira que a acaba de destruir, encarava a guerra como um modo de impor a sua vontade, quer com ela esteja, ou não, a razão. Ele sustentava que com uma força militar ofensiva invencível dominaria a qualquer argumento político. Foi essa a doutrina que Hitler levou quase ao ponto de completo sucesso. Essa foi a doutrina do Japão. É uma doutrina criminosa e como as demais formas do crime se tem repetido, de tempos em tempos,

desde que começou o homem a viver com seus semelhantes em comunas e em nações. Há muito tempo que se vem pronunciando um anseio de banimento da guerra exatamente pela mesma razão pela qual se bani o homicídio. Entretanto, a lei que proíbe o homicídio, jamais por si própria conseguiu evitá-lo. Para se impor teve sempre que se apoiar numa força qualquer. Essa força, porém, precisa fundamentar-se em bases democráticas. Jamais se deverá constituir um grande exército permanente sujeito às ambições dum grupo de conspiradores. O cidadão-soldado representará, sempre, a garantia contra os abusos do poder.

A fim de estabelecer uma organização internacional que consiga impedir as guerras, os povos do mundo inteiro, amantes da paz, estão demonstrando profundo interesse em enviar seus representantes a conferências como as de Dumbarton Oak e São Francisco, com ardente esperança de encontrar para o problema solução praticável. Não obstante, enquanto não ficar demonstrado que uma tal solução poderá realmente impedir as guerras, toda a nação rica que depuser as suas armas, como temos feito após cada guerra da nossa história, estará, evidentemente, provocando novos desastres. A existência dos terríveis e complexos instrumentos de destruição hoje conhecidos, fazem disso uma verdade tão simples que, a meu ver, não admite contestação.

No que diz respeito à capacidade para se defenderem a si próprias e às suas instituições, as grandes democracias podiam considerar-se nações doentes quando Hitler, abertamente, reuniu as suas forças para impor ao mundo sua vontade. Tão doente como qualquer outra nação estavam os Estados Unidos da América. Não possuíamos exército. Havia, apenas, o esqueleto de três divisões e meia espalhado, em pedaços, por sobre todo o território Nacional. Era impossível treinar como divisões a essas tão escassas tropas

combatentes, por isso que, faltavam transportes motorizados, não se dispunha das instalações necessárias e não haviam sido concedidas verbas para a realização de manobras adequadas. As Forças Aéreas compunham-se dum pequeno número de esquadilhas, parcialmente equipadas, servindo nos Estados Unidos do Continente, no Panamá, em Hawai e nas Filipinas; seus aviões eram, na maioria, obsoletos e dificilmente teriam suportado a um só dia de combate aéreo moderno. Faltavam-nos armas modernas e equipamentos. Quando o Presidente Roosevelt proclamou, a 8 de setembro de 1939, que uma situação de emergência ocorria para os Estados Unidos, não éramos, sob o ponto de vista da disponibilidade de forças, uma potência militar de terceira ordem sequer. Certos acadêmicos haviam informado ao mundo, convencendo, evidentemente, aos japoneses, que a mocidade da América recusar-se-ia a lutar em defesa da Pátria.

Os exércitos alemães assolaram a Europa precisamente no momento em que procurávamos evitar a guerra afirmando uns aos outros que não poderia haver guerra. A segurança dos Estados Unidos da América foi mantida pela distância marítima, pelos aliados e pelos erros dum inimigo preparado. Talvez pela última vez na história das guerras a vastidão dos oceanos tenha constituído fator vital para a defesa. Podemos optar de novo por depender dos outros e dos erros e caprichos de possíveis inimigos, mas se assim fizermos, estaremos guardando em saco de papel o tesouro e a liberdade desta grande Nação.

Voltando da França com o General Pershing, após a última guerra, participei com ele nos esforços empregados para persuadir a Nação a estabelecer e manter uma sã política de defesa. Se suas sugestões tivessem sido aceitas o país teria poupado centenas de bilhões de dólares e mais de um milhão de baixas, que foi quanto nos custou agora restaurar a paz. Poderíamos, mesmo, ter evitado a

atual tragédia mundial. Perguntou-se àquele General contra quem deveríamos preparar-nos. É óbvio que essa pergunta não poderia ser especificamente respondida senão vinte anos depois quando Adolf Hitler lançou num conflito mundial os exércitos reabilitados da Alemanha vencida. Mesmo muito mais tarde, em 1940, fui muito interrogado sobre a mesma questão perante uma comissão do Congresso: Nem mesmo então me foi possível afirmar com absoluta certeza onde poderíamos ter que lutar, mas lembrei, no entanto, que nas guerras do passado as forças dos Estados Unidos haviam combatido na América Latina, na França, na Bélgica, na Alemanha, na Rússia, na Sibéria, na África, nas Filipinas e na China; não pude, porém, profetizar que, em futuro bem próximo, os soldados americanos iriam derramar o seu sangue no coração de Burma e nas ilhas do vasto Pacífico, assim como, guarnecer áreas através terras e águas do Universo inteiro. Depreende-se daí que a Nação não pode ter outra alternativa senão manter-se preparada para defender seus interesses contra qualquer outra nação ou aliança de nações que se possam sentir, a qualquer tempo, suficientemente fortes para tentarem, pela força das armas, a imposição de ideologias políticas ou a conquista de territórios ou de fontes de recursos.

Por duas vezes na história contemporânea as indústrias, a agricultura e o próprio povo dos Estados Unidos conseguiram derrotar as nações agressoras; os que conspiram contra a paz por certo que não nos darão uma terceira oportunidade.

Em 1914 e de novo em 1939, entre a Alemanha e a América interpuuseram-se a Grã-Bretanha, as URSS, a França, a Polônia e outros países da Europa. Por não haver a técnica da destruição progredido ainda até o ponto hoje atingido, essas nações tiveram que ser postas de lado e o Oceano

Atlântico atravessado antes que as nossas fábricas se pudessem colocar ao alcance dos canhões inimigos. Ao findar-se a guerra alemã na Europa elas se encontravam, exatamente, ao limite do raio de ação de um inimigo europeu. Goering afirmou após sua captura estar certo de que as cidades do Leste da América teriam sido submetidas ao bombardeio de foguetes se a Alemanha tivesse permanecido invicta por mais dois anos; os primeiros ataques mais cedo do que isso se teriam desencadeado. A técnica da guerra trouxe os Estados Unidos, seus lares e suas fábricas, à linha de frente de um conflito mundial. Escaparam a um bombardeio destruidor na segunda guerra mundial. Não escaparão numa terceira.

Já não se nos afigura prático continuar aquilo que havíamos concebido como defesa do hemisfério e considerado satisfatório para base de nossa segurança. Temos agora que nos interessar pela paz do mundo inteiro e a paz só pode ser mantida pelo forte.

Que devemos, então, fazer para permanecermos fortes sem nos arruinarmos com os gastos militares necessários à manutenção dum exército profissional proibitivamente dispendioso, admitindo que se o pudesse recrutar? O Presidente Washington foi quem respondeu a essa pergunta quando fez suas recomendações ao primeiro Congresso que se reuniu sob a Constituição dos Estados Unidos. Ele propôs, então, um programa para treinamento, em tempo de paz, dum exército de cidadãos. Naquela época a instituição de um grande Exército Regular profissional era considerado perigoso para as liberdades nacionais. Ainda hoje assim o é. Mas o fator determinante para solução do problema será, inevitavelmente, a relação entre a manutenção do poder militar e as verbas anualmente votadas para custeio desse poder. Nenhum sistema, mesmo que adotado em futuro próximo, sobreviverá à pressão política tendente a reduzir os gastos militares se estes forem altos — e os exércitos pro-

fissionais são sempre extraordinariamente dispendiosos.

Há atualmente uma outra vantagem para um grande exército profissional permanente. As guerras do século XX são travadas com a totalidade dos recursos econômicos, científicos e humanos de nações inteiras. Todo o campo especializado dos conhecimentos humanos entra em jogo. A guerra moderna necessita das aptidões e dos conhecimentos de todos os indivíduos de uma nação.

É, porém, óbvio, que nem todos podem envergar uniformes e apresentar-se prontos para repelir invasões. Nos tempos de paz, a maior energia de qualquer nação progressista deve ser devotada ao trabalho produtivo e compensador. Mas todos os americanos das próximas gerações poderão preparar-se para servir à Pátria seja procurando manter a paz, seja ocupando seu posto na hora trágica do estourar da guerra, se esse infortúnio de novo nos alcançar. É isso o que significa o *Treinamento Militar Geral*. Não se trata de um *Serviço Militar Geral* — o atual recrutamento de homens para as forças combatentes. Tais forças, durante a paz, se comporão apenas de voluntários. O treinamento dos cidadãos se fará em organizações separadas mantidas exclusivamente para essa finalidade. Uma vez treinados, os jovens cidadãos ficarão livres de qualquer compromisso para com o Exército, a não ser que venham a optar, como fazem presentemente, pela incorporação à Guarda Nacional, a uma unidade da Reserva Organizada, ou mesmo, ao pequeno exército profissional, onde servirão como voluntários. Quando a Nação estiver em perigo poderão ser mobilizados numa ordem de prioridade e sob condições a serem estabelecidas pelo Congresso na ocasião oportuna.

O conceito do treinamento militar geral não se funda, como muitos acreditam, no princípio de um exército em massa. O Exército tem sido acusado de se manter rigidamente aferrado a essa doutrina em face dos aconteci-

mentos atuais. Nada, porém, penso eu, estará mais longe da realidade e assim o demonstram os registros da mobilização para a guerra presente. Já atrás, neste relatório, expliquei como se havia distribuído o potencial humano a fim de se aproveitar, ao máximo, a capacidade técnica americana. Numa mobilização militar dum total de 14.000.000 de homens o efetivo das tropas de Infantaria era inferior a 1.500.000, inclusive Exército e Fuzileiros Navais. O restante de nossas forças de terra, ar e mar, fazia, essencialmente, uma guerra de máquinas. Somando os que se engajaram na guerra da produção haveria, provavelmente, 75 a 80.000.000 de americanos diretamente ocupados na prossecução da guerra. Aos trabalhos da técnica aplicada à guerra dedicamos 98 % do nosso esforço total.

Nem se propõe agora abandonar essa fórmula que deu tão bons resultados. A utilização da energia básica do universo ainda mais viria instigar nossos esforços no sentido de empregar cérebro e músculo na defesa dos Estados Unidos da América.

Todavia, a técnica não eliminará a necessidade do homem na guerra. As Forças Aéreas, que nesta guerra se desenvolveram tecnicamente mais do que as outras forças armadas, não puderam dispensar o concurso de milhões de homens. Cada B-29 que sobrevoava ao Japão dependia dos esforços de cerca de 12 oficiais e 73 praças, só na zona imediata de combate.

O número de homens que foram empregados nos trabalhos necessários para que a bomba atômica pudesse chegar a Hiroshima foi enorme. Tivemos, primeiro, que estabelecer nas Marianas uma base de onde o avião pôde levantar voo. A tomada dessas ilhas exigiu operações preliminares através do Pacífico imenso, nas quais se consumiram milhares de navios, milhões de toneladas de suprimentos e o esforço heróico de centenas de milhares de homens. Além disso, tivemos necessidade das B-29 e de suas escoltas

de caça, as quais, nos garantiram o domínio do ar sobre o Japão. Isso representava o resultado de milhares de horas de treinamento e preparação nos Estados Unidos, bem como, o consumo das energias de centenas de milhares de homens.

O efeito da técnica na estrutura militar é idêntica ao que se verifica na economia nacional. Assim como o automóvel substituiu ao cavalo criando emprego para milhões de americanos, os explosivos atômicos vão exigir o serviço de milhões de homens, se chegarmos a ser obrigados a empregar esses explosivos nos campos de batalha.

Esta guerra tornou claro que a segurança de uma Nação que se vê ameaçada por inimigo armado, exige o serviço de quase todos os cidadãos do sexo masculino, fisicamente aptos, dentro do grupo em idade militar efetiva.

Em caso de guerra, não pode a Nação ficar na dependência do voluntariado para o serviço ativo; assim também não o pode a nossa segurança em tempo de paz.

Numa outra emergência nacional, a existência de considerável porção da juventude nacional já treinada ou em vias de treinamento, tornará possível o imediato preenchimento dos claros de tempo de paz nas fileiras da Marinha, do Exército Permanente, da Guarda Nacional e da Reserva Organizada. Como resultado disso, nossas Forças Armadas estarão sempre prontas para um imediato desenvolvimento que lhes permitirá impedir as ações iniciais inimigas e evitar que o inimigo se apodere de locais de onde possa lançar ataques destruidores contra nossas instalações industriais e contra nossos lares. Dessa forma, poderemos estabelecer para as gerações porvindouras, uma política militar nacional:

1) inteiramente dentro das possibilidades financeiras da nossa economia de tempo de paz e de natureza absolutamente democrática e 2) colocando o mundo militar e, portanto, o mundo político, na certeza de que nosso vasto poder baseado nas nossas enormes fontes de recursos, na nossa riqueza e na

nossa produtividade estará sempre imediatamente disponível. Nenhuma dúvida haverá de que todas as nações do mundo respeitarão nossos pontos de vista, criando-se finalmente uma perspectiva de paz sobre a terra e de boa vontade entre os homens, ao em vez da ameaça permanente de catástrofes sobre catástrofes, num mundo atormentado, onde os próprios processos de civilização se vêm constantemente ameaçados.

A decisão, nesse sentido, será tão grave em conseqüências, que exigirá de minha parte a mais completa franqueza. No entretanto devo dizer que muitas das objeções apresentadas ao Treinamento Militar Geral, aparecem influenciadas por motivos ulteriores ou desprezam completamente as tragédias do passado e do presente, as quais, procuramos evitar para o futuro. Muitas vezes se atribui importância excessiva às restrições da nossa liberdade de vida, restrições essas que nos parecem triviais em comparação com as tragédias horrorosas que estamos procurando evitar e com os grandes benefícios que desejamos assegurar para as gerações que hão de suceder à nossa.

A decisão sobre a questão do Treinamento Militar Geral deve ser tomada urgentemente. Os altos funcionários do Departamento do Estado defendem firmemente a opinião de que a decisão sobre esse assunto tomada antes das negociações definitivas de paz, reforçarão poderosamente o poder dos Estados Unidos para garantir a aceitação de uma verdadeira organização incumbida de resolver as disputas internacionais.

Os termos do tratado final de paz constituirão, por certo, uma base para a determinação do efetivo das forças militares regulares, ou permanentes de tempo de paz, no ar, em terra e no mar, dos Estados Unidos, mas não poderão, a meu ver, afastar a necessidade dum sistema de Treinamento Militar Geral.

O padrão pelo qual se deverá medir o efetivo da força permanente será o estabelecimento da

máxima segurança dentro do mínimo dispêndio de homens, de material e de manutenção.

Baseando-se na possibilidade de prever as condições do mundo para daqui a uma década, os funcionários encarregados da elaboração de planos no Departamento da Guerra, considerando todos os fatores admissíveis, acreditam que nossa posição estará segura se estabelecermos um mecanismo que permita a mobilização de um exército de 4.000.000 de homens no período de um ano, em seguida a uma crise internacional de que resulte estado de emergência nacional para os Estados Unidos.

O Exército Regular deve compor-se, principalmente, duma força estratégica, com pesado poder aéreo, parcialmente distribuída pelo Pacífico e pelo Mar das Antilhas, pronta para proteger a Nação contra uma súbita incursão hostil e disponível, imediatamente, para uma ação de emergência onde quer que se torne necessária. É óbvio que uma nova guerra poderá começar por um ataque relâmpago inopinadamente lançado contra nós visando apanhar-nos desprevenidos. A marcha desse ataque seria representada pelas velocidades supersônicas dos projetos foguetes, seguidos de perto por uma força de assalto que procuraria aproveitar a vantagem inicial do momento crítico. Devemos estar suficientemente preparados contra uma tal ameaça a fim de manter o inimigo à distância até que possamos mobilizar rapidamente nossas forças. O Exército Regular e a Guarda Nacional precisam estar prevenidos para enfrentar uma crise como essa.

Uma outra missão para o Exército Regular será fornecer guarnições de segurança para as bases avançadas. Perdemos rapidamente as Filipinas, Guam e as Ilhas Wake, no princípio desta guerra e ainda estamos consumindo vidas e riquezas para reconquistá-las.

A terceira missão para o Exército Permanente será fornecer o pessoal administrativo diretor, os comandos mais altos, que manterão em condições o mecanismo e

os planos para qualquer emergência nacional que tenhamos de enfrentar no futuro. Essa administração militar superior compreenderá o Departamento da Guerra, a Escola Superior de Guerra, os demais Estabelecimentos de Ensino Militar, os Comandos das Regiões Militares em que se subdividem os Estados Unidos para facilidade da descentralização do comando e da coordenação do mecanismo militar de tempo de paz. Era exatamente tudo o que possuíamos nas vésperas desta guerra: alguns planejadores e um pequeno número de homens que, na prática, tinham pouco com que trabalhar, mas que possuíam idéias sadias sobre como empregar as legiões de guerreiros que iriam afluir logo que desabasse a tempestade. Se não tivéssemos disposto do tempo que com sua resistência nos proporcionaram o Império Britânico e a União Soviética, esses planos e essas idéias pouco nos teriam adiantado.

A quarta e talvez mais importante missão do Exército Regular será prover os conhecimentos, o pessoal habilitado e as instalações para o treinamento do cidadão-soldado de quem, a meu ver, depende em grande parte a paz futura do mundo.

Do Exército de cidadãos, a Guarda Nacional está à frente na importância. Ela deve ser forte e cheia de saúde, pronta para tomar seu lugar na primeira linha da defesa, nas primeiras semanas de um estado de emergência, sem depender de um ano, ou mais, de treinamento para poder lançar-se contra um inimigo bem preparado. Não é praticável que sob o regime de paz possa a Guarda Nacional providenciar por si própria o treinamento básico fundamental, indispensável ao cumprimento da sua missão. Todavia, na minha opinião, baseada em longa e íntima experiência com a Guarda, desde 1907 até 1941, o requisito essencial para esse sistema, sob condições atuais, será o Treinamento Militar Geral, do qual se recrutarão os voluntários para as fileiras da Guarda. Sem esse fir-

me alicerce, sou francamente de opinião que não se poderá manter uma força suficientemente segura para nossas necessidades de após-guerra.

A segunda componente importante do Exército de Cidadãos, será a Reserva Organizada, através da qual se efetuará a mobilização total dos recursos nacionais. Ao reventar a guerra atual, a Reserva se compunha quase que unicamente do corpo de oficiais, faltando aos grupos regimentais e divisionais uma base prática para a mobilização. A contribuição desta componente, embora constituída unicamente por indivíduos, foi bastante grande e de muita importância. Os claros nos quadros de oficiais do Exército Regular foram preenchidos pela Reserva, inúmeros novos estados-maiores e organizações, compuseram-se principalmente de oficiais da Reserva, os grandes campos de treinamento para os homens alistados pelo Serviço de Recrutamento, foram a princípio dirigidos por oficiais do Corpo da Reserva. As escolas de candidatos a oficial, onde o Exército atual obteve seus preciosos comandantes de pequenas unidades, foram dirigidas por oficiais da Reserva. Infelizmente as deficiências de verbas limitaram o treinamento a um breve período, a intervalos de três ou quatro anos, e os efetivos de tropa eram tão pequenos que os insignificantes exercícios que os oficiais da Reserva realizavam pouco semelhança apresentavam com as realidades da batalha moderna.

Essa falta de tropas com que pudessem os oficiais da Reserva adquirir experiência prática de comando e de trabalho de Estado-Maior, foi a limitação que mais prejuízos causou. Não havia efetivos recrutados para as forças da Reserva. Havia pouco entendimento e pouca ligação entre o Corpo de Oficiais da Reserva e a Guarda Nacional — que dispunha de pessoal recrutado — e o número de recrutas no Exército Regular era tão pequeno que se tornava impossível escalar oficiais da Reserva para treinar com as

praças do Exército Regular. Especialmente nos centros de população densa poucas tropas regulares se encontravam e nesses centros justamente se localizava o maior número de oficiais da Reserva. Mesmo que houvesse verbas para transportes até as zonas de estacionamento das tropas regulares, e não havia, as poucas unidades de tropas regulares teriam desaparecido sob uma inundação de oficiais da Reserva. O efetivo do Corpo de Oficiais da Reserva era, por exemplo, em 1938, superior ao dobro do número de praças das unidades de combate do Exército Regular dos Estados Unidos, continentais.

Sómente por meio do Treinamento Militar Geral se poderá infundir vida e vigor no sistema da Reserva. Ele se constituirá num manancial de oficiais e praças bem treinados, no qual a Guarda Nacional e a Reserva Organizada buscarão seus voluntários, oferecerá oportunidades para as unidades da Guarda e da Reserva participarem de manobras de corpos e do Exército, as quais, constituem preparação essencial para o sucesso nas campanhas militares. Sem esse pessoal treinado, praças e oficiais, sem tais oportunidades para adquirir destreza na prática de manobras realísticas, nem o Exército Regular, nem a Guarda Nacional, nem a Reserva Organizada, poderão esperar atingir alta eficiência no cumprimento de suas missões essenciais.

Embora os formados pelo R. O. T. C. (Centro de Treinamento de Oficiais da Reserva) constituíssem 12 % dos oficiais que se empenharam na guerra, sua mais importante contribuição foi a imediata disponibilidade de oficiais que facultaram. Não sei o que, exatamente, se poderia ter feito sem esses homens nas primeiras fases da nossa mobilização e do nosso treinamento. Sei, porém, que nossos planos teriam sido grandemente resumidos e a cessação das hostilidades no teatro europeu teria sido proporcionalmente protelada. Devemos pensar em ampliar e fortalecer o sistema.

Ele deve estabelecer-se em nível superior, comparável ao das classes da instrução acadêmica frequentadas pelos jovens dos R.O.T.C. Tudo isso se tornará possível e fácil se o estudante tiver participado do Treinamento Militar Geral e, nesse caso, a duração do curso poderá reduzir-se a um ano. Ele entrará para o R.O.T.C. com o mesmo grau de adiantamento que possuíram seus antecessores ao fim de 2 1/2 dos 3 anos de curso. Poderá ter completado seu treinamento elementar — o equivalente militar aos cursos primário e secundário — e estará preparado para o curso superior, isto é, para treinar como oficial, ou seja, como futuro guia de homens. Os elementos saídos do R.O.T.C. atenderão às necessidades da Guarda Nacional e da Reserva Organizada, constituindo-se num corpo de oficiais de caráter excepcional.

Um período ininterrupto de um ano de treinamento parece suficiente para o bom êxito de um plano de segurança bem delineado, baseado no conceito do exército de cidadãos.

É possível realizar-se, em prazo relativamente curto, o treinamento individual dos soldados para substituição nas divisões veteranas e nos grupos de aviação como se faz presentemente. O treinamento próprio das unidades não se poderá realizar, na melhor das hipóteses, senão no prazo de um ano; as unidades aéreas necessitam até de maior tempo. O princípio é o mesmo do treinamento de uma equipe de "foot-ball". Um "half-back" pode aprender rapidamente a correr com a bola, mas leva tempo e necessita praticar muito, durante horas, em exercício de conjunto, antes de se tornar hábil em conduzir a bola por entre os membros da equipe adversária, valendo-se da ajuda dos seus 10 companheiros de equipe. Assim acontece com uma divisão do Exército ou com um grupo de combate aéreo. Os homens aprendem rapidamente a atirar com o fuzil ou com a metralhadora, mas um longo tempo se consome em exercícios a que o Exército chama

de manobras, antes que cada um saiba coordenar seus tiros de fuzil com as atividades dos 14.000 outros companheiros da sua divisão.

Todo o homem que pode ter de lutar um dia pela Pátria deve possuir o treinamento de conjunto. Os nossos experimentados soldados das atuais magníficas divisões atingirão um dia a idade de inaptidão para o serviço militar. A situação no Exército de paz se tornará semelhante àquela em que nos encontrávamos quando começamos a mobilização para a guerra atual; todos os homens deviam cumprir pelo menos um ano de treinamento em conjunto antes de serem as divisões consideradas em condições de embarcar para além-mar.

O programa de treinamento deverá manter-se nos moldes que nesta guerra tornaram o soldado americano igual ao melhor dos combatentes. Ele se conservará à altura dos aperfeiçoamentos técnicos e das modificações que desses aperfeiçoamentos resultarem para a tática. Durante o treinamento um programa intenso de instrução terá que ser seguido, mas não será possível, em tempo de paz, conduzir o trabalho da mesma forma que em tempo de guerra. Exercícios atléticos, recreações, licenças de fim de semana, férias no Natal e noutras ocasiões, naturalmente, serão necessários. Entretanto, para se justificar o dispêndio de fundos do Governo, um programa muito ativo terá que ser executado; do contrário, se terá realizado um trabalho inacabado, que não chegará a merecer o respeito das nações do mundo e que, consequentemente, comprometerá a principal finalidade do sistema.

Para aqueles que temem possa o Exército militarizar a nossa sociedade e nela incutir conceitos perigosos para aqueles que duvidam da capacidade do Exército para levar a cabo sua missão, exponho aqui os feitos no nosso Exército atual. As tropas foram suficientemente instruídas para derrotar um inimigo de primeira classe. Seu

ânimo não foi pervertido — até pelo contrário. O povo americano está satisfeito e, julgo eu, considera, de fato, seu Exército o Exército da democracia. Ele sabe que os homens que compõem esse Exército estão fisicamente bem melhores do que dantes e que, em geral, gozam melhor saúde do que quando estavam em casa, exceção feita dos que serviram nas selvas tropicais. Os oficiais que dirigiram seu treinamento eram essencialmente cidadãos-soldados. Eles tiveram a orientação inicial dos oficiais do Exército Regular, mas somente 2 % do efetivo total do Corpo de Oficiais se compunham de profissionais. Apenas um pouco mais pertencia à Guarda Nacional; 25 % eram fruto do Corpo de Oficiais da Reserva e mais 12 % eram homens que receberam patentes em consequência de certa qualificação profissional que possuíam na vida civil. A grande maioria de oficiais subiu das próprias fileiras — 59 % do total — o que garantiu a característica democrática do Exército.

Para aqueles que consideram uma imposição à democracia a introdução de um sistema de treinamento militar geral, eu respondo: que, na minha opinião, isso constituirá a expressão mais democrática da vida nacional. Sejam quais forem as restrições que se possam fazer à consideração do assunto, apresentarei a seu favor a opinião do nosso primeiro Presidente. De fato, o programa de Washington estabelecia o treinamento geral, para todos os homens que atingissem a idade de 17 anos. A milícia de cidadãos se dividiria em três categorias: homens de 17 a 21 anos constituindo o corpo de vanguarda, homens de 21 a 46 anos compoem o corpo principal e homens de 46 a 61 formando o corpo de reserva. Todo o treinamento de tempo de paz se concentraria no corpo de vanguarda mas, eventualmente, os membros dos corpos principal e de reserva, teriam que passar pelo programa de treinamento. O projeto de lei da milícia foi apresentado primeiramente na Terceira Sessão do

Primeiro Congresso. Foi estudado pela Câmara dos Deputados a 5 de março de 1792 e, na forma por que foi finalmente aprovado, não continha nenhum dos elementos das recomendações de Washington. Estava tão desfigurado quando foi por fim adotado que o próprio deputado que apresentara o projeto votou contra sua passagem.

Afigura-se provável que se o Congresso tivesse aprovado integralmente aquele projeto, os Estados Unidos poderiam ter evitado uma grande parte das guerras em que se viram envolvidos durante a sua breve história. O recrutamento, forçado de marinheiros americanos não teria sido encarado como passa-tempo inofensivo em princípios do século XIX, nem o Kaiser se teria disposto, tão facilmente, a vingar com uma guerra mundial a morte do Arquiduque Francisco Ferdinando, em 1914, nem Adolf Hitler teria sido tão imprudente em quebrar a paz se durante esses anos os Estados Unidos tivessem sido reconhecidos pelos povos provocadores de guerra como uma Nação pronta para empreendê-la imediatamente.

O Exército de tempo de paz não só deverá estar preparado para a mobilização imediata de um efetivo eficiente, como, também, possuir em reserva o armamento necessário para os primeiros meses de luta e planos definidos para a imediata produção de enormes quantidades adicionais do material indispensável à guerra total. Jamais deveremos ter que enfrentar, de novo, uma grande crise nacional com a munição faltando aos nossos canhões, estes em deficiência, e, com os processos decisivos para obtenção das armas essenciais em quantidades suficientes, completamente inexistentes.

A necessidade de pesquisas continuadas nas ramificações militares do avanço científico do homem é agora evidente para todos e não seria muito difícil obter as verbas necessárias para essa finalidade durante o tempo de paz. Há, todavia, sempre muita relutância no dispêndio de fundos com os aperfeiçoamentos de instrumentos de

guerra, particularmente por não haver, em geral, utilidade nos produtos, para o tempo de paz.

A fabricação dos aviões de combate está intimamente ligada ao ao desenvolvimento da aeronáutica civil; os protótipos de muitos dos nossos atuais aviões de transporte e dos que estão próximos a aparecer, foram primitivamente bombardeiros. Muitos dos princípios aeronáuticos que ajudaram a dar à Nação a maior força aérea do mundo provieram do aperfeiçoamento comercial e o nosso conhecimento dos métodos de fabricação no começo da guerra foi fruto dos empreendimentos comerciais de tempo de paz. Uma vez que muitos tipos importantes de armas não tem valor comercial, a sua fabricação em tempo de paz é muito desprezada. As armas antiaéreas constituem um bom exemplo disso. Os canhões anti-aéreos de hoje, altamente eficientes, não apareceram senão muito tempo depois do início da luta. O conseqüente custo em tempo, vidas e dinheiro, resultante da economia de verbas em tais atividades no tempo de paz, foi simplesmente consternador.

Há um outro aspecto da pesquisa científica que, julgo, tem sido de alguma forma desprezada: — o desenvolvimento dos métodos expeditos para produção em massa do material de guerra. Isso tem grande importância visto como determina não só a rapidez com que poderemos mobilizar nossos recursos caso a guerra se apresente, como também, a extensão e o custo das nossas reservas de material bélico. Uma profunda meditação e um seguro planejamento sobre esse assunto poderão representar a economia dos milhões de dólares de impostos.

Podemos ter a certeza de que a próxima guerra, se houver, será ainda mais total do que está. A natureza da guerra será tal que se ela começar só terminará como está esta terminando: com a destruição do vencido e se poderá supor que uma outra conversão da produção de paz para a de guerra, teria que ser feita inicialmente

sob os bombardeios inimigos empreendidos de longe. Os planos de mobilização industrial devem ser baseados nessas suposições e organizados de tal forma que possam atender às necessidades sejam quais forem as circunstâncias que se apresentarem. No entanto, não poderão, de forma alguma, retardar ou reduzir o curso da produção de tempo de paz.

Se a Nação quiser continuar a ser grande deverá ter em mente, agora e no futuro, que a guerra não depende da vontade dos que desejam ardentemente a paz. É, antes, da escolha daqueles que se mostram dispostos a recorrer à violência para a obtenção de vantagens políticas. Estou convencido de que podemos nos fortificar para enfrentar a catástrofe tomando as medidas que aqui resumir. Com tal proteção poderemos encarar o futuro com uma razoável esperança de coisas melhores e com a certeza serena de que, ainda que o pior aconteça, estaremos prevenidos para suportá-lo.

Como disse o Presidente Washington na sua mensagem ao Congresso, em 3 de dezembro de 1793:

"Não posso recomendar à vossa atenção medidas visando o cumprimento do nosso dever para com o resto do mundo, sem de novo salientar a necessidade de colocarmos-nos em posição de completa segurança exigindo dele o cumprimento do seu dever para conosco. Os Estados Unidos não deverão ceder à persuasão de que, contrariamente à ordem dos esforços humanos, poderão permanecer, para sempre, alheios aos penosos apelos das armas, com os quais a história de todas as outras nações se preenche. Aos Estados Unidos corresponde uma categoria entre as nações, a qual não lhe será concedida ou ficará absolutamente perdida pela reputação de fraqueza — se desejarmos evitar insultos, deveremos estar prontos para repeli-los; se desejarmos assegurar a paz, uma das mais poderosas instituições da nossa prosperidade nascente, deveremos fazer saber que estamos, a todo instante, prontos para a guerra."

O PROBLEMA HISTÓRICO-POLÍTICO DE BELICE

MAJ. JAYME ALVES DE LEMOS
(Da "Sociedad de Estudios de Historia
de Bolivia")

Nestes momentos agitados de após segunda guerra, a controvérsia anglo-guatemalteca é uma das que têm atraído a atenção dos povos do nosso hemisfério. Vejamos pois os pontos capitais que sustenta o Governo da Guatemala para reivindicar o território de Belice.

I — TRATADOS DE 1783 E 1786

Afirma o Governo do país amigo que, pelos tratados de 1783 e 1786, a Espanha outorgou à Inglaterra a concessão usufrutuária, no território de Belice, sobre uma zona de cerca de 6.000 km², limitada entre os rios Hondo e Sebún, para que súditos ingleses se dedicassem exclusivamente ao corte de madeiras, com a proibição expressa de exercer qualquer atividade agrícola, industrial ou comercial. Ficava-lhes da mesma forma terminantemente proibido ultrapassar os limites referidos, construir fortificações, instalar qualquer classe de governo, ou manter tropas, estabelecendo-se ainda a condição de que jamais seriam anulados os direitos da soberania espanhola.

Sustenta o Governo da Guatemala que esta concessão, em caráter precário, foi o único título que teve a Inglaterra, durante a época colonial, para justificar sua presença em Belice.

II — DIREITO DE CONQUISTA

Durante a guerra de 1796, como os ingleses não houvessem cumprido, inteiramente, os tratados acima referidos, organizando-se militarmente e construindo fortifi-

cações, o governador espanhol O'Neil tentou desalojá-los de Belice e para isso apresentou-se com uma esquadra na baía e trocou alguns disparos com os defensores, não havendo entretanto entrado em combate, e retirando-se com suas forças intactas.

Por esse motivo, diz o governo da Guatemala, afirmam alguns ingleses a posse de Belice pelo "direito de conquista". Guatemala rebate esta afirmativa dizendo que conquista não corresponde aos fatos, no terreno histórico, e que, no campo jurídico, não se pode admitir a conquista de territórios possuídos por concessão especial. Fundamenta-se no tratado de Amiens (1802) o critério adotado por Guatemala, pois o artigo quarto do referido documento estabelecia a restituição dos territórios conquistados durante as hostilidades, com a exclusão de Trinidad e Ceilão. Os tratados de 1783 e 1786 foram revalidados pelo de Madrid (1814); Belice continuou sendo considerada, pelo governo inglês, como "um estabelecimento para certos fins, sob a proteção, mas fora do domínio da coroa britânica".

III — CADUCIDADE DA CONCESSÃO

A Capitania Geral da Guatemala, em 15 de setembro de 1821, proclamou sua independência, dando origem à República Federal da Centro América.

Diz Guatemala que por este fato a independência da Centro América fez caducar automaticamente a concessão de usufruto dado por Espanha à Inglaterra, em

virtude de que, conforme o direito das gentes, os novos estados surgem na vida independente livres de todo compromisso do soberano anterior.

IV — JURISDIÇÃO TERRITORIAL

A República Federal da Centro América teve curta duração e os 5 Estados que a compunham deram origem às cinco Repúblicas independentes de Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica, com a jurisdição territorial que lhes correspondia respectivamente às divisões administrativas da antiga Capitania Geral durante a época colonial.

Na divisão administrativa correspondente, na República de Guatemala, eram também incluídos os territórios da concessão anglo-espanhola de Belice.

O Governo Guatemalteco sustenta, então, que todos os direitos sobre o território de Belice, que pela independência havia passado à República Federal de Centro América, pela dissolução desta passaram natural e legalmente à República de Guatemala.

V — PRESCRIÇÃO

O Governo de Guatemala esclarece que os direitos de Espanha sobre Belice não poderiam prescrever a favor da Inglaterra, ainda mesmo que se quisesse alegar certo abandono da metrópole de então, na exigência do cumprimento integral dos tratados de 1783 e 1786, violados pela Grã-Bretanha; porque, diz Guatemala, a ocupação de fato não pode conter prescrição, quando aquela se baseia puramente em cláusula contratual, que reconhece a soberania de direito de outro Estado, no caso a Espanha. Estes mesmos direitos, herdados primeiro pelo Centro América e posteriormente por Guatemala, não prescreveram em favor da Inglaterra, porque, diz o governo de Guatemala, mediante suas reclamações, o Estado despejado demonstrou sua intenção de não abandonar seu direito ao poder usurpador. Os protestos foram

inúmeros e em épocas sucessivas, quer quando da formação da República Federal de Centro América, quer da de Guatemala. Esses protestos contra ocupação ilegal de Belice vieram sempre demonstrar não estar aquela República de acordo com a situação existente.

O Governo de Guatemala sustenta, em que a Inglaterra não pode alegar prescrição em seu favor dos direitos espanhóis, centro-americanos, ou guatemaltecos, sobre o território de Belice em nenhuma época da história.

VI — TRATADO DE 1859

Se a concessão de usufruto de 1873 e 1786 caducou em virtude da emancipação centro americana; se a Inglaterra não conquistou Belice (1798) e se os direitos da Espanha primeiro e os de Guatemala depois não puderam prescrever em favor da Inglaterra, deduz-se que, em 1859, não podia esta última apresentar título algum para a posse do território de Belice. Em 30 de abril daquele ano (1859), Guatemala e Grã-Bretanha assinaram um tratado de "limites", segundo o qual ambas as partes reconheciam e fixavam os limites do território referido, compreendido entre os rios Hondo e Sarstún, com uma extensão territorial de mais de 22.000 km quadrados e reconheciam irrestritamente a soberania inglesa sobre todo esse território.

Por obra desse tratado, a concessão caducada de usufruto sobre uma zona de 6.000 km² se converteu em pleno direito de soberania sobre uma extensão de mais de 22.000 km² com o sacrifício territorial guatemalteco. Diz o Governo da Guatemala, que o forte poderio de um dos contratantes e a absoluta debilidade do outro foram a razão e a força determinantes desta troca de situação.

Sem dúvida, obteve Guatemala a inclusão, nesse tratado, de uma cláusula, completamente alheia ao fato meramente de limite, na qual a Guatemala se comprometia a cooperar na construção de uma estrada, que haveria de fomentar o progresso e o bem-estar econômico da República.

O Governo da Guatemala sustenta, em consequência, que o tratado de 30 de abril de 1859, chamado de limites, foi essencialmente tratado de cessão territorial, e que a cláusula de cooperação constituía uma pequena compensação pelos territórios cedidos.

Explica ainda que todos os eufemismos empregados no texto desse tratado, como chamá-lo "de limites" em vez "de cessão" e a forma e interesse de esconder o mais possível a compensação, mediante o emprego das palavras "cooperação conjunta" e "benefícios mútuos", quando na realidade só havia obrigação da Grã-Bretanha em benefício de Guatemala, isto tudo foi devido ao fato de estar vigente entre Inglaterra e os Estados Unidos o tratado Clayton-Buliver, de 19 de abril de 1850, que proibia terminantemente à Grã-Bretanha toda aquisição territorial na América Central.

VII — CONCLUSÃO

A Inglaterra, conforme afirmam os guatemaltecos, não cumpriu as obrigações estatuídas na cláusula compensatória do tratado de 1859, não obstante a reiterada e insistente insistência do Governo de Guatemala, durante mais de oitenta anos. Em 1938, por meio de representante diplomático, o Governo inglês, respondendo a novas propostas guatemaltecas de arbitragem, encerrou toda discussão do

assunto e deu por terminado, tornando responsável o Governo de Guatemala por qualquer incidente que pudesse provocar o desconhecimento da soberania inglesa em Belice. Em vista desta atitude e apoiado nos princípios universais de direito internacional, o Governo de Guatemala sustenta que o não cumprimento inglês de uma das cláusulas do tratado de 1859 fêz caducar a totalidade do mesmo; em consequência as cousas se voltam, no dizer de Guatemala, ao "status quo" anterior à assinatura do referido documento, por sua vez a Grã-Bretanha se encontra, novamente, sem título algum de posse de Belice.

Face a esta situação jurídica, Guatemala julga com firmeza que tem direito de reivindicar a totalidade do território, desde o rio Hondo até o Sarstún, cedido pelo tratado de 1859, parecendo competir à Inglaterra fazer a devolução do território e indenizar os prejuízos decorrentes da não construção da rodovia cuja finalidade era impulsionar o desenvolvimento econômico daquele País Americano. Possivelmente, muito breve assistiremos a arbitragem realizar mais uma das suas grandes obras, isto é, solucionar pelos meios pacíficos a controvérsia existente entre uma grande potência e uma nação menor que procura defender o seu direito dentro das normas jurídicas e legais. Parabéns às Democracias!

OS TECIDOS DAS
CASAS PERNAMBUCANAS
DURAM ATÉ ACABAR...
MAS NÃO SE ACABAM SEM DURAR!
CASAS PERNAMBUCANAS
Côres firmes — Preços fixos

LEI DE PROMOÇÕES

A QUE TEMOS HOJE E A QUE PODEMOS TER AMANHÃ

Coronel DJALMA DIAS RIBEIRO

Convencidos de que a nossa atual lei de promoções, prejudica grandemente a formação moral de nosso quadro de oficiais, desejamos provocar a atenção de nossos camaradas para o seu estudo, visando concorrer para uma possível modificação da lei.

Mostraremos alguns dos seus males, sem idéias derrotista e sim com o elevado propósito construtivo de procurar o remédio para estes mesmos males.

Caso nossas idéias suscitem discussão e crítica, teremos alcançado e estabelecido uma base de partida para melhor atingirmos o nosso objetivo.

O trabalho de hoje é apenas uma síntese e um ensaio, do muito que temos meditado sobre o problema das promoções no Exército. E, a nossa meditação, ocorreu, muitas vezes, sentindo na própria carne a dor resultante dos golpes desferidos por uma legislação, que subverte a hierarquia, base moral da própria instituição militar.

No pósto a que atingimos na carreira, nenhuma vantagem pessoal esperamos ou poderíamos esperar de uma nova lei de promoções; o nosso único interesse é cooperar para o bem de uma corporação, a que nos dedicamos durante toda a vida.

PRINCIPIEMOS PELOS FATOS, ELES ILUSTRAM O RELATO...

Precisamente há um ano, quando recebia o Almanaque do Exército correspondente a 1947 e constatava, nas suas primeiras páginas, que, no quadro único dos coronéis das armas, eu havia sofrido 52 (cincoenta e duas!) preterições, entrava, casualmente, pela porta de meu gabinete de trabalho, um dos mais brilhantes Tenentes-Coronéis de nosso Exército.

Confiei-lhe a minha tristeza profissional, por ver que, na arma, são hoje Generais, ou Coronéis mais

antigos do que eu, companheiros de várias turmas posteriores à minha na Escola Militar; e que, nas outras armas, essencialmente por serem destas outras armas, são, no momento, meus superiores hierárquicos, camaradas que ainda estavam no Colégio Militar, quando eu já era oficial.

— "Deixe-me verificar como eu estou aí", disse-me o visitante ilustre, pegando no Almanaque e olhando o quadro de sua arma.

— "Na arma", murmurou "tive todas as minhas promoções por merecimento e, tendo saído da Escola Militar, em janeiro de 1922, deixei

Nota da Redação — O autor deste artigo, atualmente no cargo de Chefe do Gabinete da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, exerceu, antes, entre outras comissões de destaque, as de Instrutor de Artilharia da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, de Instrutor de Tática Geral da Escola de Estado-Maior, de Comandante do Grupo-Escola e da Escola Preparatória de São Paulo e as funções de Adido Militar à Embaixada do Brasil, no Chile.

para trás, até hoje, vários Aspirantes da turma de Artilharia de dezembro de 1919. Não sofri, na arma, uma preterição sequer, em toda a minha carreira".

Voltou as páginas do Almanaque, que tinha em mãos, fixou a sua atenção no quadro geral de Coronéis e, consternado, continuou:

— "Pois bem. Verifico aqui, meu amigo, que se eu hoje fôsse promovido a Coronel, teria sido "caroneado", no quadro geral dos Coronéis, por 12 camaradas de outras armas. Digo "caroneado", porque eles hoje são meus superiores hierárquicos e estão na minha frente para promoção a General e eu ainda estou para o fim da quarta dezena dos Tenentes-Coronéis da minha arma. Como isto é doloroso, meu caro!"

Passou-se o tempo.

Nestê ano de 1948, procurou-me um velho amigo, pertencente a outra arma e que cursava o último ano da Escola Militar, quando nela eu ingressei. Vinha apresentar os seus agradecimentos pelo telegrama de felicitações, que lhe enviei, pela sua recente promoção ao posto de Coronel.

Conversa vai, conversa vem, contou-me a sua satisfação por esta promoção a Coronel, por merecimento, que lhe veio minorar a dor de ter sofrido, até o posto de Tenente-Coronel, 66 (sessenta e seis) preterições na arma e uma infinidade delas, considerando os camaradas de outras armas, que lhe passaram à frente. No final de nossa palestra, o bom amigo falou assim:

— "E mesmo depois de todos estes acontecimentos, na minha alegria de hoje, eu lamento ter preterido um amigo e camarada de arma — único companheiro, aliás, que preteri, realmente, em toda minha vida. Seu caso é doloroso, pois deixou a Escola Militar, como Aspirante, dois anos antes de mim e dez anos antes de outros oficiais, que hoje já são Coronéis, enquanto ele continua Tenente-Coronel"...

Estes "casos vividos", reais, que aí estão, no Almanaque, para quem quiser ver, são suficientes para evidenciar, ao espírito mais desprevenido, os malefícios de ordem moral e profissional resultantes de nossa atual lei de promoções. Se as preterições sofridas por estes oficiais foram injustas, não deviam ocorrer; se foram justas, os oficiais que baixaram na escala hierárquica deviam ser afastados da profissão. Diante dos princípios de dignidade que devem reger a profissão militar, não se pode fugir dêste dilema.

Podíamos apresentar uma centena de casos semelhantes aos citados, para ilustrar o assunto, porque eles são normais em nosso meio. E no fato, justamente, de serem normais e aceitos como tais, criando um estado de quase insensibilidade, é que mostram a extensão e profundidade do mal que atinge a todo Exército, que é organizado tendo por base a hierarquia.

Existem, ainda, os casos perigosos, são os de alguns elementos, que sobem muito rapidamente e que ficam imbuídos, com sinceridade, da convicção de que são uns predestinados, uns salvadores, os únicos depositários do saber e da honestidade...

Um psico-analista, talvez, chamasse a êste estado de espírito de "complexo de superioridade".

ONDE ENCONTRAMOS OS MALES

Além de estabelecer as regras para o acesso, é indiscutível que a lei de promoções torna-se a principal responsável pela formação moral do quadro de oficiais. É evidente, porém, não é demais insistir.

Para que seja boa e honesta, é necessário que a lei estabeleça, no meio daqueles que lhe vão ficar sujeitos, um ambiente de *segurança, confiança e independência*, imprimindo dignidade ao mecanismo de acesso.

E isto pode ser alcançado pela lei, amparando o trabalho, a dedicação, a competência, o esforço

e os bons serviços, assegurando a cada um o estímulo natural e digno, a altivez, a independência e a tranquilidade que devem decorrer do honesto cumprimento do dever.

Qual a lei que, pelas suas características, afeta e contamina a formação dos quadros no que elles têm de mais sensível — o seu moral?

— É aquela que proporciona aos officiaes as situações menos confortantes que, com as periódicas decepções, chega a perturbar o ritmo de seu trabalho proficuo.

— É aquela que mata a confiança, tira o estímulo, desfibra, despersonaliza, desenvolvendo o conformismo e a subserviência.

— É aquela que encoraja os menos escrupulosos, enquanto provoca o retraimento dos mais briosos.

— É aquela que, pelas injustiças a que dá margem, submete os "crentes" a vexames, para gáudio dos relapsos, que não acreditam nas conquistas pelo trabalho e pelo esforço.

— É aquela que dificulta a existência do indispensável respeito mútuo, gerando a desconfiança e a descrença, muitas vezes injustas dos subordinados para com superiores, atingindo o prestígio da autoridade.

— É aquela que, pela concorrência, muitas vezes desleal, impede a coesão fundamental e indispensável nas instituições militares...

— É, finalmente, aquela que estabelece a insegurança, que mata a confiança e estimula a subserviência.

Mas isto pode e deve ser considerado uma tese, apenas.

Passemos ao que temos, a nossa própria lei, examinando alguns dos seus aspectos, os quais, segundo o conceito unânime, merecem correção.

Vejamos se alguém pode pôr em dúvida as verdades que afirmamos em seguida.

Todo aquêle que termina o curso da Escola Militar, chegará ao posto de Coronel, desde que seja bastante paciente e goze de um pouco de saúde,

— tenha ou não demonstrado vocação pela carreira das armas;

— tenha ou não prestado serviços ao Exército.

Não preciso citar exemplos, por que os casos estão aí à vista e são por todos conhecidos. Ora um companheiro que, sem vocação nem virtudes naturais, troca o sacerdócio da carreira por vulgar meio de vida; ora outro, transforma a sua situação militar em mero trampolim para os lanços de suas ambições; ora ainda outro, vivendo à margem da profissão — à custa de relações, que o profissional não tem tempo nem temperamento para explorar, — é guindado rapidamente na escala hierárquica, enquanto o profissional, obscuramente, marca passo, se estiola e, pior que tudo, serve de demonstração e de advertência aos mais moços, que o trabalho não ampara.

Existem ainda aquêles, que fazem vida civil, prêsos, entretanto, por um cordão de segurança à profissão das armas e que sobem, muitas vezes por merecimento, de Tenente a Coronel.

Admiro profundamente alguns camaradas que têm demonstrado reais qualidades de administrador e de politico. É fora de dúvida que têm prestado excelentes serviços ao Brasil.

Mas isto não justifica que continuem nos quadros de suas armas e ainda menos — diga-se a verdadeira palavra — não é de boa ética que, alheios à profissão, tenham acesso, por merecimento, preterindo camaradas que mourejam de sol a sol, no ingrato mister de preparar homens para a guerra, na constante vigília para a defesa da Pátria, fazendo das fraquezas forças, na luta perene contra a escassez ou a falta de meios.

Estes camaradas merecem, se já não tiveram, uma recompensa pelo trabalho prestado, mas não da forma que o têm recebido.

É fora de dúvida que cada um deve seguir a sua vocação e as suas tendências. O militar, como qualquer cidadão, tem direitos assegurados pela Constituição Federal e pode exercer cargos eletivos e de

administração. Porém, neste caso, deve enveredar por um destes caminhos que lhe são abertos, expondo-se às incertezas destas funções, que os atrai e em igualdade de condições com os civis, seus concorrentes.

O que não é justo, porém, é servir a dois senhores, com prejuízo da profissão militar que, ao contrário, deverá ser constantemente estimulada.

O que não parece bem, é ter no meio civil todas as vantagens do militar e diante da classe todas as prerrogativas do civil.

Entre o povo e na imprensa do país, existe uma grita e uma grita justa, contra esta concorrência desigual feita por um reduzido número de militares.

Mal comparando — um camarada destes parece o papagaio que tem sempre o bico num galho e os pés no outro, quando procura galgar as alturas...

— *A disciplina consciente e a boa camaradagem são prejudicadas pela lei.*

Qual o oficial que, conformado, aceita ordens e fica satisfeito sob o comando de um outro, que, ontem, lhe era subordinado?

Nestas ocasiões, muitas vezes, o que passou a ser superior sente-se de tal forma constrangido diante do que passou a ser subordinado, que evita dar ordens a este, criando, assim, um aspecto embaraçoso e prejudicial ao exercício da profissão; existem, também, casos, que aquêle só dá ordens rispidas a estes... num constante conflito, prejudicial à disciplina.

Como militar, o que passou a ser subordinado aceita o comando lealmente e, por norma, cumpre as ordens recebidas, mas, no seu fóro íntimo, sente-se ferido nos seus direitos, julga-se usurpado de uma prerrogativa que já foi sua.

No fundo de nossos corações e de nosso espirito, mesmo sem ânimo para confessar, nenhum oficial aceita mansamente e acha justo ser preterido por outro. E, quando assim fôsse, estaria comprometendo o ambiente, por falta

de sentimento de hierarquia, basilar nas instituições militares.

Esta é uma verdade incontestável. Uma afirmativa desta natureza pode escandalizar, como acontece com a verdade, que é quase sempre nua e crua. Mas que me atire a primeira pedra, o que não tiver pecado...

Digo estas coisas com sinceridade, refletidamente, sem receio do juízo alheio e cõscio que sirvo à minha classe.

O nosso processo de promoções é desagregador; por subverter a hierarquia, provoca a animosidade entre camaradas que se deviam estimar e respeitar, além de gerar a desconfiança e a descrença, muitas vezes injustas, de subordinados com superiores.

Também não é recomendável pelo sigilo em que se processa, não dando margem, aos julgados, dos recursos naturais, para a defesa de sagrados direitos que representam o único patrimônio do oficial.

A competição, como se processa, não estimula, e mata a boa camaradagem, camaradagem esta tão necessária à nossa árdua profissão.

Muitas vezes sem a coragem necessária para confessarmos aos outros ou a nós mesmos, ficamos ressentidos com todo aquêle que nos passou à frente. Isto é normal. Este sentimento é puro e é humano.

Para concluir este capítulo, uma opinião: o mal das promoções reside essencialmente na própria lei e subsidiariamente, apenas, em alguns dos homens que a têm executado.

O QUE SE BUSCA NA LEI E NÃO SE ENCONTRA

Que objetivo colimou a atual lei de promoções? Qual o grande benefício que ela trouxe ao Exército?

E, várias perguntas, desta natureza, poderiam ser formuladas.

A este respeito não ouvi até hoje uma resposta satisfatória.

— "É uma tradição", disse-me um. Respondi-lhe que era preci-

so não confundir "rotina" com "tradição".

Caso contrário, não haveria evolução e progresso.

A resposta também não procede, porque não é próprio dos bem intencionados forçar a existência de leis já comprovadamente incompatíveis com a índole, o caráter e as tendências dos que as devem aplicar, assim como de resultados contrários ao que, com elas, se procura obter, tal como é universalmente reconhecido e acontece com a lei de promoções que nos rege.

— "A nossa lei de promoções permite acelerar o acesso dos mais capazes aos altos postos de comando" é a resposta mais comum.

Admitamos, para argumentar, que isto fôsse uma verdade.

Então, por este único e discutível benefício, é justo aceitar todos os males que a lei tem em seu bôjo?

Não nos esqueçamos, também, que o soldado deverá ser a resultante das qualidades inerentes ao bom cidadão, somadas às virtudes do bom profissional, nisto deve residir a sua capacidade. Não nos podemos iludir com uma seleção feita no período de paz, invocando, abstratamente, qualidades intellectuais — sempre tão discutíveis, pela subtiliza de seus matizes — quando, a rigor, precisamos essencialmente de *alma*, de *caráter*. O valor intellectual é apenas um daqueles aspectos que deve ser apreciado no militar, mas não se pode dar a esse requisito uma importância maior do que a que lhe é devida. A história das nossas campanhas internas, neste século, oferece expressivos exemplos neste particular.

Quando se apanha um Capitão, número cento e tantos, para promovê-lo, pode-se ganhar realmente um excelente Major, mas cria-se, no organismo do quadro de sua arma, cento e tantos descontentes, cento e tantos revoltados contra tudo e contra todos e mesmo contra a nossa própria instituição.

Alguém pode contestar esta verdade? Haverá vantagem nisso?

Mas, a resposta não procede em teoria, nem é honesta na prática, como já está evidenciado.

E aquêlê outro official, que já é Coronel, porque é de uma determinada arma, não preteriu dezenas de companheiros, apenas pela "rapidez" de aumento da "cabeça" do quadro de sua arma?

Permitam-me citar aqui, um velho conceito de Montesquieu, que ninguém de boa fé contestará: "*a injustiça feita a um é ameaça feita a todos*".

E não indaguemos mais, não insistemos na procura.

E não continuemos, pois podemos encontrar, nesta porfia, algo de melancólico...

AQUI ENCONTRAMOS O CAMINHO

— Mas, — cumpre, então, perguntar — haverá, em outros Exércitos, uma lei de promoções sem os males da nossa?

— Algum país adaptou, para suas instituições armadas, uma lei que satisfaça plenamente aos seus officiais?

— Haverá uma forma de conseguir com que só os capazes, os realmente integrados na profissão, os de vocação demonstrada, tenham o seu acesso garantido?

— Será possível existir uma lei assim, sem que passem uns na frente dos outros e sem tumultuar a hierarquia?

A resposta é — *SIM!!!*

E esta lei já existe, há vários anos, em outros países, sancionada pela prática e por todos aceita, como a mais conveniente às instituições armadas.

A Marinha de Guerra Nacional, para não irmos mais longe, tem uma lei de promoções muito superior à nossa.

Em regra, quando se fala sobre a lei de promoções das forças armadas de determinados países, ninguém quer mostrar desconhecimento e diz logo:

— "Ah! Bem! É a promoção por antiguidade seleccionada", ou então:

— "Conheço! É a promoção por antiguidade melhorada."

res. É que o hábito do cachimbo faz a boca torta...

Mas — pode-se ainda perguntar — o quadro único para efeito de promoções não pode acarretar uma situação delicada, qual seja a de faltarem oficiais de um certo posto, para o exercício de funções privativas da respectiva arma?

Responderemos à pergunta, em seus detalhes e sem deixar dúvidas.

Em vários Exércitos existe o quadro único e a prática demonstrou que este problema não ocorre, na realidade. E mesmo que se apresente esta dificuldade, será preferível que um comando de Coronel, por exemplo, seja exercido por um Tenente-Coronel ou mesmo Major (como acontece entre nós frequentemente, com o atual sistema) do que promover este Tenente-Coronel ou este Major para exercer aquela mesma função, decorrendo, desta promoção, todos os males que conhecemos. Procedendo assim, a promoção trouxe, naturalmente, vantagens de ordem pessoal para os oficiais da arma, mas não levou saber e experiência ao homem promovido.

Todavia, o argumento do que se passaria em outros países, pode não satisfazer e nem mesmo prevalecer para o nosso espírito e para a boa compreensão da questão proposta.

Vejamos, por isso, o que se passa em nosso próprio Exército.

Nos primeiros postos a influência da classificação da Escola Militar é muito sensível, mas, à proporção que se sobe na escala hierárquica, este efeito vai diminuindo, em virtude do número maior de oficiais que deixaram a atividade, por diversos motivos.

No posto de Coronel, por exemplo, a falta e o desequilíbrio podem ser sensíveis.

Tomemos o Almanaque de 1947 e examinemos a natureza das funções dos Coronéis combatentes do Exército. Pode o leitor, a título de curiosidade, fazer comigo esta pequena tarefa estatística, acompanhando, pelo Almanaque.

Dêste exame podemos fazer o resumo abaixo:

— em comandos, chefias ou comissões que não dependem da arma do oficial, existem:

Coronéis:

— na infantaria.....	37
— na cavalaria.....	18
— na artilharia.....	21
— na engenharia.....	9
	85

— em comandos, chefias ou comissões que são privativos da arma do oficial, temos:

Coronéis:

— na infantaria.....	23
— na cavalaria.....	12
— na artilharia.....	15
— na engenharia.....	14
	64

Diante desta amplitude e possibilidade numérica de funções, que não dependem da arma do oficial, o problema é de simples solução, pois podemos ter sempre a certeza de atender, no posto, às necessidades dos comandos, funções e comissões privativos das armas.

Temos, por exemplo, presente-mente 60 Coronéis de infantaria; se esse número de Coronéis baixasse até 23 não traria dificuldade, é evidente.

Na hipótese, quase absurda, da infantaria dispor de menos de 23 Coronéis, os comandos de Coronel, privativos da arma, poderão ser exercidos por Tenentes-Coronéis, conforme dissemos anteriormente.

Em conclusão: não vemos um argumento lógico e fundamentado que se oponha ao quadro único para oficiais das armas.

Estabelecido o quadro único para efeito de promoções, estas deverão caber sempre aos capazes, moral, profissional e fisicamente, e, estes, segundo a hierarquia.

Desta forma não existirão promoções que não sejam por merecimento e, ao mesmo tempo, não existirão promoções que não sejam segundo a hierarquia, isto é, de acordo com a antiguidade.

Como isto é possível?

Muito simplesmente: anualmente haverá necessidade de eliminar, por postos e segundo quotas fixadas, um determinado número de oficiais, que foram julgados os menos capazes sob o triplice aspecto — moral, profissional e físico — em conjunto ou por um deles, isoladamente.

Realmente, essa eliminação é o ponto delicado do processo. Mas, em outros Exércitos, os seus resultados têm sido salutares.

No Chile e na Argentina (3), por exemplo, essa eliminação ou qualificação é feita, anualmente por todos os Generais comandantes de Região Militar ou, mesmo, por todos os Generais e não, apenas, pelos que servem na Capital de República. Assim torna possível a aplicação prática do princípio corrente e consagrado no qual o Chefe deve ser o defensor natural dos que se acham sob seu comando ou chefia.

UMA IDEIA SOBRE A EXECUÇÃO DO PROCESSO

Vejamos como nos parece que possa ser realizado o delicado problema de eliminação e qualificação, caso não seja nosso desejo seguir fielmente o que se faz no Chile, ou na Argentina.

— Haverá uma comissão de julgamento composta de todos os Generais comandantes de Grandes Unidades.

As reuniões da Comissão, as promoções e as eliminações serão anuais.

— O Governo fixa, por lei, uma porcentagem anual de vagas a abrir em cada posto. Naturalmente esta porcentagem será maior nos postos mais elevados e irá diminuindo gradativamente, de forma que seja muito pequeno o número de Capitães a eliminar e nulo o de Tenentes. As eliminações neste último posto só devem ocorrer excepcionalmente.

— Numa primeira fase, os diversos escalões do comando fornecerão à Secretaria da Comissão, os dados exigidos para a qualificação dos oficiais.

— A Secretaria da Comissão, de posse destes dados, realiza o trabalho material de encher as fichas dos oficiais e computar os pontos resultantes dos informes.

— Feito isto, remete uma cópia destas fichas aos oficiais interessados.

Fica, assim, cada oficial sabendo o número de pontos que lhe cabe naquele ano para a sua qualificação.

— Caso o oficial interessado julgue que sua ficha não representa a realidade ou o seu número de pontos não está certo, recorre do trabalho feito pela Secretaria da Comissão, à própria Comissão e, ao mesmo tempo, apresenta o seu recurso escrito ao seu comandante de Grande Unidade, pelos trâmites legais. Este comandante funciona como julgador e como representante de seus comandados.

— Reunida a Comissão, o trabalho da Secretaria e o recurso de cada oficial serão julgados.

Além deste trabalho, quase de ordem material, a Comissão examinará outros aspectos das atividades dos oficiais, especialmente o moral, antes de proferir o seu julgamento definitivo.

— Em seguida, os oficiais serão qualificados por pontos e classificados dentro de seus postos e, finalmente, eliminados os últimos da classificação, que corresponderem a porcentagem que toca ao posto respectivo.

Desta forma, passa para a reserva, anualmente, um determinado número de oficiais, que foram julgados como os menos capazes do seu posto.

Uma lei desta natureza deve visar o bem da instituição e não atender às conveniências individuais, portanto, mesmo que se pra-

(3) Na Argentina, a lei de promoções é considerada de tal importância, que a sua legislação essencial consta da própria lei orgânica do Exército, de 26-X-944, e da regulamentação da lei de 15-I-946.

tique uma injustiça, eliminando um oficial que não é o menos capaz, ele estará inegavelmente entre os menos capazes e, além disso, este "injustificado" ficará fora do quadro e não estará contaminando o ambiente com o seu desânimo e o seu pessimismo.

Mas, não é desumano cortar, assim, a carreira de um oficial? indaga o nosso bom coração.

Não! E expliquemos o porquê não.

A função do militar deve ser encarada como um sacerdócio e a carreira das armas como de sacrifícios, portanto.

Ora, o oficial indicado para ser eliminado, inquestionavelmente o foi porque não vinha produzindo o bastante para o exercício eficiente de seu posto, sob o triplice aspecto moral, profissional ou físico em conjunto ou por um deles, isoladamente. O julgamento pode ser falível, mas devemos considerar que no julgamento para uma eliminação a comissão não fará concessões e procurará ser mais justa ainda, porque se trata de cortar a carreira de um oficial.

É assim que acontece em outros países, e nós nos devemos considerar, no mínimo, iguais aos outros.

Tenhamos confiança no espírito de justiça e no critério de nossos chefes.

Além disso, o oficial eliminado não ficará desamparado, nem terá perdido inutilmente o seu tempo de serviço no Exército.

É assim que, todo oficial eliminado tem diante de si, para escolher, três soluções:

1ª. Passar para um "quadro de serviços gerais", no qual não exercerá comando, mas apenas funções de ordem burocrática e auxiliar e onde continuará a ser promovido, de acordo com as vagas deste quadro (quadro existente no Exército Argentino).

2ª. Passar para a Reserva, com os proventos a que tiver direito,

de acordo com a legislação vigente (como acontece no Chile).

3ª. Passar para a Reserva, recebendo, inicialmente, um pecúlio para ingressar em uma nova profissão, adiantamento este que lhe é descontado nos vencimentos de oficial da reserva (um empréstimo feito à semelhança do obtido para aquisição de casa própria).

Apresentei um "processo de execução" da lei. Podem existir outros iguais ou melhores. Não importa. Qualquer um deles pode servir. O chileno e o argentino, que nos inspiraram, são excelentes, repito.

O que é fundamental, essencial, é que "os processos de execução de lei", fiquem enquadrados nos "princípios" imutáveis das leis básicas em que se ergue a estrutura do próprio Exército.

Isto importa, bem sei, em apagar tudo que existe a respeito. Mas, se é preciso apagar, porque não fazê-lo?

BATENDO AINDA, NO FINAL, A TECLA DOS PRINCÍPIOS

Tentei mostrar os pontos essenciais em que, creio, deve assentar uma lei de promoções. Não entrei em maiores detalhes, porque eles não são compatíveis num trabalho desta natureza.

Creio, entretanto, que posso defender as idéias expostas, com a lógica dos fatos e com os resultados da experiência obtida em outros Exércitos, onde leis semelhantes vêm produzindo excelentes frutos.

Procurei ser claro, mas não sei se alcancei este objetivo. O que estou certo é que disse as coisas tais como são sentidas por todos, como são comentadas, mas que ficam sentidas e comentadas, apenas, nas rodas de amigos.

Devo afirmar, finalmente, que em todas as tentativas feitas até hoje, de meu conhecimento, para

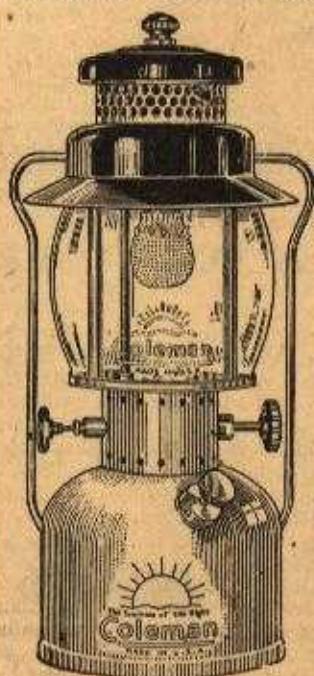
dotar o Exército de uma nova lei de promoções, seus autores tocam simplesmente no mecanismo dos "processos de execução" da lei, sem absolutamente modificarem os "princípios" da atual lei de promoções.

Este é o erro grave, imperdoável, pois não se pode construir um edifício sem alicerces, nem elaborar uma lei sem "princípios" ou sobre "princípios" falsos.

Errar é humano, perseverar no erro é diabólico.

AOS REPRESENTANTES

A DIREÇÃO SOLICITA PROVIDÊNCIAS JUNTO AOS
TESOUREIROS DAS UNIDADES OU AOS ASSI-
NANTES COM RELAÇÃO AO PAGAMENTO DAS
ASSINATURAS DO CORRENTE ANO



Lanterna Coleman a Querosene

com 300 e 500 velas

Luz prática e econômica

Usada pelo
Exército Norte-Americano

A MAIS PERFEITA LANTERNA
DO MUNDO

CASA TITUS

AV. MARECHAL FLORIANO,

— 146 —

Rio — Tels. 43-7885 — 23-1065

SELEÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO

Ten. - Cel. ADALARDO FIALHO.

Antigamente um Comandante de tropa fiscalizava com facilidade a instrução de sua unidade. As sessões de instrução da subunidade ou, quando muito, dos pelotões, compareciam em massa os respectivos soldados. Tratava-se de poucas escolas de instrução, na mór parte das vèzes abarcáveis com a vista no campo ou polígono de instrução. Os assuntos eram limitados e a necessidade de um S/3 não se fazia sentir como hoje. O próprio Comandante do corpo era o responsável pelos programas de instrução de sua unidade. No máximo, queixava-se ele de um pouco de excesso de trabalho. Tudo era mais simples e, por isso, centralizado nas mãos do Comandante. Este podia dar-se ao luxo de entrar no quartel às 9 da manhã e às 3 da tarde o toque de ordem soava docemente, prenunciando o início de um ainda proveitoso terceiro expediente dos oficiais e praças. Nas subunidades o quadro não era menos bucólico. Um livro de registro de instrução, um Q.T. semanal, no máximo umas fichinhas à La Farge denunciadoras de algum espírito perquiridor, mas isso de especialistas era um mínimo mal compreendido, porém facilmente resolvido, distribuindo-se-os como ordenanças entre os oficiais... Havia um C.C.C., sim, espantalho centralizado no Corpo e, quanto aos artifíces, constituíam o *esfôrço* do Coronel. Eram o carpinteiro, o seleiro, o correeiro, o sapateiro, etc., fáceis de entender e úteis pelos bons serviços que prestavam à unidade. Tudo era paz e relativo silêncio no Corpo de Tropa. Os oficiais tinham tempo de disputar a sua partida de

gamão no Cassino, jogar bilhar e ainda sobrava tempo para falar em revoluções e até entrar em conspiratas... Hoje? Como tudo está mudado! A tropa se fraciona numa infinidade de pequenas escolas de instrução, de cursos, de "Teams", de grupos, etc. e some-se, pulveriza-se, desaparece! Estão nas oficinas, nas salas de aula, ao redor de viaturas ou de aparelhos. Desmontam motores, montam estações de rádio, instalam linhas telefônicas, ouvem aulas de eletricidade, de macânica, do diabo enfim. É a guerra técnica em tóda a sua extensão. Por tóda a parte são pequeninos cursos, difíceis de controlar e, mais do que nunca, a instrução vai fugindo das mãos dos oficiais e passando para as de sargentos monitores. Aquêles são hoje meros controladores, organizadores de programas, orientadores, preparadores de quadros gerais de instrução e nada mais porque não há nunca oficiais em quantidade suficiente para ministrar a instrução a tantas e tão variadas escolas. O Coronel Comandante é hoje um pobre diabo que entra no quartel às 6 da manhã, trabalha 9 e 10 horas e não pode dispensar o auxílio de um S/3, outro infeliz que não tem mãos a medir. Enquanto aquêlê desaparece entre pilhas de papéis para assinar e precisa multiplicar-se junto aos órgãos provedores, a fim de que nada falte a tantas e tão variadas escolas técnicas de instrução, este organiza dezenas de programas, controla os Q.T. das subunidades, supervisiona a execução, escolhe terrenos, realiza conhecimentos, etc., etc. Foi-se a paz dos quartéis! Adeus gamão

e bilhares! Tudo é silvo de apitos, rancos e mais rancos de motores, sirene de carros, velocidade, urgência, ordens sobre ordens, vertigem! Tudo isso serve para chamar a atenção sobre o caráter técnico da guerra moderna e evidenciar a importância da seleção premilitar como sistema de recrutamento indispensável para completar os efetivos de um exército atual. No meu Btl., o efetivo total distribui-se segundo as seguintes proporções: — 39 % de especialistas, 39 % de artifices e 22 % de soldados de fileira. Essa inversão do que era antigamente, vem mostrar, em toda a sua realidade, aquele caráter técnico a que nos referimos e salientar a necessidade de novos sistemas de recrutamento. Não é mais possível tergiversar sobre a utilidade da seleção, em boa hora adotada, em caráter experimental, pelo C.A.E.R., para o provimento dos efetivos das Unidades-Escola, desde há 2 incorporações. O curto espaço de 12 meses de serviço do soldado não nos permite o luxo de ensinar toda uma especialidade ou mesmo toda uma profissão ao recruta e, em seguida, ajustá-lo às necessidades militares. É preciso que meio caminho já esteja vencido. Infelizmente há ainda muita incompreensão do papel da seleção, conforme se vai ver no final deste artigo, através de 2 exemplos citados pelo Capitão Francisco de Paula Gonzaga de Oliveira, oficial designado pelo Batalhão para fazer um curso de Seleção e Classificação no C.A.E.R. e, em seguida, aplicá-lo, por ocasião da incorporação da atual turma de conscritos. Findo o seu trabalho, esse oficial, empolgado pelo assunto, apresentou interessantes observações que julgamos útil divulgar, em benefício do novo sistema de recrutamento. A guisa de introdução, começa fazendo as seguintes perguntas:

— Como preparar especialistas e artifices com homens cuja aptidão é desconhecida e cuja formação só fornecerá resultados positivos após tempos desconhecidos? Lembremo-nos que só um tempo é fixo, o

de serviço do soldado (12 meses) e que o de formação de um artifice ou especialista pode ir até 2 anos;

— Como distribuir os homens não selecionados pelas subunidades e pelas funções que devem exercer? Pela altura? Pela sagacidade dos oficiais? Advinhando as tendências dos homens?

— Mas dando de barato que os homens sejam distribuídos por um dos "Métodos" acima descritos, como afirmar que no fim de um ano a unidade esteja apta para combater com eficiência?

Para mostrar a complexidade do problema cita o caso do Btl.-Escola de Engenharia, com mais de 20 especialidades.

— O Btl. precisava de 268 especialistas e recebeu, selecionados, 208. Foi quase o "cada macaco em seu exato galho".

— Necessitando de 82 cabos, recebeu 82 indivíduos com potencial de cabo, isto é, com a instrução exigível para exercer essa função. Em resumo, prossegue, um Cmt. de unidade que recebe um contingente selecionado só tem o trabalho de adaptá-lo aos fins militares, ao passo que o que recebe uma leva não selecionada deve arcar com a dupla tarefa: primeiro, formar artifices e operários especializados e, depois, ajustá-los à máquina militar.

— O nosso Exército está a exigir, acrescenta o Capitão Gonzaga:

— Um órgão central de controle de Seleção e Classificação do Pessoal em todo o Exército, com fins estatísticos e para a criação de documentação básica, nos moldes da seleção empregada pelo exército norte-americano;

— Centros psico-técnicos, com os elementos em pessoal e material indispensáveis à investigação das tendências dos convocados, a fim de classificá-los o mais precisamente possível. Esses Centros deverão ser providos de ferramentas usadas pelas diversas profissões: motores, máquinas de escrever, instrumentos de música, de desenho, de precisão, etc., etc., de modo que os oficiais entrevistadores possam colocar exatamente,

na ficha de entrevista, a habilidade profissional do conscrito.

Abrimos aqui um parêntesis nas observações do Capitão Gonzaga. Os órgãos acima sugeridos poderiam ampliar os seus serviços e prestar inestimáveis serviços à Nação. Na última mensagem presidencial, o Chefe do Executivo referiu-se à necessidade de se instituir, entre nós, a "Instrução Militar Obrigatória", em vez do "Serviço Militar Obrigatório", aquela sendo ministrada nos próprios locais de trabalho, para atender maior número de jovens, sem prejuízo de suas ocupações. E, mais adiante, diz, textualmente: —

"Está também sendo amadurecida a idéia de ocupar os conscritos não incorporados às fileiras para instrução militar, no desempenho de serviços públicos, como, exemplificativamente, na abertura de rodovias, no reflorestamento, na criação de núcleos de produção agrícola e outras atividades desempenhadas pelo Estado, o que lhes dará direito ao certificado de quitação."

— O serviço de Seleção do Exército, ampliado, viria a calhar para indicar aqueles conscritos rejeitados para as fileiras (naturalmente os menos capazes), porém aptos para os serviços apontados pelo Chefe do Executivo. Para terminar voltemos às observações do Cap. Gonzaga no ponto em que combate as críticas levantadas, mesmo por oficiais, contra a seleção. Alguns dizem que é improdutivo e inoperante.

— A seleção não só separa o joio do trigo, como descobre aptidões ou regeita pretensões. Sobre o valor destas propriedades do

sistema, alguns oficiais apresentaram objeções ao Cap. Gonzaga.

— Um conscrito que não falava o português, declarou um deles, havia sido indicado para o C.C.C., pelos testes da seleção e não matriculado. Concluía pela falência do sistema. Procurou, então o Cap. Gonzaga, em companhia de seu interlocutor, o soldado em questão e, por intermédio de um intérprete alemão, soube que ele vivera longos anos na Alemanha, onde fizera o curso ginasial. "Ensine-se o português a esse homem, concluiu o Cap. Gonzaga, e o Batalhão terá não um cabo, mas um sargento". O teste indicara potencial de cabo no recruta, filho de alemães.

— Outro oficial afirmou não acreditar no teste aplicado porque um recruta de sua subunidade, 2º anista de ginásio, não fôra indicado para matrícula no C.C.C. Designado esse oficial para repetir o teste com tal ginasiano, chegou, ele próprio, pelos resultados, à conclusão que o candidato não poderia ser aprovado. O teste não falhara. Tratava-se de um desses muitos estudantes que andam por aí, sem lastro de conhecimentos básicos.

— Em suma, que venha a seleção para todo o Exército e não somente para as Unidades-Escola. O Exército tem uma imensa tarefa militar a cumprir, partindo do homem apto. Não pode, portanto, perder tempo em formar artezãos e especialistas, tarefa hercúlea que melhor se enquadra no papel da rede de escolas profissionais do país, das escolas do SENAI, etc., pertencentes a outros setores da Nação.

AVISO

*As transferências de residências devem ser comunicadas
VIA RADIO ao nosso diretor gerente.*

*Coopere com a administração da Revista que não terá
motivos para reclamações.*

O TOQUE MÁGICO DA ELETRICIDADE



APERTE UM BOTÃO E TERÁ LUX !



LIGUE UMA CHAVE E FUNCIONARÁ UMA FÁBRICA !

Mas, para se conseguir isto, foi preciso gerar a electricidade e valores capitais tiveram de ser empregados na construção de usinas e estações transformadoras...



Formidáveis obstáculos de ordem técnica tiveram de ser superados para trazer a electricidade ao alcance de todos. Entretanto... nestes últimos anos, apesar de todas as dificuldades criadas pela última guerra, a "Light" empreende grandes esforços no sentido de



Milhões de metros, de fios e cabos foram utilizados para distribuição através de extensas redes aéreas e subterrâneas.



atender a constantes pedidos de aumento de carga, decorrentes do crescente desenvolvimento do parque industrial do Distrito Federal.

Durante os anos de 1942 a 1946 foram instalados os seguintes equipamentos adicionais nos sistemas aéreos e subterrâneos desta capital:

Metros de fios aéreos	3.900.847
" de cabos	441.697
" de cabos subterrâneos	273.345
Número de postes	8.950
" de transformadores em postes	401
" de cabos	97
" de transformadores em sala	67
" de lâmpadas de iluminação pública	58.9

Companhia de
Carris, Luz e Força
do Rio de Janeiro Ltda

UM EXÉRCITO NACIONAL

(PLANO PARA O SERVIÇO MILITAR NO BRASIL)

MAJ. CAIO MIRANDA

I — Com a amplitude que a nova etapa da civilização humana veio emprestar ao "Serviço Militar", atribuindo à toda a Nação um "dever militar", parece-nos admissível processar uma revisão nas leis que regulam aquêlê serviço, com objetivo de tornar as Forças Armadas capazes de realizar a grandiosa missão que então lhes competiria.

Cremos indiscutível que aquelas Forças devem ter organização sempre relativa às condições materiais e humanas de cada País, e que, a intromissão delas nos fatores que delineam a fisionomia e evolução das sociedades é atualmente decisiva e direta.

No caso brasileiro, cabe às Forças Armadas e principalmente ao Exército, além da grandiosa missão de defender a Pátria contra ameaças internas ou externas, um destacado papel social, qual seja o de concorrer efetivamente na formação da *mentalidade nacional*. Afigura-se-nos então indispensável que sua organização e funcionamento devam atender às condições especialíssimas do país, economicamente fraco e de nível educacional precário.

Verdade é que adotar um novo e revolucionário plano para o serviço militar no Brasil, levando-se em conta o real e eficiente desempenho daquele papel, significaria atribuir ao Exército novos e pesados encargos; contudo, torna-se indispensável compreender que nossas Forças Armadas há muito realizam uma importante função educacional, além de constituírem

o único reduto social mais ou menos impermeável às doutrinas extremistas que abramam o mundo.

Já que a realidade lhes atribui aquela missão, nada mais justo que sejam elas postas em condições de desempenhá-la cabalmente. No Brasil, são as Forças Armadas tudo que existe de mais bem organizado e estável, constituindo ainda a classe de mais perfeita base espiritual; abnegação, espírito de sacrifício, amor ao trabalho e sobriedade, são capítulos de um código de honra diariamente vividos pelo militar brasileiro. Esta classe suportaria pois galhardamente o aumento de trabalho que lhe fôsse atribuído, fazendo-se mister unicamente, ampliar e melhorar seus meios materiais, com o que se lançaria ela decididamente na formação da *mentalidade nacional*, de que tanto carecemos e em cuja falta reside talvez a causa de muitos dos nossos males.

A base dessa mentalidade é a do trabalho para a Pátria, contudo, para alcançá-la, torna-se necessário obter previamente uma elevação do nosso nível espiritual. Cremos sinceramente e de boa fé que no momento atual brasileiro só as Forças Armadas estão em condição de realizar essa grandiosa conquista.

A obtenção daquela *mentalidade* seria de benefícios tais para o Brasil, que as Forças Armadas se sentiriam plenamente recompensadas do exaustivo trabalho a realizar e, quiçá, estaria achado o mais fácil meio de evitar a degenerescência de nossa civilização, tão ameaçada

pela disseminação de ideologias exóticas que, nas populações onde lavra a ignorância, a enfermidade e o baixo padrão de vida, alastram-se assustadoramente.

II — Segundo o entrosamento teórico da sociedade brasileira, o conscrito deveria ser apresentado ao serviço militar, em condições físicas e espirituais boas, senão ótimas. Na realidade isso não se verifica; a maioria do nosso contingente humano em idade militar é analfabeta e portadora de síndromes patológicos, para não se falar no estado moral.

As causas disso são duma complexidade tal que a natureza deste pequeno trabalho não comportaria enumerar. Deveria ter competido à família, em primeiro plano, e aos Ministérios Cíveis Educacionais em segunda instância, a formação do cidadão; ao Exército caberia, apenas, transformá-lo em cidadão-soldado, restituindo-o depois à sociedade, já habilitado a cumprir o mais sagrado dos deveres.

Entretanto, aos brasileiros faltam escolas, falta assistência sanitária, falta doutrinação moral, falta bem-estar, falta euforia e falta saúde. Debalde os governos tentam resolver os angustiosos problemas que nos afligem e apesar do muito que se tem feito, perderam os mesmos angustiosos quadros nacionais.

É possível que a carência duma base econômica sólida seja a causa imediata da deficiência de meios com que dominar a situação. Nada mais certo e real, porém, dizer ainda que o problema educacional constitui entre nós o mais doloroso aspecto da vida nacional, sendo também indispensável aceitar que os atributos morais e culturais de um povo são fatores seguros para a consecução dos altos padrões econômicos de vida. Países de nível espiritual atrasado jamais passarão de colônias ou semicolônias de nações mais poderosas e civilizadas. Nosso primeiro pro-

blema será então o da elevação moral da juventude.

III — Passando para um quadro mais imediato, devemos declarar que a elaboração do plano agora apresentada foi orientada por três circunstâncias principais: pequenez do nosso efetivo militar em face de nossas responsabilidades continentais e mundiais; precário índice físico e espiritual do nosso contingente humano em idade militar e, finalmente, imperiosa necessidade de realizar imensas obras nacionais.

Não nos preocupou o detalhe nem a abundância de justificativas. O problema é de tal evidência e monta que cada um encontrará, no decorrer da leitura, argumentação própria e volumosa. Também evitamos abordar o aspecto técnico-financeiro da questão, que nossos precários conhecimentos não alcançam. O presente trabalho representa unicamente um esforço, no sentido de cooperar para o engrandecimento de nossa Pátria e se limita apenas a uma sugestão para o caso do Exército. O aspecto intrínseco mais interessante do plano, consiste, sem dúvida, em permitir-lhe a triplicação dos nossos efetivos, sem aumento de despesa.

PLANO PARA O SERVIÇO MILITAR NO BRASIL

I — O Serviço Militar no Brasil, teria a duração de 18 meses.

II — Esse período seria dividido em três fases de 6 meses cada uma, denominadas respectivamente: adaptação, instrução militar e trabalho nacional.

III — A primeira fase (adaptação) destinar-se-ia a dar ao homem condições de saúde, conhecimentos gerais, preparo moral e técnico capazes de o colocarem à altura de assimilar a instrução militar propriamente dita, e constituiria a fase principal na obtenção da *mentalidade nacional*, pelo aspecto eminentemente educativo de que se revestiria.

Seria realizada sob regime de internato em "campos de adapta-

ção" instalados nas Regiões Militares. Comportaria três ramos:

Adaptação.....	Saúde.....	Tratamento metódico e racional da sífilis, verminose, subalimentação, etc. Educação Física. Conduta Sanitária (hábitos higiênicos).
	Educação.....	Alfabetização. Instrução Geral. Educação Moral e Cívica.
	Preparo técnico.....	Instrução de Tiro individual (completa). Ordem unida, formação do espírito de disciplina, respeito à lei, etc.

Justificação — 1ª) A chamada "incapacidade física para o serviço militar" provém, em grande percentagem, de moléstias curáveis, que no atual sistema de serviço militar, não compete ao Exército promover tratamento.

Dessa maneira, uma vez julgado o homem incapaz é ele devolvido à sociedade de posse dum complexo de inferioridade, e continua, na vida civil, a contaminar o meio, fisiológica e moralmente.

Não dispõe geralmente de elementos para se tratar e é um indivíduo pernicioso na coletividade brasileira. Se a moléstia curável não constituir mais causa para inaptidão, será banido o nefando processo de fugir ao dever militar pela exibição de enfermidades, reais ou fictícias.

2ª) Aceitar indivíduos analphabetos e portadores de certos estigmas doentes no seio do Exército, sem promover anteriormente seu tratamento e instrução elemental, é congestionar o tempo consagrado à instrução militar propriamente dita, pois o homem terá sua estada na caserna intercalada de baixas à enfermaria, dispensas do serviço, etc., além de não estar em condições de compreender a instrução ministrada. Muitas das vezes será um retardatário.

3ª) O homem, ao ingressar na fase da instrução militar propriamente dita, deve ser já um perfeito atirador e, portanto, a instrução de tiro deve ser dada antes daquela fase.

4ª) Fazer marchar a instrução física, geral, moral, de tiro, técnica e tática, paralelamente, como atualmente se faz, é congestionar a capacidade assimilativa do soldado, que geralmente não se torna perfeitamente hábil em nenhum daqueles ramos.

IV — A segunda fase (instrução militar) se destinaria aos ensinamentos que atualmente se fazem no período normal de serviço (menos a instrução de tiro individual).

Justificação — 1ª) Se o homem for entregue à instrução militar já disciplinado, hígido, alfabetizado, com perfeita formação moral, sendo ainda um atirador completo, conhecendo seu país, seus deveres e a importância de sua missão, seis meses serão suficientes para o tornarem um soldado dextro e pronto para a guerra (mobilizável).

Nessa fase, seria lapidada cuidadosamente sua já formada mentalidade nacional.

V — A terceira e última fase (trabalho nacional) destinar-se-ia principalmente a fazer com que o

soldado não representasse economicamente um peso morto para a Nação, concorrendo mesmo na paz, para o bem-estar social do País.

Nessa fase ele seria mandado para as fábricas militares (calçado, arreamento, armamento, munições, viaturas, aviões, tecidos, uniformes, equipamentos, etc.) ou para os campos de cultura e fazendas de criação nacionais, ou ainda, para as grandes obras nacionais (estradas, obras contra as secas, preparação de aeródromos, pesquisa de petróleo, limites, obras de saneamento).

Essa fase representaria o fruto da criação da *mentalidade nacional*.

Justificação — 1ª) Não é justo que o Exército se abasteça exclusivamente no meio civil.

Poderíamos e deveríamos ter grandes campos de cultura (alfafa, milho, arroz, feijão, etc.).

2ª) O abastecimento do Exército não deve estar sujeito à instabilidade, quer da produção, quer dos preços, do comércio e produção civis.

3ª) O Exército deveria fabricar o tecido para seus uniformes, seu calçado, sua matéria prima para equipamento, e tudo de que tem imediata necessidade.

4ª) O trabalho manual e braçal deve ser considerado como coisa nobilitante e não como humilhante.

5ª) Por uma propaganda inteligente, intensiva e extensiva, fácil seria fazer compreender à juventude, que o *trabalho nacional* é um dever de honra para com a

Pátria, como de fato o é. Uma parcela do trabalho do indivíduo, deve ser doado à coletividade.

6ª) A necessidade de interessar a indústria civil na militar e fazer daquela uma coadjuvante desta, não seria absolutamente prejudicada; pelo contrário, anualmente (ou semestralmente) o Exército forneceria alguns milhares de reservistas artífices, que seriam devolvidos à vida civil já possuidores de utilíssimos conhecimentos técnicos. O desenvolvimento das indústrias militares, e consequentemente do Exército, provocaria um paralelo desenvolvimento das indústrias civis conexas às necessidades militares.

A necessidade de engrenar a indústria civil com a militar, não pressupõe absolutamente a debilidade desta última; quanto maior for o parque industrial militar, tanto maior terá que ser o civil, onde aquêle tem suas fontes e coadjuvantes.

VI — No fim da segunda fase (instrução militar) receberia o homem um atestado de soldado mobilizável, com o qual ingressaria na terceira fase, finda a qual, seria aquêle substituído pelo certificado definitivo de reservista.

Só depois da posse deste certificado, poderia o soldado engajar.

O engajamento se faria: ou para a fase de "instrução militar" (necessidade de quadros militares) ou para a fase do "trabalho Nacional" (necessidade de quadros de trabalho).

VII — O quadro seguinte, esclarece perfeitamente o plano:

Serviço Militar (18 meses)	{	Adaptação (6 meses)	{	Formação da mentalidade nacional.
		Instrução Militar (6 meses)		Lapidação da mentalidade.
		Trabalho Nacional (6 meses)		Frutificação da mentalidade.

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

a) O homem que se apresentasse para o serviço militar, já hígido, alfabetizado e com conheci-

mentos gerais sólidos (é o caso da maioria dos soldados da zona populosa do Brasil), só faria as duas últimas fases (instrução militar e trabalho nacional) e a instrução

de tiro (1 ano de serviço). b) Se artifice civil ou lavrador profissional só faria a 1ª e 3ª fases; em casos excepcionais, quando já alfabetizados e de perfeita formação moral, só fariam a 3ª fase. (As disposições dos itens anteriores despertariam, entre os jovens, o interesse de se alfabetizarem e procurarem a higidez, antes de atingirem a idade militar, do mesmo modo a especialização em misteres técnicos (artífices) civis, daria ao homem a possibilidade de só fazer seis ou doze meses de serviço militar. A falta de artífices no Brasil é notável). c) Os portadores de defeitos e mutilações físicas, só fariam também a última fase (fábricas e oficinas) naquilo que fôsse compatível com suas possibilidades.

Justificação final — 1ª) O presente plano permitiria ao Exército, triplicar seu efetivo, pois que enquanto permaneceria na tropa o mesmo número de soldados de que atualmente dispomos, o dobro des-

se número estaria no "trabalho nacional" e na "adaptação".

2ª) Esse aumento de efetivo se faria sem aumento de despesa, pois a economia maciça que adviria da criação do "trabalho nacional" daria para cobrir não só esse aumento como ainda as despesas decorrentes do advento da fase de "adaptação".

3ª) Em caso de mobilização, não sofreria o Exército as consequências da queda brusca da produção civil, queda essa decorrente da chamada às armas de grande massa de operários civis e agricultores, uma vez que, o contingente que se achasse no "trabalho nacional", sustentaria a produção até a regularização do regime industrial de guerra.

4ª) A elevação do nível moral de nossa juventude, em grande parte poluída pela má interpretação das ideologias exóticas, permitiria ao Brasil encarar serenamente o futuro e confiar na vitória sobre o cataclismo social que se aproxima (2).

(*) Sobre assunto de tanto interesse e que, segundo parece, tem preocupado certo número de oficiais do Exército, a "A. Defesa Nacional" publicou ultimamente os seguintes trabalhos, em que encontramos alguns pontos de contacto:

"Façamos uma experiência" — Cap. Juvêncio Reis (Fev./47).

"Uma medida patriótica" — Major Felleíssimo de Azevedo Aveline (Jan./47).

"Idéias" — 1º Ten. Diógenes Vieira Silva (Nov.-Dez./47).

"Colônias Militares" — 1º Ten. Diógenes Vieira Silva (Jan./48).

"Centros de adestramento militar" — General Tristão de Alencar Araripe (Fev./48).

"Plano para a Instrução Militar do Brasil" — Major Cyro Furtado Sodré (Maio/48).

(Nota da Redação)

O R. I. S. G. há trezentos anos...

Comandantes de companhia:

"Tem obrigação os Capp.^{es} de terem os seus soldados bem dispostos. q. tenham as armas limpas, e lestas, e as de fogo com ballas ajustadas q. plo menos será 6 com bolças p.^a ellas e pelouro, tendo cuidado de vezitar pessoalm.^{te}, em particular todos os dias estando na campanha, e a mesma obrigação tem o Alferes na falta do Capp.^m em particular o sargento q. é o seu próprio officio."

Dos Sargentos:

"Tem obrigação os Capp.^{es} de terem os seus soldados bem dispostos, na disciplina dos soldados como na compostura e boa ordem, delles vizitando de noute seus quartéis a diferentes horas, plo menos duas vezes, pr.^a ver o que fazem e se estão recolhidos, q. se não misturem com outros de outra companhia, procurando q. estejam todos aquartelados junto á sua bandeira p.^a as occasiões q. a qualquer pode acontecer."

(Instruções do Duque de Parma — Século XVI)

O Exército concorre para o desajustamento social ?

Cap. de Inf. RUI ALENCAR NOGUEIRA.

Atualmente, têm sido muito bem definidos o "espaço social", a "distância social", o "espaço físico ou geográfico" e a "posição social".

Cremos mesmo, que nenhum estudioso do assunto desconhece a significação e alimenta dúvidas sobre a diferença existente entre uma coisa e outra.

Assim, quando nos referimos, por exemplo, ao Estado de Minas Gerais, estamos automaticamente ligando a idéia de "espaço geográfico", mas ao tratarmos de uma reunião dos sócios de um clube qualquer, em assembléia geral para tomar deliberações, implicitamente estamos considerando o "espaço social" em que a mesma se realiza.

Consequentemente, o "espaço social" apresenta interdependência com o "espaço físico", porém o inverso nem sempre é verdadeiro, isto é, nem todo espaço geográfico reúne, também, o seu homônimo "social".

Pessoas que estão convivendo em um mesmo espaço físico, tais como o patrão e o empregado ou o coronel e o soldado estão, muitas vezes, separados por enormes distâncias no espaço social.

Por outro lado, os indivíduos podem estar muito longe um do outro, se os considerarmos colocados em espaços físicos diferentes e se acharem muito próximos uns dos outros no que diz respeito ao espaço social.

E' o caso de dois capitães, um frequentando uma escola e o outro servindo numa guarnição qualquer do território nacional.

Todos estes conceitos são magnificamente explicados pelo grande e moderno sociólogo PITIRIM SOROKIN, professor da "Harvard

University", dos Estados Unidos da América do Norte e, neste trabalho, vimos lembrar, apenas, porque nos servem de ponto de partida ao assunto que pretendemos abordar.

Compreendemos, portanto, que o homem pode atravessar centenas de quilômetros sem que se lhe altere a posição social ou o lugar no espaço social e que lhe é devido e, ao contrário disto, num mesmo espaço físico sua colocação social pode sofrer profundas modificações.

Tal acontece, por exemplo, com um sargento, que ao ingressar no oficialato, de um momento para outro, passa para categoria hierárquica superior.

"Euclid's geometrical space is space of the three dimensions. The social space is space of many dimensions because there are more than three different social groupings which do not coincide with each other", explica-nos Sorokin.

Efetivamente, os diversos grupos de populações de um mesmo espaço geográfico possuem religião, ocupação, partido político, estado econômico e sexo que não coincidem absolutamente com os de outros tantos grupos humanos.

Ora, indivíduos ou grupos sociais sofrem transições e podem passar de uma posição social a outra inteiramente diferente.

A este fenômeno, denominam os mestres da ciência de Comte, "mobilidade social".

Há dois tipos de mobilidade social: horizontal e vertical.

Estas duas designações relacionam-se com as diferentes espécies de mutações por que passa o indivíduo ou o grupo social a que está ligado.

Vejamos um exemplo: um capitão vai transferido para a guarnição de Porto Alegre. Lá, naturalmente, continuará a desenvolver as mesmas atividades costumeiras, próprias dos seus mistérios profissionais, sem nenhuma alteração na sua posição social.

Praticou ele, então, uma mobilidade horizontal, isto é, saiu de um grupo social e foi para outro igual sem que houvesse modificação, seja para o indivíduo, seja para o grupo.

No entanto, a mobilidade vertical se apresenta bem diferente e os seus aspectos são os mais diversos.

Um oficial que, por um bafejo da sorte e num caso esporádico, vê contemplado com o prêmio maior um bilhete de loteria que conseguira comprar, embora não deixando a atividade militar, passa a viver como um milionário, praticou uma mobilidade vertical ascendente.

Esta é, realmente, a melhor para o indivíduo e, também, para o grupo social, pois, o contrário disto, a mobilidade vertical descendente, é a derrocada que abate os espíritos e anigula os ânimos, trazendo o desespero e a desgraça, cujas consequências são sempre bastante funestas.

A mobilidade social vertical se caracteriza, portanto, pelas duas formas cujos exemplos demos acima e se classifica em ascendente e descendente.

Por outro lado, a forma ascendente aparece sob duas outras modalidades: a) pela infiltração dos indivíduos de uns grupos inferiores noutros mais elevados, vindo a formar-se um novo grupo social; b) pela intromissão deste novo grupo em um outro que lhe é nitidamente superior.

Quanto à progressão descendente, é ainda Sorokin que admite duas espécies: "a primeira consiste numa mudança de indivíduos de uma posição social mais alta para outra inferior sem a degradação ou desintegração do grupo mais alto ao qual ele pertenceu;

a segunda é manifestada numa degradação do grupo mais alto, dentro do abaixamento de suas posições entre outros grupos ou na desintegração como unidade social."

"O primeiro caso de desmoronamento lembra-nos o de um indivíduo caindo de um navio; o segundo, o do naufrágio do navio com todos os seus passageiros."

São casos perfeitamente reais e bastante comuns na sociedade e a história está repleta de exemplos. A própria instituição do regime democrático, abolindo a aristocracia, permitiu que as diversas classes sociais, consideradas inferiores, mudassem de situação para usufruir nova e mais distinta posição, compatível com o decôro das sociedades humanas.

Segundo o conceito de Marion, só existe, na acepção moderna, uma classe de homens considerada inferior: é a dos que nada produzem pelo bem da humanidade.

Assim, "nas sociedades democráticas a posição social de um indivíduo, ao menos teoricamente, não é determinada pelo seu nascimento; tôdas as posições estão abertas para todo aquele que possa tomar parte nelas; não há obstáculos religiosos ou judiciais para ascensão ou queda."

A grande expansão industrial dos últimos tempo tem concorrido extraordinariamente para as diversas formas da mobilidade social, quase sempre favorecendo a melhoria de vida das populações.

Citaremos um caso bem nosso conhecido: o do funcionamento da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, carregando para aquele antigo vilarejo milhares de operários e transformando-o numa verdadeira "cidade do aço", tão útil e indispensável ao nosso progresso material.

Também podemos caracterizar como mobilidade vertical descendente, buscando fatos da nossa história política, a queda do segundo Império e o estabelecimento definitivo da república, obrigando a passagem da nobreza para a categoria inferior de "povo", com direitos igualitários perante as leis.

Feitas estas considerações, vejamos se o Exército é o responsável pela mobilidade social de certos grupos de brasileiros, pelo desajustamento e pelo despovoamento dos nossos extensos campos, como é voz corrente ultimamente.

E' o Exército, realmente, responsável por tudo isto?

Dizemos que não.

Vejamos se o nosso argumento é convincente. Se o não fôr, esperaremos que outro mais brilhantemente o faça, pois que o assunto é por demais interessante e oportuno.

Quantos são os cidadãos convocados anualmente para o serviço militar?

Vamos admitir, em média, 50.000 homens incorporados às forças armadas de terra.

Devemos considerar que somente as grandes cidades poderão constituir centros de atração para os nossos sertanejos pois que as demais, isto é, as que ficam próximas aos seus locais de residência lhes são por demais conhecidas.

Efetivamente, estas cidades são por elles frequentadas constantemente nos dias de feira e nos dias das festas religiosas e não apresentam novidades.

Podemos afirmar que, de um modo geral, são as capitais dos Estados, principalmente Rio e São Paulo, os pontos de maior atração para esses cidadãos.

Ora, em geral, os convocados que vêm para as casernas dessas capitais, que com exceção das duas citadas possuem, relativamente, poucas Unidades de tropa, são moradores antigos dos municípios vizinhos, quando o não são da própria capital.

Portanto, na sua maioria, os que vêm para os quartéis das grandes cidades desfrutavam, antes, de certo conforto e até gozavam de posições satisfatórias.

Em S. Paulo, vimos alguns soldados que até achavam graça do vencimento que, por obrigação, deveriam receber e na ocasião do pagamento deixavam o capitão constrangido, pois, na vida civil, ganhavam mais que o próprio comandante.

Cremos que se fizermos um levantamento, para fins estatísticos, de quantos "malandros" existem espalhados por todos os recantos da Capital da República, e o são em número crescente e bastante significativo, poucos serão os que para aqui vieram arrastados por imposição do serviço militar obrigatório.

Durante mais de dois anos em que servimos em uma Unidade que recebe sorteados convocados e selecionados nos Estados do Paraná e de S. Catarina, fomos testemunhas da sofreguidão como era aguardado o dia feliz do "licenciamento".

A vontade de retornar às plagas sulinas era tal que havia um verdadeiro receio da matrícula nos cursos para a formação de graduados, muito embora houvesse, ao término dêles, compensações e vantagens pecuniárias.

Era necessário, então, que os capitães explicassem devidamente que a promoção a cabo não prejudicaria, de modo algum, a esperada e sempre desejada "baixa".

Além disto, durante todo aquele tempo, da subunidade que comandamos, somente três homens ficaram no Rio e, assim mesmo, empregados: um catarinense, que brigou com a família e dois mineiros que residiam antes em Juiz de Fora, sendo um deles funcionário da E.F. Leopoldina.

Mas, como é por demais sabido, a subunidade deve constituir verdadeira família na qual o capitão, como chefe, tem o dever precípua de conhecer e de auscultar os seus subordinados, obtendo, desta maneira, preciosas informações de toda natureza e, sobretudo, de caráter sociológico, desde que saiba orientar devidamente as investigações preliminares.

Chegamos a descobrir a razão pela qual a nossa bela Capital não desvia dos fertilíssimos campos de S. Catarina todos quanto aqui chegam para prestar o serviço militar.

Somos conhecedores daquela região de tal sorte que, à observação

"in loco", podemos reunir as esplêndidas informações colhidas, graças à espontaneidade e à sinceridade daqueles corações de futuros brasileiros.

Os jovens soldados oriundos daqueles rincões sulinos têm situação econômica bem definida: quando não possuem o pedacinho de terra, estão para possuí-lo; são acostumados à labuta diuturna, desde a mais tenra idade; dispõem de certo conforto, encontram hospitais mais acessíveis e as escolas (antigamente, em grande número, mantidas pelo nazismo) existem em maior proporção e a vida é mais fácil.

As populações alimentam-se melhor, há bastante leite, verduras e frutas, há divertimentos populares e a gente cresce mais forte e mais sadia, sem conhecer a avitaminose, o pauperismo e as endemias que definham a nossa raça.

Há, portanto, a alegria de viver e a felicidade geral de que nos falava Marden. Ninguém pensa em idéias perniciosas e dissolventes e há o respeito devido a todos e a tudo.

Eis aí o motivo pelo qual todos retornam aos campos.

Consideremos, por outro lado, a solução mais pessimista. Admitamos que, em cada uma destas capitais brasileiras fiquem, em média, cinquenta desses homens convocados e licenciados do serviço militar, o que não deixa de ser um exagero da nossa parte.

Se assim levarmos em conta, teremos um total de, aproximadamente, mil homens. Será possível isto?

Sabemos que não.

Se tal não acontece, é ilógico acusar-se o Exército de provocar o desajustamento social no nosso país, retirando das suas verdadeiras profissões, para deixar completamente deslocados nos grandes centros, à procura de outros empregos, grandes levadas de brasileiros.

Que representa a pequena porcentagem que se desvia das ocupações costumeiras, após a exclusão das fileiras, no conjunto da população masculina do Brasil?

Ora, se o serviço militar não desloca os homens dos campos, onde existem fartura e condições de vida favoráveis e onde os meios de subsistência são equânimes, não pode o Exército ser acusado de deslocar massas de trabalhadores para as grandes cidades.

A vida moderna põe à disposição dos indivíduos um conforto material extraordinário e é este bem-estar, proporcionado pela engenhosa aparelhagem da indústria e da técnica, que todos aqueles que saem das trevas da ignorância procuram constantemente. O alfabetizado, se não encontra no seu meio ambiente o bem-estar que o seu novo estado de espírito faz compreender, naturalmente, procura um novo "habitat" mais favorável.

Desde que ao sertanejo seja concedido o mínimo de que carece, assistência médica organizada, profilaxia, orientação técnica, apoio moral e educação social e religiosa, cessarão as fugas dos campos.

Este, indiscutivelmente, não é um problema afeto ao Exército. Participam da sua solução real diversos outros Ministérios que não o da Guerra, o qual somente toma conhecimento dela porque interessa ao homem brasileiro, cujo moral precisa ser mantido no mais alto grau para garantia da ordem interna e da felicidade geral da nossa Pátria.

E' tempo, pois, de colocarmos as coisas nos seus justos lugares e não pretendermos fazer acusações indébitas, pretendendo-se desviar o Exército da sua verdadeira finalidade, que é a preparação para a eventualidade da guerra, e fazê-lo cuidar de agricultura, para cujo mistério não pode estar preparado nem lhe é devido.

O fomento do desenvolvimento agrícola, indubitavelmente, cabe aos outros profissionais que não os da "arte da guerra".

Ao Exército compete a sagrada missão da segurança interna e da manutenção das nossas instituições políticas.

Que objetivos há em desviá-lo da sua verdadeira missão?

SERVIÇO ESPECIAL

Cap. GERMANO SEIDL VIDAL.

(Os dados deste trabalho foram colhidos no "Manual Técnico do Oficial de Serviço Especial" — TM 21-205).

PRELIMINARES

Antes da organização da F. E. B., o nosso Exército nunca se sentiu obrigado a cuidar da recreação do soldado. Verificou-se de modo semelhante nos E. E. U. U., onde as Forças Armadas, até o final da primeira guerra mundial, não se comprometiam a este mister, deixando-o a critério das organizações civis. Entretanto, do estudo retrospectivo das condições morais e psicológicas em que se desenvolveu a guerra e das experiências e testes realizados em campos de estacionamento, observadores-técnicos norte-americanos concluíram que:

1) O Exército deveria ser responsável pela recreação e trabalho de bem-estar dentro das unidades;

2) A maior parte das atividades atléticas, particularmente o box e a esgrima de baioneta, deveriam ser parte integrante do programa de treinamento;

3) As sociedades filantrópicas civis poderiam conduzir atividades de bem-estar e divertimentos para os soldados nas comunidades adjacentes aos campos;

4) Esforços organizados do Estado e das Agências Federais eram necessários para eliminar a prostituição e extinguir as moléstias venéreas."

Foi o advento duma nova idéia que, ainda sem contornos definidos, tomando aspectos variados, vinha aqui e ali a se chocar com responsabilidades e trabalhos alheios. Chamou-se, a princípio, Serviço Moral — ampliando as atividades dum núcleo instalado em 1918, no

Campo de Geeneleaf. Após o ataque japonês de 7 de dezembro de 1941, recebeu a denominação de Serviços Especiais.

O fato dos títulos é-nos indiferente. O importante é se vislumbrar a raiz profunda que lhe dá vida, como alicerce básico e imprescindível à nação em armas, que é o fortalecimento do moral das tropas em tempo de guerra.

ORGANIZAÇÃO NO EXERCITO AMERICANO

Atualmente estamos aproveitando as coisas boas que o eficiente exército dos E. E. U. U. possui em matéria de organização. Daí incluímos esta notícia.

As funções executivas do Serviço Especial, de acordo com o competente manual (1942), estão distribuídas por cinco importantes Divisões:

1) *Divisão de Cinematografia*, fazendo funcionar os serviços de cinematografia para os soldados em além-mar.

2) *Divisão de Recreação e Bem-Estar*, constituída das seguintes secções:

a) *Secção de Bem-Estar*, realizando o serviço de auxílio civil, fornecendo recursos às famílias de soldados — inclusive seguros governamentais — e mantendo estreito contato com a Cruz Vermelha, organizações civis similares e órgãos do Governo;

b) *Secção de Recreação*, organizando o projeto dos planos referentes a atletismo, representa-

ções teatrais e outras atividades recreativas;

c) Seção de Educação, encarregando-se do projeto para a educação não militar, incluindo cursos por correspondência (1), leituras e filmes educativos, exposições, prêmios, etc.;

3) *Divisão de Entretenimento*, compreendo:

a) Seção de projetos, encarregando-se de idealizar construções, modificar e alterar o material permanente dos cassinos, ginásios, casas de campo, prédios, teatros, etc.;

b) Seção de Administração, preparando os planos para o funcionamento de cassinos, construindo e fazendo funcionar parque de diversões, administrando o material correspondente e resolvendo os problemas de pessoal para estas finalidades;

c) Seção de Biblioteca, encarregando-se do funcionamento da Biblioteca do Exército e do auxílio às bibliotecas de campanha.

4) *Divisão de Informações*, funcionando no vasto campo da preparação psicológica, por meio do rádio, jornais de campanha e filmes e publicações especiais.

5) *Divisão de Pesquisa*, realizando a busca de informações e as transformando em estatísticas e gráficos, para estudos e propaganda.

IMPORTANCIA

Hoje não mais se contesta o valor e influência dum serviço desta natureza na massa da tropa. Os que pertencerem à F. E. B. não duvidam um só instante da importância de suas atividades. E' porque eles sentiram sua ação e observaram em funcionamento a grande e notável organização do Serviço Especial americano. Quantos expedicionários ouviram suas famílias através dos rádios fornecidos por este Serviço? Quantos assistiram filmes, diariamente, a bordo

do transporte de guerra ou nas áreas de estacionamento? Quantos deixaram o "front" para gozar de cinco ou seis dias de maravilhosa estada em Roma ou Florença, em excelente hotel ou acantonamento especial? E, quantos, ainda, saborearam as notícias da guerra e do Brasil lendo, dentro do "fox-hole", o Zé Carioca e o Cruzeiro do Sul — irmãos pequeninos do "Star and Stripes" e "Yank"?

A importância do Serviço Especial, sob o ponto de vista moral é inegável. Já, nos velhos tempos, dizia Napoleão que, em combate, "o moral está para o material na proporção de um para três." Mas, hoje, é a abalizada opinião do Marechal Montgomery, em seu relatório d' "A invasão da Europa" (2) e referindo-se aos Serviços de Pessoal, que, de modo mais concreto, frisa este importante assunto quando diz: "Lembrarei igualmente o Serviço de Bem-Estar que alcançou um padrão de que jamais o Exército se aproximara anteriormente."

O oficial de Serviço Especial da unidade é, portanto, um auxiliar prestimoso do comando — uma vez que a este cabe toda a responsabilidade do moral da tropa. A sua ação, dotada dos meios que lhe põem à disposição e supervisionado pelo Comando, traz dois inestimáveis benefícios:

1º) Diverte, recreia e alegra o soldado, criando o bom humor em todas as situações.

2º) Faz ver ao homem, até ao mais rude, o carinho com que lhe tratam seus superiores — cuidando de minúcias para seu bem-estar físico e moral.

SERVICO ESPECIAL NA F.E.B.

O início destas atividades recreativas controladas pelo nosso Exército, foram as que se iniciaram logo no começo da organização da F. E. B. Um major chefe e dois

(1) Veja-se, por exemplo, o Instituto do Exército estabelecido em Madison (Estado de Wisconsin), mantendo para o soldado no além-mar cursos por correspondência sobre variadíssimos assuntos.

(2) Ver os números da Revista: 395 a 398 (abril a julho de 1947).

capitães auxiliares receberam a novel tarefa. A tropa, pouco a pouco, se inteirou da novidade. Vieram as bibliotecas ambulantes, os instrumentos para organização dos "chorinhos", bem adequados à índole de nossos soldados, e material de esporte diverso.

Coadjuvando esta realização im- par nos fastos de nossas forças armadas, organizações civis se empenhavam na obtenção de fim idêntico: dar o conforto moral aos expedicionários. Os ideais, portanto, não se chocavam — colidiam.

O "pracinha" assistiu, então, "shows", representações teatrais, filmes, competições e jogos. Recebeu prêmios em horas humorísticas e realizou passeios pelo Rio e pela Guanabara. Riu, gostou e pôde deixar o Brasil cantando, sorrindo, dando adeus a todos e a tudo...

Além-mar, o aspecto se transformou. O Serviço Especial parece que, perdendo contato com nossas firmas comerciais, não tinha a antiga fartura de meios. Supriu-nos a falta o fabuloso e rico Serviço Especial do 5º Exército. O "pracinha" continuou a receber seus "presentes": rádios, vitrolas, discos, revistas, bolas, luvas de box, baralhos, etc. Trabalhando em ramo desconhecido, ignorado pelos que iriam desfrutar de seus privilégios e vantagens e que jamais conheceram suas complexas e profundas finalidades, iniciou, o nosso Serviço, suas investidas — um "show" no "front", uma cantina junto ao Q.-G., um folheto, um jornal!... Já se poderia considerar uma vitória.

Na retaguarda, com melhores possibilidades, o Serviço Especial se instalou para conseguir manter durante a campanha: um hotel para oficiais e outro para praças e um clube brasileiro, em Florença.

Várias cantinas foram depois instaladas. Finalmente, o fim da guerra deu nova oportunidade para que em Alessandria, sede de nosso Q.-G. no Norte da Itália, fôsse ins-

talado novo clube — com salão de dança, bar e bilhar.

Acompanhando estes empreendimentos, nas unidades os oficiais do Serviço Especial recebiam auxílio para desenvolver esportes e jogos, além de dar andamento às improvisações, muito louváveis, como festas, passeios, competições esportivas, representações com elementos locais etc.

CONCLUSÃO

O Manual Técnico que nos orientou na redação destas linhas, começa com o seguinte:

"O comando não pode improvisar boa moral e senso do dever".

Em consequência, é necessário prever o estabelecimento d'este moral, os meios de obtê-lo e o modo de preservá-lo em combate. Neste último caso exatamente, é que a ação do Serviço Especial vem de encontro às aspirações do comando e o auxilia, com meios, a obtenção daquele objetivo.

Em campanha, quando não só as boas, mas também as más qualidades da tropa se sublimam, quando todos já se cansam de improvisar, não se pode pensar em distrair o soldado se para isto não foi prevista uma organização especial.

E, qual a melhor solução, senão organizando, nos tempos de paz, o Serviço que viria suprir esta necessidade surgida no combate?

Porque, então, não criarmos o nosso Serviço de Moral, Recreação e Bem-Estar, para, pouco a pouco, sentindo as nossas próprias dificuldades e as reações de nossa gente, darmos o cunho nacional que ele deve possuir?

Porque haveremos de improvisar num futuro ignorado, quando já tentamos a nossa experiência e dela, com certeza, extrairmos preciosas conclusões?

Esta é a razão d'este artigo. Há muito foi lançada a semente. Esperemos que ela germine para que, breve, nos possa dar os seus bons frutos.

OS ANTIGOS JÁ DIZIAM...

"Um livro bem moderno e bem original, seria aquêle que despertasse o amor às velhas verdades" — VAUVERNAGUES.

De um interessante livro publicado em novembro de 1813 pelo Major de Engenharia *Charles du Hays*, instrutor da Escola Imperial Politécnica, para o ano letivo de 1813-1814:

"Para que o princípio da unidade de comando seja observado em toda a extensão da escala hierárquica, é preciso que cada intermediário só seja imediatamente comandado por um único chefe, o que supõe implicitamente que a autoridade dêste não se estende indefinidamente, no exército, sobre todos os postos abaixo do seu, mas que se restringe ao número de subordinados immediatos que elle pode comandar."

* *

"As qualidades que caracterizam o homem de guerra são a paciência, a constância, a coragem e, acima de tudo, uma constituição forte e robusta que elle manterá pelo exercício, pela temperança e sobriedade."

E' possível que o official não tenha tanta necessidade de força corporal, mas, se fôr desprovido dela, deve evitar com todo o cuidado tudo que possa enfraquecê-la mais.

O official se distinguirá pela coragem calma, tranqüilla e reflectida e, quanto à sua instrução, a natureza do seu serviço, isto é, a maneira pela qual deve contribuir para a execução das idéas do general, determina os conhecimentos que lhe compete aprofundar ao máximo, bem como os que lhe são particulares."

"Os officiaes generaes, na conformidade da denominação, devem possuir de maneira eminente as qualidades dos officiaes de todas as armas. Mas, o que os distinguirá principalmente, é a grande arte de saber comandar homens e de tirar d'elles os maiores proveitos em todas as circumstancias possíveis; é o golpe de vista militar, isto é, essa faculdade de perceber prontamente as relações das coisas que considera, e de applicar rapidamente os princípios geraes e teóricos aos casos particulares que se apresentam a todo o momento. E' um dom da natureza que se desenvolve pelo estudo e pela pratica."

* *

"Sede attenciosos para com vossos chefes, e elles vos transmitirão com prazer o que a experiencia lhes ensinou; conquistal a amizade de vossos subordinados, e d'elles obtereis o impossivel."

* *

Da Arte da Guerra de Maquiavel, 1521:

"Em certos casos é sempre preciso combater, ainda que com manifestá desvantagem, pois mais vale tentar a sorte, que afinal pode ser favorável, do que esperar a ruína certa que a irresolução acarreta."

Um general é, pois, tão culposo por não combater, quanto por deixar escapar, em qualquer momento, a oportunidade de vencer. Muitas vezes é o próprio inimigo que proporciona vantagens; outras, po-

rêm, decorrem da habilidade do chefe."

* *

"Nunca se será vencido com maior certeza do que quando se receia não vencer."

* *

"Não é o número de bravos, mas a superioridade de disciplina, que torna um exército intrépido."

Se formades um exército de soldados novatos, quer para enviá-los logo ao combate, quer para tê-los prontos à primeira ordem, vosso trabalho será inteiramente perdido se não executardes antes constantes exercícios de batalhões isolados, e de todos no exército reunido.

Há, com efeito, duas espécies de manobra num exército: de cada individuo, no batalhão, e de cada batalhão em conjunto com os demais. Todo homem instruído nas primeiras, não encontrará nenhuma dificuldade nas outras; mas não poderá obter êxito nestas se ignorar aquelas."

* *

"Uma das maiores vantagens na guerra é achar a oportunidade e saber aproveitá-la."

* *

"Perseguir em desordem um inimigo destroçado, é querer transformar a vitória em derrota."

* *

"A natureza faz poucos bravos; na maior parte das vezes, êles se devem à educação e ao exercício."

* *

Advertências de Joanes Mendes de Vasconcellos (1640):

Não pode governar bem quem primeiro não soube bem obedecer."

* *

Os que na paz, por favores, galgaram postos e possam mesmo parecer bons soldados, "não parecem

contudo tais entre o revólto dos sucessos, no apêrto das ocasiões e no flutuante dos accidentes."

* *

Quem não entende da guerra não sabe falar nela; e quem não sabe discurrir dificultosamente saberá obrar."

* *

A disciplina militar consiste em entender as ordens e em saber executar o que compete a cada um."

* *

Das Ordenanças Militares (1611-1633):

"Os mestres de campo (funções correspondentes às do oficial superior actual) não ham de ser muito velhos nem enfermos porq. não poderão sofrer o trabalho q. o offissio requiere nem tam mossos q. não tenham a prudencia e a experiencia q. he necessaria para saver o q. ham fazer e mandar com autoridade."

* *

Que não aia Rifas de Jolas nem de outra Cousa algua p." se pagar do soldo, nem os Capitains nem officiais pesam nada a seus soldados a titulo de esmolos, obras pias, nem de outra cousa."

* *

Idem, de 1643:

Os superiores nunca já mais se ham de leuar, ocupar ou servir dos inferiores em cousa algua dos seus particulares."

* *

O superior deve tratar o inferior "falandohe sempre por mee, como a companheiros suditos sem serem servilmente tractados e oprimidos nem os obrigaram mais q. a meu servisso (do rei) e obrigaçõis militares."

* *

O prêmio e o castigo sustentam os exércitos."

CONSELHO AOS TENENTES DE CAVALARIA

Maj. de Cav. PAULO ENÉAS F. DA SILVA.

Jovem cavalheiro: em última análise, é de ti que depende o êxito das missões que nos são confiadas em campanha. És do escalão execução. Se não estiveres imbuído do "espírito de arma" não poderás bem cumprir as tarefas recebidas. Mas, perguntarás: o que significa espírito de arma? Não te direi — um sentimento exclusivista, que ponha à margem o valor das outras armas. Em absoluto. Muito ao contrário, afirmar-te-ei: exalta a nossa cavalaria; defende-a ardorosamente, mas — eis a restrição que te faço — *sem menosprezares as demais*, cujas tradições, tão honrosas quanto as nossas (não somos os únicos com tradições...), merecem o mesmo respeito.

Jovem cavalheiro, a cavalo ou a motor, a tua arma é nobre, mais pelos sacrifícios que lhe pedem do que pelas linhagens com que se reveste; é nobre porque se sente engrandecida nos serviços que presta às outras; é nobre porque, mesmo isolada, à frente dos Exércitos, lançada no desconhecido, em busca do inimigo, lembra-se de que pertence ao mesmo conjunto; é nobre, porque até quando posta à margem, no combate, substituída pela Infantaria, acompanha, com orgulho, os sacrifícios desta, sofrendo com ela os reveses ou partilhando das mesmas alegrias, nos sucessos; é nobre, afinal, porque deixa o seu cavalo, ou o motor, e sem preconceitos de características, ombrêia com

as demais, dando o melhor de seus esforços no sentido da vitória comum.

Lembra-te de Osório, mas não te esqueças de Sampaio, Mallet e Vilagran Cabrita, e outros nomes, que devemos pronunciar com muito respeito. Eles evocam as páginas mais brilhantes de nossa história. Será possível colocá-los numa ordem decrescente de valores? "Medi-os" aritmeticamente como quantidades quaisquer? Impossível. Seria elevar uns em detrimento de outros. Seria profundamente injusto.

Quando um outro cavalheiro te disser "*o infante, hoje, raciocina menos que ontem; a máquina de calcular ou a reguinha podem conduzi-lo melhor*", responde logo: não; isso é indigno; mais do que nunca se apela hoje para a iniciativa e, portanto, para o raciocínio. Refuta enérgicamente essa opinião egoísta, que só visa afastar as Armas umas das outras, quebrando o laço vital e indispensável do entendimento recíproco — a *solidariedade moral*. Não te esqueças, a guerra é, antes de tudo, um choque de forças morais. Se agires assim, como pomo de discórdia, terás preparado — frizo bem — a tua derrota.

Jovem cavalheiro, do cavalo ou do motor, cuidado! Muito cuidado com esses maus conselhos.

QUESTÕES DO CONCURSO DE ADMISSÃO A E.E.M.

- Línguas estrangeiras.
- Geografia.
- História.
- Organização do terreno.

1 — PROVAS DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

A) INGLÊS

(Para todos os candidatos)

1ª Questão :

VERSÃO

A capacidade profissional deve basear-se, antes de tudo, na unidade de doutrina, a qual, em circunstâncias idênticas, conduz os executantes entregues a si próprios a obrar de modo semelhante.

Em todos os escalões, cada qual exerce a sua *iniciativa* no quadro da ordem recebida, de modo que durante o combate, e quando o chefe nem sempre pode atuar diretamente sobre os seus subordinados, estes prossigam, apesar dos obstáculos encontrados, no cumprimento da tarefa que lhes foi imposta.

A iniciativa assim definida só dará resultados quando cada um estiver compenetrado da *unidade de doutrina*.

2ª Questão :

TRADUÇÃO

The rise of dictators

If the democracies were thus willing to let treaties and international law go by default, the non — democracies were prepared to repudiate and flout them.

Across the seas, unappreciated by the average American or Englishman, there had arisen a new threat to peace, to law, and, ultimately, to American security. This was totalitarianism, as expressed in the political organization of Italy, Germany and Japan.

The essence of totalitarianism was the subordination of all individual and social interests to the interests of the "master race" as represented in the State; its object, the division of the world into spheres of influence, each sphere to be controlled by a master nation; its method, the ruthless use of force. Italy, under Benito Mussolini, had inaugurated the first totalitarian state in 1922; Adolf Hitler, who became Chancellor of Germany in 1933, improved vastly on the Italian model; Japan, long inured to despotism, borrowed methods and techniques rather than philosophy from these European powers who were shortly to become allies.

(Tempo concedido:
2 (duas) horas)

B) ESPANHOL

(Para todos os candidatos)

1ª Questão :

VERSÃO

O homem continua sendo o primeiro elemento da luta. Isso, entretanto, não quer dizer que deva

resolver por si mesmo as duras crises do combate. É preciso ajudar sua vontade para que suporte com energia, os efeitos, muitas vezes deprimentes, das armas inimigas e para que, no momento do assalto às posições a conquistar, conserve a maior soma de reservas físicas e morais, e com elas, o vigor indispensável à luta aproximada de corpo a corpo.

Não podem as nações descuidar o armamento do exército, seu aperfeiçoamento e emprego; não devem contar só com a bravura e o espírito de sacrifício da raça, pois, estas virtudes, sem um material adequado, não bastam nas guerras modernas.

2ª Questão :

TRADUÇÃO

La fortificación cumple un fin primordial en campaña: proporcionar a los elementos de fuego su máxima eficacia, procurándoles los asentamientos necesarios para que su campo de tiro sea el adecuado, dadas las características peculiares de cada terreno. De este modo se consigue la máxima economía de personal para una base de fuego suficiente; y es natural que en la defensiva, que es cuando la economía de personal tiene mayor importancia, adquiera la fortificación un puesto preeminente.

El obstáculo es otro elemento esencial por el cual se detiene o retarda la progresión del enemigo en los lugares bien batidos por el fuego propio.

La fortificación, al conseguir la máxima eficacia del fuego, ha de considerarse como un arma por la que el combatiente utiliza el terreno; pero de ningún modo debe quedar sujeto al mismo; es decir, que al disponer el obstáculo ha de cuidar que la maniobra propia sea siempre fácil. Para ello es indispensable también una educación adecuada de la tropa para que no tenga pereza en abandonar la posición cómoda que adquirió por

una estabilización más o menos prolongada.

(Tempo concedido :

2 (duas) horas)

C) FRANCES

1ª Questão :

VERSÃO

O chefe prepara a tropa para o combate, enpenha-a, condú-la, comanda-a até o fim.

Nenhum dos problemas que se apresentam no campo de batalha pode ser resolvido só pela coragem dos soldados; os esforços isolados, ainda os mais meritórios, redundam em sacrifícios inúteis se não houver, em qualquer escalão, um chefe capaz de os coordenar até o fim e de assegurar à tropa um êxito digno de seu valor.

O chefe desenvolve a iniciativa de seus subordinados encorajando-os a pô-la em prática e de modo tanto mais amplo quanto maior for a sua confiança no espírito de disciplina e na capacidade profissional deles.

2ª Questão :

TRADUÇÃO

La leçon de Pasteur

En ces jours d'anxiété où se forge le destin de la France nouvelle, on interroge l'histoire des saints de la Patrie pour y trouver des principes de conduite, des mots d'ordre. Parmi les grands hommes qui ont marqué d'un trait permanent de lumière leur passage en ce monde, Pasteur, qui vécut les jours sombre des désastres de 1870 et dont les découvertes ont contribué dans le passé au relèvement de la France, peut nous faire don aujourd'hui encore, par la leçon de sa vie, de raisons d'espérer et de règles d'action, pour que de l'épreuve sorte une nation régénérée.

(Tempo concedido :

2 (duas) horas)

II — PROVA DE GEOGRAFIA DO BRASIL

Questão única:

Estudo do vale do Rio Paraíba sob o ponto de vista de suas possibilidades econômicas no quadro brasileiro.

(Tempo concedido: 2 (duas) horas)

III — PROVA DE GEOGRAFIA DA AMÉRICA

Questão única:

Estudo comparativo entre as Repúblicas do Uruguai e Paraguai, em relação ao Brasil, focalizando particularmente:

- situação geográfica;
- etnografia;
- possibilidades econômicas; e,
- intercâmbio comercial.

(Tempo concedido: 3 (três) horas)

IV — PROVA DE HISTÓRIA DO BRASIL

Questão única:

A cultura da cana de açúcar e sua influência na civilização brasileira.

(Tempo concedido: 2 1/2 (duas e meia) horas)

V — PROVA DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

Questão única:

Evolução das nações da bacia do Prata, no século XIX: características essenciais de cada uma.

(Tempo concedido: 3 (três) horas)

VI — PROVA DE CONHECIMENTOS MILITARES

1ª Parte: Organização do terreno.

(Para os candidatos de todas as Armas)

1. Citar quatro "Elementos" da Organização do Terreno:

2. Considerando que:

— na instalação de uma Posição Defensiva já foram determinados os locais de combate;

— o Inimigo tem possibilidades de se apresentar num prazo de seis horas face a essa Posição, estabelecer a ordem de urgência para os trabalhos abaixo:

() Construção de espaldões para as armas e de abrigos individuais;

() Estabelecimento dos sistemas de observação e das transmissões;

() Limpeza dos campos de tiro;

() Reparação de estradas e pistas para o deslocamento das reservas e para os suprimentos e evacuações.

— Colocar os ns. 1, 2, 3 e 4 entre os parêntesis acima, de acordo com a ordem de urgência escolhida pelo Candidato.

3. Riscar as sentenças que julgar erradas:

a) O abrigo em galeria de mina é um abrigo subterrâneo;

b) A mina AC (anti-carro) se destina a destruir o carro de combate;

c) As rédes de arame constituem a defesa acessória de emprego mais geral;

d) A sapa é um fôssô organizado para o tiro das armas individuais.

4. Que são abatases?

.....

5. Que entende por uma mina AC ativada?

.....

6. As destruições são normalmente realizadas nos pontos sensíveis das estradas. Quais são esses pontos?

.....

7. Desenhar, em perfil, um fosso AC com as seguintes dimensões:



8. As rêdes extensíveis são normalmente utilizadas como obstáculo contra a Infantaria. Como poderão ser empregadas para deter a marcha de um veículo blindado de reconhecimento ou de um motorizado?

9. Constituem obstáculos anticarros:

- os campos de minas;
- os fossos AC;
- as abatides de árvores grossas;
-
-
-

— Dar mais quatro exemplos de obstáculos AC artificiais, preenchendo as linhas acima.

10. Que vantagens apresentam os campos de minas AC sobre os demais obstáculos AC?

11. Acha interessante a idéia de se cercar de obstáculos, tais como minas e rêdes de arame, todo um ponto de apoio de uma Posição Defensiva?

— Justificar sucintamente, qualquer que seja a resposta.

12. Desenhar a elevação de um pano reto de qualquer tipo de rêde de arame:



(Tempo concedido:
1 (uma) hora)

Observação — É vedada a consulta de Regulamentos ou outros quaisquer Documentos.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer
— livro das livrarias desta capital —

Os regulamentos RIPQT, R.O.T. (1ª, 2ª, 3ª partes) e I.S.C., remetemos com abatimento de 10 % — Para maior facilidade procure as folhas de pedidos em nossos números anteriores

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atos Officiais do Ministério da Guerra publicados no "Diário Oficial", no período de 20 de abril a 20 de maio de 1948

INCORPORAÇÃO DE INSUBMISSOS

(Recomendações)

A fim de resguardar os interesses do erário público evitando despesas de fardamento e alimentação com cidadãos julgados incapazes temporariamente para o serviço militar, uma vez que a esses cidadãos não se pode exigir serviços que os habilitem à defesa nacional, declaro:

a) O insubmisso julgado incapaz temporariamente só deverá ser incorporado quando, findo o prazo de incapacidade, for julgado apto; caso seja ainda considerado incapaz, aplicar-se-á o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 46 da Lei do Serviço Militar.

b) O julgamento processar-se-á após o ato de incorporação.

c) Nos casos previstos neste Aviso, os Comandantes de unidades determinarão nova data de apresentação do insubmisso.

(Aviso n. 343, de 20-IV-1948 — "Diário Oficial" de 22-IV-1948.)

* *

DECRETO N. 24.853 — DE 20 DE ABRIL DE 1948

Acrescenta uma alínea ao art. 113, do Regulamento para os Centros de Preparação de Officiais da Reserva.

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 113 do Decreto n. 22.392, de 31-12-1946 (Regulamento para os Centros de Preparação de Officiais da Reserva) fica acrescido da seguinte alínea:

"Art. 113. O aluno do C. P. O. R. poderá ser desligado:

g) Por não revelar pendor ou aptidão para o oficialato da reserva".

Art. 2º. O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1948, 127º da Independência e 60º da República.

EURICO G. DUTRA.

Canrobert P. da Costa.

("Diário Oficial" de 23-IV-1948.)

* *

MUDANÇAS DE DENOMINAÇÕES DE ESTABELECIMENTOS DO S. R. V.

1. De conformidade com o que prescreve o Regulamento do Serviço de Remonta e Veterinária, passam a denominar-se:

— Coudelaria de Rincão e Coudelaria de Saican, respectivamente, as atuais Coudelarias Nacionais de Rincão e de Saican;

— Coudelaria de Campos, Coudelaria de Avelar e Coudelaria de Campinas, respectivamente, os atuais Depósitos de Reprodutores de Campos, de Avelar e de São Paulo;

— Coudelaria de Monte Belo e Coudelaria de Campo Grande, respectivamente, os atuais Depósitos de Remonta de Monte Belo e de Campo Grande;

— Centro Hípico de Remonta, o atual Pósto de Remonta do Rio.

2. São classificadas como Coudelarias do tipo A (com autonomia administrativa) as Coudelarias de Saican, Rincão, Tindiquera e Campo Grande e como Coudelarias do tipo B (sem autonomia administrativa) as de Pouso Alegre, Minas Gerais, Campinas, Monte Belo, Avelar e Campos.

3. A Fazenda de Betione dependerá administrativamente, como fração, da Coudelaria de Campo Grande.

4. É criado, anexo à Escola de Veterinária e sem autonomia administrativa, o Hospital Veterinário. O Comandante da Escola será também o Diretor do Hospital.

5. O Posto Central de Remonta, com sede em São Simão, deverá ser organizado em 1949.

(Aviso n. 336, de 15-IV-948 — "Diário Oficial" de 23-IV-948.)

OBRIGATORIEDADE DE CURSO DA E.A.O. PARA OS CANDIDATOS A E.E.M.

Atendendo a que a Lei do Ensino Militar (Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942) determina, em seu art. 43, § 11, a exigência do curso de aperfeiçoamento para os candidatos a matrícula na Escola de Estado-Maior, determinação que, por motivo da paralisação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais de 1942 a 1945, não vinha sendo aplicada;

Atendendo a que, pela normalização do funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais desde 1946, com dois turnos anuais, já cerca de 1.000 oficiais passaram, desde esse ano, por seus bancos, fazendo cessar, por conseguinte, a causa originária da inaplicação daquele dispositivo de lei;

Atendendo, por outro lado, a que muitos oficiais sem o curso de aperfeiçoamento se preparam para o próximo concurso e suspender essa prática, nesta hora, seria surpreender esses oficiais por não lhes dar a oportunidade de fazer o concurso para o qual se prepararam;

Resolvo determinar que, a partir de 1949, inclusive, só poderão inscrever-se no concurso de admissão à Escola de Estado-Maior os candidatos que satisfaçam a citada disposição legal.

(Aviso n. 351, de 22-IV-948 — "Diário Oficial" de 24-IV-948.)

MECÂNICOS DE RADIO A DISPOSIÇÃO DA D. TRANS.

Os alunos que concluíram, no corrente ano, o curso de mecânicos de rádio da Escola de Transmissões ficaram até a regularização definitiva

de sua situação, à disposição da Diretoria de Transmissões.

(Aviso n. 355, de 24-IV-948 — "Diário Oficial" de 27-IV-948.)

INDENIZAÇÃO DE CAPOTE E MATERIAL DE ACAMPAMENTO

(Solução de consulta)

Consulta o Comando do 2º B.C.C.L., em radiograma 156-F.A. de 11 de novembro de 1947, sobre se ainda está em vigor o Aviso-Reservado n. 1.233, de 17 de maio de 1943, que determina a indenização de capote e material de acampamento pelo dobro do preço, em caso de extravio.

Em solução, declaro:

Proceda-se de acordo com o R.A.E., art. 156 e seu § 1º, considerando-se revogado o Aviso referido.

(Aviso n. 363, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

FARDAMENTO A SER DISTRIBUÍDO AOS ALUNOS DO C.F.O.R.

O fardamento a ser distribuído aos alunos dos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva de acordo com a letra c), do art. 130, do respectivo Regulamento, no ano de instrução de 1947-48, obedecerá a tabela seguinte:

Blusa	2
Calça de instrução	2
Capacete de fibra	1
Correias para esporas (par)	1
Coturnos (par)	1
Esporas de metal amarelo (par)	1

O tempo de duração das peças constantes desta tabela será o estabelecido na tabela anexa às I.D.F. em vigor.

(Aviso n. 364, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

ABONO DE FARDAMENTO AOS SGTS. E SUBTENENTES INCLUIDOS NO Q.A.O.

(Solução de consulta)

Consulta o Chefe do E.F. da 2ª Região Militar se pode ser concedido abono para fardamento aos subtenentes e sargentos incluídos recentemente no Q.A.O., no posto de 2º Tenente, tendo em vista o disposto no

Aviso n. 1.547, de 21 de junho de 1943.

Em solução, declaro:

1. Não há no Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército nenhum dispositivo aplicável ao caso em apreço;

2. O art. 176 do referido Código, cogita de adiantamento para fardamento aos oficiais que forem promovidos. Sua redação é tão clara que não há como admitir sua aplicação ao caso da consulta.

(Aviso n. 365, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

* *

CONTRIBUIÇÃO PARA O MONTEPIO MILITAR

Tendo aprovado as conclusões do parecer n. 123 da Consultoria Jurídica deste Ministério ("Diário Oficial" de 4 de setembro de 1947) declaro para os devidos fins, que a contribuição para o montepio militar dos escrivães do Ministério da Guerra, oriundos do extinto Quadro de Escreventes deve ser cobrada de acordo com a tabela anexa ao Decreto-lei n. 8.919 de 26 de janeiro de 1946, a partir da data mencionada nesse diploma legal.

(Aviso n. 366, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

* *

CIDADÃOS INCORPORADOS

(Comunicação ao empregador)

1. Com o objetivo de facilitar a execução do art. 145 da Lei do Serviço Militar pelos órgãos empregadores, encareço aos Comandantes de Unidades Administrativas a necessidade de informarem, imediatamente após o ato da incorporação, a situação dos cidadãos vinculados àqueles órgãos e pertencentes às suas unidades.

2. Essa informação deverá ser feita por memorando conforme modelo.

MINISTÉRIO DA GUERRA

R. M.

(Unidade)

Memorando n.

(Local)

Em/194.....

Do Cmt.

Ao

(Órgão empregador)

Para fins do art. 145 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946 (Lei do Serviço Militar), comunico-vos que o cidadão..... encontra-se incorporado nesta unidade, sob n. para prestação do serviço militar, como convocado.

(Aviso n. 367, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

* *

REENGAJAMENTO DE 1^o SARGENTOS

(Solução de consulta)

Consulta o Comandante da 3^a Região Militar, em rádio n. 118-A, de 6 de março último, se deve ser aplicado o art. 159 do Decreto-lei n. 9.500, de 23 de julho de 1946, para concessão de reengajamento aos 1^{os} Sargentos que, na data da publicação daquela lei, tinham menos de sete anos de serviço.

Em solução, declaro:

Os 1^{os} Sargentos nas condições supra devem ter amparo no art. 159 do mencionado Decreto-lei.

(Aviso n. 368, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 28-IV-948.)

* *

DISPENSA DE PROVA A CANDIDATOS A E.E.M.

Atendendo a que as provas de "Conhecimentos Militares", do concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, são calçadas, exatamente, em assuntos tratados nos concursos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, resolvo aprovar a proposta do Estado-Maior do Exército para que sejam dispensados das referidas provas os concorrentes que tenham obtido a menção "muito bom" no curso de aperfeiçoamento; para o cálculo da "nota final" desses candidatos, não deverão ser consideradas as provas de que foram dispensados, fazendo-se no divisor o desconto correspondente.

(Aviso n. 377, de 26-IV-948 — "Diário Oficial" de 3-V-948.)

* *

SARGENTOS E GRADUADOS REINCLUIDOS

Os sargentos e graduados da reserva, reincluídos nas fileiras do Exército ativo, deverão ser considerados engajados ou reengajados conforme sua situação de praça an-

terior e pelo tempo que as disposições vigentes à época da reinclusão determinarem.

(Aviso n. 396, de 4-V-948 — "Diário Oficial" de 6-V-948.)

INSTRUTORES E AUXILIARES DE INSTRUTORES DAS E.P.C.

Em complemento ao Aviso n. 78, de 30 de janeiro do corrente ano, declaro que os oficiais que concluírem o Curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais poderão ser designados instrutores ou auxiliares de instrutores das Escolas Preparatórias.

(Aviso n. 397, de 4-V-948 — "Diário Oficial" de 6-V-948.)

CÔR DE SOBRECAPA (Solução de consulta)

Consulta o Chefe do Estabelecimento de Material de Intendência da 3ª Região Militar qual a côr da sobrecapa de que trata o B. E. n. 34, Suplemento, de 24 de agosto de 1946, item VII, n. 12.

Em solução, aprovando parecer da Comissão de Fardamento, declaro que a sobrecapa em questão é de matéria plástica, verde-oliva claro, impermeável e transparente.

(Aviso n. 398, de 4-V-948 — "Diário Oficial" de 6-V-948.)

NORMAS DO CERIMONIAL PÚBLICO

O "Diário Oficial" de 8 de maio de 1948 publicou o Decreto n. 24.910 de 4 de maio de 1948 que aprovou as "normas do cerimonial público dos Estados Unidos do Brasil e a ordem geral de precedência".

ENCAMINHAMENTO DE PAPEIS AO MINISTÉRIO DA GUERRA

(Recomendação)

Considerando que continuam a chegar a meu Gabinete processos in-

completos, que têm de voltar às repartições de origem para diligências, recomendo aos Srs. Comandantes de Unidades, Diretores e Chefes de repartições a fiel observância dos Avisos ns. 185, de 21 de março de 1939 e 451, de 18 de fevereiro de 1941, os quais estabelecem normas para o encaminhamento de papéis no Ministério da Guerra.

(Aviso n. 406, de 5-V-948 — "Diário Oficial" de 8-V-948.)

PASCOA DOS MILITARES

Devido realizar-se, no dia 6 de junho próximo vindouro, a Páscoa patrocinada pela União Católica dos Militares e que neste ano comemorará a sua 23ª celebração, recomendo aos Generais Comandantes de Região Militar que emprestem seu apoio à realização desse ato de fé que agora, mais do que então, ante a avalanche que ameaça subverter os fundamentos cristãos de nossa sociedade, necessita todo estímulo e merece todo aplauso.

(Aviso n. 427, de 19-V-948 — "Diário Oficial" de 20-V-948.)

CONTINGENTES DA D.R.

A Diretoria de Recrutamento fica autorizada a completar o efetivo em soldados do respectivo contingente com soldados burocratas.

(Aviso n. 431, de 19-V-948 — "Diário Oficial" de 20-V-948.)

RECOMENDAÇÃO SOBRE PRÓPRIOS DO MINISTÉRIO DA GUERRA

A partir desta data os próprios residenciais do Ministério da Guerra somente deverão ser distribuídos a servidores pertencentes a este Ministério, e quando nele estejam exercendo suas funções.

(Aviso n. 432, de 19-V-948 — "Diário Oficial" de 20-V-948.)

"O estudo da arte militar não é mais um dever somente dos militares. A direção da guerra deixou de pertencer-lhes com exclusividade; os poderes públicos civis, o conjunto da nação, a opinião pública, participam dela. E se não é dado a qualquer cidadão tornar-se um Churchill, um Roosevelt, um Staline de seu país, nem por isso deixa de ser um dever de cada um, sobretudo em regime democrático, conhecer os problemas de que depende a própria vida do país." — BERNARD BIVIERS.

NOTÍCIAS MILITARES

Energia Atômica

Serviços técnicos navais dos Estados Unidos são de opinião que antes de vinte e cinco anos não serão possíveis os foguetes atômicos possuidores de raio de ação da ordem dos milhares de milhas, pois que antes dificuldades enormes terão de ser vencidas, fazendo-se descobertas tão importantes como a da própria bomba atômica.

São feitos estudos para a construção de engenhos especiais que possam ser lançados a mais de 500 milhas do inimigo, tanto de dispositivos terrestres como de bordo dos navios.

A Marinha Britânica se acha empenhada em estudos relativos à construção de novos tipos de couraçados, com máquinas atômicas propulsoras. Como principais vantagens desses novos tipos de navios de combate podemos citar o maior tempo que poderão permanecer navegando sem necessidade de reabastecimento, bem como o menor espaço destinado aos meios de propulsão.

Aviação

Citaremos alguns dados estatísticos sobre a ação das Forças Aéreas durante a última guerra:

Número de aviões militares feitos na Grã-Bretanha durante a guerra..... 125.000

Número de submarinos inimigos afundados por aviões terrestres

Tonelagem de navios mercantes inimigos afundados por aviões terrestres.....	1.200.000
Número de saídas de bombardeio.....	1.440.000
Número de saídas de caça.....	2.680.000
Tonelagem de bombas lançadas na Alemanha pela RAF.....	988.000
Tonelagem de bombas lançadas na Alemanha pela Força Aérea Americana.....	891.000
Tonelagem máxima lançada numa só noite.....	5.453
Tonelagem de bombas lançadas pelos alemães sobre a Inglaterra.....	68.300
Número de homens perdidos pelos ingleses em ações de bombardeio.....	79.147
Número de homens perdidos pelos americanos em ações de bombardeio.....	79.265
Total de aviões alemães abatidos.....	57.000
Aviões abatidos pela antiaérea.....	833
Número de projetis V-2 caídos na Grã-Bretanha.....	1.050
Número de bombas voadoras caídas na Grã-Bretanha.....	5.672

Durante o ano de 1947 foram os seguintes os recordes alcançados e

homologados pela Federação Aeronáutica Internacional:

Distância em circuito fechado, com um quadrimotor americano *Boeing B-29*, em 3 de agosto de 1947: 14.249.656 km;

Velocidade sobre uma base de três quilômetros com um monomotor americano *Skystreak* em 25 de agosto de 1947: 1.047.536 km/h;

Velocidade sobre uma base de 100 quilômetros com um avião inglês equipado com motor a reação *Vampire I* em 31 de agosto de 1947: 799.644 km;

Velocidade sobre uma base de 10.000 quilômetros com um quadrimotor americano *Boeing B-29* em 3 de junho de 1947: 439.665 quilômetros;

Após esses resultados, outros records já foram batidos, porém, ainda não se acham devidamente confirmados pela entidade competente.

Nos campeonatos de voo a vela realizados na Suécia, o piloto sueco Pertson conseguiu atingir a altura de 8.200 metros, em planador, após um voo agitado, tendo suportado violenta tempestade elétrica e temperaturas da ordem de 45 graus abaixo de zero.

São de Pertson as seguintes palavras, ao concluir seu voo: "Embora o planador agüentasse bem as descargas, eu é que lhes sentia os efeitos, pois a impressão sofrida era como se estivesse a segurar numa rede de ignição dum automóvel de oito cilindros".

A companhia inglesa B.S.A.A. realizou experiências na base de Santa Maria (Açores) a fim de verificar as possibilidades de reabastecimento de aviões em voo. Durante três meses foram feitas experiências, tendo sido executados 21 vãos, dos quais 20 deram resultados satisfatórios.

A Companhia Sikorsky Aircraft, divisão da United Aircraft Corp. de Bridgeport (Connecticut) esta-

beleceu em US\$ 49.26 o gasto horário de seu helicóptero S-51 para um piloto e três passageiros. Tal gasto está assim distribuído:

Gasolina e óleo.....	5.94
Conservação.....	5.10
Depreciação.....	15.92
Reparações e revisões.....	8.75
Ordenado do piloto.....	7.20
Seguros.....	5.75
Garage.....	0.60

+

O cérebro eletrônico

O "As" é o cérebro eletrônico que está sendo construído pela Inglaterra, devendo sua conclusão demorar ainda dois a três anos, sendo seu custo total de 100.000 a 125.000 libras. O "As" funcionará como u'a máquina de calcular automática, provavelmente com tanta rapidez quanto o invento norte-americano E.N.I.A.C. (Electronic numerical integrator and computer) — Calculador e integrador numérico eletrônico.

O E.N.I.A.C. resolve problemas matemáticos extremamente complicados em uma fração do tempo que seria empregado para sua solução por um matemático. Como exemplo, podemos citar um problema relativo à trajetória dos projéteis que é resolvido por um matemático em 10 dias, e que o E.N.I.A.C. resolve em apenas quatro segundos. Os cálculos, que ocupam anos de trabalho dos matemáticos, podem agora ser resolvidos em poucas horas.

A capacidade mnemônica do "As" será ainda superior à do E.N.I.A.C. (75.000 cifras decimais em lugar de 200) e em virtude de vasto repertório de fichas perfuradas sobre as quais se terá registrado com antecedência as ordens operatórias que serão transmitidas à máquina, esta resolverá problemas ainda mais complicados que o E.N.I.A.C. Essas ordens preparadas com antecedência, evitarão o trabalhoso sistema de tomadas e interruptores, como no E.N.I.A.C., e por conseguinte a transmissão de ordens à máquina

levará apenas dois minutos em lugar de horas, como sucede no último.

Os números estarão representados por séries de 1 a 10 e as respostas serão dadas no sistema decimal. A multiplicação de dois números de 10 algarismos será efetuada pela máquina em apenas 1/2.000 de segundo. Esta grande capacidade de cálculo facilitará a resolução de problemas que até hoje eram considerados inabordáveis para um calculista que os fôsse resolver a bico de lápis. Como exemplo, podemos citar a facilidade do cérebro eletrônico resolver em poucos momentos sistemas de equações com grande número de incógnitas (até 100).

Os problemas do cálculo integral, que exigem seleção e discriminação por parte do calculista, podem também ser resolvidos pelas máquinas, pois elas podem ter "memória" até certo ponto. As prerrogativas de seleção e raciocínio, até aqui consideradas estritamente humanas, podem também ser obtidas por essas máquinas, pois que já existe uma delas que joga xadrez se bem que de uma forma ainda medíocre.

Provavelmente a biblioteca de referências do futuro será uma espécie de máquina com memória, do tamanho de um grande livro, contendo uma quantidade tão grande de informações que seriam necessários centenas de anos para reunir o equivalente, se se desejasse construir-se-la, classificando diariamente 5.000 páginas atuais.

A realização dos cérebros eletrônicos e as experiências de máquinas com memória constituem verdadeiramente uma nova revolução; não uma revolução industrial e sim uma revolução do espírito.



As Forças Terrestres

Dos 19 milhões de militares existentes em todo o mundo, segundo o "New York Times", mais de 16 milhões pertencem ao Exército. A industrialização exerce

grande influência na estrutura das Forças Armadas, pois um potencial industrial elevado é a base imprescindível de uma aviação ou de uma marinha poderosas. Tal fato pode ser demonstrado pelo fato dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha terem relativamente um pequeno exército e poderosas aviações e marinhas, ao passo que a Rússia e a China, industrialmente menos desenvolvidas, especialmente a última, possuem uma percentagem maior de seus militares nas Forças Terrestres.

Ainda segundo o "New York Times", eis alguns dados relativos aos exércitos de diversos países:

Bélgica — Seu Exército Regular é composto de 58.000 homens, compreendendo um Corpo de Exército de duas divisões, tendo cada uma duas brigadas de infantaria, um regimento de reconhecimento (elementos blindados) e de paraquedistas, grupos de manutenção, reparações, etc.

Brasil — Exército de 110.000 homens organizados em cinco divisões de infantaria (uma motorizada) e três divisões de cavalaria. No futuro possuirá dez divisões.

Canadá — O atual exército permanente é de 18.750 homens, devendo dentro de algum tempo ter seu efetivo elevado para 25.000. Além disso suas forças de reserva que contam 180.000 homens, possuem em sua organização de tempo de guerra dois Corpos de Exército, compreendendo quatro divisões de infantaria, duas divisões blindadas, etc.

China — Os Exércitos chineses, nacionalistas e comunistas, possuem seu efetivo da ordem de 5.750.000 homens.

França — Seu Exército de após-guerra, constituído de 450.000 homens, possui aproximadamente 230.000 de infantaria, três divisões blindadas e uma divisão aerotransportada, dispersa em seu território.

Estados Unidos — Seu Exército terrestre possui aproximadamente 670.000 homens, estando organizado em 13 divisões, das quais duas aerotransportadas. A terça parte

de cada divisão é formada de forças blindadas, e o restante de infantaria. A proporção da Marinha e da Aviação nas forças armadas norte-americanas é muito maior que a do Exército.

Grã-Bretanha — Também o Exército na Grã-Bretanha é a menor das suas Forças Armadas, totalizando 1.210.000 homens, dos quais 702.000 se encontravam no Continente Europeu e nas ilhas britânicas.

Grécia — Seu Exército atual é composto de 117.000 homens, além do reforço da gendarmeria composta de 30.000 homens. Compreende sete divisões, das quais três são motorizadas parcialmente e as quatro restantes treinadas especialmente para a guerra de montanhas.

Espanha — Atualmente seu Exército é composto de 422.000 homens, sendo formado por 16 divisões de infantaria, das quais quatro constituem o Exército de Marrocos. Além disso, quatro são de montanha, uma é blindada, uma de cavalaria, e o restante são divisões de infantaria.

Holanda — Seu Exército se compõe de 175.000 homens, formando quatro divisões além das unidades de serviços. Seu equipamento é deficiente.

Polônia — Exército de 165.000 homens organizado em 16 divisões de infantaria e três divisões teóricas (em projeto). Seu equipamento é bastante precário.

Rússia — Exército constituído de aproximadamente 4.000.000 de homens, distribuídos em mais de 200 divisões.

Turquia — Seu Exército é constituído de mais de 600.000 homens. Está organizado em três Exércitos que têm de 30 a 40 divisões. Poucos "tanks" e equipamento demasiadamente antigo.

Iugoslávia — Aproximadamente 300.000 homens, formado de 30 ou

35 divisões (ligeiras), duas de blindados e duas em projeto. Equipamento excessivamente pobre.



A Indústria Militar Argentina (*)

O primeiro passo dado na Argentina para melhoramento de uma indústria de guerra consistiu na criação, há alguns anos, da Direção Geral do Material do Exército. Dela passaram a depender as poucas fábricas que tinham por missão prover as forças armadas de certos materiais de fácil produção no país. Estas produções se concentravam, particularmente, no Arsenal Esteban de Luca, da Capital Federal, e em Porto Borghi (Santa Fé), onde funcionava uma fábrica de munições de artilharia e armas portáteis, na qual se realizaram os primeiros ensaios de fabricação em grande escala.

Sobre tais alicerces desenvolveram-se as indústrias militares, até o ano de 1941, quando foi criada a Direção de Fabricações Militares (Lei n. 12.709), em esforço tendente a obter a necessária preparação que levasse, no mais curto prazo, a uma produção de armas e munições independente dos fornecimentos do exterior.

Mas o alcance das atribuições do novo órgão criado foi muito mais transcendente, de vez que se lhe concedeu a autoridade necessária para promover a mobilização industrial, figurando em primeiro plano o encargo de "realizar estudos, investigações e estatísticas, que orientassem para o conhecimento das possibilidades industriais do país, relacionadas com a produção de materiais e elementos de guerra e com a mobilização industrial correspondente". Procurou-se, assim, a cooperação de oficinas particulares, para a fabricação de materiais, armas e munições, caso essa cooperação se fizesse necessária à defesa nacional, e se assegurando, às mesmas, os

(*) Extrato de um artigo do Major Enrique D. Bia, publicado na revista uruguaia "Orientacion", de março de 1947.

elementos técnicos para a realização dessas tarefas.

Foi assim que a Direção Geral de Fabricações Militares pôde planejar trabalhos de grande envergadura, os quais redundaram em adiantamento da tarefa a seu cargo.

Pode apreciar-se a enorme gravitação atual deste órgão, na indústria argentina, se se considerar que dela depende a exploração do subsolo, feita sob seu controle, sejam do Estado ou de sociedades mistas os capitais empenhados. Como caso notável, deve citar-se a recente exploração das jazidas de ferro da província de Jujuy, onde se acha em pleno funcionamento a extração de minerais das minas de ferro de Zapla, e a elaboração do primeiro alto forno argentino em Palpalá, desde outubro de 1945. O valor geral das jazidas é estimado em 36 milhões de tons, com teor que varia de 35 a 50 % de ferro.

Além disso, o plano siderúrgico recentemente sancionado pelo Senado cria uma Sociedade Mista Siderúrgica Argentina, cujo capital autorizado é de 100.000.000 de pesos, tem assistência técnico-econômica e será controlada pela Direção Geral de Fabricações Militares, durante os primeiros 15 anos de sua aplicação. O dito plano tende a "produzir aço no país, utilizando minérios e combustíveis argentinos e estrangeiros, na proporção que resulte mais vantajosa". Vê-se que não se encara a obtenção do aço apenas na base das jazidas do país, e sim, que se prevê a importação de lingotes do alto forno estrangeiro, pois, sendo a Argentina um grande exportador de carne e de produtos agrícolas, se considera a utilização dos porões dos barcos que de outro modo deveriam navegar lastrados, até seus portos de retorno.

No que diz respeito às fábricas de elementos militares, a Direção Geral de Fabricações Militares lêz sentir sua ação nos estabelecimentos sob sua dependência que são:

1) Fábrica Militar de Aços, situada em V. Alsina, subúrbio da

Capital Federal, duplicando a produção de fundição, laminando-se ali ferro redondo e chapas de diversas espessuras;

2 e 3) Fábrica Militar de Equipamentos, que atualmente funciona como uma dependência do grupo de fábricas Gen. San Martín, conjuntamente com a Fábrica Militar de Material de Comunicações, que tem a seu cargo a fabricação de todos os elementos de telecomunicações em uso regulamentar no Exército;

4) Fábrica Militar de Pólvoras e Explosivos "Rio III", cuja instalação é recente e que dispõe de moderno equipamento;

5) Fábrica de Tolueno Sintético, que foi projetada e construída com materiais e técnicos nacionais, e onde se efetua a síntese desse produto utilizado em explosivos, partindo-se da nafta de Comodoro Rivadavia;

6) Fábrica de Material Piro-técnico, estabelecida em Pilar;

7) Fábrica Militar de Armas Portáteis "Domingo Matheu", situada em Entre Rios, que entrou em funcionamento há pouco tempo;

8) Fábrica de Munição de Armas Portáteis Borghi, que funciona desde 1936 e produz munições regulamentares para mtrs., f.m., fuzil, carabina, pistola e revólver. Esta fábrica começou utilizando matéria prima de procedência estrangeira, em sua quase totalidade. Hoje emprega grande proporção de produtos do país.

9) Fábrica de Munição de Armas Portáteis "San Francisco", situada na província de Córdoba, em San Francisco, e que completa o trabalho da fábrica Borghi;

10) Fábrica Militar E.C.A., que elabora cobre e se transformou em base para as instalações da Sociedade Eletro-Metalúrgica Argentina S.A.

Pelo exposto, é evidente o grande incremento das indústrias militares argentinas, não obstante a precariedade da produção de matérias primas extraídas de seu próprio subsolo. Só recentemente é que começou a ter importância a

exploração racional das riquezas autóctonas, mas, assim mesmo, em condições difíceis.



Transcrições de Artigos de Oficiais Brasileiros

Na Imprensa Nacional:

Conforme rádio recebido do Cmt. do 15° R.I. foi transcrito em jornal do Estado da Paraíba, o artigo

"A Propósito das Atitudes Internacionais da Rússia", do Cel. João Batista Magalhães, publicado em nosso número de janeiro do corrente ano.

"A Gazeta", jornal que se edita em Vitória, Estado do Espírito Santo, em 28 de fevereiro do corrente ano, transcreveu o artigo "Idéias", do 1° Ten. Diógenes Vieira Silva, publicado em nosso número de novembro-dezembro de 1947.

INDÚSTRIAS CAMA PATENTE — L. LISCIO S. A.

A MAIOR FÁBRICA DE CAMAS DA AMÉRICA DO SUL



MATRIZ: SÃO PAULO — RUA RODOLFO MIRANDA, 97

FILIAIS: RIO DE JANEIRO — PORTO ALEGRE —

BELO HORIZONTE — BAHIA — RECIFE

AOS NOSSOS REPRESENTANTES

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS

A UM OUTRO COMPANHEIRO

E COMUNICA A NOSSA DIREÇÃO

Colaboram neste número :

Cel. J. B. Magalhães
Cel. Renato B. Nunes
Ten.-Cel. A. Castro Nascimento
Ten.-Cel. Alberto Ribeiro Paz
Ten.-Cel. Adalardo Fialho
Major J. F. Moreira Couto
Major Paulo Enéas
Major Napoleão Nobre
Major Omar Emir Chaves
Major Jayme Alves de Lemos
Major Caio Miranda
Cap. Nilton Freixinho
Cap. A. Franco Ferreira
Cap. Rui Alencar Nogueira
Cap. Germano Seidl Vidal
1º Ten. Diógenes Vieira Silva
2º Ten. Gustavo Lisboa Braga



Defesa Nacional

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00